

Curso de Josefologia

Pe. José Antônio Bertolin, OSJ
Centro de Espiritualidade Josefino-Marelliana
(Pastoral Josefina)

Índice

Curso de Josefologia.....	1
Parte I.....	2
1. Quem É São José.....	2
2. A Procedência de José.....	5
3. O Ambiente Sócio-Político e Religioso do Tempo de São José.....	8
4. O Exercício da Profissão e a Vida de José em Nazaré.....	10
5. Jesus Cumpridor do Antigo Testamento e o Significado das Genealogias	12
6. O Nascimento de Jesus e a Sua Circuncisão.....	14
7. A Apresentação de Jesus no Templo e a Oferta do Primogênito	16
8. A Imposição do Nome a Jesus e os Sonhos de José.....	18
9. A Fuga, a Permanência e a Volta do Egito	21
10. Vida em Nazaré e a Permanência de Jesus no Templo	25
Parte II.....	28
11. O Matrimônio de Maria e José.....	28
12. Um Matrimônio com a União Conjugal e Todo Especial	30
13. Um Matrimônio Verdadeiro e Conveniente	32
14. A Idade de José quando Se Casou com Maria	36
15. O Exercício de Sua Paternidade e a Sua Denominação.....	36
16. Erros Sobre a Sua Paternidade e a Sua Natureza	39
17. Requisitos para a Sua Paternidade	41
18. Pai tanto quanto Casto	43
19. A Função de Pai.....	46
20. Uma Paternidade não Natural, mas Verdadeira.....	48
21. A Paternidade Afetiva e Educativa de José	49
22. A Vocação de José e a Sua Justiça	52
23. A Missão de José	54
24. Na Oficina de Nazaré a Sagrada Família Era a Cátedra da Vida Evangélica 56	
25. A Morte de José.....	57
26. A Voz dos Papas.....	60
27. A Função de São José na Encarnação e a Sua Missão na Ótica do Magistério 63	
28. São José e o Evangelho do Trabalho.....	66
29. São José Homem do Silêncio e da Contemplação.....	68
30. São José, Patrono da Boa Morte	69
31. São José, Protetor e Presente na Vida da Igreja.....	70
32. Natureza e Razões da Presença de São José na Vida da Igreja	72
33. A Dignidade, a Santidade e as Virtudes de São José	74
34. A Virgindade de São José.....	77
35. São José, Mestre e o Seu Perfil de Vida Interior	78

36. São José, Exemplo de Dedicção e de Disponibilidade aos Interesses de Jesus	80
37. São José, Modelo para os Ministros Sagrados e para os Religiosos e Religiosas.....	82
38. São José, Modelo para a Comunidade Cristã	83
39. Pelo Matrimônio São José é o Protetor das Famílias	85
40. Breve História da Teologia de São José.....	88
Parte III	90
41. A Espiritualidade Josefina	90
42. São José, na Liturgia.....	91
43. São José, no Culto	93
44. São José, nas Festas e Reconhecimentos	95
45. São José, nas Devoções.....	98
46. São José na Iconografia	99
47. São José, no Folclore	100
48. São José, na Arte	103
49. Os Patronatos de São José.....	104
50. As Confrarias e Irmandades.....	105
51. Centros de Estudos e de Publicações Josefinas.....	108
Parte IV.....	112
52. Introdução.....	112
53. Figura Insígnie.....	114
54. A Vocação de São José.....	116
55. José, o Esposo Fiel.....	117
56. O Matrimônio e Virgindade.....	117
57. A Imagem do Esposo e da Esposa.....	118
58. A União dos Corações	118
59. A Paternidade Messiânica	120
60. Uma Paternidade Humana e Autêntica.....	121
61. O Exercício da Paternidade.....	122
62. O Banco do Carpinteiro	123
63. A Contemplação da Verdade.....	125
64. O Protetor da Santa Igreja	126
65. O Tipo do Evangelho	128

Parte I

1. Quem É São José

Quem é São José? Quais são as suas características? Qual é o modelo de santidade que ele representa para os cristãos? Estas são interrogações, entre muitas outras, que temos o direito de fazer.

Tentaremos mostrar tudo isso neste Curso, sem esgotar o assunto.

Aliás, diante desta personalidade rica e ao mesmo tempo poliédrica percebemos que, quanto mais descobrimos, mais temos para encontrar.

De São José, na verdade, sabemos muito pouco. O seu nome é citado nos evangelhos apenas quatorze vezes, e os evangelistas lhe dedicam apenas vinte e seis versículos, mas não mencionam nenhuma palavra dele. Claro que isso não nos deve parecer estranho, pois os evangelistas estavam preocupados em narrar a vida de Jesus e o seu ministério. Não possuímos nem mesmo referências sobre o ano nem sobre o lugar onde nasceu. Não sabemos o nome da sua mãe e existem controvérsias a respeito do nome do seu pai (Para os que pensam que a genealogia de Lucas (3,23) dá a linhagem de Maria, e a de Mateus (1,16), dá a de José, Jacó seria o pai de José e Heli o seu sogro. O uso da palavra "pai" no hebraico e no grego, permitiriam que esta fosse usada no lugar de sogro. Para os que pensam que ambas as genealogias dão a linhagem de José, Jacó e Heli seriam irmãos, e segundo o costume, quando Heli morreu, Jacó teria tomado a sua viúva como esposa, e José seria filho de Jacó no sentido literal, e de Heli no sentido legal. Segundo a lei dos Judeus (Dt 25,5), o irmão deveria continuar a descendência de um irmão morto casando-se com a viúva deste. É possível que José tenha sido filho de Jacó por nascimento, mas filho de Heli por adoção).

Entrou em cena quase desapercivelmente. Não há nenhuma menção sobre a sua vida nem sobre a sua morte, e esse silêncio permanecerá por muitos séculos. Entretanto, foi a ele que Jesus submeteu-se como filho, e foi com ele e nele que Maria encontrou um grande amor e força para desempenhar com perfeição a sua missão sublime.

Na verdade, o mistério de São José está na eloquência do seu silêncio e no primado do seu amor, sendo assim, a imagem terrestre da bondade de Deus. O seu silêncio é impressionante. Ele é o mais escondido de todos os santos. Talvez por isso tenha exercido e continue exercendo um fascínio na alma de incontáveis devotos. O seu abandono aos desígnios de Deus é total, não pede explicações, não contesta e, mesmo quando entra em cena, aparece quase que de modo obscuro. Se é verdade que, ao referir-se a ele, os evangelhos não usam muitas palavras, é indiscutível que a sua pessoa está envolvida por um halo de luz tão cristalino, que resume a essência do que ele representava, quando afirmam que "era um homem justo" (Mt 1,9).

Era justo com Deus, depositando nele a mais profunda confiança em toda a sua vida. Era justo com o próximo, pois vivia com Jesus e Maria na mais perfeita caridade. Era justo consigo mesmo, pois foi sempre fiel à vocação que recebeu.

São José é um santo no sentido mais amplo da palavra, afirmava um grande devoto josefino. Foi um homem à parte, reservado, retirado, separado. Um homem em quem se diria que tudo é interior. Um homem de Deus, todo de Deus, todo em Deus. Admirado com a extrema simplicidade e os traços de santidade com que José se apresenta, outro grande devoto do nosso santo, Olier, assim se expressou em suas considerações sobre ele: José "foi dado à humanidade para exprimir visivelmente as adoráveis perfeições do Pai, para ser a sua imagem aos olhos do Filho de Deus". Então, como deve ser excelsa a sua santidade, a beleza

desse grande santo que Deus Pai criou com suas mãos para representar a si mesmo ao Filho unigênito.

São José é, no dizer do Papa Paulo VI, "a luz que difunde os seus raios benéficos na casa de Deus que é a Igreja: preenche-a com profundas e inefáveis recordações da vida à cena deste mundo do Verbo de Deus, feito homem por nós e para nós, e que viveu sob a proteção, a guia e a autoridade do artesão pobre de Nazaré" (Paulo VI, *Alocução de 19 de março de 1966*). Deus, para realizar o seu grande desígnio de amor, quis servir-se de suas criaturas, entre as quais escolheu duas de seu especial agrado, Maria e José, como testemunhas conscientes e agentes livres e responsáveis. Por isso a participação desses dois astros de primeira grandeza na história da salvação os coloca no centro da história do mundo.

Deus procurou, em todas as gerações, quem pudesse ser escolhido e dado como companheiro àquela que escolhera como mãe do seu Filho eterno. Considerou a fé inabalável de Abraão, a pureza de alma de Isaac, a infatigável paciência e resignação de Jacó, a mansidão e a santidade de Davi, mas o seu olhar divino não repousou em nenhum deles. Foi além, pois só em José encontrou o homem que procurava, e sobre ele recai a sua escolha. "O Senhor encontrou José segundo o seu coração e lhe confiou com plena segurança o mais misterioso e sagrado segredo do seu coração. Desvendou a ele a obscuridade e os segredos da sua sabedoria, concedendo-lhe que conhecesse o mistério desconhecido de todos os príncipes deste mundo" (São Bernardo, *Hom. Super Missus est, PL 183, 70*).

"São dele os pesos, as responsabilidades, os riscos e as fadigas da pequena e singular família. É dele o serviço, o trabalho, e o sacrifício, na penumbra do quadro evangélico, no qual é agradável contemplá-lo" (Paulo VI, *Homilia de 19 de março de 1969*).

Portanto, ninguém pode ignorar o lugar que São José ocupa na hierarquia dos Santos. Se aprofundarmos a sua vida perceberemos que imitá-lo nos parecerá fácil, pois está muito perto de nós. Ele conheceu a luta do dia-a-dia. E a amargura, sendo igual a nós. A amável e singular serenidade que se irradia deste simples leigo com uma grande missão aos olhos de Deus, nos convida afetivamente a nos aproximarmos dele com mais familiaridade, para conhecer e seguir o seu ensinamento, que nos foi transmitido com tanta discrição.

Por isso, nós, católicos, tributamos aos nossos santos um culto de veneração, considerando sempre a dignidade que lhes foi concedida por Deus e os seus exemplos que edificam a nossa vida.

São José fala pouco, mas vive intensamente aquilo que faz, não se subtraindo de nenhuma responsabilidade que a vontade do Senhor lhe impõe. Por isso ele nos oferece um exemplo de atraente disponibilidade à vontade de Deus, exemplo de calma em cada acontecimento, de confiança embebida de sobre-humana fé e caridade, assim como do grande meio da oração (João XXIII, *Felicitações apresentadas ao Sacro Colégio em 17 de março de 1963*). Por ter sido escolhido como esposo de Maria e pai de Jesus, e devida à abundância de graças que recebeu de Deus, a Igreja sempre lhe tributou um culto especial.

Esse é o motivo porque São José vive na alma do nosso povo, pois o povo o conhece como o carpinteiro de Nazaré, de mãos calejadas por causa do manejo do martelo e do serrote. Mediante os quais tirava o sustento para si com o suor do seu rosto. Ele é um santo que não se encontra na grande galeria dos doutores da Igreja, nem dos sábios, nem mesmo entre aqueles que se revestiram do poder de conduzir a nossa Igreja. Nos céus não o colocamos entre os querubins e os exércitos celestes. Com seu estilo silencioso e humilde de vida, quase desconhecido, ele se assemelha muito ao nosso povo.

Em síntese, os trechos da Sagrada Escritura que falam sobre o nosso Santo podem ser resumidos nos seguintes:

Descendente da casa de Davi - Mt 1,16 / Lc 1,27.

Esposo de Maria - Mt 1,18.

Pai de Jesus - Mt 1,20; 13,55 / Lc 3,23; Jo 1,45 ; 6,42.

Perplexidade diante do mistério da encarnação - Mt 1,19.

Viagem a Belém para o recenseamento ordenado por César Augusto - Lc 2,4-6.

Fuga ao Egito e volta com Maria e o Menino para Nazaré - Mt 2, 14. 19-23.

Perda e encontro de Jesus aos 12 anos no Templo de Jerusalém; em seguida o Menino desceu com eles a Nazaré, onde lhes era submisso - Lc 2,48.

Era um homem justo - Mt 1,19.

Portanto, os dados dos evangelistas sobre São José são estes: era justo, filho de Davi, esposo de Maria, pai de Jesus e carpinteiro. São poucas informações, mas de importância fundamental, como todas as da Sagrada Escritura, pois são como sementes cheias de vitalidade e de conteúdos inexauríveis.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Quantas vezes os evangelhos o mencionam? E qual ou quais seriam seu (s) pai (s)?
2. Como Mateus o define?
3. Dê uma síntese do que os evangelhos falam dele.

2. A Procedência de José

De São José, na verdade, sabemos muito pouco. Não temos referência sobre o ano nem sobre o lugar do seu nascimento, não sabemos o nome da sua mãe. E existem controvérsias a respeito do nome do seu pai. Os evangelistas Mateus e Lucas o apresentam como descendente do rei Davi (Mt 1, 1-16,20. Lc 1, 27; 2, 4 ; 3,23-31).

No entanto, há uma divergência na genealogia que ambos os evangelistas trazem, pois Mateus percorre, todo o caminho da sua ascendência chegando a Jacó (Mt 1,16), enquanto Lucas diz que ele é filho de Levi (Lc 3,23). Esta questão não chegou até hoje a uma solução satisfatória por parte dos exegetas. Em todos os casos a função da genealogia é justamente fazer Jesus entrar na história humana e documentar que o Verbo se fez carne na linhagem davídica. O intuito do

evangelista Mateus é fazer ver a sucessão legal, respeitando os direitos messiânicos de Davi a Jesus. Lucas, do seu lado, quer indicar a sucessão natural de Jesus. O melhor esclarecimento a respeito dessas duas posições podemos fazer, levando em conta a Lei do Levirato expressa no livro do Deuteronômio (Dt 25, 5-10) ela estabelece que a mulher que ficasse viúva devia tornar-se esposa do irmão do esposo falecido, e o primeiro filho desse casamento era considerado filho legal do primeiro marido e filho natural do segundo marido. Com isso, podemos salvar tanto a sucessão legal como a natural de Jesus.

Além das referências sobre a sua pessoa, podemos ainda afirmar que José era esposo de Maria (Lc 1, 27), que era justo (Mt 1,9) e que era conhecido como carpinteiro (Mt 13,55 ; Jo 1,15). Sobre a sua família possuímos ainda uma referência de Egesipo, o qual afirma que ele tinha um irmão chamado Cléofas (Eusébio, *Hist. Eccl.* 3.11, em *PG XX*, col. 248) . Pertencente à antiga dinastia de Davi, como afirmamos, José viveu em Nazaré (Lc 1, 26; Mt 2,23) durante toda a sua vida, menos, é claro no breve período que passou exilado no Egito, para garantir a segurança da sua família (Mt 2, 13-21).

Não sabemos se nasceu em Nazaré, porém achamos com grande probabilidade que sim, pois ali viveu toda a sua vida.

Contudo, podemos afirmar com segurança que, segundo o costume da época, foi circuncidado no oitavo dia depois do nascimento e recebeu o nome de José, que significa "crescimento, aumento" , e ainda criança aprendeu a ler o hebraico da Torá.

Seu país, a Palestina, onde hoje se situa o território de Israel, localiza-se na parte oriental do mar Mediterrâneo, e é formado por uma longa faixa de terra de 240 por 150 quilômetros quadrados.

Possui uma planície de terras ricas e férteis, montanhosa e de caminhos sinuosos, com desertos desoladores em contraste com colinas verdejantes e oásis exuberantes, marcados pela presença imponente do rio Jordão e do lago de Genesaré, a cuja beleza se opõe o inóspito mar Morto. Sua área montanhosa com colinas de 500 a 900 metros, espalha-se pelas suas três regiões características, denominadas Galileia, Samaria e Judéia.

O rio Jordão, que forma no seu percurso o lago de Genesaré, também conhecido como mar da Galiléia pela sua profundidade de até 45 metros com 2 quilômetros de comprimento por 11 de largura, é um rio muito importante na vida do povo hebreu, pois foi palco de inúmeros e relevantes acontecimentos na vida desse povo. Basta lembrar que em suas margens o profeta João Batista pregava a conversão e batizava, em suas águas o próprio Jesus foi batizado.

Após percorrer 350 quilômetros, ele deságua no mar Morto, o qual possui uma extensão de 85 quilômetros com aproximadamente 16 quilômetros de largura, atingindo uma profundidade de até 400 metros. Suas águas são densas de sal, o que não permite nenhum tipo de vida.

A Palestina de José é herdeira de uma história de muitos séculos antes do nascimento de Jesus, marcada por lutas, conquistas, derrotas, monarquias, deportações e exílios. Esteve envolvida por uma densa atmosfera política. E por uma ânsia de libertação, e alimentou sempre uma fé intensa em Javé, embora frequentemente contaminada por idolatrias e infidelidades.

São José nasceu na época da dominação romana. De fato, desde o ano 63 antes de Cristo, o seu povo vivia sob o jugo dos romanos, que introduziram na Palestina muitas novidades e progresso, particularmente construções imponentes, assim como os seus ídolos e templos profanos para cultuar seus deuses, o que constituía uma afronta ao povo de José, que se julgava o único conhecedor do Deus verdadeiro. Esse comportamento dos dominadores romanos, bastante eclético e incompatível com as aspirações dos hebreus, gerou muitas revoltas, guerrilhas e revoluções armadas por parte de facções do povo, sempre com o intuito de libertar-se da dominação estrangeira.

Mas, se tantas adversidades contrastavam na vida deste povo, algo muito especial os unia: o Templo de Jerusalém. Era em volta dele que girava a vida religiosa, social e política dos hebreus. Foi construído pelo rei Salomão no século X antes de Cristo, destruído por Nabucodonosor em 516 antes de Cristo, reconstruído por Zorobabel, e depois novamente destruído por Herodes por volta do ano 20. a.C., quando José já era adolescente, para que outro mais suntuoso e rico ocupasse o seu lugar. Esse último só ficou pronto no ano 64 a. C.

José, fruto do seu tempo, estava envolvido por esta atmosfera mística e ao mesmo tempo tensa. Conhecia bem o Templo e, como hebreu, oferecia os seus sacrifícios a Deus. O átrio do edifício sagrado era palco todos os dias, desde manhã bem cedo, de sacrifícios e imolações de animais, que ocupavam todos os altares, construídos em grande blocos de pedra. Como bom hebreu, José pagava 10% de imposto ao Templo, taxa que era destinada a sustentar os 20 mil funcionários, do mais alto grau sacerdotal ao empregado mais humilde, que ali prestava serviços. José tinha consciência das distinções de classe e do modo de pensar da sua sociedade. Percebia a existência de uma hierarquia e sabia que no topo da pirâmide social se encontrava a classe dos saduceus, um grupo poderoso, constituído pelas pessoas mais influentes e ricas, que eram sacerdotes e administradores do Templo. Esse grupo era intransigente na observância da Lei Mosaica e contrário às mudanças, sobretudo aquelas que pudessem afetar a sua posição na sociedade. Gozava de privilégios, pois colaborava com os romanos. Apreciava a ordem externa e zelava pela conservação do Templo e pelo funcionamento ritualista dos sacrifícios.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Qual era sua nacionalidade e seu país?
2. O que significa a palavra José?
3. Descreva o país de José?

3. O Ambiente Sócio-Político e Religioso do Tempo de São José

O ambiente sócio-político-religioso do tempo de São José propiciava não só uma diversificação efetiva, mas também uma forte discriminação disseminada pelas diferentes camadas da sociedade.

Assim, o grupo dos fariseus, além de primar pela busca da ostentação religiosa com uma série de práticas marcadas por orações, purificações, normas de comportamento e pela observância estrita da lei em todas as situações da vida pessoal, era particularmente inimigo dos romanos e evitava todo e qualquer contato com aqueles que não conheciam a lei ou não eram judeus. Uma sociedade dominada por estrangeiros como esta caracterizava-se por um certo pluralismo partidário assim, um outro grupo, formado pelos chamados zelotas, distinguia-se particularmente pela luta contra os dominadores e, guerrilheiros como eram, não deixavam evidentemente de sempre carregar armas nas mãos. Era um grupo isolado. O seu "apartheid" era constituído sobretudo pelas grutas das montanhas na região da Galiléia. Outro grupo que contribuía bastante para acentuar esta fisionomia, seccionada do povo judeu era formado pelos monges essênios, os quais, deste o século II a.C., se constituíram em comunidade, vivendo nas margens ocidentais do mar Morto, numa localidade que hoje conhecemos como Quamram. Esse grupo levava a vida ascética, acompanhada por uma disciplina muito rígida. Basta dizer que o membro da comunidade que proferisse uma blasfêmia era automaticamente expulso do seu meio. Esses monges solitários cultivavam o solo, consagravam o tempo ao estudo e, sobretudo, empenhavam-se em levar uma vida muito ascética.

Não bastasse tudo isso, ocorreu no meio deste povo um grande "racha", que fomentou uma divisão profunda deste século X antes de Cristo, e que continua até os nossos dias, entre os judeus e os samaritanos. Esta ferida aberta e ainda não cicatrizada ocasionou um grande impasse na unidade desse povo. Dali por diante, a Samaria passou a ser considerada pelos judeus uma terra maldita e seus habitantes começaram a ser tratados como estrangeiros e pagãos, odiados e indignos de pertencer ao povo de Israel. Para os judeus, os Samaritanos eram tidos desde então como heréticos e impuros, pois não aceitavam mais o monte Sião como um monte santo, mas ao contrário, escolheram o monte Guarizim como lugar santo, onde construíram um templo, e que não deixou de representar para os judeus uma grande afronta a Deus e, portanto, uma idolatria.

Dominados pelas autoridades de Roma, os cidadãos hebreus, entre eles São José, tinham como líder político Herodes, um caudilho imposto pelo poder real de Roma. Herodes foi nomeado rei dos judeus pelo Senado romano no ano 46 a. C. Esse indumeu de mau caráter e muito autoritário espalhou no meio do povo sofrido e desolado inúmeras confusões e perseguições. Mandou matar todos aqueles que se mostravam contrários à sua política, inclusive sua esposa, sua sogra e seus dois filhos. Apesar dessas atrocidades e das inúmeras injustiças que cometeu arbitrariamente, os anos de seu governo transcorreram num clima de

relativa estabilidade política e de prosperidade, o que fez com que lhe fosse atribuído o título de político astuto e administrador hábil.

Era justamente nesse ambiente instável, hostil e opressor que São José, alimentado por sua religião e fé inabalável em seu Deus, esperava, como os demais cidadãos deste povo, a libertação através de um grande acontecimento, prometido por Deus ao longo dos séculos e anunciado pela boca dos profetas, na pessoa do Messias.

Embora fosse desconhecido e ignorado nesse ambiente tenso, São José não passava despercebido aos olhos de Deus, pois se fazia mister que a estada do Messias prometido no meio desse povo tivesse os préstimos de um homem magnânimo como ele, a tal ponto que o Filho de Deus o preferisse entre todos os grandes da terra, para revestir-se da sua filiação e assumir a sua condição humana e social.

Considerando toda a problemática latente na sociedade de José, podemos concluir que havia poucas possibilidades de desenvolvimento para seus membros, com exceção é claro, de alguns poucos privilegiados. Além do mais, este povo não se distinguia por riquezas de bens materiais, levando em consideração que era explorado pelos dominadores romanos e o solo onde habitava era pobre, como o é até hoje, e desprovido de recursos naturais. A escassez de chuvas resultante das condições climáticas, a técnica agrícola rudimentar e a dependência de muitas coisas, aliada a outros fatores, influíam profundamente na precariedade das condições econômicas e sócio-políticas do povo. A classe rica da Palestina, devido às suas possibilidades, tinha uma abertura acentuada para a civilização: conhecia e apreciava o teatro, o belo e a literatura, e também conhecia e praticava esportes como o lançamento de dardos, a corrida, a maratona, a luta etc. À classe pobre, da qual José fazia parte, não restava outra alternativa senão trabalhar e sofrer privações, explorada pela exorbitância dos impostos cobrados pelos romanos.

O regime alimentar da classe pobre era muito simples, como era, aliás as normas alimentares dos antigos hebreus. Eles faziam duas refeições por dia, uma de manhã e outra, a principal, bem a tardezinha.

O pão era o alimento da segunda refeição, pois devia constituir um luxo na mesa de José, assim como na de todos os pobres, na primeira refeição. Quase não comiam carne, mas em compensação, não lhes faltavam frutas como tâmaras, muito comum naquele clima, e também romãs e figos. Não faltavam óleo e vinho, leite, ovos e peixes pescados no lago de Genesaré. Aliás, a existência desse lago, também conhecido pelos judeus como mar da Galiléia devido à sua extensão e profundidade, é elemento que propicia uma beleza indescritível para quem o visita. A presença desse lago, tornou toda aquela religião um solo fértil, onde a

planta cresce e permite qualquer tipo de vegetal, porque o clima é favorável. O historiador Flávio Josefo, encantado com essa beleza rara, já se expressava: "Até mesmo a noz, que aprecia terras frias, cresce ali em abundância, ao lado da palmeira, que prefere o calor, da figueira e da oliveira, às quais convém uma temperatura mais amena. Dir-se-ia que ali a natureza se divertiu, colocando os contrastes lado a lado."

Não havia nada de luxuoso ou aparatoso na casa de um judeu pobre. Com exceção de Jerusalém e de alguns outros pontos estratégicos para os romanos na Palestina, não havia moradias luxuosas. As casas eram muito simples, construídas com paredes de pedras calcárias ou com tijolos de barro cozido ao sol e cobertas com tetos de barro amassado. Os moradores dormiam no chão ou em esteiras feitas especialmente para esse fim. Por isso, uma das primeiras coisas que a dona-de-casa fazia logo de manhã era desocupar as dependências da casa das esteiras ou das cobertas usadas para dormir.

Como salientamos, o povo simples vivia num ambiente marginalizador e classista. As mulheres eram as que mais sofriam com esse tipo de opressão. Nesse contexto social, os homens eram tudo e as mulheres não tinham voz nem vez. Eram consideradas inferiores aos homens, limitando-se ao trabalho caseiro: cozinhavam, faziam limpeza, iam buscar água na fonte, lavavam a roupa e nada mais. As mulheres podiam participar das funções nas sinagogas, porém tinham lugares à parte. O mesmo acontecia no Templo de Jerusalém, onde ocupavam os lugares situados atrás do espaço reservado aos homens, bem próximo da praça comum, aberta ao comércio de animais destinados ao sacrifício no próprio Templo. Nas cerimônias não lhes era permitido usar a palavra nem tinham autoridades para ler a Lei, a "Torá". Por esse motivo, o testemunho de uma mulher não era levado em consideração por ninguém, e em público nenhum homem "de boa reputação" cumprimentava uma mulher (Enquanto a mulher hebréia era restringida neste ambiente marginalizador, só podendo sair à rua com muita cautela, a mulher romana gozava de ampla liberdade, frequentava lugares públicos, ia aos jogos e aos circos, assistia aos espetáculos dos gladiadores, estudava, sabia ler e escrever poesias, podia escolher o marido e pedir-lhe sem inibição o divórcio, e até administrava os seus próprios bens.)

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Descreva o ambiente sócio-político e religioso do tempo de José.
2. Descreva o regime alimentar e a situação da mulher no tempo de José.

4. O Exercício da Profissão e a Vida de José em Nazaré

José, conforme nos ensinam os relatos da infância de Jesus, era carpinteiro. Herdou essa profissão do pai, pois era costume o pai transmitir a profissão ao filho. Portanto, desde a adolescência ele pertencia à categoria dos artesãos. Analisando os costumes da época, podemos inferir com toda probabilidade que

José era dono de uma oficina, portanto muito mais que um simples carpinteiro. Não fabricava somente móveis, portas e janelas, como nos vem à mente que pensamos nos afazeres de um carpinteiro, mas a sua profissão era muito ampla, abrangendo outras aptidões, segundo as necessidades da pequena Nazaré, onde morava e que com certeza, não oferecia possibilidades de mão-de-obra especializada. José não foi carpinteiro em Jerusalém, ou em Tiberíades, Jerico ou Cafarnaum, onde viviam a aristocracia e a burguesia, e onde poderia ter executado com maior satisfação trabalhos mais refinados e móveis de luxo. Ao contrário exerceu a sua dura e obscura profissão em um lugarejo perdido nas montanhas, fora de mão, em um lugar de lavradores rústicos, com casas pobres e muito simples. Assim, teve que se adaptar produzindo objetos rústicos e com técnica atrasada.

Sendo um artesão, um artífice que, além de trabalhar com madeira e ferro, também se adaptava às necessidades dos nazarenos, era uma pessoa muito conhecida, de confiança e benquisto pelos habitantes de sua pequena cidade. Podemos supor que executava a maior parte de seu trabalho num canto da sua humilde casa.

Naturalmente a sua profissão facilitava o contato com muitas pessoas, inclusive de fora de Nazaré e das regiões circunvizinhas. Neste sentido, não é lógico afirmar que José tenha vivido toda a sua vida confinado no seu pequeno mundo de trabalho. Podemos dizer que conhecia o seu país e a forma variada do seu trabalho facilitava a sua presença nas casas cujos moradores solicitavam os seus préstimos, assim como o contato com pessoas de outras regiões, de onde provinham, sem dúvida, materiais para o seu trabalho.

O dia de um hebreu começava bem cedo com o trabalho, mas já às 09:00 horas, José, fiel à tradição do seu povo, interrompia as atividades para recitar a oração prescrita pela lei. Ali mesmo, no recanto da sua oficina, em pé, voltado para o Templo de Jerusalém e com as mãos erguidas para o céu, rezava esta oração: "Escuta Israel: O Senhor é o nosso Deus, o Senhor é um só. Amarás o senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças..." Após cumprir essa obrigação religiosa, retornava ao serviço: afinal, era com o suor do seu rosto, com a força de seus músculos e com os calos de suas mãos que tirava o sustento para si e para a sua família.

Ao meio-dia havia outra interrupção no trabalho e, de novo, outro momento de oração, na qual rezava lembrando a obediência aos mandamentos divinos, o amor exclusivo do coração e da alma ao Senhor. Deus e a promessa das bênçãos divinas. Depois dessa oração, a primeira parte da jornada de trabalho estava terminada.

Fazia-se então a refeição. Após um breve descanso, voltava-se à atividade normalmente, mas às 15h00 estava previsto um outro intervalo para o terceiro momento de oração do dia. E aqui mais uma vez José, como de resto o bom israelita, elevava seus pensamentos a Deus, recordando as proezas da saída do Egito, na qual Javé colocou-se como o Deus do seu povo. Portanto, competia ao povo lembrar e pôr em prática todos os mandamentos. Feito esse momento de oração, retomava-se novamente o trabalho, até o fim da jornada.

Assim, aquele pequeno recanto da casa pobre de Nazaré foi o palco que acolheu por muitos anos as três personagens mais importantes que viveram na terra: Jesus, Maria e José. Seus dias transcorriam calmamente. Nada ali se manifestava grandioso, portentoso ou extraordinário. José, imperturbável ao barulho da

serra e do martelo, procurava dias após dia cadenciar tudo com suas orações e meditações. Animado por esse espírito, todos os seus trabalhos assumiam um significado profundo e imenso diante de Deus. Afinal, era ali, de maneira escondida, que se processava um grande mistério: um artesão pobre ensinava ao próprio Filho de Deus uma profissão e este lhe obedecia colocando em prática todos os seus ensinamentos.

Na verdade, José se apresenta como um homem completo para o seu tempo. Era seguro de si, possuía todos os requisitos de um homem instruído para a sua época, embora não fosse um homem de cátedra, mas um homem prático, capaz de tomar decisões coerentes e pertinentes à sua missão. Esse artesão desconhecido foi, efetivamente, um gigante de espírito. Descendente da tribo de Judá e da antiga dinastia da família do rei Davi, teve Nazaré da Galiléia como sua morada e a carpintaria como local de trabalho. Eis uma breve síntese deste leigo que viveu na Palestina no tempo do dominador Herodes, em que César Augusto e Tibério imperavam com todo esplendor.

Esta personagem saiu naturalmente da simplicidade e com a sua escolha sublime por parte de Deus, tornou-se o elo fundamental de ligação com a genealogia messiânica, particularmente pela aceitação imediata dos desígnios de Deus a seu respeito e da disposição de cumprí-los. Sua característica foi justamente o devotamente total de sua vida ao serviço da encarnação e da missão redentora do Filho de Deus, missão única e grandiosa. Por isso, foi enriquecido abundantemente com dons especiais por parte de Deus, e sua vida, iluminada por uma luz divina.

Até o presente momento procuramos projetar, ainda que palidamente, o contexto sócio-cultural-religioso do tempo em que São José viveu. Toca-nos agora concentrar nossas atenções mais na pessoa e no ministério que o nosso ilustre santo personagem desenvolveu no cumprimento fiel da sua vocação ao lado de Jesus e de Maria, sua esposa. Tenho consciência da limitação desta abordagem, visto que não se trata de uma análise profunda e pormenorizada sobretudo da parte teológica do nosso assunto em questão, porém procurei espelhar-me o mais genuinamente possível no que de melhor existe neste assunto.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. O que significa a profissão de José?
2. Como era geralmente dividida a jornada de José?

5. Jesus Cumpridor do Antigo Testamento e o Significado das Genealogias

Toda a história de Israel é orientada para Jesus, o qual constitui o fato histórico por excelência que dá valor para todo o Antigo Testamento. De fato, Jesus reconhece a autoridade divina do Antigo Testamento e até fixa como objetivo de sua missão o cumprimento perfeito de todo ele ao afirmar “não vim abolir a lei e os profetas...” (Mt 5,17). A lei e os Profetas significam todo o Antigo Testamento. Como enviado do Pai ele cumpriu o Antigo Testamento no arco de toda a sua existência humana, ou seja, desde seu nascimento até o envio do Espírito Santo

para sua Igreja. Nele encontra o cumprimento de toda a revelação de Deus (2Cor 1,20). Visto que as promessas do Antigo Testamento foram todas realizadas no Verbo feito carne: “Nós vos anunciamos a boa notícia: Deus cumpriu para nós, os filhos a promessa feita a nossos pais...” (At 13,32s). Foi Jesus mesmo na Sinagoga de Nazaré que depois da leitura do texto de Isaías (61,1s) proclamou solenemente: “Hoje realizou-se essa Escritura que acabaste de ouvir...” (Lc 4,21). É claro portanto, que o Antigo Testamento era uma promessa, da qual os cristãos são os beneficiários (Gal 3,19). Os escritores do Novo Testamento interpretaram e aplicaram as profecias do Antigo Testamento em base à compreensão da história que é aquela dos próprios profetas, onde foi estabelecido o plano de Deus manifestado em diversas maneiras e modos, durante a história de Israel e por fim colocado em plena luz nos acontecimentos hauridos nos evangelhos. Pois bem, desta plena luz dos acontecimentos que explicitam o plano de Deus e que são marcantes nos evangelhos, José, o Carpinteiro de Nazaré, tomará parte de modo intenso, ainda que de uma maneira silenciosa e sem pronunciar uma palavra.

Dentro do contexto do Antigo Testamento podemos apresentar o significado das genealogias apresentadas no Novo Testamento pelos dois evangelistas Mateus e Lucas, os quais foram objeto de muitas discussões desde o início dos primeiros séculos da Igreja. Os judeus esperavam um herdeiro e sucessor do Rei Davi e este, nos desígnios de Deus, se concentrava em Jesus, o qual como o Messias seria escolhido da casa de Davi. Portanto, a davidicidade torna-se a “*conditio sine qua non*” da messianidade. Em vista desta promessa, o ponto central do primeiro capítulo de Mateus coloca Maria grávida pelo Espírito Santo antes de coabitar com José (1, 18), explicitando desta forma a realização da promessa messiânica.

A árvore genealógica que Mateus (1, 1-17) apresenta, quer demonstrar que Jesus é descendente de Abraão e portanto Judeu, e descendente de Davi e por isso Messias do povo hebraico. Assim, na genealogia de Mateus aparece a messianidade e a davidicidade de Jesus, demonstrando com isso que a promessa de Deus feita a Davi concretiza-se através da presença do esposo de Maria, José, apresentado como “Filho de Davi”, o qual dá a Jesus a ascendência davídica.

Na sequência dos versículos 18-25, Mateus revela o encontro do divino com o humano realizado na instituição da família, onde Maria, Mãe de Jesus está comprometida em casamento com José (v 18), também se a presença do Espírito Santo em Maria parece que tivesse de comportar uma cisão do vínculo matrimonial (v 19). Deus contudo, escolhe uma família humana para o honroso inserimento de seu Filho no mundo.

No momento culminante da história da salvação, José é o filho de Davi escolhido por Deus e preparado (o evangelista o denomina Justo) para ser o esposo da mãe de Jesus e para dar o nome a este Menino singular concebido por obra do Espírito Santo. Face a isso não faltam teólogos que propõem a teologia de São José nos Tratados como o da encarnação, com o objetivo de realçá-lo como o Filho de Davi que garantiu a Jesus a sua messianidade. Outrossim, indicam também a teologia Josefina no Tratado de Mariologia, onde se deveria lembrar que a honra de Maria Virgem e Mãe, está ligada ao fato dela ser a “esposa de José”.

É fundamental termos em consideração a afirmação de Mateus (1,16) o qual não diz que José “gerou Jesus”, mas que “Jacó gerou José, o esposo de Maria, da qual

nasceu Jesus”. Nesta afirmação o evangelista deixa claro a concepção virginal de Jesus, explicitando que José não é o seu pai natural. Mesmo que Mateus tivesse dito: “José gerou Jesus”, continuava contudo afirmando a concepção virginal de Jesus, pois a palavra “gerar” na Bíblia nem sempre se refere à geração física, podendo também entender aquela geração puramente legal, já que os hebreus viam e aceitavam sem problema em suas genealogias também os pais adotivos, sem uma distinção rigorosa entre ambas. Com isso, José sendo simplesmente pai legal, ele, de direito transmitiu a descendência a Jesus. Portanto, por meio de José Jesus é descendente de Davi e herdeiro da promessa divina.

Sabemos que os hebreus viam como condição necessária para a chegada do Messias prometido, que este fosse da descendência de Davi (2Sam 7,16; 1Cr 17,14). A única exceção eram os monges de Qumram, os quais esperavam um Reino onde o representante fosse da classe sacerdotal.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Leia e tome conhecimento do relato sobre a árvore genealógica em Mt 1,1-17 e procure dar uma explicação para o versículo 16.
2. Em Jesus, Deus cumpriu a promessa feita a Abraão, por que a presença de José é indispensável no relato da genealogia de Jesus?
3. Quais as duas características essenciais que Mateus evidencia no relato de sua genealogia a respeito de Jesus ligado a José?

6. O Nascimento de Jesus e a Sua Circuncisão

O evangelista Lucas coloca neste acontecimento o fato de um Decreto para o recenseamento promulgado por César Augusto, fato este que levou José e Maria a dirigirem-se de Nazaré até Belém. Em Lucas (2,1-7) lemos “Naqueles tempos apareceu um decreto de César Augusto, ordenando o recenseamento de toda a terra. Este recenseamento foi feito antes do governo de Quirino, na Síria. Todos iam alistar-se, cada um na sua cidade. Também José subiu da Galileia, da cidade de Nazaré, à Judéia, à Cidade de Davi, chamada Belém, porque era da cada e família de Davi, para se alistar com a sua esposa Maria, que estava grávida. Estando eles, ali, completaram-se os dias dela. E deu à luz seu filho primogênito, e envolvendo-o em faixas, reclinou-o num presépio; porque não havia lugar para eles na hospedaria”.

Constatamos que no segundo capítulo de Mateus por três vezes ele insiste: “Para que se cumprisse o que foi dito pelo Senhor por meio do Profeta”. Ainda Mateus (2,5-6) afirma: “Em Belém, na Judéia, porque assim foi escrito pelo profeta: E tu, Belém, terra de Judá, não és de modo algum a menor entre as cidades de Judá, porque de ti sairá o chefe que governará Israel, meu povo”. Ora, tudo isso indica expressões dos desígnios de Deus a respeito do nascimento do Messias.

Podemos concluir que a partir do fato do recenseamento, José começou a exercer os seus direitos e deveres de pai em relação a Jesus buscando o lugar para o seu nascimento, permanecendo ao lado de Maria durante o parto e depois

registrando em Belém o nome e a pessoa de Jesus como seu descendente e em tudo isso saboreando, apesar das circunstâncias difíceis do nascimento de Jesus, que ele era o pai daquele que salvaria o mundo dos seus pecados (Mt 1,21).

Após o nascimento de Jesus, seus pais procuraram circuncidá-lo. O episódio da circuncisão de Jesus impressionou muitos pintores e artistas talvez pelo motivo da eficácia da cena, assim como tocou muitos pregadores pelo motivo do sangue derramado no rito, etc. Contudo é importante considerá-la na sua justa perspectiva teológica.

A circuncisão não foi invenção dos hebreus, porque esta já era conhecida entre os povos com os quais o povo hebreu teve contato. O que é próprio dos hebreus foi ter assumido este rito como símbolo da aliança com Deus e da santidade de Israel entre as nações. A carne do hebreu circuncidada é o sinal da aliança mantida e portanto do direito das promessas feitas por Deus a Abraão, e é também um título para o exercício do culto (Ex 12,43-44s). É em suma, um sinal de pacto com Javé.

A lei da circuncisão é descrita meticulosamente em Jeremias 17. É preciso afirmar que a circuncisão de Jesus não pode ser considerada somente como uma circunstância que permitiu de introduzir uma ação importante na sua vida, ou seja; de dar-lhe o nome de Jesus, embora reconhecendo a ênfase sobre a imposição do nome. Sem dúvida, Lucas não inseriu o rito da circuncisão simplesmente como uma notícia de crônica e nem quis com isso enfatizar a solidariedade de Jesus com o gênero humano, enquanto esta verdade já estava presente na encarnação. Também não é específico da circuncisão de Jesus a sua inserção na descendência de Abraão, porque esta podia também ser dada para estrangeiros como possibilidade para que participassem do culto (Gn 17,12; Ex 12,48), muito mais porque Lucas relata que Maria era esposada com um homem chamado José, da casa de Davi.

A circuncisão, portanto não pode ser considerada, como já afirmamos, apenas como uma circunstância para dar o nome a Jesus. Ademais, Lucas não diz expressamente que Jesus foi circuncidado, mas usa a expressão: “Quando se completaram os oito dias para a circuncisão...” (Lc 2,21). Este detalhe é importante para evitar que Jesus pudesse vir a ser colocado entre os circuncidados como se fosse um membro da aliança, ele que é a própria aliança. Ademais, Jesus não é um beneficiário das promessas, pois ele é a Promessa (2Cor 1,20), ele é aquele que “salvará o seu povo dos seus pecados” (Mt 1,21). Ele não está portanto entre os eleitos e salvos.

Lucas enfatiza a origem celeste do nome Jesus, deixando na sombra a função de José (Mt 1,21-25) e de Maria (Lc 1,31), para evidenciar que a salvação vem de Deus na pessoa de Jesus.

A circuncisão tornou Jesus súdito da lei (At 15,5) ele se submeteu à lei. Ela o envolveu na aliança, mostrando que ele é o Sim das promessas de Deus (Lc 1,54s.72s. 2,25). A circuncisão na ótica de Lucas foi o momento histórico no qual o nome de Jesus tornou-se *mysterium salutis*. De fato, ele interpreta este evento no seu significado salvífico através da ligação com o nome de Jesus “Ele enviou a sua palavra, aos filhos de Israel, anunciando-lhes a boa nova da paz por Jesus Cristo...” (At 10,36). A eficácia do nome Jesus tem aqui o seu início e todo o seu significado.

Entre os primeiros deveres de um pai para com o filho estava aquele de circuncidá-lo, o que não significava que o pai devia ser o executor material,

porque podia ser a mãe (Ex 4,25), ou normalmente, dado a delicadeza do intervento, era atribuição de uma pessoa capaz, conhecido como Mohel (circundante). Contudo, era o pai que devia assumir a responsabilidade para que o seu filho fosse inserido no povo da promessa.

Esta cerimônia era realizada normalmente na casa do neonato (Lc 1,59) com a presença de um certo número de testemunhas que segundo a tradição talmúdica eram dez, entre as quais estava o padrinho que segurava o menino durante a cerimônia. Durante o rito o pai da criança proferia, conforme a tradição talmúdica, uma bênção com estas palavras: “bendito aquele que nos santificou com os seus mandamentos e nos ordenou de introduzir a este na aliança de Abraão, nosso pai”. No relato do desenvolvimento deste rito José ficou na sombra, contudo foi ele que como pai de Jesus que providenciou, preparou e preocupou-se com todos os requisitos para a realização deste rito. As gotas de sangue, o choro do menino, as suas lágrimas, são todos detalhes daquele precioso momento que podemos imaginar presentes em seu coração através daquele rito. Neste, José impondo-lhe o nome de Jesus declarou, como afirma a Exortação Apostólica *Redemptoris Custos*, “A própria paternidade legal em relação a Jesus; e, pronunciando esse nome, proclamou a missão deste menino, de ser o Salvador” (RC 12). Ele foi o primeiro a pronunciar oficialmente para o mundo o nome de Jesus e a proclamar consequentemente a sua missão de Salvador da humanidade.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Leia e tome conhecimento do relato sobre o recenseamento em Lc 2,1-7 e compare com Mt 2,5-6. Qual a finalidade do recenseamento e qual a função que José manifesta neste episódio?
2. Leia Êxodo 17 depois indique em Lucas onde encontra-se a referência à circuncisão de Jesus?
3. Por que Jesus foi circuncidado? Qual foi a função de José neste acontecimento da vida de Jesus?

7. A Apresentação de Jesus no Templo e a Oferta do Primogênito

As referências que Lucas faz no trecho em que focaliza a narrativa da infância de Jesus mostram claramente o cumprimento do Antigo Testamento (Lc 2,22-24). Aliás, como já afirmamos, Jesus reconhece a autoridade do Antigo Testamento e vê o objetivo de sua missão e o cumprimento de todo o Antigo Testamento “não vim para abolir a lei e os profetas, mas para cumpri-la...” (Mt 5,17). O Antigo Testamento era um tempo de espera que culminou com a vinda de Jesus, o Filho de Deus (Gl 4,4) cumprindo tudo o que estava prometido.

A atenção que o evangelista Lucas coloca no cumprimento segundo a lei, mostra a sua preocupação de mostrar como o ingresso de Jesus no Templo é o cumprimento do esperado “dia de Javé”, caracterizado por uma purificação e de uma excepcional oferta que é o próprio Jesus. De fato, Lucas serve-se do rito de

purificação da mulher que dava à luz, conforme era estabelecido pela lei de Moisés que toda a mãe, após o parto era obrigada a apresentar-se no Templo para purificar-se, pois a mulher após dar à luz era considerada impura (Lev 12,2-4). Para os exegetas, a cerimônia da purificação de Maria é considerada por Lucas como uma simples moldura histórica, na qual ele inseriu um quadro muito importante, sublinhando a excepcional santidade da oferta de Jesus.

Conforme o livro do Levítico, na Lei de Moisés continha três prescrições: a purificação da mãe depois de quarenta dias do nascimento do filho; a consagração a Deus de cada primogênito seja ele homem ou animal e o resgate de cada primogênito (Ex 13,2.13). Entretanto no texto, Lucas evidencia a apresentação de Jesus no Templo, isto para ressaltar o valor histórico que seus pais realizavam em vista da missão desta criança, Santa por excelência (Lc 1,35). Ele é um consagrado a Deus de maneira única e com uma especial consagração. Além disso, Lucas fundamentando-se no Antigo Testamento, onde a palavra apresentação (cf. Lc 2, 22 = παραστήσαι) tem a conotação em relação aos Levitas e Sacerdotes que desenvolviam o serviço no nome do Senhor (Dt 17,12; 18,5 - παρεστάσαι), vê em Jesus desde aquele momento como o Grande Sacerdote da nova Aliança e também como o Sacerdote que se oferece como sacrifício ofertado (J. Danielou, *Les Evangiles de L'Enfance*, Paris 1967, pg. 109-111). Assim, José e Maria apresentam ao Pai, o próprio Filho Jesus como Sacerdote e hóstia dado em sacrifício.

A lei do primogênito estabelecida em Ex 13,1-15 era muito importante porque lembrava a absoluta dependência de Deus que Israel teve para sua libertação do Egito (Ex 3,12s). Os primogênitos israelitas na ocasião da libertação do povo de Israel do Egito, não podiam ser destinados para o uso profano, senão através do resgate, ou seja, de um pagamento efetuado pelo pai de uma soma equivalente aproximadamente a vinte dias de trabalho (Nm 18,16). No primogênito era representado o povo da aliança, resgatado da escravidão para pertencer a Deus (RC 13). Da fato, o evangelista Lucas descreve que “Concluídos os dias da sua purificação, segundo a Lei de Moisés, levaram-no a Jerusalém para a apresentação ao Senhor, conforme o que está escrito na lei do Senhor: “Todo primogênito do sexo masculino será consagrado ao Senhor”(Ex 13,2); e para oferecerem o sacrifício prescrito pela lei do Senhor, um par de rolas ou dois pombinhos” (Lc 2,22-24). Portanto, o primeiro objetivo que Lucas coloca para a viagem da Sagrada Família à Jerusalém é para “apresentar o Senhor”, o Menino, o primogênito de Maria (Lc 2,7). Cumpriu-se, assim segundo o AT, o estabelecido na lei e Jesus com isso supera este rito, pois não era ele “um simples homem sujeito a ser resgatado, mas o próprio autor do resgate” (RC 13). Aqui está também mais um motivo do por que Lucas omite o referimento ao resgate, embora José, certamente o pagou, pois este era uma obrigação do pai. José com suas próprias mãos e plenamente consciente dos mistérios, ofereceu e consagrou a Deus sobre o altar do Templo, o Menino Jesus.

Os artistas têm com frequência colocado o velho Simeão no centro da cena da apresentação de Jesus, o qual encontrava-se presente no Templo nesta ocasião em companhia de sua esposa Ana. Quem apresentou de fato Jesus ao Templo foram os seus pais (Lc 2,22), os quais cumpriram o que determinava a lei. Neste sentido não é possível separar José e Maria neste rito; eles foram os ministros deste, foram os instrumentos de Deus para esta oferta, ao passo que Simeão e Ana foram os instrumentos para a revelação do seu significado. Com

isso podemos dizer que José e Maria foram introduzidos progressivamente no mistério de Jesus justamente através deste canal profético. De fato, eles ficaram maravilhados do quanto ouviram da boca de Simeão a respeito de Jesus, definido como salvação para todos os povos, luz para as nações.

É importante notar que foi nesta circunstância que Lucas pela primeira vez qualificou expressamente José como pai de Jesus, nomeando-o hierarquicamente antes de Maria, sua mãe (2,33). Também neste contexto Maria é envolvida como mãe, em relação a Jesus, “uma espada traspassará sua alma” (2,35); aqui o carisma profético de Simeão revela a participação de Maria na sorte dolorosa de seu Filho. Naturalmente José terá experimentado somente em parte esta profecia de sofrimento feita por Simeão, ou seja, tomará parte das angustias pela perseguição de Herodes e a fuga no Egito, ou ainda da dor por ocasião da perda de Jesus no Templo, isto porque o evangelista não acena se ele era ainda vivo durante a vida pública de Jesus.

No rito da apresentação de Jesus aparece evidente, a participação enfática de José porque ele, como pai, era o responsável do Menino e das observâncias religiosas que lhe diziam respeito. Sabemos que entre os deveres de um pai para com o seu Filho estavam a tarefa de circuncidá-lo, de resgatá-lo, de instruí-lo na Torá e numa profissão e de arranjar-lhe um casamento.

Desde o momento em que o Anjo lhe havia transmitido em nome de Deus a ordem de tomar Maria como sua esposa e de dar o nome à criança (Mt 1,21), José passou a viver na espera deste filho e assim, se a Simeão, em virtude do seu carisma profético, tocou anunciar pelos átrios do Templo a presença da salvação na pessoa do Menino (Lc 2,30-31), a José, como pai do Menino, tocou de fazer-lhe os gastos da oferta dele, em virtude do qual todos seriam salvos. O Papa Pio IX, devoto de São José, quando ainda era apenas um sacerdote, numa novena pregada por ele, ao comentar a apresentação de Jesus no Templo evidenciava a função de São José naquela particular circunstância, e assim descrevia o seu gesto: “José generoso e pronto na obediência, levanta os braços e tendo a suave hóstia do sacrifício exclama; Eterno Pai, eis esta criança, que me deste em lugar de Filho, eu o amo mais que a mim mesmo este amável, este estimado Filho; eu o adoro profundamente e com grandíssima reverência o reconheço por meu Deus; somente nele eu vivo, somente nele eu me movo, somente nele eu existo, mas vós quereis que este penhor seja sacrificado pela saúde dos homens...” (*Escritos inéditos de Pio IX*, em *Estudos Josefinos* 27 [1973] - 171).

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Leia e tome conhecimento do relato de Lc 2,22-38 e procure explicar por que Jesus foi apresentado ao Templo – faça um paralelo com Ex 13,1-15.
2. Qual foi a função de José na apresentação de Jesus no Templo?
3. Tome conhecimento do gesto inédito de José durante este rito na referência dos escritos de Pio IX.

8. A Imposição do Nome a Jesus e os Sonhos de José

“Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo de seus pecados. Tudo isto aconteceu para que se cumprisse o que o Senhor falou pelo profeta: Eis que a Virgem conceberá e dará à luz um Filho, que se chamará Emanuel (Is 7,14), que significa: Deus conosco. Despertando, José fez como o anjo do Senhor lhe havia mandado e recebeu em sua casa sua esposa. E, sem que ele a tivesse conhecido, ela deu à luz o seu filho, que recebeu o nome de Jesus” (Mt 1,21-25)

Sabemos que para o povo bíblico o nome designa a própria natureza do ser, as suas qualidades e a missão da pessoa. No livro do Gênesis (17,5) Javé trocou o nome de Abrão para Abraão porque o tornou pai de uma multidão. Dar o nome ao filho é um direito inerente à missão dos pais, pois estes exercitam a autoridade sobre eles, e de certo modo designam a personalidade deles. De fato, Abraão deu o nome aos seus filhos Israel (Gn 16,15;); Isac (Gen 17,19); Raquel ao filho José (Gn 30,22-24); Ana ao Filho Samuel (1 Sam 1,20); Zacarias a João (Lc 1,55-64). Na verdade, nesta ótica bíblica, José ao impor o nome a Jesus, o introduziu na descendência davídica com a sua conseqüente messianidade, assim como assumiu sobre ele os direitos de pai. De fato, São João Crisóstomo coloca na boca do anjo do anúncio a José, estas palavras: “Sem bem que tu, José, não tens nada a ver com a geração... te confiro igualmente aquilo que é próprio de um pai, impor-lhe o nome; te confio Jesus para que sejas aqui na terra o seu pai” (In Matthaeum homilia IV: MG 57,46-47).

Quanto aos sonhos de José, devemos afirmar que os teólogos afirmam que a historicidade da revelação comporta a possibilidade da manifestação de Deus em todos os níveis da criação e das realidades da vida humana, inclusive os determinismos biológicos e psicológicos. Os sonhos estão presentes na história dos Patriarcas, tais como: Abraão (Gn 15,12); Jacó (Gn 31,10-18); José (37,5-10), etc. No NT são apresentadas situações de visões mas que no contexto parecem sugerir sonhos (At 16,9; 27,23; 18,9; 23,11), além daquelas referências de Mateus, onde se descreve a vocação de José (1,18-25), A fuga para o Egito (2,13-15), A volta do Egito (2,19-23), etc.

Ligado aos sonhos de José estão os anjos, os quais na mentalidade e concepção bíblica são considerados como seres do mundo celeste e mensageiros de Deus. São várias as passagens do NT que fazem referências aos anjos (Lc 1,11; 2,9; At 5,19; 8,26; 12,7.23; 22,43; Mt 4,11 etc.).

A respeito dos sonhos de São José existem muitas interpretações seja dos Padres da Igreja, seja dos teólogos. Não nos interessa aqui fazer uma explanação particular das diversas posições, basta afirmarmos que quase todos os comentadores e os teólogos, consideram o sonho como um grau inferior de manifestação divina a respeito daquela manifestação feita em estado de acordado. Em vista disso, consideram que a inferioridade do meio com que Deus escolheu para comunicar a José o seu desígnio é justificado por uma minimização da exigência do caso, ou seja, visto que José conhecia a inocência de Maria, era de se considerar suficiente qualquer leve insinuação para acreditar que a Virgem tivesse concebido Jesus, o Filho de Deus, e que o seu ventre estava repleto do Espírito Santo, como afirmou Euthymius Zigobenus. Outros viram na inferioridade do meio de comunicação divina a José (através do sonho) o reconhecimento da virtude de José. Para ele era suficiente uma aparição não manifestada.

Numa linha mais psico-religiosa alguns afirmam no sonho bíblico há a “passividade do homem” diante da ação de Deus, que dispõe tudo, sobretudo no plano da salvação e disto se conclui que “os Patriarcas são chamados para uma missão que transcende toda capacidade humana; eles são guiados na própria atuação não por uma simples providência humana, mas pela própria voz de Deus... São José, como os antigos Patriarcas, agiu em função de acontecimentos que transcendem o ser humano... Ele é o instrumento, mas a ação vem de Deus. Ele coloca daquilo que é próprio de si a obediência no cumprimento da ordem, mas quem dispõe de fato é Deus”. Como defende Cristobal de San Antonio.

O Papa Paulo VI evidencia neste fato, São José como modelo de escuta da vontade de Deus, onde por “três vezes no evangelho, se fala de colóquios de um anjo com José durante o sono. O que quer dizer isso? Significa que José era guiado, aconselhado no íntimo, pelo mensageiro celeste. Havia uma ordem da vontade de Deus que se antepunha às ações e portanto o seu comportamento normal era movido por um arcano diálogo do que fazer: José, não temas; não faças isso; partas, voltes! Vemos (nele) uma estupenda docilidade, uma prontidão excepcional de obediência e de execução. Ele não discute, não hesita, não reivindica direitos ou aspirações. Lança-se na execução da palavra que lhe foi dirigida” (Homilia 19/3/1968). Portanto, José regulou a sua vida como a sua consciência, iluminada pelo o que o Espírito de Deus lhe ditava. Ele comporta-se conforme as inspirações que lhe vinham do alto.

Como conclusão pode-se dizer que os sonhos de São José conforme nos apresenta o evangelista Mateus, podem ser considerados como um meio de revelação divina. Eles podem ser considerados evidentes inspirações divinas que o guiava para o desenvolvimento de sua responsabilidade de pai legal de Jesus.

Sabemos que os sonhos ocupam 20% do tempo do nosso sono. A Sagrada Escritura considera o profetismo (Dt 18,9-19) como a instituição privilegiada colocada à disposição de Israel para conhecer a vontade de Deus, mas admite a eficácia de outros meios legítimos, tais como visões, sonhos, etc. (Nm 12,6).

Neste sentido, uma das características dos sonhos que estão presentes na Bíblia, é a transcendência do puro interesse privado de quem sonha para inseri-lo no plano da salvação. Os sonhos de José narrados por Mateus evidenciam este fato, pois estes referem-se aos “mistérios” da vida de Jesus, ou seja, nascimento, permanência no Egito e residência em Nazaré, mistérios estes, dos quais São José foi indispensável “ministro”. De fato, nos episódios de sua vocação (Mt 1,18-25), José resolve suas dúvidas diante da admirável maternidade de Maria, quando o anjo o coloca junto a ela para assegurar a messianidade de Jesus através da descendência davídica e depois para dar-lhe o nome. Da mesma forma, a permanência no Egito é para salvar a vida física de Jesus ameaçada por Herodes, mas dentro do “mistério” é a redenção da humanidade operada naquela região de antiga escravidão através do Filho e do intervento do Pai: “do Egito chamei o meu Filho” (Mt 2,15). O mesmo se pode dizer para a residência ou permanência em Nazaré segundo o plano de Deus, a qual condiciona de certo modo a vida e a missão de Jesus, sendo assim a chave para compreender o seu escondimento e o seu segredo messiânico que caracteriza toda a sua missão.

Estes eventos dentro da história da salvação não são crônicas, mas acontecimentos salvíficos, eventos determinados para a execução do plano de Deus, e por isso Deus deu a José, o “singular depositário do mistério”, o caminho

para ser percorrido, também se de um modo mais discreto possível, ou seja, através do sonho.

Este sentido de disponibilidade e de obediência de José é lembrado por João Paulo II propondo-o como modelo para toda a Igreja, .. “Logo no princípio da Redenção humana, nós encontramos o modelo da obediência encarnado, depois de Maria, precisamente em José, aquele que se distingue pela execução fiel das ordens de Deus” (RC 30).

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Leia e tome conhecimento do relato de Mt 1,21 e procure responder em qual rito esta ordem do anjo a José foi cumprida.
2. Ao impor o nome a Jesus, que conseqüências práticas ocorreram para o próprio Jesus e para José?
3. Indique as passagens onde o anjo comunica-se com José em sonhos. Por que em sonhos?
4. Dê as razões que o papa Paulo VI indica para o acontecimento dos sonhos na vida de José.

9. A Fuga, a Permanência e a Volta do Egito

O relato da fuga e da permanência da Sagrada Família no Egito é um particular, que devemos à pena do evangelista Mateus. Neste relato Mateus mostra José no exercício de seus direitos e de suas funções de chefe da Sagrada Família. É a ele e que anjo do Senhor aparece, é a ele que o anjo fala, é a ele que vem comunicada a destinação, é a ele que será depois revelada o tempo da volta para Nazaré.

Depois de ter cumprido todas essas prescrições legais, conforme o costume da época, José sem dúvida pensava que era hora de voltar para sua casa, para o seu trabalho do dia-a-dia, mas o evangelista Mateus descreve que, antes da volta para a Galiléia, haverá um outro fato muito importante, onde a Providência divina recorrerá novamente a ele. Através da comunicação em sonho por um anjo, é-lhe indicado o Egito como meta temporária de fuga, ou seja, até que Herodes morresse. Neste detalhe da fuga e permanência da Sagrada Família no Egito, descrito por Mateus, lemos: “Levanta-te, toma o menino e sua mãe e foge para o Egito e fica lá até eu te avisar, porque Herodes está procurando o menino para o matar” (Mt 2,13). A ordem de Deus para se exilar com a família foi cumprida por José imediatamente e com perfeição. “De noite, tomou o menino e sua mãe e retirou-se para o Egito, onde ficou até a morte de Herodes, para se cumprir o que o Senhor havia anunciado por meio do profeta: “Do Egito chamei o meu filho” (2,14-15). Ainda de noite ele empreende a viagem rumo ao desconhecido, seguindo o mesmo destino de Abraão, que se refugiou neste país, e de José do Egito, foi salvo ali das mãos de seus irmãos. Havia muito chão a percorrer, era necessário muita coragem e confiança em Deus, diante da ordem divina de que se exilassem nessa terra estrangeira, pois ali estariam em segurança, e seria dali, daquele país famoso por suas tradições, suas cidades cheias de monumentos solenes e com seus centros culturais e comerciais, que o Senhor seria chamado, como o profeta havia anunciado: “Do Egito chamei o meu

filho” (Os 11,1). É por esse motivo que Mateus vê na fuga ao Egito e depois na volta da Sagrada Família à Nazaré, o cumprimento da verdadeira libertação prefigurada pelo antigo Egito e individualizada na expressão de Oséias citada acima.

Na fuga para o Egito, o evangelista se compraz em mostrar o nosso Patriarca exercendo suas funções e direitos de chefe da família que lhe foram confiados. É para ele que o anjo aparece, é com ele que o anjo fala, é a ele que é comunicado o lugar onde devem ir e será depois a ele que o anjo transmitirá o anúncio de retorno à terra de origem.

Deve-se ressaltar também a palavra “Egito” é uma localidade conhecida no AT não tanto por ser o refúgio dos Patriarcas e de outros personagens, mas sobretudo pelo lugar da dura escravidão do povo hebraico, da qual só o intervento divino pode libera-lo. Jesus é considerado por Mateus o verdadeiro Moisés, pois assim como Moisés acompanhou o povo hebraico até a terra prometida, Jesus o supera entrando na terra de Israel (Mt 2,20-21). O Papa João Paulo II colheu esta intenção de Mateus ao afirmar que: “Assim como Israel tinha tomado o caminho do êxodo, ‘da condição de escravidão’ para iniciar a Antiga Aliança, assim José, depositário e cooperador do mistério providencial de Deus, também no exílio vela por Aquele que vai tornar realidade a Nova Aliança”. (RC 14).

Neste mistério também José foi o ministro da salvação fazendo escapar da morte a vida ameaçada do Menino Jesus, como rezamos na oração composta por Leão XIII. Eis um motivo a mais para confiar no Patrocínio de São José, pois ainda hoje temos muitas razões para recomendar a São José cada ser humano, como nos ensina o documento *Redemptoris Custos* (N 31).

O evangelista nos relata com poucas palavras esta fuga para um país estrangeiro, não entrando em detalhes, não indicando o tempo e nem a forma da viagem, nem tampouco descrevendo as circunstâncias do trajeto. Limita-se a contar-nos o essencial, e o essencial é que Herodes procurava matar o menino Jesus. A atitude de Herodes não era estranha, pois já havia mandado matar outras pessoas consideradas seus rivais. Esse tirano não era benquisto pelo povo, e quando morreu, aos 69 anos, os judeus comentavam aos cochichos que ele tinha se “apoderado do trono como uma raposa, reinado como um tigre e morrido como um cachorro”. Mandar matar todas as crianças do sexo masculino, com menos de dois anos de idade, residentes na pequena aldeia de Belém e adjacências, tinha sido um de seus últimos atos infames, bem condizente com o seu mau caráter.

Para buscar a liberdade em outras terras, a Sagrada Família teve que empreender uma viagem penosa e arriscada, pois o Egito não ficava perto. Para atingi-lo era preciso fazer uma caminhada de cerca de 400 quilômetros. É descartada a possibilidade de que tenham feito essa travessia pelo deserto sozinhos. Certamente serviram-se de pessoas que conheciam esse trajeto para chegar ao objetivo, pois, além do cansaço da caminhada, havia escassez de água, falta de segurança etc. Mesmo os soldados romanos, equipados e treinados para longas caminhadas, preferiam combater a atravessar aquele deserto, conforme relatou Plutarco.

Os acontecimentos durante a viagem pelo deserto não nos foram relatados, portanto não existe nada que possa satisfazer a nossa curiosidade. Só existem piedosas e graciosas lendas, descritas com imagens poéticas pelos apócrifos (Os apócrifos são escritos da mesma época dos escritos bíblicos, ou um pouco

posteriores, mas não são tidos como inspirados, portanto não estão incluídos no cânon oficial. Receberam a denominação de apócrifos, ou seja, ocultos, secretos, escondidos, porque não eram de uso público, ou seja, não eram usados oficialmente na liturgia e no ensino). Algumas dessas lendas encontradas no evangelho apócrifo do Pseudo Mateus e no evangelho Árabe da Infância, relatam que animais ferozes os acompanhavam no deserto, que bois e outros animais lhes traziam o que era necessário, ou que árvores se inclinavam enquanto o Menino Jesus passava, ou ainda, que árvores secas, sem folhas, tornavam-se frondosas para abrigá-los em suas sombras. Claro que a Providência Divina não deixou de socorrê-los nessa caminhada. Assim, árvores e palmeiras que se inclinavam para lhes fornecer frutos ou que faziam jorrar água fresca para matar a sede não passam de fantasia dos apócrifos.

Entretanto, a lenda que teve maior repercussão na iconografia e na literatura encontra-se no Pseudo Mateus, nos capítulos 22 e 24. Ele narra que, “enquanto estavam conversando, viram à sua frente os montes do Egito e suas cidades. Com alegria chegaram aos limites de Ermópolis, e entraram em uma cidade do Egito chamada Sotine”.

Como não houvesse ali nenhum conhecido em cuja casa pudessem hospedar-se, entraram no templo denominado Capitólio do Egito.

"Nesse templo haviam sido colocados 365 ídolos, aos quais cada dia se atribuíam sacrilegamente honras de divindades. Ora, aconteceu que, ao entrar a beatíssima Maria com a criança no templo, todos os ídolos caíram por terra, ficando completamente estragados e quebrados; assim demonstraram evidentemente que não eram nada". Prosseguindo a narrativa, diz que “então Afrodísio, governador da cidade, ao saber do ocorrido, dirigiu-se ao templo com todo o seu exército. Os pontífices do templo, ao ver Afrodísio correr ao templo com todo o exército, pensavam que se vingaria daqueles que haviam feito os deuses caírem por terra. Mas ele, ao entrar no templo, vendo todos os ídolos prostrados no chão, aproximou-se de Maria e adorou o menino que ela tinha nos braços. Depois de adorá-lo, disse a todo o seu exército e aos amigos: “Se este não fosse o Deus do nossos deuses, os nossos deuses não teriam caído por terra diante dele, nem permaneceriam prostrados na sua presença, de maneira que, tacitamente, proclamou que é o Senhor deles. Portanto, se não fizemos todos, com maior cautela, o que fazemos aos nossos deuses, poderemos incorrer no perigo de sua indignação e irmos todos ao encontro da morte: como aconteceu ao Faraó rei do Egito, o qual, não dando atenção aos múltiplos prodígios, foi submerso ao mar com todo o seu exército. Então todo o povo daquela cidade acreditou, por meio de Jesus Cristo, no Senhor Deus”.

É interessante notar que esta descrição, imaginária ficou imortalizada no mosaico da abside da basílica Santa Maria Maior de Roma, onde está representada a cena de Afrodísio. Essa mesma realidade religiosa também é lembrada na prática de piedade das “Sete dores e alegrias de São José”, que lembra a alegria de São José “ao ver cair por terra os ídolos dos egípcios”.

Quanto ao lugar onde a Sagrada Família viveu no Egito, não é possível precisá-lo. Mateus é tão genérico neste ponto que podemos concluir que bastou José chegar à fronteira do Egito, ao sul de Gaza, em direção a Wadi Aris, para estar seguro, fora do domínio de Herodes. Contudo, são diversas as localidades que disputam a honra de ter hospedado a família imigrante de Nazaré. Entre elas destacamos Heliópolis, lugarejo distante 10 quilômetros de Cairo. Também no

vilarejo de nome Matarieh, próximo do Cairo, num lugar denominado “Jardim de Bálsamo”; são venerados um antigo sicômoro, conhecido com “árvore da Virgem”, e uma fonte, cuja tradição busca uma interpretação no “Evangelho árabe da Infância”, explicitando que a Sagrada Família se dirigiria ao sicômoro hoje chamado Matarieh e Jesus fez com que ali brotasse uma fonte, na qual a Senhora Maria lavava as suas fraldas. Do suor de Jesus, que se espalhou, proveio o bálsamo da região (c 24). Hoje nesta localidade está erigida uma igreja dedicada à Sagrada Família. Ainda em Cairo, entre as várias igrejas edificadas, uma das mais importantes é Abu Sargha, construída segundo a tradição no lugar onde morava a Sagrada Família. Outras localidades se contentam em ter a honra ao menos da estada da Sagrada Família. Entre elas citam-se Bubaste, Bilheis, Pelusio e Koskam. Os elementos convencionais nos quais essas tradições se apoiam são quase sempre uma árvore, uma fonte ou uma igreja com uma referência clara a lendas apócrifas.

Pouco nos importa saber o lugar onde residiram o certo é que foi neste país, poderoso por causa de seus exércitos ágeis que a Providência os colocou por algum tempo, alojados provavelmente em um dos bairros hebreus, situados numa cidade próxima à fronteira oriental. Numa dessas localidades os “hebreus podiam encontrar auxílio e conforto junto aos compatriotas que viviam naquele país, famoso por suas tradições antigas, por suas cidades de monumentos solenes e por seus centros culturais e comerciais onde pulsava a vida do grande mundo. No ambiente onde a Sagrada Família passou a viver, assim como em todo o Oriente, iniciara-se o culto ao imperador e o número de ídolos era bastante elevado: adorava-se o carneiro, o abutre, o crocodilo, o falcão... Além do mais, existiam um vasto domínio de magia e de superstições, especialmente no interior”.

Com a solidariedade de seus compatriotas, José encontrou um lugar para instalar-se com a sua família e deu início à nova vida em terra estrangeira, sem despertar nenhuma atenção para os israelitas que ali viviam. Juntos, os israelitas em país estrangeiro formavam uma associação mais bem estruturada e funcional do que na sua própria pátria, pois, pressionados pelas circunstâncias, precisavam ajudar-se mutuamente para subsistir.

O tempo foi passando e o exílio determinado pela Providência chegava ao fim. Segundo uma das versões mais prováveis, dois anos após a matança dos inocentes, Herodes morreu depois de uma doença dolorosa e repulsiva. Livre do tirano, o Anjo apareceu novamente em sonho a José no Egito e lhe disse: “Levanta-te, toma o menino e a mãe e retorna à terra de Israel... José levantou, tomou o menino e a mãe e foi para a terra de Israel. Mas, tendo ouvido que Arquelau reinava na Judéia em lugar de seu pai Herodes, teve receio de ir para lá. Avisado em sonho, retirou-se para as bandas da Galiléia, indo morar numa cidade chamada Nazaré” (Mt 2,20-23). Solicito como sempre, José preparou tudo, pegou o menino e sua mãe e se pôs a caminho em direção da sua terra de origem. Voltar para a sua terra era, sem dúvida, motivo de grande alegria, porém o clima por lá estava tenso e semeado de discórdia e violência. A política não andava bem as revoltas e a guerra civil havia causado muitas mortes. Arquelau, que assumira o governo da Judéia em lugar de seu pai Herodes da mesma forma um tirano, com sede de poder, e sua fama de atrocidades havia chegado também ao Egito. O povo acabava de sair das mãos de um sanguinário e começava a sentir na carne a dureza de um novo despotismo. José ao tomar conhecimento de todas

essas péssimas notícias, sentiu medo e, como pai, temeu pela vida do menino. Como bom israelita, gostaria de no retorno, passar por Jerusalém, visitar o Templo onde ficou distante de seus olhos durante o período de exílio e dar graças ao Senhor antes de iniciar a sua nova vida em Nazaré, mas novamente Deus fixou os rumos da sua vida, comunicando-lhe que se dirigisse diretamente a Nazaré, evitando assim qualquer risco de vida para o menino. Os primeiros anos da vida de Jesus haviam sido cheios de intranquilidade. Agora, na pacata Nazaré, rodeado por seu ambiente familiar, José podia viver mais sossegado.

É importante destacar um fato particularmente significativo nesta moldura do exílio. Tanto a ordem de refugiar-se no Egito como de retornar à pátria não foi transmitida a Maria. E sim a José, o que evidencia o reconhecimento da sua autoridade ou jurisdição paterna sobre Jesus. Neste acontecimento particular, José exerceu plenamente a sua paternidade, a sua missão de chefe da Sagrada Família e esposo de Maria. Nesse fato vemos a sua participação e colaboração clara e precisa no mistério da redenção. A ele foi confiado o início da nossa redenção, conforme rezamos na oração da coleta da missa do dia 19 de março. José foi ao mesmo tempo guarda legítimo e natural, chefe e defensor da família divina, ministério que exerceu durante toda a sua vida.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Leia e tome conhecimento do relato de Mt 2,13-18, além do motivo da perseguição de Herodes, qual outro o evangelista indica para esta fuga?
2. Qual é a importância da atuação de José neste fato?
3. Tome conhecimento de alguns relatos fantasiosos dos apócrifos durante a fuga da Sagrada Família para o Egito?

10. Vida em Nazaré e a Permanência de Jesus no Templo

Neste mistério salvífico da fuga para o Egito, “José, depositário e cooperador do mistério providencial de Deus, também no exílio vela por Aquele que vai tornar realidade a Nova Aliança’ (RC 14). Ali ele foi instrumento do qual Deus se serviu para “chamar do Egito o seu Filho”

Terminada todas as vicissitudes e contratempos, de regresso do exílio, José estabeleceu-se com a sua família na pequena Nazaré e retomou as suas atividades de artesão. Afinal, era esta a sua profissão. De volta ao seu ambiente, tudo se tornara mais fácil. Portanto, dificilmente teria encontrado dificuldade em retomar os seus trabalhos na aldeia e nas vizinhanças, pois embora não fosse um homem de cátedra, era muito prático e capaz de, nas ocorrências da vida, tomar decisões não só no que se referia a si mesmo, como também aos outros. A sua profissão fazia dele um homem bastante conhecido entre os nazarenos, e o período que passou longe da sua terra, sem manter contato com os parentes e conterrâneos, não foi suficiente para apagar da memória do povo a imagem daquele homem completo, com sua personalidade rica e responsável em seus deveres.

Sua pequena oficina, que permaneceu por um bom tempo fechada, empoeirada e despercebida, começava novamente a ser o ponto de encontro das pessoas, o

ponto de referência para muitos da cidade e da região circunvizinha. Muito mais que isso, era o palco sublime da presença de Jesus criança e iniciante na arte da carpintaria. De novo o barulho da serra e do martelo passava a chamar a atenção dos transeuntes e a dar tom de vida mais movimentada à pacata cidadezinha.

Como antes, as mãos habilidosas do carpinteiro de Nazaré eram requisitadas não só para fabricar uma mesa ou um par de cadeiras, mas também para abrir uma valeta no quintal de um vizinho, consertar uma porta ou uma janela numa das poucas centenas de casas pobres do lugarejo, ou ainda traçar com maestria e habilidade os fundamentos de uma nova construção.

Desta maneira, o dia-a-dia de José começava a tomar novamente o seu ritmo, junto com a sua castíssima esposa e o seu filho, que “crescia robusto, cheio de sabedoria, pois a graça de Deus estava com ele” (Lc 2,40).

Como qualquer criança de seu tempo, Jesus queria crescer, e por isso observava com atenção o comportamento do pai e da mãe e se espelhava nos seus exemplos para tornar-se como eles. Será um aluno atento na carpintaria como esmero e manejo da serra e as pancadas certas do martelo. Sentir-se-á feliz aos sábados, ao deixar a labuta da oficina ou os bancos da escola para acompanhar o pai à sinagoga, ficará admirado ao seguir com atenção seus gestos e suas inclinações na casa de oração, sentirá orgulho dele ao vê-lo encaminhar-se para frente na sinagoga, pegar o pergaminho da palavra de Deus nas mãos e proclamar em voz alta e altissonante a todos os presentes a palavra do Senhor.

Será no convívio com os pais que aprenderá o que é necessário para a vida, mas será também na sinagoga, lugar rico em ensinamentos, que irá entender muitas coisas. Atraído por sua curiosidade de criança, saberá que a pequena lâmpada, sempre acesa diante do armário que guarda sigilosamente os pergaminhos da Sagrada Escritura, simboliza a luz da lei divina ali presente que ilumina todos os homens. Será na freqüência à sinagoga que compreenderá que as estrelas de seis pontas significam o emblema do seu antepassado Davi, o grande rei que escreveu salmos belíssimos, muitos dos quais já sabia de cor, pois tinha aprendido em casa nos joelhos de Maria, sua mãe, ou na companhia do pai na carpintaria.

Será na sua família, pequena escola de Nazaré, que Jesus aprenderá a rezar e santificar o dia elevando o pensamento a Deus com as orações costumeiras do israelita. José e Maria, cientes da educação devida ao filho, não se limitarão a transmitir ensinamentos a Jesus apenas em casa, mas seguramente o encaminharão todos os dias a uma escola sinagagal, onde terá como livro os textos sagrados e como professor um rabi. Na escola aprenderá a recitar em voz alta o Shemá, a fórmula fundamental da fé do seu povo, assim como aprenderá longos trechos do Pentateuco. Em casa, aos poucos, entenderá os episódios, da história do seu povo, e como toda criança começará a amar os seus heróis estudados nos textos sagrados, como os Profetas, o poderoso José do Egito, Moisés o grande libertador e líder que conduziu o povo da escravidão do Egito pelo deserto por quarenta anos até a terra prometida, e Davi, que na sua simplicidade abateu o gigante Golias...

Com José Jesus irá aos poucos aprendendo o significado das grandes festas religiosas do seu povo que eram celebradas durante o ano (Era costume entre os hebreus visitar Jerusalém três vezes ao ano: nas festas da Páscoa, de Pentecostes e dos Tabernáculos. Os que moravam longe de Jerusalém tinham a obrigação de uma só viagem, justamente para os festejos da Páscoa). Quando já havia completado 12 anos, teve a oportunidade de participar pela primeira vez dos

festejos da Páscoa na cidade santa de Jerusalém. Levar o filho pela primeira vez para participar oficialmente do culto ao verdadeiro Deus era motivo de muita alegria para todos os pais. As cerimônias desses dias tinham um significado muito profundo. José, a exemplo de outras famílias de sua cidadezinha, preparou tudo para fazer a peregrinação a Jerusalém, comida para a viagem, tenda para pernoitar, afinal eram quatro dias de viagem pelos montes de Judá, percorrendo em média 35 quilômetros por dia, além do burrinho para transportar tudo.

Chegados a Jerusalém, estes simples aldeões de Nazaré puderam admirar o palácio de Herodes com suas torres e muros, o formalismo dos fariseus e sobretudo espantar-se com o extraordinário número de peregrinos, fazendo com que a população, que normalmente era 78 mil, passasse para 150 mil ou mais pessoas. Tudo ali se confundia: costumes, língua e gente diferente misturada com pobres, doentes, coxos e cegos que aproveitavam os festejos para mendigar. No dia do início dos festejos José estava lá acompanhando Jesus, na parte do pátio do Templo reservada aos homens.

Terminados os festejos, que se prolongavam mais dias, era tempo de voltar para casa. Os peregrinos de Nazaré se reúnem para em caravana empreender a viagem de retorno, subdivididos em grupos de homens e mulheres. Jesus, porém, ficou na cidade, entre os pórticos do Templo, sem que seus pais percebessem, e ouvia os ensinamentos dos rabinos. Sua ausência na caravana foi notada quase depois de um dia de viagem, quando devem ter parado para descansar junto à fonte de Berot. Imediatamente os seus pais voltam a Jerusalém e o procuram por todos os lados, até que o encontram entre os doutores. Sua mãe, apreensiva, perguntou-lhe: “Filho, por que você procedeu assim com a gente? Seu pai e eu estávamos bastante aflitos procurando você”. (Lc 2,48). Nestas palavras de Maria fica evidenciada a paternidade real de José; não só os que ignoravam a divindade e a concepção admirável de Cristo chamam José de pai de Jesus, afirma Suárez, mas o próprio evangelista e também a Virgem Maria (Mistérios de la vida de Cristo, Madrid, 1958, Vol I, pp. 263-264).

Comumente a iconografia apresentou este fato ocorrido aos doze anos da vida de Jesus como “A perda de Jesus de Jerusalém”, porém seguramente não foi uma perda de Jesus entre a multidão que se apinhava em Jerusalém naqueles dias, mas sim uma decisão livre e espontânea do próprio Jesus... Ele mesmo quis permanecer lá, e não foi por um descuido de seus pais. Devemos notar que, aos doze anos, os adolescentes israelitas começavam a gozar uma certa autonomia e já eram considerados socialmente. Assim, não foi difícil para Jesus conseguir o seu intento, mesmo porque os adolescentes podiam acompanhar tanto o pai como a mãe em caravanas separadas, as quais se encontravam somente em alguns pontos preestabelecidos. Portanto, nem José nem Maria podiam imaginar que Jesus tivesse ficado em Jerusalém.

Depois de encontrá-lo, Jesus desceu com eles para Nazaré e, no seio da Sagrada Família, uma das tantas famílias desta pequena cidade da Galiléia, crescia e “robustecia-se de sabedoria, e a graça de Deus estava com ele” (Lc 2,40). Estas poucas palavras resumem o longo período da vida “oculta” que Jesus viveu à espera do cumprimento da sua missão messiânica. Durante todo esse período, Jesus viveu no âmbito da sua família, sob os cuidados de São José, que tinha conforme os deveres de um pai na época, a responsabilidade de alimentá-lo, vesti-lo e instruí-lo na lei e ensinar-lhe um ofício. Nesse contexto, Jesus crescia “em sabedoria, em estatura e em graça” (Lc 2,52), tudo na docilidade total aos

seus pais “era-lhes submisso” (Lc 2,51). Correspondia, portanto, com todo respeito às atenções de seus pais e, “dessa forma, quis santificar os deveres da família e do trabalho, que ele próprio executava ao lado de José” (João Paulo II, Exortação Apostólica *Redemptoris Custos*, Roma, 1989 - RC 16).

Os evangelistas silenciam completamente sobre os anos da “vida oculta” de Jesus em Nazaré. Sabemos apenas que levou uma vida comum, não apresentando nada de especial entre os habitantes da sua cidade. Na oficina de José, acompanhou os acontecimentos por vezes tumultuados da história do seu povo, cujo governador, Arquelau, destacava-se pela crueldade, mostrando ter um braço forte para governar. Seu comportamento tirano gerava rebeldia, movimentos de revolta comandados por líderes espontâneos que se estendiam por toda a Judéia. Aspirava como qualquer cidadão do seu tempo a uma verdadeira e completa libertação, que depois iria pregar com toda veemência pelas terras da Palestina.

A instabilidade política reinante no país e o descontentamento do povo com o domínio dos romanos marcaram profundamente as etapas da vida de Jesus adolescente e jovem. Contudo, todos esses anos foram acompanhados pelos constantes e sábios conselhos de José educador. Ali, na casa de Nazaré, José transmitia ao filho a sua experiência profissional e humana.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Leia e tome conhecimento do relato de Mt 2,19-23. Para onde a Sagrada Família dirigiu-se depois do exílio? O que José passou a fazer após este acontecimento? Como podemos individuar a sua profissão
2. Qual o episódio marcante de Jesus na vida de José e Maria durante a vivência em Nazaré e em que passagem de Lucas Maria evidencia a paternidade de José sobre Jesus?

Parte II

11. O Matrimônio de Maria e José

O primeiro título que Mateus dá a José é “Esposo de Maria”(Mt 1,16) e o segundo é “Filho de Davi” (Mt, 1,20). Entre os dois insere o qualificativo “Justo” (Mt 1,19) exprimindo desta forma o grau de santidade exigido no objetivo pelo qual estes dois títulos são lhe atribuído, ou seja, o inserimento do Verbo na família humana. Sendo que a messianidade de Jesus depende do casamento de Maria com José, é natural que Mateus evidencie que ele é esposo de Maria. O evangelista interessa definir que Jesus foi concebido pelo Espírito Santo e não o momento da concepção, durante ou depois do casamento, mesmo porque o Verbo “Ministeúo” (v 18) utilizando por Mateus pode ser interpretado tanto como namoro como também para mulher casada que coabita com o marido (Lc 2,5). A Igreja retém que entre Maria e José houve um estreito vínculo conjugal e próprio por isto José participa da excelsa grandeza de Maria.

O matrimônio entre ambos foi verdadeiro porque entre eles houve a união conjugal, não a união sexual. Houve a “união indivisível dos ânimos” que levou

ambos a manter-se perpetuamente fiéis um ao outro. O matrimônio de Maria e José não foi portanto um jogo de simples circunstâncias humanas, ou simplesmente o resultado de um preciso intervento de Deus. Este foi uma necessidade para o honrado inserimento do Verbo Divino na família humana e para o seu reconhecimento como filho de Davi. O mesmo foi destinado para acolher e educar Jesus, e por isso comportava a máxima expressão da união conjugal, ou seja, o grau supremo do dom de si. Neste sentido a virgindade exprime e garante a gratuidade deste dom, e assim esta união apenas não compromete a essência do matrimônio e da paternidade, mas a evidência e a defende, segundo a afirmação de Agostinho: “Esposo tanto mais verdadeiro quanto mais casto”, “Pai tanto mais verdadeiro quanto mais casto”.

O dom de si coincide, para São Tomás, com o amor amizade que não é o amor concupiscência, pois ama-se querendo o bem do outro e não o bem próprio; ama-se numa dimensão de amor recíproco. De fato, a afinidade espiritual de Maria e José foi tão grande que Maria aceitou a divina maternidade sem pedir o consentimento a ele, porque sabia que Deus tinha sobre ela todo direito e que era desejo profundo de José que ela fosse toda de Deus. Com isso a atitude de Maria para com José não foi uma falta de delicadeza, mas sinal de confiança. Em vista disto, Bernardino de Bustis afirma que: “entre Maria e José existiu um amor indivisível e santíssimo; de fato, depois de Cristo, seu Filho, a Virgem puríssima não amou nenhum homem ou criatura assim como a José e da mesma forma José amou a beata Virgem acima de todas as criaturas”. (Sermo 12, de BMV Desponsatione). Maria se distinguiu em seu amor para com José e não houve ninguém que ela não tratasse com tanta familiaridade que a José, seu esposo.

Na comunhão de amor com Maria está também o segredo de toda a santidade de José e, se é verdade, como afirma Francisco Suárez: “que um dos meios mais eficazes para obter de Deus os dons da graça é a devoção para com a Virgem e a sua intercessão, podemos acreditar que o santíssimo José, diletíssimo à Virgem e devotíssimo, obteve por seu meio a exímia perfeição e santidade. Desta forma, como é o parecer de São Bernardino de Sena, Maria amou José com toda sinceridade e com todo o afeto de seu coração e ofereceu-lhe livremente o tesouro de seu coração”.

Já afirmamos que Deus designou José “filho de Davi”, para transmitir a Jesus a descendência davídica e o fez através do matrimônio com Maria. Se Maria esposa de José tem um filho, este legalmente é também filho de José pelos efeitos civis e familiares. Daqui a importância deste matrimônio, pois juntamente com Maria, José foi envolvido na realidade do evento salvífico, sendo o depositário do mesmo amor do Eterno Pai (RC 1).

O anjo ao dirigir-se a José com o título, “Filho de Davi”, “introduz José no mistério da maternidade de Maria”, a qual tornou-se mãe por obra do Espírito Santo. O anjo também dirige-se a José como “ao esposo de Maria”, como aquele que deverá dar o nome ao Filho que nascerá da Virgem de Nazaré, sua esposa; portanto, confia-lhe uma tarefa de pai terreno a respeito do Filho de Maria (RC 3).

Já que a “União virginal e santa de José e Maria constitui o vértice do qual a santidade se espalha sobre a terra”, é particularmente oportuno celebrar a festa dos Santos Esposos Maria e José.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Indique com suas palavras por que o matrimônio de Maria e José é verdadeiro.
2. Por que este matrimônio foi necessário diante dos desígnios de Deus?

12. Um Matrimônio com a União Conjugal e Todo Especial

O pelagiano Julião, negou o matrimônio de Maria e de José, porque este não foi consumado. Agostinho defendeu este matrimônio colocando sua essência na união dos ânimos. Para ele José é esposo de Maria na continência, não pela união sexual, mas pelo afeto, não pela união dos corpos, mas pela união dos ânimos. A união deles não vem pela ligação dos corpos mas do consentimento, em virtude da União Conjugal. Para Agostinho não se pode dividir o casal porque não se une carnalmente, mas se une com os corações (*Cordibus connectuntur*).

A ausência da união sexual não faz com que José não seja o marido, pois o próprio Mateus narra que Maria foi chamada pelo anjo de sua esposa, mesmo referindo que não tinha tido a união sexual com ele para o nascimento de Jesus, mas que ela concebeu por obra do Espírito Santo. Assim, enfatiza Agostinho que aqueles que decidem consensualmente abster-se para sempre da união sexual, não somente não desfazem o vínculo conjugal, mas será tanto mais estável quanto mais este pacto, observado com amor e concórdia, existir não através dos liames dos corpos, mas com o afeto das almas (*Voluntariis affectibus animorum*). Santo Agostinho afirma ainda a respeito da ausência da união sexual entre os dois que: “José não por isso não foi pai, porque não se uniu sexualmente com a Mãe do Senhor, quase que seja o libido a torná-la esposa e não a caridade conjugal”. Por isso responde a Julião que retém José somente como “quase marido”, ou seja, segundo a opinião do povo, conforme narra Lucas (3,25) que entendia remover a falsa opinião de que Jesus fora gerado pela união sexual, e não negar que Maria fosse esposa de José. Além do mais, Agostinho afirma que neles foram realizados todos os bens do matrimônio: o filho, a fidelidade e o sacramento. A prole que é o próprio Jesus, a fidelidade, porque não houve nenhum adultério e o sacramento, porque não há nenhum divórcio.

Em suma, para Santo Agostinho o matrimônio pode ser tido como tal não por motivo da união sexual, mas por motivo do perseverante afeto da mente. Os cônjuges devem saber “muito mais intimamente (*multo familiarius*) que aderem aos membros de Cristo, quanto mais possam imitar os pais de Cristo” (*Contra Faustum* 23,8).

O Matrimônio de Maria com José não é algo secundário ou um simples acontecimento na vida privada dos dois e sim, um matrimônio todo especial, mas nem por isso incompleto e insignificante, aliás, para termos conhecimento sobre a sua importância basta que leiamos Santo Tomás, o qual na terceira parte de sua obra *Summa Theologica*, na questão 29 dedica sua atenção sobre “O Matrimônio da Mãe de Deus”, onde interrogando-se sobre o seu matrimônio coloca duas proposições: se Cristo tinha que nascer de uma mulher casada e se houve realmente um verdadeiro matrimônio entre a mãe de Deus e José.

Antes, porém de abordarmos os argumentos de Santo Tomás, vamos considerar que a singularidade deste matrimônio suscitou ao longo dos séculos atitudes contrastantes, pois alguns preferiram não enfatizar São José como o verdadeiro esposo de Maria, mas sim, idealizaram Maria como esposa considerando-a esposa da Santíssima Trindade, esposa do Pai, esposa do Espírito Santo, esposa da Igreja, esposa das almas... menos esposa de José. Outros consideram o matrimônio de José e Maria muito problemático, e outros ainda o julgaram comprometedor, pois diziam que este ocasionava uma dificuldade para a sua virgindade e assim transformaram José num velho, no guarda de sua virgindade, sendo que tudo isso foi fruto da visão errada dos apócrifos, fato este que a arte testemunhou sobejamente.

Existem, contudo aqueles que são convencidos da importância deste matrimônio e inclusive promoveram a festa dos Santos Esposos, a qual é geralmente lembrada no dia 23 de janeiro.

Para nós é imprescindível afirmar que o matrimônio de José e Maria tem uma importância capital na história da nossa salvação. O próprio magistério da Igreja nos ensina que se é importante professar a concepção virginal de Jesus como nos relatam os evangelistas (Mt 1,18-25; Lc 1,26-38), é igualmente importante enfatizar o matrimônio de Maria com José (Mt 1,16-18-20.24; Lc 1,27; 2,5) porque juridicamente é deste que depende a paternidade de José (RC 7).

Na verdade este matrimônio entra num dos mistérios da vida de Cristo e o seu fundamento bíblico é indiscutível dado a estreita relação dele com todo o mistério da encarnação. O próprio Mateus embora sabendo que José não gerou Jesus, demonstra contudo a necessidade deste matrimônio, a fim de que Jesus tivesse a qualificação de Messias e a genealogia davídica. Portanto, a encarnação de Jesus aconteceu dentro deste matrimônio.

Os Padres da Igreja ao longo dos séculos ocuparam-se da importância e da natureza deste matrimônio, inclusive com a sua celebração litúrgica começada no início do século XV, sobretudo por esforço de Gerson (1363-1429), chanceler da Universidade de Paris, o qual num sermão: "Sermo de nativitate gloriosiae Virginis Marie et de commendatione Virginei sponsi eius Joseph" dirigido aos Padres do Concílio de Costanza (8/9/1416) pedia-lhes que invocassem oficialmente a intercessão de São José e de instituir uma festa em sua honra para todas as Igrejas com o objetivo de celebrar a festa dos Santos Esposos, particularmente aquelas dedicadas à Nossa Senhora, durante o 4º domingo do Advento; para isso ele compôs uma missa e um ofício próprio, o qual se difundiu rapidamente.

Desta data para cá a festa dos Santos Esposos foi celebrada com autorização para Dioceses, Congregações, Conventos e também para alguns Reinos. É de se notar que em 1555 o Papa Paulo IV ao condenar a seita dos Unitários, a qual negava a concepção virginal de Jesus, querendo extirpar tal heresia, suprimiu esta festa litúrgica em todos os calendários litúrgicos, porém nem todos observaram sua determinação. Somente em 1561 a Congregação dos Ritos ao fazer uma revisão dos Calendários particulares e dos Ofícios e missas próprias, catalogou a festa dos Santos Esposos Maria e José para o dia 23 de janeiro como festa considerada de devoção podendo ser celebrada nos calendários particulares, quando houvesse motivos especiais. Hoje esta festa permanece ligada aos motivos ou aos lugares e a sua promoção depende dos devotos e também, é claro, dos pastores.

A teologia do matrimônio tem suas raízes na criação e o seu cumprimento na encarnação de Jesus. Na ordem da criação o matrimônio exprime, através do corpo humano, a manifestação do amor. Na ordem da redenção o matrimônio de José e Maria torna-se essencial no aspecto cristológico por dar a Jesus a descendência davídica, no aspecto salvífico porque é a primeira realidade humana assumida para ser purificada e santificada e no aspecto eclesial porque é símbolo perfeito da união de Cristo com a Igreja.

Qual é na obra da criação a realidade que mais manifesta o amor de Deus, o qual é o próprio amor? É o próprio homem, imagem de Deus (Gn 2,7). O homem é visivelmente a mais alta expressão do amor de Deus, porque traz em si a interior dimensão deste dom e com isso leva ao mundo a sua particular semelhança com Deus. No prefácio da Missa para os Esposos lê-se: “Na união entre o homem e a mulher imprimistes uma imagem do Vosso amor”. O homem é portanto sacramento do amor de Deus e realiza isso justamente “doando-se”, existindo “para alguém”. “Numa relação de recíproco dom” (Osservatorio Romano, 10/1/1980). Nesta perspectiva o corpo manifesta a necessidade e a comunhão das pessoas. “O corpo é criado para transferir na realidade visível do mundo, o mistério escondido na eternidade em Deus, e assim ser o seu sinal...” (OR 21/2/1980).

O corpo possui portanto, uma função sacramental e isto leva-nos a descobrir o seu significado “Esponsal”, ou seja, a capacidade de exprimir amor. Infelizmente o pecado original comprometeu a função sacramental do corpo e o seu significado “Esponsal”.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Faça a diferença entre união conjugal e união sexual no exercício do matrimônio de Maria e José e indique os valores deste matrimônio segundo Santo Agostinho.
2. Indique com suas palavras por que este matrimônio é especial?

13. Um Matrimônio Verdadeiro e Conveniente

Visto que o matrimônio tem a sua importância na ordem da criação, ele também encontra-se na ordem da redenção que tem o seu fundamento na encarnação. Santo Tomás considera o matrimônio de Maria e José afirmando que o nascimento de Cristo de uma Virgem esposa foi conveniente para ele próprio, para a mãe e para nós. Para Jesus para que ninguém tivesse motivo de renegá-lo como ilegítimo. Para que a sua genealogia seguisse segundo o costume a linha masculina. Para que o menino Jesus fosse defendido das insídias do diabo. Para que José providenciasse o sustento de Cristo. A respeito da Virgem o matrimônio foi conveniente para que ela fosse preservada da pena de lapidação, para que fosse livre da infâmia e para que José lhe fosse de ajuda. A respeito a nós foi conveniente porque o testemunho de José garante que Cristo nasceu de uma Virgem, como também para tornar mais crível as palavras da Virgem ao afirmar a sua própria virgindade. Porque tal matrimônio é símbolo da Igreja Católica

Universal. Porque na pessoa da mãe de Jesus, esposa e virgem, vem honrada a virgindade e o matrimônio.

Quanto ao matrimônio de Maria e José, este foi verdadeiro, afirma Santo Tomás, porque houve a indivisível união deles que os obrigou a manter-se fiéis um ao outro. O matrimônio entre eles foi verdadeiro porque ambos consentiram a união conjugal, embora não consentiram a união sexual, a não ser sob a condição; se fosse a vontade de Deus. O matrimônio enquanto união sexual não foi consumado, mas houve nele a educação da prole, ou seja, de Jesus.

Ao comentar Mt 1,16 (Esposo de Maria) Santo Tomás afirma que o matrimônio de Maria e José foi verdadeiro porque nele existiram os três bens do matrimônio: a prole, o próprio Deus; a fidelidade, porque não houve adultério, e o sacramento, porque houve a indivisível união deles.

Não se pode concluir, com o intuito de negar este matrimônio, que com a expressão “nascido de mulher” (Gal 4,4), o apóstolo Paulo queira afirmar Maria como uma mãe solteira, ainda que virgem. De fato, a Carta às famílias de João Paulo II, do ano 1994 afirma que “Jesus entrou na história dos homens através de uma família... um caminho do qual o ser humano não pode separar-se”(Nº 2) e o Filho de Maria é também o Filho de José, em virtude do vínculo matrimonial que os une” (RC 7).

É devido a validade do matrimônio de José com Maria que Jesus entra na genealogia que de Abraão passa por Davi, passando por Jacó que gerou José, o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado o Cristo.

São José participou como nenhuma outra pessoa humana, com exceção de Maria, do mistério da encarnação de Jesus. Ele foi o depositário do mesmo amor pela qual potencia o eterno Pai que nos predestinou a sermos os seus filhos adotivos por obra de Jesus Cristo (RC 1). José participou do mesmo mistério salvífico e do mesmo amor e esta sua participação é fundamental para compreender a importância de sua pessoa e de sua missão. Ele participou deste mistério juntamente com Maria, também se a sua maternidade não dependia dele; Maria portanto, não pode ser separada dele. “O mensageiro dirige-se a José como ‘esposo de Maria’; dirige a quem, a seu tempo, deverá por tal nome ao Filho que vai nascer da Virgem de Nazaré, desposada com ele” (RC 3).

Do mistério divino escondido nos séculos na mente de Deus (Ef 3,9) José é juntamente com Maria, o primeiro depositário. Ele, juntamente com Maria participa desta fase culminante da auto-revelação de Deus em Cristo. “Desde o momento da Anunciação, José, juntamente com Maria, encontrou-se em certo sentido, no íntimo do mistério escondido desde todos os séculos em Deus e que se tinha revestido de carne” (RC 15).

Segundo Santo Tomás, como já referimos, o matrimônio de José e Maria é verdadeiro, e para isso ele distingue no matrimônio as duas perfeições: uma no que diz respeito a essência e a outra ao uso; assim não se pode cair no equívoco confundido união conjugal com união sexual, quase que ambas estivessem no mesmo nível. Para fortificar esta posição, lembramos novamente Santo Agostinho em sua reflexão iluminante quando contra o pelagiano Juliano, que negava a existência do matrimônio, se este não fosse consumado. Para defender a verdade do matrimônio Agostinho afirma o verdadeiro matrimônio de José e Maria, propondo a essência da união dos ânimos. Ele afirma que José é esposo de Maria, sua esposa, na continência não pela união carnal, mas por afeto, não pela

união dos corpos, mas, e é o que vale mais, pela comunhão dos ânimos. E conclui que como era castamente esposo, assim era castamente marido.

Assim, o vínculo matrimonial não é rompido pela decisão consensual de abster-se do uso do matrimônio, “Aliás, será tanto mais estável, quanto mais o mútuo acordo deles foi tomado não na base do prazeroso liame dos corpos, mas dos voluntários afetos dos ânimos” (De Nuptiis et concupiscentia, 1,11,12; PL 44,420-421).

Em outras palavras, a razão deste raciocínio é que “não é a paixão que a torna esposa, mas o amor conjugal... Não se deve portanto negar que sejam marido e mulher aqueles que não se unem carnalmente, mas se unem com os corações (Sermo 51,13,21; PL 38,344).

Santo Agostinho ensina por fim, que o exemplo do matrimônio de José e Maria mostra magnificamente aos cônjuges que eles “praticando por mútuo acordo a continência, o matrimônio pode permanecer e ser chamado como tal, se é conservado o afeto da mente, embora sem a união sexual do corpo” (De Consensu Evangelista rum 2,1,2: PL 34,1074).

Em vista do verdadeiro matrimônio entre ambos, segue que entre eles houve uma união envolvente e inseparável. José juntamente com Maria e também em relação com Maria, “participa da fase culminante da auto revelação de Deus em Cristo e participa desde o primeiro início”. Ele é o primeiro colocado por Deus sobre o caminho da peregrinação da fé de Maria. Estas são afinações de Redemptoris Custos.

José não está simplesmente ao lado de Maria como um mudo testemunho do mistério, mas participa profundamente dele. Esta sua participação e união passa fundamentalmente através do matrimônio deles.

Quando o anjo dirige a José com as palavras: “Não temas de tomar consigo Maria, tua Esposa, porque o que nela foi gerado é obra do Espírito Santo” (Mt 1,20), dirigiu-se como ao esposo de Maria e aquilo que se realizou em Maria por obra do Espírito Santo exprime ao mesmo tempo, uma especial confirmação do liame sponsal já existente antes entre eles; portanto, o seu casamento com Maria deu-se por vontade de Deus. Obediente, José toma, sem excitar, Maria como sua esposa e não a conhece (Mt 1,25), respeitando o pleno projeto de Deus sobre ela, e assim ambos vivem juntamente e integralmente a experiência do dom recíproco. O chamado de Deus para que José tomasse Maria como sua esposa, na qual, com sua maternidade, manifestou a obra do Espírito Santo, exprime que o amor de homem presente em José, é regenerado pelo Espírito Santo. O coração de José, “Obediente ao Espírito Santo, encontra próprio nele a fonte do amor”, do seu amor sponsal de homem.

É em virtude do matrimônio com Maria que José desenvolveu a sua tarefa de pai e Jesus era, com pleno direito, reconhecido por todos como “Filho de José” (Lc 2,23), não obstante a sua concepção virginal (Mt 1,18-25; Lc 1,35). Jesus, portanto, é considerado dentro de seu natural quadro familiar, onde os pastores vão à gruta e encontram “Maria, José e o Menino” (Lc 2,16). Jesus é apresentado no Templo pelos seus pais (Lc 2,22). São seu pai e sua mãe a maravilhar-se do quanto se é dito sobre o menino (Lc 2,33). Será com seus pais que Jesus aos doze anos vai à Jerusalém pela Páscoa (Lc 2,41-42). Como também desligando-se deles permanecerá na cidade (2,43). Será Maria que dirá a Jesus: “Olha que o teu pai e eu aflitos te procurávamos” (Lc 2,48). Será em Nazaré que Jesus viverá submetido aos seus pais (Lc 2,51). Portanto, houve entre José e Maria um

verdadeiro matrimônio, também se característico, devido à sua singularidade de não gerar a prole, mas de acolhê-la e educá-la. Foi um matrimônio decretado por Deus em vista do nascimento conveniente de seu Filho, justamente porque Jesus acolhido neste matrimônio nascia no tempo, mas tinha a origem eterna, e por isso, não podia esse matrimônio a determiná-la, como sucede com cada ser humano. Por isso como afirmamos, e Santo Tomás esclarece, este matrimônio “foi ordenado especialmente para esta finalidade, ou seja, que a prole (Jesus) fosse neste acolhida e educada” (S. Th. IV sent, dist 30,q. 2 a 2 ad 4).

O matrimônio é uma sociedade, ao qual, pela sua natureza, une-se a comunhão de bens, por isso se Deus deu José como esposo à Maria, “deu-lhe não apenas para ser companheiro de vida, testemunha de sua virgindade, tutor de sua honestidade, mas também para que participasse pelo fato do pacto conjugal da sua excelsa grandeza” (Enc. Quamquam Pluries, 15/08/1889).

Se é verdade que Maria “abraçando com toda disposição e sem nenhum peso do pecado, a vontade salvífica de Deus, ela consagrou totalmente a si mesma como serva do Senhor à pessoa e à obra do seu Filho, servindo o mistério da redenção sob ele e com ele, com a graça do Deus Onipotente”, como afirma a Igreja (LG 56), também José ao lado de Maria, mediante o liame conjugal de sua excelsa dignidade e santidade e dentro da Sagrada Família, teve por uma ordem divina a tarefa de cuidar da pureza de Maria, de guardar a divindade de Jesus e de tutelar o mistério da redenção; “Toda a santidade de José, está no cumprimento fiel até ao escrúpulo desta missão”. De fato, São José se distingue, como afirma o Papa Paulo VI, em “ter feito da sua vida um serviço, um sacrifício, ao mistério da Encarnação e à missão redentora com o mesmo inseparavelmente ligada; em ter usado da autoridade legal, que lhe competia em relação à Sagrada Família, para lhe fazer o dom total de si mesmo, de sua vida e de seu trabalho; e em ter convertido a sua vocação humana para o amor familiar na sobre-humana oblação de si, do seu coração e de todas as capacidades, no amor que empregou ao serviço do Messias germinado na sua casa”.

Os teólogos ao analisarem tanto o texto de Mateus como de Lucas sobre o relato de como aconteceu o nascimento de Jesus, descrevem José como marido (Anêr) de Maria, enquanto que Maria é descrita como jovem (Gynê) e noiva (Mnesteuò). Estas diferenças não têm muita importância, pois para os hebreus o noivado ou casamento constituía o início de um autêntico matrimônio, coisa que é atestada também por Filon (De legibus specialibus, 3,12.72), assim como também na Bíblia, como por exemplo em Dt 29,7 e sobretudo Dt 22,22-25, onde se estabelece que a mulher fosse lapidada, seja ela casada ou solteira, se fosse apanhada em adultério. Portanto, para os evangelistas Mateus e Lucas não há a preocupação se no momento da encarnação do Verbo ambos eram casados ou apenas noivos, pois na verdade já existia um verdadeiro matrimônio.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Por que o matrimônio de Maria e José foi conveniente?
2. Por que, segundo Santo Agostinho este matrimônio foi verdadeiro?
3. Dê ao menos uma razão da necessidade de José ao lado de Maria neste matrimônio.

14. A Idade de José quando Se Casou com Maria

É comum apreciarmos a cena do casamento de José com Maria onde ele é representado como um velho, fruto da invenção dos apócrifos em fazê-lo um esposo decrepito de Maria, a fim de eximi-lo de qualquer que fosse a responsabilidade na concepção virginal de Maria. Esta idéia foi bem acolhida especialmente por alguns Padres do Oriente como Santo Epifânio, São João Damasceno, São João Crisóstomo, além de dominar depois em nível popular na arte, na escultura, no teatro religioso, etc., sempre apresentando-o velho, careca ou com poucos cabelos brancos, numa atitude que representava mais um servo de Maria do que seu digno esposo.

Uma reação a esta concepção errada e injusta só chegou com Gerson (1363-1429), o qual passou a exaltar a grande missão de José como esposo de Maria semelhante a ela nos dons e virtudes (L.Martin Gonzáles, Iconografia de São José, sus fuentes – Estudios Josefinos, 26 [1972] pg 203-212). Após Gerson os escritores começaram a atribuir a José uma idade madura, de um homem cheio de sabedoria, portanto com a média de idade dos 40 anos para cima. Assim escreveram autores como F. Suárez (1548-1617) que atribuía a José a idade entre 30 a 40 anos, ou como Jerônimo Graccían, que lhe atribuía a idade entre 40 a 50 anos. O mesmo seguiram grandes pintores como El Greco, Rafael e inúmeros outros, assim como alguns escultores.

Naturalmente as razões para negar uma idade avançada a José, como esposo a partir de então, foram que se ele fosse muito velho seria um homem incapaz de gerar filhos, tanto que nem poderia defender Maria de eventuais calúnias de adultério e nem Jesus de ser um filho adúltero. Além disso, não poderia desenvolver suas funções de pai nas diversas circunstâncias como a viagem de Nazaré a Belém e depois ao Egito com o retorno para Nazaré. Acrescenta-se ainda que teria dificuldade de prover as necessidades naturais para Jesus e Maria, pois teria suas forças físicas debilitadas.

É interessante levar em consideração a intenção banal dos apócrifos de que se José não fosse velho, seria-lhe impossível conviver castamente com Maria, sua jovem esposa; uma idéia inclusive ofensiva a esse homem dotado de uma graça especialíssima de Deus. Face a isso, segundo o conhecimento e as fontes de que hoje dispomos, e que os antigos escritores não tinham, é consenso comum atribuir a José aquela idade que era própria para um jovem hebreu casar-se, ou seja, entre os 18 a 25 anos (H.Haag, Diccionario de la Biblia, 1963 – voz matrimonio, col 1199).

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Por que São José por muitos séculos foi visto como uma pessoa velha em relação à Maria?
2. Qual a idade verdadeira a ser atribuída a José como esposo e por quê?

15. O Exercício de Sua Paternidade e a Sua Denominação

A paternidade de São José foi, como disse Bossuet, um dom de Deus e por isso ela foi dotada do que é essencial para qualquer paternidade dando-lhe plenamente a consciência de seus direitos e deveres, tanto é verdade que embora nem fosse necessário a presença de Maria para o recenseamento em Belém, pois ela não era de descendência betlemita e nem da família de Davi e nem mesmo proprietária de qualquer imóvel em Belém, José e Maria foram até lá para não se encontrarem separados naquele momento importante do nascimento de Jesus. José foi depois de Maria, o primeiro adorador de Jesus, Filho de Deus; ele o circuncidou, apresentou-o no Templo, conduziu-o com cuidado e carinho juntamente com Maria para o Egito e depois os trouxe de volta para Nazaré. Ele depois providenciará laboriosamente com seu trabalho o sustento de Jesus e Maria.

Como muito bem afirmou Santo Tomás, o matrimônio de José com Maria e sua conseqüente paternidade, foram em vista da educação de Jesus, e neste sentido José exercitou os seus deveres, dentre os quais um dos mais importantes aquele da educação religiosa de Jesus, que segundo os costumes ele ensinou a Jesus desde as tradições nacionais, as quais em grande parte eram de natureza religiosa, assim como as prescrições dadas aos antepassados (Ex 10,2). Fazia também parte desta educação religiosa o ensinamento dos textos literários (2Sam 1,18), ensinamentos este que Jesus recebeu particularmente na escola sinagoga. Claro que a mãe também tinha sua responsabilidade na educação dos filhos, tais como os elementos de instruções moral (Prov 1,8; 6,20), e por isso Maria foi juntamente com seu esposo a dedicada educadora de Jesus.

Ainda na educação religiosa José ensinou a Jesus as orações que todo bom judeu rezava todos os dias em casa, na Sinagoga, ou no Templo, como o "Shemá", e as orações de agradecimento durante as refeições. Não faltavam ainda na instrução religiosa a história da libertação do povo da escravidão e as grandes linhas da história da salvação, assim como os salmos, os ensinamentos dos profetas, etc. De tudo isso José foi um fiel executor. Portanto no processo educativo de Jesus, toda a sua vida foi impregnada dos exemplos e dos ensinamentos de José, assim como da educação profissional. É importante lembrar que os artistas também exprimiram este aspecto de José educador apresentando-o algumas vezes ao lado de Jesus diante de um livro instruindo-o.

É difícil encontrar uma palavra apropriada para denominar a paternidade de São José, com diz Billot: "Tratando-se de um caso único e singular, a língua humana não tem um termo que a defina exatamente" (Billot, De Verbo Incarnato, Roma 1904, pg 400).

O cardeal Billot reconhece portanto a dificuldade de encontrar uma palavra apropriada para indicar a paternidade de José. Para ele, trata-se de "um caso único e singular, em que a língua humana não possui um termo que a defina exatamente" (Billot, De Verbo Incarnato, Roma 1904, p. 400 nº 1). Diante dessa dificuldade, a paternidade de José foi definida como adotiva, legal, virginal, vicária, nutrícia etc., termos estes que servem para exprimir apenas os seus aspectos negativos ou secundários. Vamos procurar brevemente os motivos que levaram os teólogos a definir essa paternidade com os termos acima mencionados.

Muitos quiseram chamar José de "pai adotivo". Este título indica uma relação paterna com o filho que não é da família, mas que se tornou em virtude da lei. É uma palavra inadequada, pois Jesus não era um estranho na sua família: José personalizava a paternidade divina sobre ele. Portanto, esse título não se encaixa

bem, já que a adoção implica a acolhida de um filho, de uma pessoa estranha na própria família. Entretanto, alguns teólogos defenderam esse termo. Suárez dizia: "Por meio da adoção, também uma pessoa completamente estranha se torna filho, e o que adota é considerado pai, embora de certo modo. Assim, José aceitou e adotou como filho caríssimo, entregue pelo próprio Deus, Aquele que a sua esposa lhe deu sem a sua cooperação, mas por obra do Espírito Santo" (Carrasco, José Antonio - Paternidad de San José, In "Estudios Josefinos"1 (1947) pg 177-178) . Mas o próprio Suárez acentua depois que não foi José que adotou Jesus como filho, e sim foi Jesus quem adotou José como pai. A este propósito, é bom lembrar que o matrimônio de José e Maria, como muito bem ensinou Santo Tomás, foi de maneira particular estabelecido por Deus para receber e educar Jesus Cristo.

Outra expressão para designar essa paternidade é "pai legal", baseando-se na afirmação do anjo a José que Maria, sua esposa, estava grávida por obra do Espírito Santo, e que dela nasceria um filho no qual ele colocaria o nome de Jesus . (Mt 1,21) Esta expressão tem um sentido estritamente jurídico. Contudo, não deixa de ser apropriada, porque explicita que a sua prole é legítima, reconhecida pela lei, podendo herdar o nome e os bens.

Deste modo, confere-se a José a legitimidade da sua paternidade e ao mesmo tempo a faz messiânica, visto que José torna-se o meio pelo qual Jesus recebe o título messiânico de filho de Davi. Esse título, porém, tem um significado formal e não responde à relação íntima entre pai e filho, portanto é incompleto.

"Pai virginal" é outra denominação bastante comum entre os teólogos. Este título também não deixa de ser impróprio, embora possa ser dos mais adequados e aceitáveis, porque capta a essência espiritual desta paternidade e determina a sua natureza. Nesta afirmação, São José é colocado junto com Maria dentro do matrimônio virginal do qual Jesus nasceu. Contudo, resta-nos salientar que existe uma grande diferença entre José pai e virgem e Maria mãe e virgem, porque Maria, permanecendo virgem, concebeu Jesus em seu seio por obra do Espírito Santo, dando-lhe um corpo, carne e sangue, como é comum a todas as mães, José, ao contrário, não participou de nada disso. Em conseqüência, também é um termo impróprio.

Alguns estudiosos preferiram chamar José de "pai nutrício", levando em conta a sua dedicação a Jesus no exercício da sua obrigação como pai, mas este termo também é inadequado, pois São José não foi um simples guarda de Jesus. Ele indica apenas um aspecto da sua paternidade, colocando em luz algumas funções determinantes de toda paternidade: alimentar, defender ou, em sentido genérico, educar. Limitar a paternidade de São José a isso é restringi-la, desconsiderando a grande missão que ele recebeu de Deus.

Chamar São José de "pai matrimonial" de Jesus também já foi defendido na teologia Josefina, levando em consideração que a sua paternidade deriva do seu matrimônio com Maria. Parece que o próprio Santo Tomás se coloca nessa linha quando afirma que "o matrimônio de José foi disposto para acolher e educar a prole, Jesus", isto é, houve uma predisposição divina. Essa é também uma denominação incomum, assim como a expressão "pai vigário" para indicar que José devia fazer as vezes de Deus Pai. É uma linguagem difícil de ser entendida.

O título mais comum que os teólogos encontraram para designar a paternidade de São José é "pai putativo", baseando-se em Lucas 3, 23: "Ao iniciar o ministério, Jesus tinha uns trinta anos, filho, segundo se pensava de José..."

Esse título também diz pouco. Serve somente para afirmar que os habitantes de Nazaré acreditavam que ele era o pai, sem que ele o fosse, o que pode fazer com que também nós acreditemos sem que ele o seja. Com esse termo excluímos São José da participação física no nascimento de Jesus, sem destacar os aspectos positivos da sua paternidade.

Diante de tantos títulos e qualificações para esta paternidade, qual seria a mais adequada para continuar chamando São José de pai? Duas expressões se apresentam como mais adequadas: pai putativo e pai virginal. O primeiro nega a relação de uma paternidade natural, mas não exclui nenhuma das atribuições que dizem respeito a essa paternidade. O segundo tem a facilidade de proporcionar um melhor entendimento dos fiéis, já que todos sabem que Maria concebeu por obra do Espírito Santo, e não por obra de um homem. Na verdade, nenhum título exprime a totalidade do relacionamento de São José com Jesus. Como esposo de Maria ele teve a missão não só de sustentá-la, ou de dar testemunho da sua virgindade para defender a sua honra, mas também, como afirmou o Papa Leão XIII na encíclica *Quamquam Pluries*, "De participar da sua excelsa dignidade". A dignidade de Maria é ser mãe de Jesus. Por isso, São José participa dessa dignidade como pai de Jesus. Ciente disto, Suárez afirma que São José tem, junto com o nome de pai, a realidade da paternidade enquanto pode tê-la uma criatura, excluindo somente a geração física, ou como também afirmou São João Crisóstomo que São José teve, "salvo a sua virgindade, tudo aquilo que é próprio de um pai". Em conclusão, podemos dizer que a paternidade de São José é um caso único, é uma paternidade sobrenatural, por isso acima de todas as paternidades que possamos conhecer. Não encontrando uma palavra que possa expressar perfeitamente essa paternidade especial, o melhor seria continuar chamando São José simplesmente de "pai de Jesus", como a Sagrada Escritura sempre o chamou, não acrescentando nenhum adjetivo especial a esse título. Chamá-lo de "pai de Jesus" continuará contudo um perigo de heresia, porque o povo cristão sabe muito bem que São José não é o pai natural de Jesus.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Dê algumas indicações ao exercício da paternidade de José em relação a Jesus.
2. Indique as várias expressões e explique-as, para indicar o exercício da paternidade de José.
3. Qual o título mais adequado para exprimir o exercício da paternidade de José? Por quê?

16. Erros Sobre a Sua Paternidade e a Sua Natureza

Alguns como Cerinto (I séc) e os ebionitas (II sec), viram José nada mais que o pai natural e físico de Jesus. É bom lembrar contudo, que alguns estudiosos mais recentes, chegaram a afirmar que não viam nenhum inconveniente quanto a paternidade física de José. Um destes foi Corbató, um dominicano morto em 1913, o qual atribuiu a José uma paternidade física, também se sobrenatural porque assim a sua paternidade se aproximaria quase que igual à maternidade de Maria. Ele fundamenta esta sua idéia sustentando a hipótese que o Espírito Santo fez um milagre de unir, sem que José e Maria soubesse, o espermatozóide e

o óvulo no seio puríssimo de Maria, salvando assim o princípio da virgindade de ambos com o intervento do Espírito Santo. Naturalmente sua idéia foi condenada. Numa linha de pensamento semelhante, Petrone em 1928 publicou, através de uma revista italiana, que a paternidade de José era natural, mas incompleta, e poderia então chamá-la de instrumental. Ele explicava que José foi pai de Jesus não só porque o cuidou e o educou, mas também porque colaborou para a sua concepção como um cooperador do Espírito Santo. Também a sua idéia foi condenada pela Igreja.

Ao descrever a genealogia de Jesus (Lc 1,26-38) o evangelista não afirma: “E José gerou Jesus”, como para dizer que ele é o pai natural. Na verdade o evangelista enfatiza que José não teve nenhuma participação na concepção de Jesus “Antes que coabitassem, ela se encontrou grávida, por obra do Espírito Santo” (Mt 1,18). Além do mais, menciona a sua angústia ao descobrir que Maria estava grávida.

José não é o pai natural de Jesus, mas isso não diminui em nada a sua missão, mesmo porque para os judeus a paternidade física não era determinante e isto pode-se constatar no caso da Lei do Levirato descrita em Lv 25,5ss, uma lei muito antiga, anterior a Moisés. Neste relato um gera fisicamente, mas o outro é considerado pai; a paternidade legal prevalece sobre a natural. Uma outra lei também antiga como a do Levirato atribuía não à mãe que gerava, mas à sua patroa o filho que a escrava gerasse, se tivesse sido a própria patroa, a dar a escrava ao marido para poder ter dela uma descendência (Código de Hammurabi – James B. Pritchard, *ancient near Eastern texts relating to the Old Testament*, Princetur, 1955, pg 1635).

A respeito desta lei que podemos chama-la de “A atribuição do filho da escrava”, encontramos em Gn 30,1-13 o caso do Patriarca Jacó que teve todos os seus filhos das escravas de suas duas mulheres Lia e Raquel e foram considerados como filhos legítimos de suas legítimas esposas. Claro que no caso de José a sua paternidade não entra nos exemplos acima, pois foi fundada sobre um verdadeiro matrimônio, e ele foi designado por Deus para ser pai de Jesus com uma missão precisa, sendo antes de tudo chamado por Deus à paternidade e depois ao matrimônio com Maria.

Esta singular paternidade de José não foi menos nobre, aliás, por sê-la, por uma especial escolha de Deus, ela é mais eficiente, pois ele é pai pelo desígnio de Deus, através de uma paternidade que vai além daquela natural. José é, como afirma Santo Agostinho, “tanto mais pai, quanto mais o é castamente”.

O próprio Santo Agostinho afirma que a prole é um bem do matrimônio não apenas enquanto gerada dele, mas porque no matrimônio é recebida e educada, e o matrimônio de José e Maria foi estabelecido por Deus para receber e educar Jesus. E Santo Tomás afirma que o matrimônio é o meio do qual Deus se serve para conferir a José a paternidade sobre Jesus, e que este matrimônio foi expressamente pré-ordenado por Deus para acolher e educar Jesus. Com isso, concluímos que José não podendo ser pai de Jesus por meio da geração física, Deus concedeu-lhe uma paternidade única, ou seja, aquela que passa pelo matrimônio com Maria. Sua paternidade é especial, não comparável a nenhuma outra, porém muito próxima daquela física e natural.

José foi o escolhido entre todos para a grande missão na terra para ser pai de Jesus e com ele teve um relacionamento que o coloca o mais próximo possível de Cristo. Nenhum homem pode reivindicar uma posição tão singular no desígnio

da encarnação, e por isso depois de Maria, ele foi aquele que teve a maior vocação que se possa imaginar, sendo colocado inclusive, na ordem da União Hipostática.

É certo que ao longo dos séculos houve uma concorrência iconográfica, particularmente de alguns santos que experimentaram de algum modo o contato com a humanidade de Jesus, fato este recolhido pela agiografia e expresso pela iconografia. Naturalmente Maria e José ocupam os primeiros lugares na representação do contato com Jesus. A título de esclarecimento podemos assinalar o santo velho Simeão, o qual recebeu fisicamente Jesus em seus braços pela ocasião de apresentação do Menino no Templo. Outros santos são representados com esse privilégio: São Bernardino de Claravaux (+1153), Santo Antonio de Pádua (1281), João Duns Scoto (+1308), São Caetano de Thiene (1547), São João de Deus (1550), Santo Estanislau Kostka (1586), São Felix de Cantalice (1587), Santa Rosa de Lima (1617).

José é o Pai de Jesus (Lc 2,48) e como verdadeiro Pai ele teve para Jesus “por especial dom do céu, todo aquele amor natural, toda aquela afetuosa solicitude que o coração de um pai possa experimentar” (RC 8). E com a potestade paterna sobre Jesus, Deus também participou a José o amor correspondente, aquele amor que tem a sua fonte no Pai (RC 8). Deus não o constituiu apenas o digno esposo de Maria eleita para ser a Mãe de Deus, mas também criou nele um coração de Pai que Ele na sua Pessoa Divina refletia desde a eternidade.

O título de Pai dado a José e reconhecido pelo Espírito Santo foi certamente honrado por Jesus durante a sua vida terrena através da obediência, (LC 2,51) mas foi também honrado por José porque fez “da sua vida um serviço, um sacrifício, ao mistério da Encarnação e à missão redentora com o mesmo inseparavelmente ligada; em ter usado da autoridade legal, que lhe competia em relação à Sagrada Família, para lhe fazer o dom total de si mesmo, de sua vida e do seu trabalho” (RC 8).

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Indique alguns erros na atribuição da paternidade de José
2. Explique com suas palavras a natureza da paternidade de José.
3. Leia os textos indicados do Antigo Testamento que estão presentes nesta lição e procure entender e explicar por que a paternidade de José é verdadeira.

17. Requisitos para a Sua Paternidade

Na cena do nascimento de Jesus as iconografias clássicas apresentam freqüentemente São José em atitude de adoração, ou de reflexão; às vezes em idade avançada, um mudo testemunho de fatos que o superam e quase guardião de um segredo no qual está envolvido. Claro que este tipo de iconografia espelha o sentimento dos fiéis, suscitado por pregadores influenciados pela literatura apócrifa desenvolvida nos primeiros séculos do cristianismo. A difusão desta

realidade marginalizadora de São José foi devido ao fato que esta oferecia uma solução prática para alguns problemas que diziam respeito à virgindade de Maria. Nesta perspectiva apresentar São José velho garantia a virgindade de Maria e resolvia a dificuldade dos irmãos de Jesus, os quais teriam sido filhos de José de um precedente casamento, e que depois de viúvo, teria se casado com Maria, segundo ensinavam os apócrifos.

É verdade que a Igreja nunca tomou como suas estas fantasiosas explicações definidas por São Jerônimo de “delírios” dos apócrifos justamente porque não são verdades. Mas por que Deus quis que Jesus nascesse de uma Virgem esposa, se a concepção de Jesus devia dar-se por obra do Espírito Santo? Dado que a paternidade biológica é contextualmente excluída, a presença de José como esposo é devida ao fato que a sua paternidade devia abarcar uma extensão mais ampla do que aspecto biológico, ou seja, devia abraçar aquele aspecto jurídico e também psicológico.

Afirmamos que a situação imaginada pelos apócrifos em relação a José é insustentável, quando se considera que o objetivo da presença dele, segundo a vontade divina, era não apenas aquele de dar a Jesus uma descendência legal, mas também aquele de honrar eficazmente a maternidade de Maria, coisa que na situação de sua idade avançada, e para dar a Jesus o sustentamento paterno, não-lhe era possível.

José é verdadeiro pai, com uma paternidade no significado mais completo, mesmo porque as modernas técnicas de fecundação artificial e de manipulação de engenharia genética, mostram que a paternidade considerada somente do ponto de vista biológico não somente é inadequada, como é também submissa às decisões da lei. A paternidade humana não é simplesmente animal, pois inclui outros aspectos importantes; tem todo o aspecto jurídico do qual deriva direitos e deveres bem precisos que ligam os pais aos filhos e vice-versa. Há também o aspecto afetivo e o educativo, pois a criança concebida não é um ser auto-suficiente, mas tem necessidade de atenção e de cuidado para o seu desenvolvimento harmonioso. Além do mais, a psicologia ressalta não apenas a necessidade de convivência, mas também da presença paterna que dê ao filho um ponto de referência do qual ele tem necessidade para crescer sem desequilíbrio.

São José cumpriu próprio esta função paterna a respeito de Jesus, dando-lhe conforme diz Paulo VI: “O estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar e a educação humana”(Alocução 19/3/1964).

Contra Fausto que negava a descendência davídica de Jesus, porque não fora gerado por José, Agostinho afirma que José teve a autoridade paterna desde o momento que lhe foi ordenado de impor o nome ao menino. Assim como a Virgem era consciente de não tê-lo concebido pela união sexual com ele, o chama contudo, de Pai de Cristo. José é o pai de Jesus e devido ao matrimônio, merecem ambos de ser chamados pais de Jesus e não somente a mãe, mas também pai do mesmo modo que era esposo de sua mãe. “Pai e Esposo por meio da mente e não da carne”, afirma Agostinho.(De nuptis et concupscentia 1,11,12). Ele é pai em virtude da união conjugal. Por que José não gerou Jesus por obra da carne, será que Maria deu à luz por obra da carne? O que o Espírito Santo operou nos dois. O Espírito Santo baseando na justiça de ambos deu a ambos o filho, por isso, diz Santo Agostinho, ele é tão seguramente pai, quanto mais castamente pai.

Assinala ainda que Maria não obstante tivesse dado à luz ao Filho do Altíssimo, “não se colocou na frente na ordem do nome do marido, dizendo “Ego et Pater tuus” mas “Pater tuus et ego”. Não considerou a dignidade de seu seio, mas respeitou a ordem conjugal” (Sermo 51,11,18). De fato, Jesus não nega ser José o pai, e com eles desceu para Nazaré e era-lhes submisso. Jesus era submisso a ambos.

Jesus era considerado Filho de José também de outra maneira, como gerado totalmente de sua carne; mas pensavam assim somente aqueles aos quais era escondida a virgindade de Maria. Lucas relata que seus pais admiravam do que diziam do Menino. Jesus nasceu não de uma relação sexual de José, mas de Maria Virgem, ele mesmo o chama pai para que compreendamos corretamente que é esposo de Maria pela própria união conjugal (*Ipsa Copulatione Coniugii*). Sem a união da carne, e por esse motivo é pai de Cristo muito mais estritamente, sendo nascido de sua esposa, mais do que tivesse sido adotado por fora. Por fim, Santo Agostinho questiona: “José não era, portanto, pai, porque tinha acolhido o Filho sem a concupiscência da carne?” Em suma, José é pai de Jesus não porque o adotou, nem por amor à sua esposa e nem ainda por compaixão pela criança, embora estes sejam sentimentos nobres, mas sim porque Deus, o Pai de Jesus, que na plenitude dos tempos quis que se encarnasse no seio da Virgem Maria por obra do Espírito Santo, lhe manifestou com isso o seu amor.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Explique com suas palavras por que José mesmo não sendo o pai biológico de Jesus é verdadeiro pai.
2. Sabendo que Maria gerou Jesus não por obra da carne, mas por ação do Espírito Santo e que o Espírito Santo agiu também em José, concorda que também José deve ser chamado de pai de Jesus?

18. Pai tanto quanto Casto

Os evangelistas chamam José de Pai de Jesus, mesmo esclarecendo que Maria ficou grávida por obra do Espírito Santo (Mt 1,18-20; Lc 1,35). Contudo uma catequese frágil pode chegar à conclusão que São José não foi o verdadeiro pai de Jesus, mas apenas o seu tutor. Para dirimir esta dúvida Santo Tomás afirma que a “Prole não é tida bem do matrimônio somente enquanto gerada por meio desse, mas enquanto no matrimônio é acolhida e educada”. (IV Sent, d, 30,q.2, a . 2 ad 4).

Santo Agostinho por sua vez, afirma que José é “tanto mais verdadeiro pai, quanto mais o é casto” (tanto *firmius pater*, quanto *castius pater*). O Senhor não vem portanto do sêmen de José, também se assim se acreditava, conclui Agostinho (Sermo 51,20,30).

Hoje com a moderna biotecnologia contesta-se seriamente aquela paternidade que tem como único fundamento a geração. Basta lembrar a fecundação artificial, a fecundação *in vitro*, a gravidez supletiva (mãe de aluguel), a fecundação de embriões... Tudo isso muitas vezes levando em consideração a qualidade, a

seleção e a conservação do esperma, e por outro lado ignorando completamente a pessoa denominada de doador.

Tudo isso leva-nos a avaliar atentamente o aspecto puramente biológico da paternidade. A esse respeito é bom lembrar que Santo Tomás afirma: “que não dizemos que o homem é filho do esperma humano”.

Santo Agostinho, enfatiza que o Espírito Santo operou para todos os dois, (Maria e José) o Espírito Santo deu um Filho a ambos. “Agindo naquele sexo que devia dar à luz fez de tal modo que nascesse também para o marido” (Sermo 51,20,30).

O Espírito Santo não é pai de Jesus segundo a humanidade, por isso Santo Agostinho afirma que “Cristo nasceu do Espírito Santo não como filho. Da mesma forma, Santo Tomás afirma que de nenhuma maneira se deve dizer que Cristo é Filho do Espírito Santo e nem também de toda a Trindade (S.Th III q.32, a 2;a3).

Cristo foi concebido não pelo Espírito Santo, mas por obra do Espírito Santo.

Por isso o Papa Leão XIII na Encíclica *Divinum Illud* (9/5/1897) ensina: “A encarnação do Verbo é a maior obra que Deus realizou fora de si, à qual concorreram todos os atributos divinos... Ora deste grande prodígio, se bem que realizado por toda a Trindade, se apropria todavia o Espírito Santo, onde diz o Evangelho que a concepção de Cristo no seio de Virgem foi obra do Espírito Santo...”

José com sua paternidade fez “dom total de si mesmo, da sua vida e do seu trabalho; e em ter convertido a sua vocação humana para o amor familiar na sobre-humana oblação de si, do seu coração e de todas as capacidades, no amor que empregou ao serviço do Messias germinado na sua casa”, como exprimiu Paulo VI. Em vista disso, o Espírito Santo que “honrou José com o nome de Pai”, segundo a expressão de Orígenes, adornou-o conseqüentemente daquelas qualidades necessárias para o exercício de sua singular e altíssima paternidade. João de Cartagena fala de uma “simpatia” entre o Espírito Santo e São José pelo fato de ser o Espírito Santo o coração de Deus, e certamente afirmando que José era um homem segundo o coração de Deus, “é como se dissesse que ele procurou um homem conforme o Espírito Santo e, se é lícito exprimir desta maneira, tendo de qualquer forma uma certa simpatia por ele”.

Concluimos, portanto que o intervento do Espírito Santo na concepção de Jesus não excluiu a parte de José, e por isso a sua paternidade não foi esvaziada.

Ao lermos a genealogia de Jesus em Mateus 1, 1-17 concluimos que o evangelista tem o interesse para a sua messianidade e deixa claro que a sua concepção por obra do Espírito Santo não exclui a descendência davídica, mas é *conditio sine qua non* para a própria messianidade. Embora o tipo de Messias realizado por Jesus não correspondia a aquele da espera judaica, vê-se que a promessa de Deus a Davi é respeitada através do esposo de Maria, José, filho de Davi.

Depois de Maria, José é o primeiro chamado a confrontar-se com o mistério da maternidade virginal de Maria e diante dela José tem dúvidas e pensa em abandoná-la. Ora, isto é justificável somente no caso de que ele não fosse o pai do menino que Maria concebeu, e só na hipótese de uma virgindade física e não apenas espiritual de Maria. Entretanto, no relato, José é verdadeiro esposo de Maria, embora não sendo o pai natural de Jesus.

O Messias delineado pelos profetas devia ser descendente de Davi (Mt 22,42), pois sem isso não havia possibilidade de aceitá-lo como tal; por isso sem a paternidade de José, filho de Davi, isso não era possível. Somente dele poderia o menino ter sangue real em suas veias. Se José não é esposo de Maria, a Mãe de

Jesus, este seu filho não seria o descendente de Davi. Jesus é descendente legal de Davi e não um verdadeiro filho, no sentido físico, de José. Mateus jamais poderia ter feito de José um pai putativo de Jesus se tivesse sido ele o pai natural, e igualmente não poderia apresentar Maria como mãe Virgem, se na verdade ela fosse mãe natural, ou seja, se Jesus fosse o fruto da união de ambos. A hipótese de estupro ou de um amante de Maria ter colaborado na geração de Jesus é totalmente privada de sentido, e não deve nem mesmo ser levada em consideração.

Na sua genealogia Mateus não fala da virgindade de Maria, pois excluindo a paternidade natural de José, afirma automaticamente a virgindade física de Maria. Ora, se José não é o pai natural de Jesus, a sua dúvida é real, assim como é real que Maria seja mãe virgem.

José conheceu ou não o mistério da encarnação antes da revelação do anjo? Alguns alegam que o silêncio de Maria para com José tem os seguintes motivos: Maria temia que José não teria acreditado nela e inclusive ficasse bravo (João Crisóstomo). Maria não teria podido esperar em ser compreendida por José (J. Schmid). Maria teria se colocado completamente nas mãos de Deus, deixando que ele completasse esse acontecimento (J. Knabembauer). Maria teria silenciado por humildade e modéstia (J.M. Bover). Maria teria silenciado porque de outra maneira não apenas não se compreendia a revelação do anjo, mas cairia todo o “pathos” da narração (F. Suarèz).

Pode-se dizer que no que diz respeito a virgindade de Maria, que a solução mais óbvia, porque mais natural e lógica, é considerar o indispensável testemunho de Maria e José, e pelo que diz respeito a ação do Espírito Santo, é necessário admitir a revelação divina que ambos receberam.

O encontro do divino com o humano deu-se na instituição da família, também se a divina presença concebida por obra do Espírito Santo devia comportar a cissão do vínculo conjugal, (v 19) Deus quis que fosse conservada a unidade (v 20, v 25). Aqui está a dignidade da família, dentro da qual Deus quis inserir a encarnação de seu Filho, não obstante a transcendência do evento. Aqui está a importância do matrimônio, o qual foi escolhido por Deus para a inserção honrada de seu Filho na família humana.

No momento culminante da história da salvação, José filho de Davi, foi escolhido por Deus e preparado para ser o esposo da Mãe de Jesus e para dar o nome ao menino, concebido por obra do Espírito Santo. Portanto, também se alguém quisesse afirmar que a pessoa de José não tem nenhuma importância na narração evangélica e por isso, nenhuma relação com Jesus, deve-se admitir que ele tem o direito de se apresentar como filho de Davi que garante a Jesus a *conditio sine qua non* da messianidade de Jesus.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Procure entender e comentar com suas palavras as explicações de Santo Agostinho e Santo Tomás em relação a paternidade de José.
2. Comente as explicações de alguns estudiosos quanto ao silêncio de Maria em relação ao seu esposo, quando esta concebeu Jesus.

19. A Função de Pai

Um dos primeiros deveres do pai hebreu para com o seu filho era de circuncidá-lo (Mekhilta sobre Ex XIII, 13). Este preceito não precisa ter tomado literalmente, porque a execução material da circuncisão podia ser também da mãe, (Ex 4,25), mas normalmente devido a delicadeza do intervento, recorria-se a uma pessoa capaz (môhel). Esta consistia não somente na liberação do prepúcio, mas num intervento para descobrir completamente a glândula. Era portanto a responsabilidade que o pai assumia para que o seu filho fosse inserido no povo da promessa. Tratava-se conjuntamente de uma cerimônia que se fazia na casa da criança com a presença de algumas testemunhas; a tradição talmúdica fixava dez testemunhas. No rito o pai dava uma bênção conforme o Talmud dizendo: "Bendito aquele que nos santificou com os seus mandamentos e nos ordenou de introduzir este na aliança de Abraão, nosso Pai".

José, o pai de Jesus, providenciou este rito conforme determinava a lei. Podemos dizer que as gotas de sangue, o choro e as lágrimas do menino, foram todos detalhes daquele precioso momento histórico que José viveu diretamente.

Em resumo, podemos esboçar a responsabilidade paterna de José em relação a Jesus nos seguintes encargos:

- a imposição do nome ao menino (Mt 1,15), quando assumiu o direito paterno e o reconheceu como filho;
- o reconhecimento de Jesus como sendo "da casa e da família de Davi" (Lc 2,4);
- a circuncisão (Lc 2,21) com a qual Jesus entrou a fazer parte do povo da aliança;
- o resgate de Jesus como primogênito (Lc 2,22ss);
- o cuidado na fuga e permanência no Egito (Mt 2,13-22);
- a vida em Nazaré (Mt 2,51), onde Jesus lhe era submisso.

Para os hebreus o pai tinha a obrigação de circuncidar o filho, pagar o resgate, instruí-lo na Torá, dar-lhe uma profissão e também uma esposa.

O matrimônio de José com Maria como já afirmamos, não foi um acontecimento sem importância na vida da Mãe de Deus, por isso este merece mais a nossa atenção e consideração, pois foi Deus quem escolheu pessoalmente José para ser esposo de Maria, designando ambos a servirem através deste casamento, a encarnação do seu Filho. Podemos dizer que Maria não seria a mãe do redentor se não fosse a esposa de José, sendo Jesus o Filho de Davi, através de José, do qual passa necessariamente a sua descendência davidica. Na verdade "o matrimônio com Maria é o fundamento jurídico da paternidade de José", e a paternidade de José passa através do matrimônio com Maria.

Se para nós cristãos é indispensável professar a concepção virginal de Jesus, não menos importante é defender o matrimônio de Maria com José, porque juridicamente é dele que depende a paternidade de José.

É claro que trata-se de um matrimônio singular, estabelecido dentro do desígnio de Deus, pelo qual o "Amor de homem de José é regenerado pelo Espírito Santo", de modo que proporciona uma vivência matrimonial que respeita a exclusiva pertença de Maria a Deus. José totalmente consciente exprimiu o seu generoso amor à Maria, tornando-o "dom sponsal de si". Ele foi chamado por Deus para servir diretamente a pessoa e a missão de Jesus através do exercício de sua paternidade cooperando assim no mistério da Redenção e por isso tornando-se

“ministro da salvação”. A salvação da humanidade passou pela humanidade de Jesus e esta realizou-se nos gestos do dia-a-dia da vida familiar da Sagrada Família. Assim, todos os episódios da infância de Jesus descritos nos Evangelhos, a começar pelo recenseamento, passando depois pelo seu nascimento em Belém, a circuncisão, a imposição do nome, a apresentação no Templo, a fuga no Egito, a permanência de Jesus no Templo, o sustento e a educação de Jesus em Nazaré, são todos gestos salvíficos. O âmbito familiar, a paternidade, a educação, os ritos, as leis, o trabalho, o cansaço, etc., foram realidades nas quais José agiu “como ministro da salvação”, e de tudo isso, Jesus serviu-se como realidade do ministério paterno de José.

A sua paternidade não é aparente ou substitutiva, mas possui plenamente a autenticidade da paternidade humana, das tarefas paternas de um pai dentro de uma família, sendo a sua uma verdadeira família fundada pelo mistério divino, onde esta com a encarnação assumiu a “forma humana da família do Filho de Deus”. Nesta família do Filho de Deus, José é o pai, também se a sua paternidade não é derivante da geração do Filho de Deus, contudo, Jesus como Filho de Deus, em virtude da união hipostática, ou seja, de sua humanidade assumida na unidade da Pessoa Divina do Verbo-Filho, ao assumir a nossa humanidade, assumiu também tudo o que é humano e em particular a família, esta primeira dimensão de sua existência aqui na terra, e por isso, neste contexto, assumiu também a paternidade humana de José.

Ao assumir a realidade humana, assumiu também a dimensão do trabalho, o qual cobriu o arco inteiro da vida de José. “Junto com a humanidade do Filho de Deus o trabalho foi acolhido no mistério da encarnação como também foi redimido. Graças à mesa do trabalho, junto a qual exercia a sua profissão ao lado de Jesus, José aproximou o trabalho humano ao mistério da Redenção”.

No ambiente de trabalho vivenciado por José na carpintaria de Nazaré estava presente de forma expressiva a dimensão da vida interior “da qual vinha a ele ordens e confortos muito particulares e davam a ele a lógica e a força para as grandes decisões”. As circunstâncias nas quais “José estava em diário contato com o mistério escondido nos séculos, que habitou em sua casa”, leva-nos a descobrir na suas ações, envolvidas de silêncio, um clima de profunda contemplação.

Ao lançar a Exortação Apostólica *Redemptoris Custos*, o Papa João Paulo II mostrou uma evidente preocupação de cumprir com alegria um dever pastoral; de apresentar à Igreja, São José, como também de fazer crescer “em todos a devoção ao Protetor da Igreja Universal e o amor ao Redentor, ao qual ele serviu exemplarmente”.

Com isso, o exemplo de São José, deve “consentir à Igreja, de encontrar continuamente a própria identidade no âmbito do desígnio Redentor, que tem o seu fundamento no mistério da encarnação”. A figura e a missão de São José não se prestam para um sentimentalismo ou para um devocionismo, mas para uma verdadeira devoção, que se traduz depois “numa prontidão de vontade para a dedicação às coisas que dizem respeito ao serviço de Deus”.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Indique as funções ou deveres que José desenvolveu em relação a Jesus.

2. Você está de acordo de que em todos os episódios da infância de Jesus de que José participou no exercício de sua missão, ele agiu como ministro da salvação? Por quê?

20. Uma Paternidade não Natural, mas Verdadeira

Os evangelhos por um lado afirmam que Jesus foi concebido por obra do Espírito Santo, por outro chamam José de pai de Jesus e atribuem-lhe o direito de impor o nome ao mesmo. Como chefe de família é a José que o anjo dirige o comunicado para que juntamente com Jesus e Maria fujam para o Egito e depois para que voltem à Palestina e morem em Nazaré. Temos portanto esta situação muito importante, pois de um lado a maternidade divina de Maria que é uma maternidade virginal, de outro, o fato de que José é considerado e age consequentemente como pai.

Uma filiação adotiva, por si mesma não é natural, portanto é definida como jurídica, ou legal, mas pela nossa fé afirmamos que embora sendo nós filhos “adotivos” de Deus, somos verdadeiros filhos seus. Da mesma forma em relação à paternidade de José nós o atribuímos uma paternidade “putativa”, para indicar que essa não é natural, mas não para negar que essa não seja verdadeira.

O fundamento da verdadeira paternidade de José é constituído seja por causa do seu matrimônio com Maria, seja pelo nascimento de Jesus dentro deste matrimônio. Assim, o verdadeiro esposo de Maria deve ser considerado verdadeiro pai de Jesus em relação a este matrimônio, ainda que somente putativo em relação à geração corporal. Se para cada pai o matrimônio constitui o fundamento legal da verdadeira paternidade, esta portanto não pode ser tirada de José em relação a Jesus, o qual nasceu de um matrimônio que se distingue de outros matrimônios pela sua excepcionalidade já que Maria não pode ser considerada uma mãe solteira e nem Jesus um filho adulterino, pois ela concebeu-o como esposa de José e por virtude do Espírito Santo. Jesus nasceu no matrimônio de Maria e José não por acaso, mas enquanto este singular matrimônio foi expressamente querido por Deus, para acolher a Pessoa preexistente do Filho do próprio Deus; este matrimônio foi decretado por Deus em ordem ao nascimento de Jesus. Deus quis o inserimento de seu Filho no mundo dos homens de uma maneira em que não aparecesse como um filho caído do céu, mas como um Filho de Davi em cumprimento às promessas feitas por ele ao povo hebraico (1Sam 7), ora isto exigia antes de tudo uma paternidade legal ou jurídica, e ao mesmo tempo verdadeira, também se não natural.

Como ensina Santo Tomás, que a prole é um bem do matrimônio, não apenas enquanto esta é gerada por meio do matrimônio, mas enquanto no matrimônio esta é acolhida e é educada, conclui-se que dos três bens do matrimônio, a geração, a aceitação e a educação, excluindo o primeiro bem pelo motivo da singularidade inserção do Filho que preexiste desde a eternidade, permanecem ainda os outros dois.

Justamente porque Jesus não é Filho de nenhum outro homem, o relacionamento filial que o liga a José é essencialmente diferente daquele que é instaurado entre o filho de um outro pai, e o pai adotante. Assim, o relacionamento de José com Jesus o faz, portanto, muito mais íntimo parente do que se Jesus fosse adotado de fora, pois José é pai de Jesus do mesmo modo em que é entendido esposo de

Maria, sem a união da carne, mas pelo vínculo do matrimônio, afirma Santo Tomás.

O título “putativo” utilizado para designar José como pai de Jesus, não deve ser entendido como uma qualificação diminutiva, ou temerosa para explicitar o que José não é, antes, é para afirmar o quanto de positivo nisto existe. Somente São José, entre todos os homens, divide com Deus o título de pai a respeito de Jesus, uma dignidade tão grande que a nossa linguagem humana não é capaz de defini-la exatamente.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Pelo o que você já conhece até agora da Teologia Josefina, indique o fundamento da verdadeira paternidade de José.
2. Por que dizemos que José é Pai Putativo de Jesus?

21. A Paternidade Afetiva e Educativa de José

Jesus na agonia do Getsemâni dirigiu-se ao Pai com a palavra “Abba”, conforme nos relata Marcos (14-36), ou seja, com a mesma forma aramaica com que as crianças se dirigiam aos seus pais; fórmula esta que equivale ao nosso “papai”, e que Jesus a utilizou em seu âmbito familiar para com José, pois de fato a própria sua mãe testemunha isso quando disse-lhe: “Teu pai e eu estávamos angustiados à tua procura” (Lc 2,48). São José, foi portanto, na terra, o único homem afortunado de ter a singularíssima honra de dividir com Deus Pai, a idêntica inovação filial de Jesus.

José acolheu Jesus na sua casa, não apenas juridicamente, mas muito mais o acolheu afetivamente, considerando-o e amando-o como Filho. Os sentimentos de José para com Jesus são expressões genuínas de um amor autenticamente paterno, pois José exerceu para com ele a função de pai convivendo com ele, abraçando-o beijando-o e nutrindo-o com paterno afeto (Pio IX, Decreto *Quammodum Deus*). “Ele teve para com Jesus por um especial dom celeste, todo o amor natural, toda a afetuosa solicitude, que um coração de pai possa conhecer”, afirmava ainda Pio IX em 1954, num discurso aos alunos católicos dos Estados Unidos. Da mesma forma, o Papa Leão XIII na oração que compôs “A vós São José” coloca a expressão “pelo amor paternal que tivestes com o Menino Jesus”.

Jesus foi verdadeiramente amado dentro de sua família, não sofreu o sofrimento psicológico de falta de afeto, e nem se sentiu um estranho, mas gozou de todas as vantagens dentro de sua virtuosa família.

O Papa Paulo VI ressalta sobretudo a caridade de São José no fato que ele soube amar Jesus em sua família com a oferta da própria vida: “A vida de José não teve outro sentido ou razão que aquela do serviço ao Menino, ao qual era confiada a Redenção. Ele colocou à disposição dos desígnios de Deus a sua liberdade, a sua legítima vocação humana, a sua felicidade conjugal, aceitando da família a condição, a responsabilidade e o peso, e renunciando por um incomparável virgíneo amor, ao natural amor conjugal que a constitui e a alimenta, para

oferecer assim com sacrifício, toda a sua existência às imponderáveis exigências da vinda do Messias” (Allocuzione de 19/03/1969).

José foi, portanto pelo desígnio de Deus, o primeiro a reconhecer o Reino de Deus presente em Jesus e deixou tudo por ele, tornando-se assim o protagonista da parábola do tesouro escondido, o qual vendeu tudo o que possuía para comprá-lo. Ele é o comerciante de pedras preciosas, o qual descobrindo uma verdadeiramente preciosa, vende todas as pérolas para comprá-la. Para esta sua decisão foi necessário não apenas a graça da vocação, mas também a valorização desta levando-o a colocar Jesus acima de qualquer bem, assim como a sacrificar tudo para vivenciar esta vocação.

Paulo VI salienta como já lembramos, que José fez de sua vida um serviço, um sacrifício ao mistério da encarnação e à missão redentora e usou de sua autoridade legal, que tinha sobre a Sagrada Família, para fazer-se total dom de si, de sua vida e de seu trabalho, assim como fez oblação de si, do seu coração e de todas as suas capacidades, no amor colocado ao serviço do Messias germinado dentro de sua casa. Portanto ele exercitou a sua autoridade de pai de modo verdadeiramente exemplar, tendo para com Jesus um amor sem limites e juntamente com Maria, na casa de Nazaré, exercitou o seu amor no seu grau mais perfeito, justamente porque o praticou para o próprio Deus na pessoa de Jesus, Verbo encarnado.

Os privilégios que o evangelista Mateus atribui aos discípulos de Jesus (Mt 13,11.16) pertencem a São José de modo especial e reforçando esta verdade, Pio IX e também Pio XI, interpretando em chave Josefina o relato do juízo final, onde Jesus dirá “vinde benditos do meu Pai, porque eu tive fome e me deste de comer..” (Mt 25,34-35), e então perplexos os bons dirão, “Senhor quando foi que te vimos com fome...” (Mt 25,37), afirmam que dentro desta maravilha José será aquele que não observará nada, será aquele que consentirá com aquele juízo dos justos a seu respeito porque ele fez tudo de bem para Jesus aqui na terra. Se os apóstolos ficaram cheios de alegria por aquilo que ouviram, viram com os próprios olhos, tocaram com as próprias mãos (1Jo 1,1), muito mais será a alegria de São José que no exercício de sua missão de pai de Jesus, bebê, criança, adolescente, jovem e adulto, quando vivenciou toda essa realidade. Por isso S. Bernardo diz: “O Senhor encontrou José segundo o seu coração e lhe confiou com plena segurança o mais misterioso segredo do seu coração. A ele desvelou a obscuridade e os segredos de sua sabedoria... aquilo que numerosos reis e profetas desejavam escutar e não ouviram, foi concedido a São José, que não apenas o viu e o ouviu, o abraçou, o beijou, o alimentou e dele cuidou” (Homilia Super Missus est: PL 183,70).

O amor de José por Jesus foi portanto um amor sem reservas, foi um amor traduzido em generosidade, sacrifício, serviço, dom de todo a sua pessoa; um amor que só em Maria encontrou um modelo. Assim sendo, a pessoa de São José, a devoção a ele, é-nos um convite para amar Jesus com todo afeto do nosso coração, mas é também e sobretudo um convite ao serviço incondicional à vontade de Deus.

A função educativa de José sobre Jesus é um aspecto de sua paternidade nem sempre lembrado. A psicologia ensina que a pessoa recebe as influências do ambiente em que vive e das pessoas com as quais convive. Ciente desta verdade o Papa Paulo VI soube colher muito bem este aspecto, vendo refletido nas atitudes de Jesus a longa partilha de vida que ele teve com José na Carpintaria de

Nazaré, e na sua família, juntamente com Maria. Por isso ele afirma: “São José é o tipo de evangelho que Jesus, ao deixar a pequena oficina de Nazaré, e ao iniciar a sua missão de profeta e de mestre, anunciará como programa para a redenção da humanidade” (Allocuzione de 19/3/1969). Isto significa que o tipo de “homem novo” anunciado por Jesus, foi formado na sua mente humana durante os muitos anos em que passou ao lado de José, correspondendo àquele modelo concreto que ele sempre tinha diante de si.

É evidente que a contínua presença deste homem sério e virtuoso influenciou positivamente em Jesus. O Verbo de Deus teve o conhecimento experimental dos valores de José e de Maria através desta convivência diária em sua família de Nazaré. José e Maria não podiam não ser para Jesus os modelos mais perfeitos, os quais ele os tinha como pais e que os aceitava como educadores e mestres para si.

São José foi, além do mais, o tipo humano que Jesus mesmo escolheu para qualificar a sua própria posição social de “Filho do Carpinteiro”. José fiel à sua missão na disposição de colaborador na encarnação do Filho de Deus, tornou-se assim, o “modelo dos humildes que o cristianismo eleva a grandes destinos. Ele é a prova de que para ser bons e autênticos seguidores de Cristo não se necessita de grandes coisas, mas bastam e acorrem virtudes comuns, humanas, simples, mas verdadeiras e autênticas”, como ainda afirma Paulo VI.

Enquanto foi Deus a escolher para a encarnação de seu Filho aqui na terra a família de José; foi José, contudo, que deu a Jesus “o estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar e a educação humana” (Allocuzione de 19/3/1964).

Evidentemente que um homem do quilate de José não podia de maneira alguma, dentro da experiência diária de vida e de trabalho entre Jesus e ele, e também com Maria, não trazer em decorrência disso, todas aquelas conseqüências benéficas de caráter psicológico, afetivo, intelectual, espiritual e moral, que Jesus tão bem soube exprimir no relacionamento com as pessoas durante a sua vida.

José neste sentido foi verdadeiramente o educador de Jesus, justamente porque ele tinha como pai, e em ordem à sua missão, a tarefa de educar Jesus para o trabalho e para as experiências da vida. Por isso, o grande teólogo Orígenes ao afirmar que “O Espírito Santo honrou São José com o título de pai”, justifica depois, sua afirmação de que José educou o Menino Jesus. E Santo Tomás na mesma linha de Orígenes reconhece que José, embora não tivesse gerado Jesus, merece todavia o título de pai por ter assumido todas as funções propriamente paternas. Justifica ainda mais, afirmando que o matrimônio de José e Maria foi querido por Deus especialmente para isso, ou seja, porque neste Jesus fosse acolhido e educado. Como podemos concluir, a função de São José na encarnação e na redenção, segundo Santo Tomás, não é secundária, pois sua função foi muito mais do que ser o guardião de Jesus, não foi limitada a uma assistência externa, por isso mesmo a Igreja sabiamente quis confiar a vida espiritual dos fiéis a este grande personagem dos desígnios de Deus.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Indique como suas palavras o sentido da paternidade afetiva de José em relação a Jesus.
2. Comente a afirmação de São Bernardo presente nesta lição onde explicita que São José era segundo o coração de Deus.
3. Em que modos concretos José foi educador de Jesus?

22. A Vocação de José e a Sua Justiça

Como Maria recebeu o anúncio de um anjo pedindo-lhe de aceitar a concepção de Jesus em seu seio, também José teve conhecimento de sua vocação e missão através do anúncio de um anjo. De fato, o evangelista Mateus (1,18-25), assim descreve: “Eis como nasceu Jesus Cristo: Maria, sua mãe, estava desposada com José. Antes de coabitarem, aconteceu que ela concebeu por virtude do Espírito Santo. José, seu esposo, que era homem de bem, não querendo difamá-la, resolveu rejeitá-la secretamente. Enquanto assim pensava, eis que um anjo do Senhor lhe apareceu em sonho e lhe disse: ‘José, Filho de Davi, não temas receber Maria por esposa, pois o que nela foi concebido vem do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo de seus pecados’. Tudo isto aconteceu para que se cumprisse o que o Senhor falou pelo profeta: Eis que a Virgem conceberá e dará à luz um filho, que se chamará Emanuel (Is 7,14), que significa: Deus conosco. Despertando, José fez como o anjo do Senhor lhe havia mandado e recebeu em sua casa sua esposa. E, sem que ele a tivesse conhecido, ela deu à luz o seu filho, que recebeu o nome de Jesus”.

Neste relato José teve a aparição do anjo Gabriel durante um sonho, o qual deu-lhe algumas indicações precisas, tais como: “José, filho de Davi”, depois assegurou-lhe que era vontade de Deus que ele fosse esposo de Maria, dizendo-lhe: “Não temas”. Asseguro-lhe de que ele seria pai daquele que devia “salvar o seu povo de seus pecados”. Por fim, a sua resposta: “Tomou consigo sua esposa”.

O evangelista Mateus (1,19) colocou no centro da mensagem do anjo uma qualificação para José; aquela de Justo; “José seu esposo, sendo homem justo e não querendo abandonar Maria, decidiu de despedi-la em segredo”. Para Mateus a razão da intenção de José de abandonar Maria é porque era um homem justo, embora alguns tenham afirmado que José tivesse suspeitado algo de perverso em Maria, mas isso não apenas comprometia a sua honra, o que é uma calúnia, como também contradizia a “justiça” de José, pois fazia-o pensar mal de Maria. Esta teoria foi defendida por São Justino, São João Crisóstomo, Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Pedro Crisólogo, contudo São Jerônimo a repudiou-a totalmente. Para São Jerônimo: “José conhecendo a castidade de Maria e surpreendido por tudo aquilo sucedido, fechou no silêncio o mistério que não compreendia”. Deste modo, José, sendo justo se livrava de um problema para o qual não encontrava solução, pois ao abandonar Maria não iria lhe causar nenhum prejuízo à sua honra.

Por fim, outros viram neste acontecimento na vida de José, uma ligação com sua humildade; ele sentiu-se indigno de dividir a sua vida com Maria sendo ela a mãe do Salvador. Assim pensou São Brasília: “José se defrontou com duas coisas simultaneamente: tanto a gravidez de Maria como a sua causa, ou seja, causada pelo Espírito Santo” (In Christi generationem, 4 MG 31,1464).

Explicou melhor esta atitude de José o teólogo Karl Rahner para o qual seria absurdo ele, ao constatar a gravidez de Maria, não pedir o motivo desta, ou não receber uma explicação. Por isso ele explica que a justiça de José “está enquadrada no estilo do Antigo Testamento, onde esta tem o significado de cumprimento de toda a lei escrita, vale dizer, de santidade”. Uma outra explicação melhor compreensível vem do biblista León Dufour, para a qual “José reagiu como todos os justos da Bíblia diante de Deus que se apresenta nos acontecimentos de suas vidas: como Moisés que tira as sandálias, como Isaías atemorizado pelas visões de Deus três vezes Santo, como Isabel, que se pergunta como é possível ir ao seu encontro a mãe do Salvador, como o Centurião do evangelho, e enfim como Pedro que protesta: “afasta-te de mim Senhor, sou um pecador” (Études d’Evangile, Paris 1965, pg 81).

Embora todas estas explicações procuram dar uma luz às dúvidas de José quanto ao aceitar Maria como sua esposa, nenhuma delas satisfazem, pois não passam da afirmação das características de homem bom, humilde diante do mistério, como uma santidade notável... mas não exprimem a sua justiça realçada por Mateus e que no conceito bíblico indica alguém que é deliberadamente e totalmente disposto em cumprir a vontade de Deus no desenvolvimento de seu projeto de salvação, como foi Noé, Abraão, Moisés, Isac, Jacó, etc. Na intenção de Mateus, a dúvida de José, movia-o a procurar descobrir qual era a sua missão ao lado de Maria como sua esposa para depois dedicar-se completamente em cumpri-la, ou seja, sua dúvida o conduzia a uma humilde espera da voz do céu, como uma solução prudente a tomar.

José é esposo de Maria, a qual concebeu Jesus por obra do Espírito Santo; esta verdade joga luzes na dúvida de José, a qual refere-se não a uma maternidade qualquer, mas a uma maternidade admirável, (RC 3) porque deu-se com o intervento do Espírito Santo. A dúvida de José é guiada por um sentimento da presença de Deus, e foi somente pela presença da ação divina em Maria que ele pensou em deixá-la. Como dividir a vida com aquela que está intimamente ligada a Deus?

Por isso foi necessário o intervento divino, onde José é chamado pela ordem divina a tomar consigo a sua esposa e a assumir a paternidade da qual ela tinha concebido por obra do Espírito Santo. De fato, o anjo dirigiu-se a José como ao esposo de Maria e como aquele que deverá impor o nome do Filho que nascerá da Virgem de Nazaré, sua esposa. O Anjo confia-lhe, portanto, a tarefa de um pai terreno a respeito daquele Filho de Maria (RC 3). O mensageiro o conduz no mistério da maternidade de Maria.

O Filho de Maria, sua esposa, lhe pertence segundo a lei humana e não somente segundo a genealogia. Pertence-lhe segundo a vontade divina que chama José a dividir com aquele “de quem toma nome toda família no céu e na terra” (Ef 3,15), o título de Pai. Honra tão grande que nenhum homem pode vangloriar-se de possuí-la.

Diante disso José despertando do sono fez o que o anjo lhe ordenara e lança-se na obediência da Palavra recebida, aceitando como disse Paulo VI, o seu destino. Ele tem uma religiosa escuta da Palavra Divina e uma absoluta disponibilidade para servir fielmente a vontade salvífica de Deus. Vemos aqui encarnado o modelo de obediência, distinguindo-se pela fiel execução da vontade de Deus. Juntamente com a bem-aventurança de Maria “Bem-aventurada aquela que acreditou”, pode-se referir-se também a esta, em certo sentido a José, porque ele

respondeu afirmativamente à Palavra de Deus. A sua foi uma “puríssima obediência da fé” (RC 4).

José tomou a partir daí a sua esposa assumindo em tudo o mistério de sua maternidade juntamente com o filho que dela nasceria por obra do Espírito Santo. Ele demonstrou aqui uma disponibilidade de vontade semelhante àquela de Maria, (RC 3) e assim tornou-se juntamente com Maria, o primeiro depositário do mistério divino, e da mesma forma em relação a Maria, ele participa desta fase culminante da auto-revelação de Deus em Cristo. Com isso José é o primeiro a participar da fé da Mãe de Deus; ele é aquele que primeiramente foi colocado por Deus no caminho da peregrinação da fé, sobre a qual Maria irá à frente de modo perfeito (RC 5). Eis porque podemos dizer que São José é o modelo dos humildes que o Cristianismo eleva a grandes destinos (Paulo VI alocução 19/3/1969).

Questões para o aprofundamento pessoal

1. O evangelista qualifica a vocação de José denominando-o “Justo”; indique as várias explicações ligadas a este seu significado quando queria abandonar sua esposa.
2. Qual o verdadeiro sentido da justiça de José que o evangelista quer-nos transmitir?

23. A Missão de José

A encarnação de Jesus, ou seja, o inserimento de Deus na nossa condição humana, é o ponto central da história, o momento mais solene e definitivo desta. São José com sua missão participou da grandiosidade deste momento histórico, enquanto descendente de Davi, ao apresentar para o mundo, o herdeiro das Promessas, o Messias esperado. Nesta função ele recebeu a missão mais alta que se possa imaginar; aquela de cuidar do Filho de Deus, de proteger a pureza de Maria, sua esposa, e de cooperar com a encarnação divina para a salvação da humanidade. Ele, o único chamado para participar, juntamente com Maria, do conhecimento do grande mistério escondido nos séculos, com a sublime prerrogativa de guiar, de assistir e de cuidar do Salvador do Mundo, ao qual, não somente assegurou-lhe a herança das promessas messiânicas e o seu nascimento honrado e conveniente neste mundo, mas também deu-lhe o estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar e a educação humana, segundo as palavras já referidas de Paulo VI.

Sendo escolhido para ser o esposo da mãe de Deus, José participou da excelsa dignidade de sua esposa através do vínculo conjugal. Por tamanha grandeza, o próprio Jesus, Filho de Deus, não o considerou apenas como um seu guarda, mas quis que ele fosse publicamente reconhecido e estimado diante da lei e através do testemunho vivido pela sua obediência a ele, do seu respeito e do seu filial amor como seu pai e chefe de sua família.

A grandeza e a santidade de José estão unidas no cumprimento fiel da mais alta ordem divina que lhe conferia uma tal missão para ser o legítimo e natural guarda, chefe e defensor da divina família de Nazaré.

Para São José não é suficiente reservar-lhe um lugar na cena do presépio, como se reserva aos animais que nele estão presentes. A presença dele no presépio pode ter apenas uma função decorativa, tanto é verdade que a sua ausência não diminuiria em nada o mistério da encarnação. Para muitos, no comentário das narrativas da infância de Jesus, São José muitas vezes é esquecido, ou é tido como alguém secundário, sem nenhuma incidência no acontecimento de Belém. Para alguns a figura dele chega de ser até um obstáculo em relação à virgindade de Maria, a tal ponto que desde a antigüidade ele foi pintado ou descrito como um velho, diminuído em sua função em relação à sua especial função de esposo e de pai.

Contudo basta aprofundar um pouco mais a sua presença na história da salvação para constatar que o evangelista afirma que Jesus era tido por todos como Filho de José, o que significa que José devia demonstrar ser pai, e que portanto a sua idade não podia ser avançada. Como poderia Deus que estabeleceu que Jesus nascesse de uma Virgem esposada, não lhe dar um marido que aos olhos do povo parecesse suspeito de não ser o pai do menino?

Por isso devemos enquadrar a perspectiva justa de José, a qual é aquela narrada pelo evangelho onde lembra que o plano divino da encarnação do Filho de Deus exigia necessariamente a descendência davídica e que José neste sentido realizou esta exigência, assegurando-lhe o indispensável título de Filho de Davi. Desta forma, a grandeza moral ou santidade de São José, está ligada à função que recebeu no exercício do plano de Deus, pois se Deus o escolheu para esposo de Maria é porque o achou digno do privilégio de compartilhar a sua vida com a criatura mais sublime desta terra.

José é o esposo de Maria, a mãe de Jesus e porque ela é a mãe de Deus, é importante considerar a afirmação de Leão XIII que diz: “se Deus deu para a Virgem esposa São José, a deu não apenas para companheiro de vida, testemunha de sua virgindade, tutor de sua honestidade, mas também para que participasse, devido o pacto conjugal, da sua excelsa grandeza”. Em vista de sua paternidade como esposo de Maria, para acolher Jesus encarnado, José recebeu de Deus toda a dignidade espiritual desta paternidade a respeito a Jesus, ao qual ele sustentou com amor, vestiu-o, defendeu-o e educou-o. Desta maneira, como não pensar nas singulares graças e dons com os quais Deus abundantemente o enriqueceu para que estivesse em grau de desempenhar com perfeição as tarefas de esposo e de pai que lhes eram devidas?

A grande missão que José recebeu para desempenhar e colaborar no mistério da Redenção, ele a desempenhou com humildade e no escondimento, aceitando obedientemente o desígnio de Deus e justamente por esse seu comportamento de serviço humilde e desinteressado, é que a Igreja o apresenta como o ponto referencial para todos os cristãos, no cumprimento da vontade de Deus, seja os sacerdotes, os religiosos, os pais, os esposos, os noivos, os operários, os ricos, os pobres... São José ensina para todos que para “ser bons e autênticos seguidores de Cristo não é necessário fazer coisas grandes, mas bastam virtudes comuns, humanas, simples, contanto que verdadeiras e autênticas” (Papa Paulo VI).

Deus teve plena confiança em São José e por isso confia-lhe a ele “o mistério cuja realização fora esperado por tantas gerações pela estirpe de Davi e por toda a casa de Israel, e ao mesmo tempo confia a ele tudo aquilo que dependia para cumprimento deste mistério na história do povo de Deus” (João Paulo II). Por isso a Igreja hoje não pode não olhar com simpatia e amor aquele obscuro

carpinteiro de Nazaré, humilde e grande, frágil e forte, ignorado e importante, a fim de imitar seus exemplos e invocar seu patrocínio, pois ele é, na verdade um Santo atual.

Questões para o aprofundamento pessoal

Com quais características, José desempenhou a sua missão como col

24. Na Oficina de Nazaré a Sagrada Família Era a Cátedra da Vida Evangélica

O mistério da revelação de Deus em Jesus Cristo está intimamente unido ao mistério da encarnação que se desenvolveu dentro da família de José e em contato direto com a realidade diária do seu trabalho. Sabemos que Jesus recebeu de José a descendência davídica, mas além deste título indispensável para que ele fosse reconhecido como Messias, recebeu também o estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar e a educação humana, conforme nos ensina o Papa Paulo VI. Desta maneira, assim como Jesus herdou de José o título de “Filho de Davi”, recebeu também o título de “Filho de Carpinteiro” (Mt 13,55); de fato, a gente de sua terra se maravilhava das palavras que saíram de sua boca e diziam: “Não é o filho de José?” (Lc 4,22). “Não é ele o filho do carpinteiro?” (Mt 13,55). Sendo filho de José, com ele trabalhou na oficina de Nazaré, tornado-se assim solidário com a humanidade em tudo também no trabalho. Por isso a Igreja ensina que “Com a encarnação o Filho de Deus se uniu de um certo modo a cada homem. Trabalhou com mãos do homem, amou com coração humano, agiu com a vontade do homem...”. (Gaudium et Spes 1,22). Ninguém com exceção de Maria esteve tão próximo às mãos, à mente, à vontade e ao coração de Jesus, como São José. Nele, de maneira particular, penetrou o espírito do evangelho e “nenhum trabalhador foi tão perfeitamente e profundamente compenetrado quanto o pai putativo de Jesus, que viveu com ele na mais perfeita intimidade e comunhão de família e de trabalho”, disse papa Pio XII, e por isso o mesmo papa ensina: “Se quiserem estar próximos de Cristo, “ite ad Joseph”, ide a José. Pois, o humilde artesão não apenas representa junto de Deus e da Santa Igreja a dignidade do trabalhador, mas também é o vosso próvido protetor de vossas famílias”.

Junto a oficina de Nazaré estava presente a Sagrada Família e nesta o protagonista era o próprio José, homem justo, enquanto sobre ele pesava as responsabilidades das decisões, o cuidado de Maria e a defesa de Jesus.

Nesta Sagrada Família, os três viviam uma vida serena, mas não privada de dificuldades em razão da presença do próprio Jesus. Dificuldades estas que não perturbavam a vida familiar, mas que exigiam todavia atenções particulares pela formação de Jesus.

Nesta Sagrada Família, São José todos os dias, seja em casa, seja em sua pobre oficina, tinha os olhos voltados para Jesus, protegendo-o dos perigos da infância, guiando-o para o seu crescimento.

Nesta Sagrada Família, São José exercitou sua tarefa primária de Pai, educando Jesus. Ali ele era o Pai de Jesus e Deus conseqüentemente não lhe deixava faltar os meios e iluminações para desenvolver sua altíssima tarefa.

Nesta Sagrada Família, São José não apenas forneceu a formação religiosa e o conhecimento das Sagradas Escrituras para Jesus, mas também foi preocupado com sua formação moral e com sua formação profissional, ensinando-lhe a arte da carpintaria. Tudo isso foi efetivamente vivenciado na presença de Deus, no mútuo amor familiar, o que fez-lhe merecer o título de “Glória da vida doméstica”. Suas ricas e boas qualidades compartilhadas no âmbito familiar, explicam a sua missão e porque é o modelo mais digno de todos quanto são responsáveis de famílias.

É inevitável, portanto que sua missão e guarda de Jesus, sua tarefa pedagógica no núcleo doméstico da Sagrada Família, conferem a São José uma atração especial para nossa admiração e um fundamento particular para nossa confiança no seu patrocínio.

O exemplo que nos dá a Sagrada Família leva-nos a concluir que as mudanças sociais e culturais do mundo moderno não devem exonerar cada família de sua missão natural e cristã; devem sim lembrar as suas tarefas indispensáveis na pedagogia, na afetividade, nos deveres morais e espirituais, na vivência do amor e da unidade.

A Sagrada Família nos ensina que analisar o modo de seu conceber e de organizar uma família que seja boa, unida e alegre, é um dos prementes deveres de nossa época.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Explique com suas palavras o clima de relacionamento entre Jesus, José e Maria no âmbito familiar.
2. Comente a afirmação da Gaudium et Spes 1,22 presente nesta lição.

25. A Morte de José

Os anos passavam e José, fiel vocacionado, sentia que o tempo da sua partida deste mundo se aproximava. Restava-lhe, porém, transmitir a Jesus uma última experiência, justamente a da sua morte. A sua missão estava terminada, tudo o que o pai lhe havia determinado estava realizado. Era hora de deixar estas duas companhias tão ternas que lhe tinham marcado a vida, privar-se da presença de Jesus e de Maria por algum tempo e ir juntar-se às almas dos justos aguardando o suspirado dia da redenção de todos os homens.

Não podemos dar uma resposta precisa quanto ao número de anos que São José viveu. Podemos apenas, baseando-nos em Lucas 2,41-52, afirmar concretamente que ele viveu até os doze anos de Jesus. Mas, quando morreu exatamente é uma pergunta que aguça a nossa curiosidade, pois não encontramos nenhuma referência a ela nos Evangelhos. Por isso, devemos recorrer às opiniões concernentes à Sagrada Escritura e também à razão. As opiniões divergem muito, porém a opinião mais unânime entre os teólogos josefinos é que ele

morreu no início da vida pública de Jesus. Essa opinião é compartilhada por teólogos como Gerson, Suárez, São Boaventura, São Bernardino de Sena, São Jerônimo e outros. Para os defensores dessa opinião, São José morreu depois do batismo de Jesus no Jordão e antes das bodas de Caná. Portanto, logo nos primeiros dias da vida pública de Jesus. Os motivos da conveniência de sua morte quando Jesus tinha cerca de trinta anos, (Lc 3,23) podem ser deduzidos do fato de que nas bodas de Caná José estava ausente, não porém Maria (Jo 2, 1-11). Durante a pregação de Jesus, quem se dirige a ele é sua mãe Maria e seus primos (Mt 12,46ss). Junto aos pés da cruz, Jesus confiou sua mãe ao discípulo João (Jo 19,27). Se José estivesse vivo, essa recomendação de Jesus não teria sentido. Esta opinião, portanto, parece-nos a mais sensata, mesmo porque, na opinião de alguns teólogos, José, não tendo participado do ministério de Jesus, fez com que ele pudesse revelar claramente que a sua filiação era divina, indicando com isso que São José teria cumprido a sua missão diante de Deus com perfeição.

Mas, como acenamos, existem outras opiniões a este respeito. Uma delas, também muito conhecida, é de Santo Epifânio, para quem São José deve ter morrido depois que Jesus completou doze anos. O fundamento da sua afirmação é que, depois dessa data, os evangelistas não se referem mais a José. Essa opinião não possui fundamento, pois São José tinha a missão de custodiar Jesus. Se tivesse morrido neste momento particular da vida de Jesus, como poderia ter realizado todo o desígnio de Deus a seu respeito?

Outros, como São João Crisóstomo, afirmam que São José esteve presente inclusive aos pés da cruz de Jesus. Essa opinião não é compartilhada pela maioria dos teólogos, pois Jesus na cruz confiou a sua mãe ao discípulo João. Se José ainda vivesse, como haveria Jesus de confiar sua mãe aos cuidados de um discípulo? Como poderia Jesus romper o vínculo do matrimônio existente?

Há os que postulam a morte de São José durante a vida pública de Jesus, e como prova usam as palavras do evangelista Mateus: "Não é este o filho do carpinteiro?" (Mt 13,55). Que José tenha vivido durante a vida pública de Jesus também não encontra ressonância nos Evangelhos. A prova disso é que não estava nas bodas de Caná. O fato de chamarem Jesus de "filho do carpinteiro" durante a sua vida pública prova apenas o costume dos judeus de chamarem os filhos citando o nome ou a profissão dos pais, quer estes fossem vivos ou mortos.

Portanto, a opinião de que José morreu após o batismo de Jesus no Jordão, é a mais plausível e sensata, pois José já teria cumprido a sua missão.

Resta-nos ainda responder a uma pergunta que aguça a nossa curiosidade: Como foi a morte de São José? Não temos elementos convincentes para nos esclarecer a respeito deste momento particular do nosso santo. Temos porém a afirmação do grande estudioso Josefino Isidoro de Isolani. Ele diz que nas igrejas do Oriente, no dia 19 de março, desde os primeiros séculos, costumava-se ler solenemente ao povo uma narração piedosa da morte de São José. Esse relato seguia deste modo: "chegou para São José o momento de deixar esta vida. O Anjo do Senhor lhe apareceu e anunciou que chegara a hora de abandonar o mundo e ir repousar com seus pais. Sabendo que estava próximo o seu último dia, quis visitar pela última vez o Templo de Jerusalém, e ali pediu ao Senhor que o ajudasse na hora derradeira. Voltou a Nazaré e, sentido-se mal, recolheu-se ao leito. Em pouco tempo o seu estado agravou-se. Entre Jesus e Maria, que o assistiam carinhosamente, expirou suavemente, abrasado no amor divino. Morte

bem-aventurada! Como não deve ter sido doce e abrasada de amor divino a morte daquele que expirou nos braços de um Deus e da mãe de Deus? Jesus e Maria choraram ao fechar os olhos de José. E como não havia de chorar aquele mesmo Jesus que choraria sobre a sepultura de Lázaro? Vede como ele o amava! disseram os judeus. José não era só um amigo, mas um pai querido e santíssimo para Jesus".

Aceitando que José tenha morrido antes, é presumível que ele tenha sido assistido por Jesus e Maria na sua hora suprema; uma morte das mais afortunadas que se possa desejar. Por isso ele é considerado patrono da boa morte. O último ato da sua vida foi cumprido no obscuro e pobre casebre de Nazaré, mas foi de tamanha relevância que só este homem de missão única na terra dele pode ser protagonista.

A experiência da morte sempre traz solidariedade. Por isso os seus familiares se reuniram para ajudar naquele momento especial. Naquele dia, como era normal nas pequenas cidades e aldeias, Nazaré parou para dar o último adeus ao grande amigo. Afinal nos longos anos de convivência com o seu povo, José havia deixado a sua marca de homem justo, trabalhador, prático e amigo de todos. Por causa da sua profissão, ele tinha ajudado a muitos nazarenos levantar as quatro paredes de barro batido para construir suas casas. Consertou uma infinidade de arados. Fabricou mesas, bancos e uma variedade de utensílios para os lares de quase todos os moradores do lugar e dos arredores, já que a sua profissão não se resumia unicamente na mesa de sua carpintaria..

Admitindo que José morreu durante a vida pública de Jesus, devemos concluir que ele foi assistido por Jesus e Maria na hora de sua morte como enfatiza a tradição nas Igrejas do Oriente e é em vista disso que é invocado como protetor dos moribundos, ou da boa morte. Outra questão que os teólogos colocam é que quando José morreu, evidentemente Cristo não tinha ainda passado pela sua morte e ressurreição e portanto José não pode entrar diretamente no céu, após a sua morte. Mas com a ressurreição de Jesus, segundo a maioria dos teólogos, José teria ressuscitado e subido aos céus. Os teólogos para afirmarem isso baseiam-se a Mt 27, 52-53: "Os sepulcros se abriram e os corpos de muitos justos ressuscitaram. Saindo de suas sepulturas, entraram na Cidade Santa e apareceram a muitas pessoas". Embora alguns teólogos como Santo Agostinho, São João Crisóstomo, São Gregório Magno, sustentam que a ressurreição dos mortos referida neste texto de Mateus deve ser entendida como transitória, outros como Santo Inácio de Antioquia, Orígenes, Santo Ambrósio, São Jerônimo, Santo Epifânio e teólogos mais modernos como Maldonado, Alapide, Knabenbauer, admitem a ressurreição definitiva (B. Llamera, teologia de San José, Madrid 1953, pg 301).

É importante afirmar que não existem notícias sobre o sepulcro de seu corpo como objeto de veneração e nem mesmo conhecimento de algumas de suas relíquias corporal, também se em alguns lugares conservam-se alguns presumíveis objetos seus como a aliança de seu matrimônio, bastão, manto, etc., os quais não se pode provar que sejam verídicos. De qualquer maneira pode-se dizer que uma eventual ressurreição e assunção de José deve ser vista como uma "devota opinião" e não como uma doutrina.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Indique, baseando-se na opinião de alguns estudiosos Josefinos o tempo em que José viveu e quando morreu.

26. A Voz dos Papas

Os documentos pontifícios ao considerar a figura e a missão de São José, afirmam que a Igreja sempre o teve em grandíssima honra, “coroando-o de louvores”. De fato, Lucas e Mateus o ressaltaram apresentando-o com os títulos de “Filho de Davi”, “Esposo de Maria” e “Pai de Jesus”. Tendo em vista a grande honra que Maria, Mãe de Jesus, recebeu da comunidade apostólica, o título “esposo de Maria” (Mt 1,20) para José, não é apenas uma simples menção histórica, tanto menos o título “Pai de Jesus” (Lc 2,48) que o coloca no relacionamento mais próximo com Cristo, porque é através dele, José, filho de Davi, (Mt 1,20) que a geneologia davídica foi transmitida a Jesus, e dele Jesus recebeu “o nome, o estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar, a educação humana” (Paulo VI, Allocuzione 19/3/64). “Ainda mais, mediante o exercício da sua paternidade e desse modo, precisamente, ele ‘coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos’, e é verdadeiramente ministro da salvação” (RC 8). Em reconhecimento disto, a Igreja apostólica o qualificou como “Homem justo” (Mt 1,19s).

Não foram apenas os teólogos que se interessaram pela teologia Josefina. Também o Magistério da Igreja, na voz dos papas, colocou em evidência os pontos essenciais dessa teologia.

Pio IX estendeu a festa do Patrocínio de São José a toda a Igreja com o decreto "inclytus Patriarcha Joseph", de 10 de setembro de 1847. E proclamou São José como Patrono da Igreja Universal com o decreto "Quemadmodum Deus", de 08 de dezembro de 1870, ensinando que ele é o segundo em poder de intercessão.

O mesmo Papa reconheceu o seu direito a um culto superior ao dos outros santos com o decreto "Inclytum Patriarcham ", de 07 de julho de 1871. Além disso, testemunhou sua devoção ao grande Santo com um afresco enorme na sala Imaculada do Vaticano, que lembra a definição do dogma da Imaculada Conceição, no qual São José é colocado entre São Pedro e Jesus. Mandou erigir na Praça Espanha , em Roma, um baixo relevo representando o sonho de São José. Em 1871, foi confeccionado um tapete, no qual o patrocínio de São José é simbolizado por dois anjos que apresentam ao Santo o decreto pontifício e a Igreja. Ordenou, também, que fosse cunhada uma medalha em 1876 na qual São José é representado entre a Igreja e a Sagrada Família.

Em vista de sua dignidade e importância como colaborador do mistério de nossa Redenção é que no decorrer da história, o respeito dos cristãos por São José não diminuiu, aliás, sempre foi consolidando-se na devoção popular e aprofundando-se no conhecimento teológico. Basta lembrar que Leão XIII, influenciado pela ênfase da devoção a São José, ocorrida no pontificado de Pio IX, já na sua primeira Alocução ao Colégio Cardinalício (28/3/1878), coloca o seu pontificado sob “a potentíssima proteção de São José, celeste Patrono da Igreja”. Este mesmo Papa o invoca logo depois da invocação de Maria, como “seu puríssimo esposo”, e na sua Encíclica Rerum Novarum (1891) apresenta-o como

aquele que qualifica humanamente Jesus, e que a partir do qual “Deus quis ser considerado Filho de operário”. Ainda Leão XIII dá o título de “Bem-aventurado” a São José na oração “Deus refugium nostrum et virtus”, a ser recitada depois da missa. Ele ainda aprova a reza do Ofício Votivo de São José às quartas-feiras, e estabelece que a sua festa seja de preceito duplo em alguns lugares da Itália.

Com a Carta Apostólica *Neminem Fugit* (14/06/1892), institui a “Pia Associação Universal das Famílias consagradas à Sagrada Família de Nazaré”, afirmando a participação íntima de São José à suprema dignidade da Sagrada Família.

Com a Encíclica *Quamquam Pluries* de 1889, lançada quando a Igreja passava por dificuldades de perseguição, Leão XIII estabelece uma nova iniciativa relativa a São José afirmando: “Já que é muito importante que o seu culto penetre profundamente nas Instituições Católicas e nos costumes, queremos que o povo cristão receba de nossa própria voz e autoridade todo o incentivo possível”. Esta Encíclica considera as razões pelas quais São José é tido como Patrono da Igreja: “sobretudo pelo fato que ele é esposo de Maria e pai Putativo de Jesus Cristo”. A Encíclica explica ainda que São José é partícipe da excelsa dignidade de Maria, Mãe de Deus, porque “entre a beatíssima Mãe de Deus e São José existe um verdadeiro vínculo matrimonial. E que São José supera entre todos em dignidade “porque por vontade de Deus, foi o Guarda e, na opinião de todos, o Pai do Filho de Deus”.

O papa vê assim a grandeza de São José em relação à sua paternidade porque Jesus se submeteu humildemente a ele, lhe obedeceu e para ele prestou aquela honra e respeito que cada filho deve ao seu Pai. Porque ele foi o testemunho da virgindade de Maria, o Guarda legítimo e natural da Sagrada Família, cuidando de Maria e Jesus, providenciando-lhes o sustento com seu trabalho, defendendo-os dos perigos, merece da Igreja toda a consideração.

Leão XIII por fim, convida a todos os cristãos de qualquer condição ou estado para confiar e abandonar-se à amorosa proteção de São José: sejam os pais de famílias, os esposos, os consagrados a Deus, os ricos, os pobres, os operários...

Pio X (1903 – 1944) em sua Encíclica inaugural “*E Supremi Apostolatus*” (4/10/1903), invoca a intercessão do castíssimo esposo da Mãe de Deus, Patrono da Igreja Católica. Ele também promulgou a indulgência às Ladainhas de São José em 18/3/1903. Com a mesma devoção seguirá o para Bento XV (1914-1922), o qual insere no Missal Romano um prefácio próprio de São José e concede indulgências especiais pela reza do Pequeno Ofício de São José. Em 25/7/1920 com o *Motu Próprio* “*Bonum Sane*”, enfatiza a necessidade e a eficácia de sua devoção como remédio dos problemas depois da guerra, e acrescentou depois em 1921, a Invocação “Bendito seja São José, seu santíssimo esposo” na oração “Bendito seja Deus”.

Pio XI (1922 – 1939) introduz a invocação a São José nas orações para os moribundos e também no rito da unção dos enfermos. Confia igualmente a São José a Rússia (19/3/1930). Na Encíclica “*Divini Redemptoris*” (19/3/1937), invoca o seu patrocínio na luta da Igreja contra o comunismo. Na Encíclica “*Ad Sacerdotti Catholici*” (20/12/1955), afirma que Jesus quis ser educado na casa de Nazaré por Maria e José, ambos virgens. Nas suas Alocuções exalta São José como Grande entre os Santos, superior a João Batista, pai da grande caridade, pai de todos na Igreja Santa de Deus, Onipotente na sua intercessão. Enfatiza ainda que a grandeza de seu ministério está em ser o guarda da pureza de Maria, o guarda da virgindade de Jesus e o tutor do mistério da Redenção. Com a mesma

disposição seguiu o papa Pio XII (1939- 1958) na Encíclica "Haurietis aquas" de 15 de maio de 1956, evidencia o amor de Jesus pelo "seu pai putativo José, ao qual obedecia sendo fiel colaborador no trabalhoso serviço de carpinteiro". Apresenta ainda São José como modelo dos operários e em 1/5/1955 instituiu a festa litúrgica de São José Operário.

João XXIII (1958/1963) que foi um grande devoto de São José, fez questão de divulgar o seu amor por ele a todos. Ele afirma São José como: "O meu primeiro e predileto protetor". O nomeia protetor do Concílio Vaticano II com a Carta Apostólica "Le Voci" (13/3/1961) e insere o seu nome no Cânon da Missa dispondo um altar dedicado a ele na Basílica do Vaticano, o qual tornou-se ponto de atração e de piedade. A razão deste altar ele mesmo a expressa: "para um acender-se, também no máximo Templo do Cristianismo a devoção a São José, protetor Sanctae Ecclesiae, Protetor do Concílio do Vaticano II"(19/3/1972). Seguirá no mesmo caminho de amor ao protetor da Santa Igreja de seu predecessor o papa Paulo VI (1963-1978), o qual na abertura da segunda sessão do Concílio Vaticano II, (29/9/1963) invoca a presença de São José como Patrono do próprio Concílio. Na "Lumen Gentium" (21/11/64) aprova que na celebração Eucarística seja venerada com memória "também aquela do Bem-aventurado José". Promulga as edições do Missal Romano e da Liturgia das Horas onde estão presentes os textos das missas e dos Ofícios da Sagrada Família; da missa de São José, de São José Trabalhador e o novo prefácio de São José. As suas homilias sobre São José são admiráveis em seus conteúdos.

Por fim o papa João Paulo II (1978) desde a sua primeira Encíclica "Redemptor Hominis" (4/3/1975), insere o nome de São José no coração da Redenção, fazendo a seguinte afirmação: "Jesus Cristo feito homem, Filho de Maria Virgem, Filho putativo de José de Nazaré". Nas Encíclicas "Laborem Exercens" (14/9/81), "Familiaris Consortio" (22/11/85), Dominum et Vivificatem (18/5/86), Redemptoris Mater (25/3/87), Mullieris Dignitatem (15/8/88) têm uma presença significativa de São José. No aniversário do Centésimo ano da Encíclica "Quamquam Pluries" de Leão XIII, o nome de João Paulo II ficará para sempre ligado à Exortação Apostólica "Redemptoris Custos", a qual coroa o desenvolvimento ininterrupto do culto a São José nos últimos cem anos transcorridos, sobretudo com a fundação de numerosos Institutos Religiosos. Foram mais de cem Institutos que tiveram São José como patrono, assim como de Associações, de Confrarias e outras Instituições sob o seu patrocínio. Além disso, algumas nações e várias dioceses o escolheram como Patrono, (Equador-1921), (Peru-1957), etc. Acrescenta-se também as incontáveis Igrejas construídas em sua honra, as quais somente na Itália chegam na casa das mil, além das inúmeras construções de Capelas e Oratórios. É dever lembrar também que neste período de 100 anos passados, existiram entre a Europa e América, ao menos 15 coroações canônicas de imagens de São José.

Precisamos ainda notar que neste mesmo período o desenvolvimento doutrinal sobre São José foi notável, sobretudo através dos Centros de Estudos Josefinos, instituídos em várias partes do mundo com publicações Josefinas. Lembramos aqui a primeira revista de pesquisa sobre São José "Estudos Josefinos" surgida em 1947 em Valladolid (Espanha) com os padres Carmelitas Descalços. Os mesmos padres em 1953, criaram a "Sociedade Íbero-Americana de Josefologia". Em 1952 foi criado o "Centro de Pesquisas e de Documentação" em Montreal (Canadá) pela Congregação de Santa Cruz, a qual passou a publicar a revista

Cahiers de Josephologie. No mesmo ano na Itália surgiu o “Centro Studi di San Giuseppe” dirigida pela Congregação de São José, fundada por S. Leonardo Murialdo. Contemporaneamente o “Movimento Giusseppino” em 1963, e o Meeting Point Redemptoris Custos em 1989, foram instituídos pela Congregação dos Oblatos de São José, fundada por São José Marelllo.

Os missionários de São José do México, fundam o “Centro Josefino” em 1958 na cidade do México, e outro em 1985 em Salvador. Surge igualmente em Kalish, na Polônia em 1969 o “Centro de Estudos Josefinos”.

Todos estes Centros passam a organizar Semanas e Encontros de estudos josefinos e por fim, promovem “Simpósios Internacionais de Josefologia”, tais como em Roma (1970), Toledo (1976), Montreal (1980), Kalish (1985), Cidade do México (1989), Roma (1993), Malta (1998) e Salvador (2001). Em todos estes São José foi estudado nos diversos aspectos, particularmente na teologia da encarnação e da redenção, no seu papel na História da Salvação com suas características ligadas às suas virtudes de humildade, obediência, castidade; a sua paternidade, o seu matrimônio....

Particularmente a “Exortação Apostólica Redemptoris Custos”, vem depois coroar todo esse movimento considerando a figura e missão de São José na vida de Cristo e da Igreja, com seu matrimônio, paternidade...

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Indique o nome de alguns documentos pontifícios e de seus autores em relação a São José.
2. Indique os destaques que alguns papas deram à devoção Josefina.
3. Comente os esforços de João Paulo II na difusão da pessoa de São José.
4. Indique alguns Centros de Estudos Josefinos presentes no mundo e os anos em que alguns Simpósios de Josefologia foram realizados.

27. A Função de São José na Encarnação e a Sua Missão na Ótica do Magistério

Professamos que Jesus é o Filho de Deus, o qual foi concebido no seio de Maria por obra do Espírito Santo. Professamos também Maria como esposa de José, e José como Pai de Jesus e aquele que deu-lhe a genealogia, pois Jesus é “Filho de Davi”, porque também o é José (Mt 1,20). Por isso a Redemptoris Custos no N^o 7 fala que “se por um lado é importante professar a concepção virginal de Jesus, por outro, não é menos importante defender o matrimônio de Maria com José, porque é deste matrimônio que depende, juridicamente a paternidade de José. Daqui se compreende a razão por que as gerações são enumeradas segundo a genealogia de José”. A realidade da história da encarnação exigia que Jesus nascesse de uma Virgem esposa e que, conseqüentemente, fossem assumidas as instituições fundamentais do matrimônio, da paternidade e da família. Assim, a união de Maria e José efetuou a natureza do matrimônio realizado na indivisível união dos ânimos, na união dos corações e no consentimento. A Paternidade de José tem plenamente a autenticidade da paternidade humana e da missão

paterna da família. A família de José e de Maria, é o protótipo e o exemplo para todas as famílias.

É a realidade histórica da humanidade de Jesus que teve necessidade do exercício da paternidade de José para ser adequadamente inserida na ordem humana, social e religiosa que compreendeu a inscrição anagráfica, a circuncisão, a imposição do nome, a oferta do primogênito, a defesa, o sustento e a educação de Jesus enquanto verdadeiro homem. Tudo isso é consequência da União Hipostática, onde Jesus assumiu tudo o que é humano. De fato, José “deu a Jesus o estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar, a condição humana” (Paulo VI – Homilia 19/3/1964).

Assim, José “foi chamado por Deus para servir diretamente a Pessoa e a missão de Jesus, mediante o exercício da sua paternidade: desse modo, precisamente, ele cooperou no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos, e é verdadeiramente ministro da salvação” (RC 8). José não é portanto uma figura decorativa de presépio, mas juntamente com Maria foi querido por Deus com uma tarefa precisa, cujo conhecimento é indispensável para compreender o próprio mistério da redenção que tem o seu fundamento no mistério da Encarnação.

A presença de São José na História da Salvação está ligada ao plano da Encarnação, que decretou a pertença do Verbo de Deus à humanidade através de sua inserção escondida na instituição da família .

A escolha por parte de Deus da família de Abraão será historicamente sempre mais determinada no seio da família de Davi e por ela, à família de José “Filho de Davi” (Mt 1,20).

A imagem de José, por isso, é tão ligada à genealogia messiânica, a ponto de representar a descendência última e fatídica da estirpe de Davi (Paulo VI, Discurso de 19/03/69). José foi, assim, o término da “sublime eleição” por parte de Deus a fim de ser entre todos os homens o “pai putativo” do Filho Unigênito e “verdadeiro esposo da Rainha do mundo e Senhora dos Anjos”. (SCR, Inclytus Patriarcha Joseph, 10/09/1847). Estes dois títulos fazem de José uma figura inalcançável na ordem da santidade, por causa das “graças singulares e dos celestes com que Deus muito o enriqueceu, na perspectivas dos encargos a ele confiados. E, de fato, José cumpriu à perfeição o papel a ele confiado e a missão recebida, colocando-se sem reservas, “em tudo, à disposição da vontade de Deus com disposição que nem se pode descrever” (1.c). A missão de José é “única”, grandiosa: custodiar a virgindade e santidade de Maria; cooperar na encarnação divina e na salvação dos homens. Toda santidade de José consiste exatamente no cumprimento fiel e perfeito desta missão tão grande e tão humilde, tão nobre e tão escondida, resplandecente e ao mesmo tempo misteriosa” (Pio XI, Discurso de 19/03/1928).

Desde o momento em que o Anjo revela a José o seu ministério (Mt 1,21), sua vida não tem outro sentido nem outra razão senão servir ao Menino o futuro Redentor. Paulo VI exprime tudo isso de forma muito incisiva: “São José colocou logo à disposição dos desígnios de Deus toda a sua liberdade, sua legítima vocação humana, a sua própria felicidade conjugal, aceitando da família a condição, a responsabilidade e o peso, renunciando porém por um incomparável amor virginal ao amor conjugal que naturalmente alimenta e sustenta a família, para oferecer assim com sacrifício total a sua existência às imponderáveis exigências da vinda do Messias” (Paulo VI, Discurso de 19/03/1969).

Característica de São José é “ter feito de sua vida um serviço e um sacrifício ao mistério da Encarnação e à missão redentora que lhe vai unida; ter usado a autoridade legal, que lhe cabia sobre a Sagrada Família, para fazer-lhe dom total de si próprio, de sua vida e de seu trabalho; ter convertido sua vocação humana ao amor doméstico em sobre-humana de si, de seu coração e de toda sua qualidade, no amor posto a serviço do Messias brotado em sua casa” (Paulo VI, Discurso de 19/03/1966).

Se entre as figuras evangélicas destacam-se, por sua especial missão, São João Batista e São Pedro, o primeiro por ter sido precursor de Jesus e o segundo por ter recebido dele em herança a Igreja, “a pessoa e a missão de José, recolhida e silenciosa, praticamente despercebida e desconhecida por sua humildade”(Pio XI, 1.c.), revela-nos um tipo de ministério tanto mais importante quanto mais escondido, tanto mais necessário quanto menos à vista.

Retornando à imagem evangélica da lâmpada doméstica, que difunde sua luz modesta e tranqüila, mas providencial e benéfica no interior da casa, Paulo VI afirma que “José é esta luz a difundir seus raios benéficos na casa de Deus, que é a Igreja; enche-a com as humaníssimas e inefáveis lembranças da vinda neste mundo do Verbo de Deus, feito homem por nós e como nós, e vivido sob a proteção, a guia e a autoridade do pobre carpinteiro de Nazaré. Ele é a luz que ilumina com seu incomparável exemplo, aquele que é próprio do Santo, entre todos afortunados por sua grande comunhão de vida com Jesus e Maria, de seu serviço ao Cristo, de seu serviço por amor” (Paulo VI, Discurso de 19/03/1966).

Pode-se afirmar que o exemplo de São José, a lição que nasce de toda a sua vida foi de grande valia na Igreja desde sempre. Paulo VI chega a afirmar que “São José é o tipo do Evangelho que Jesus irá anunciar como programa para a redenção da humanidade; é o modelo dos humildes que o cristianismo eleva a maiores alturas; é a demonstração de que para sermos bons e autênticos discípulos de Cristo não precisa grandes coisas, mas são suficientes e necessárias as virtudes comuns, humanas, simples nas verdadeiras e genuínas” (Discurso de 19/03/1969).

Para Pio XI, “nenhum operário foi tão perfeitamente e profundamente imbuído (do espírito evangélico) como aquele que viveu com Cristo na maior intimidade e comunhão de família e de trabalho, seu pai putativo, São José” (Discurso aos Trabalhadores Católicos Italianos, 11/03/1953; conf. também, 1º/05/1955).

Nos exemplos de São José “é claro como Deus espera de cada um de nós aquilo que Ele tem todo o direito de esperar, ou seja, a resposta fiel e generosa aos seus chamados, às suas vontades, aos seus desejos, o aproveitamento fiel e diligente do conjunto de dons naturais e sobrenaturais que Ele mesmo distribuiu a cada um, segundo as condições diferentes de vida, segundo os diferentes deveres do estado de vida que a cada um reservou” (Pio XI, 1. c). “Da pessoa de São José vem para todos a admoestação mais oportuna, junto com aquele sentido de moderação e paciência, aquele amor ao silêncio e ao sacrifício, que dão firmeza às instituições de piedade, assistência mútua e elevação espiritual e material.

“A tríplice concupiscência: antes de mais nada, o dinheiro tem um terrível poder de sedução, sede de domínio é inextinguível; os prazeres da vida levam para a condescendência e a tibieza. Podemos dizer o que quisermos, mas quem desejar se salvar, encontrar abrigo seguro na casa do Pai e guardar intactos os dons preciosos de natureza e graça recebidos de Deus, só tem a fazer uma coisa:

espelhar-se na doutrina imperecível do Evangelho e da Igreja, da qual a vida escondida de São José oferece um exemplo atraentíssimo” (João XXIII, Discurso de 19/03/1961).

“São José é de poucas palavras, mas de vida intensa, não se omitindo a responsabilidade alguma recebida de Deus. Ele é exemplo de bela disponibilidade ao chamamento divino, de tranqüilidade em todos os acontecimentos de confiança plena atingida a uma vida de fé e caridade sobrenaturais e ao instrumento eficaz que é a oração... Quem tem fé não treme, não se afoba, não amedronta o próximo” (João XXIII, Discurso de 17/03/1963).

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Comente a afirmação da Redemptoris Custos nº 7 presente nesta lição.
2. Leia e procure compreender as várias afirmações do magistério da Igreja presentes nesta lição, em relação à missão de José.

28. São José e o Evangelho do Trabalho

O Papa Leão XIII com a Encíclica *Quamquam Pluries* (1889) exprime um sentimento paterno para os trabalhadores preocupando-se com a situação deles. O ponto de referência é o mistério da encarnação, que coloca em realce a dignidade do trabalho através de São José. “Os proletários, os operários e quantos são desafortunados... devem recorrer a São José e dele tomarem a sua imitação. Ele, se bem que da estirpe real, unido em matrimônio com a mais santa e excelsa entre as mulheres, e pai putativo do Filho de Deus, passou a sua vida no trabalho... O trabalho operário, longe de ser desonra...”. Da mesma forma, a Encíclica *Rerum Novarum* (1891), também de Leão XIII, afirma que Jesus “Embora sendo filho de Deus e Deus ele próprio, quis ser visto e considerado Filho do carpinteiro, e não negou de transcorrer uma grande parte da sua vida no trabalho manual”.

A Exortação Apostólica *Redemptoris Custos* (nº 22) evidencia claramente a missão de São José quando afirma que “Graças ao seu banco de trabalho, junto do qual exercitava o próprio ofício juntamente com Jesus, José aproximou José aproximou o trabalho humano ao mistério da redenção”.

A Encíclica *Laborem Exercens* de João Paulo II, focaliza que o testemunho da pregação apostólica expresso nos evangelhos, realça o fato de que Aquele que sendo Deus, tornou-se semelhante a nós em tudo (Hb 2,17), menos no pecado, dedicou a maior parte dos anos de sua vida sobre a terra ao trabalho manual, junto a um banco de carpinteiro (nº 6). Neste sentido “São José tem uma grande importância para Jesus, se verdadeiramente o Filho de Deus feito homem o escolheu para revestir a si mesmo de sua aparente filiação... Jesus o Cristo, quis assumir a sua qualificação humana e social deste operário (Paulo VI – Alocução 19/3/1964). Jesus “não se serviu das realidades humanas apenas para manifestar-se, mas uniu-se a elas para santificá-las com sua humanidade” (S Th, III q.8,a.1). Porque o trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência humana, Jesus escolheu esta dimensão para qualificar o seu estado social.

José, pelo fato de ser unido em matrimônio com Maria, e pela transmissão do título de Filho de Davi a Jesus, deu além do título davídico, indispensável para o

reconhecimento de Jesus como Messias, também aquela dimensão humana que o caracteriza, ou seja, “O estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar e a educação humana”. Portanto, Cristo quis assumir a sua qualificação humana e social de José, o carpinteiro de Nazaré.

Escolhendo de ser considerado Filho de José (Lc 3,23), Jesus herdou, como afirmamos, o título de Filho de Davi, mas contemporaneamente assumiu também o título de “Filho do Carpinteiro”(Mt 13,55), e na carpintaria de Nazaré trabalhou com mãos de homem (GS 22), santificando o trabalho.

Sendo que Jesus compartilhou o seu trabalho com José na carpintaria, então nenhuma outra pessoa, depois de Maria, esteve tão próximo das mãos, da mente, da vontade e do coração de Jesus quanto José; por isso, Pio XII afirma que ele foi o Santo no qual penetrou grandemente o espírito do Evangelho.

Não é ele o filho do carpinteiro? Esta interrogação que os habitantes de Nazaré fazem acerca de Jesus me chama muito a atenção. José de Nazaré não era um “Zé Ninguém”... Mas era “O carpinteiro”. Ser reconhecido por uma característica é algo que pode ser bom ou ruim: bom se a característica é o trabalho, como é o caso de São José, ou então uma qualidade humana... Ruim se é um vício, um defeito. Podemos agradecer o Senhor por não dar como pai a Jesus um “desocupado” um “farrista” um “embriagado”... Mas sim “o Carpinteiro”

Como sabemos, um carpinteiro, numa cidade pequena como Nazaré, naqueles tempos tinha diversas funções e não trabalhava somente com madeira, mas também com ferro (era ferreiro), preparava alicerces de casas, planejava e fazia valas para os mais diversos fins; quem sabe era até pedreiro... Era o Homem do Trabalho.

E o trabalho dignifica o homem, como sempre nos disse a Palavra de Deus e como sempre diz a Igreja. Ser trabalhador é cooperar na criação, é continuar a criação e fazer a felicidade presente no mundo. No trabalho deveríamos exercer toda a nossa liberdade de filhos de Deus, criados à sua imagem e semelhança e transformando o mundo.

O valor do trabalho não está simplesmente nele mesmo. Na verdade, podemos dizer que o trabalho é um “termômetro do homem”. Ele o qualifica como alguém que constrói a liberdade e a paz ou alguém que não se preocupa por estes valores.

Voltando à realidade de José, o carpinteiro, podemos dizer que Jesus realizou a redenção em três etapas: a primeira, que nos interessa foi a sua vida escondida, na oficina de Nazaré; a segunda, na vida pública, enquanto pregava e anunciava o Reino de Deus; e a terceira no Mistério Pascal em sua Paixão, Morte e Ressurreição. Interessa-nos aqui a primeira; a vida oculta, especialmente junto ao pai carpinteiro que, certamente, olhava muitas vezes para seu filho e lembrava-se do que ouvira de Simeão – que aquele Menino iria ser grande. Se Jesus crescia em sabedoria, em estatura e em graça diante de Deus, e dos homens era José, junto com Maria, que o acompanhava. Certamente José tinha a presença mais marcante, pois a sociedade do tempo confiava a educação do filho homem ao pai. José educou o Filho de Deus ensinando-o a ser homem. A oficina de Nazaré teve grandes momentos de trabalho e santidade e nela Jesus, ao lado de José, iniciou a salvação da humanidade.

Jesus desejou ser chamado filho do carpinteiro, operário como seu pai. A Igreja viu nestes acontecimentos o reconhecimento de imensos valores humanos e

cristãos no trabalho. Se na criação houve a imposição da lei do trabalho, foi naquela carpintaria que o Filho de Deus e o mais feliz dos homens mostraram o valor desta lei. São José partilhou a vivência do trabalho que o Redentor oferece aos homens. Os valores das coisas são internos a elas, na força e no carinho que cada um coloca de si. Portanto, imaginemos os valores que aquelas coisas que José e Jesus construíam... Imaginemos o valor do trabalho que eles faziam e do trabalho em si mesmo, que eles dignificaram.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Baseando-se em algumas afirmações presentes nesta lição, qual foi a importância do trabalho de Jesus junto a Carpintaria de José?
2. Por que São José é o protetor dos trabalhadores?

29. São José Homem do Silêncio e da Contemplação

A Exortação Apostólica *Redemptoris Custos* reserva uma reflexão longa sobre o primado da vida interior afirmando que também se “os Evangelhos falam exclusivamente daquilo que José fez; no entanto, permitem-nos auscultar nas suas ‘ações’, envolvidas pelo silêncio, um clima de profunda contemplação” (nº 25). Às vezes, por não termos nenhuma palavra de José nos Evangelhos o transformamos em um mudo, entretanto o silêncio que o acompanha revela, conforme em Santa Tereza do Menino Jesus, o seu perfil interior. Deste seu perfil interior, Jesus e Maria tiveram participação e a Casa de Nazaré tornou-se assim a escola do Evangelho, um Templo de graça. Ali Jesus submeteu-se a José e Maria, e esta submissão foi o modo com o qual Jesus santificou os deveres de família e do trabalho.

Uma das considerações mais comuns que fazemos a respeito de São José é de que ele é o Homem do Silêncio. É assim que ele aparece nos Evangelhos. Os relatos dos evangelistas que referem poucas palavras pronunciadas por Maria, não conservaram nenhuma de José, como se o silêncio fosse uma característica de sua personalidade.

Quando José percebe que Maria está grávida, vive em silêncio o dilacerante problema, pensando em deixá-la secretamente e o evangelista não nos relata um diálogo com Maria para esclarecer a situação, mas simplesmente uma aparição do Anjo que dá uma explicação serenando o ânimo de José.

Enquanto o Anjo lhe pede de tomar Maria como sua esposa ele não diz uma palavra. A sua resposta consistiu em conformar-se com os desígnios de Deus: “José fez como lhe tinha ordenado o Anjo do Senhor e tomou consigo a sua esposa” (Mt 1,24), sua resposta foi um comportamento dócil no cumprimento à vontade divina.

Nos episódios do nascimento e apresentação de Jesus ao Templo, José participa com todo o coração dos acontecimentos dos quais é testemunha, mas sem uma palavra de sua boca. Mesmo nestas circunstâncias em que podia se esperar uma manifestação de seus sentimentos, ele conserva o silêncio. Quando encontra Jesus sentado no meio dos doutores no Templo, deixa a palavra à Maria para pedir uma explicação.

O silêncio de José não é pobreza de espírito. É um silêncio que acolheu o mistério da presença do Verbo feito carne e que apreciou a sua riqueza. Ele era consciente de que o mistério no qual foi introduzido com Maria era inexprimível. Ele é o exemplo do homem cuja riqueza interior se desenvolve silenciosamente.

José com sua atitude convida-nos hoje a apreciar o silêncio, a reservar momentos de silêncio em nossa vida para podermos melhor abrir ao mistério divino que dá o sentido para nossa vida. Mediante o silêncio ele pode viver intensamente unido a Jesus e Maria. Vivendo junto com ambos, em silêncio se deixava penetrar de suas presenças e se enriquecia dos tesouros neles contidos.

O silêncio era para ele o melhor modo de viver o amor mais profundo. Ele preencheu o próprio silêncio com tudo aquilo que lhe era dado pela presença do Salvador e de sua Mãe. Era um silêncio atento e tudo aquilo que significava esta presença, e sempre aberto para receber tudo aquilo que se lhe apresentava.

A todos àqueles que olham para José, ele não cessa de indicar a grandeza do silêncio: silêncio para acolher Jesus e a sua revelação para viver em comunhão com a alma meditativa de Maria, para deixar-se seduzir pelo amor de Deus.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Faça uma consideração sobre o silêncio de José.

30. São José, Patrono da Boa Morte

A Exortação Apostólica *Redemptoris Custos* não acena a morte de Jesus, também se a piedade dos fiéis sempre foi sensível neste ponto. Por que este importante documento sobre José não faz referência à sua morte? Porque a missão de São José na vida de Cristo e da Igreja, é apresentada por este documento pontifício de uma maneira rigorosamente cristológica e eclesiológica, que não deixou espaços, também se legítimos, para fatos que não têm uma ligação neste campo.

A *Redemptoris Custos* dá atenção somente aos mistérios da vida de Cristo que pertencem à Economia da salvação, conforme é também a indicação da *Dei Verbum* (nº 2). Desta forma, a *Redemptoris Custos* evidencia a tarefa de “ministro da salvação” confiada por Deus a José no plano da encarnação. Isto não significa que a morte de José não tenha o seu valor e não deva ter lugar na piedade dos fiéis. Já que sobre o tempo em que ele viveu e sobre a sua morte, nem os evangelhos, nem os Concílios, nem os pronunciamentos da Igreja ou da Tradição, fazem referências. Portanto, deve-se buscar uma opinião que seja racional e prudente, conforme acenou João de Cartagena.

Em vista disso, São Bernardino de Sena afirma: “Deve-se crer piamente que durante a sua morte (de José) estiveram presentes Jesus Cristo e a Sacratíssima Virgem, sua Esposa” (Sermo de S. Joseph Sponso B.M. Virginis, art. 2, nº 52). Afirma ainda que a sensibilidade religiosa levou a piedade cristã a considerar desde os tempos mais antigos a morte de São José como “Um plácido sono entre os braços da Virgem e da casta prole”.

Entre os apócrifos encontramos a “História de José o Carpinteiro” do século II, o qual foi escrito para o uso litúrgico dos judeus-cristãos. Neste faz-se uma narrativa colocando na boca do próprio Jesus, o qual teria contado aos apóstolos,

reunidos no Monte das Oliveiras, toda a vida de José, inclusive a sua morte. O Dominicano Isidoro Isolani tornou-a conhecida através de sua obra “Summa de donis S. Joseph”, publicada em 1522. A narrativa assim exprime: “Sentei-me na cabeceira de José e minha mãe sentou-se aos seus pés... Vieram Miguel e Gabriel ao meu pai José. Assim expirou com paciência e com alegria...”. Ainda neste relato Jesus faz uma promessa a quem praticar a devoção para com São José: “Eu abençoarei e ajudarei cada pessoa da Igreja dos justos que no dia de tua memória, Ó José, oferecer um sacrifício a Deus. E quem meditar sobre tua vida, sobre teus cansaços, sobre teu Trânsito deste mundo, quando este morrer, eu cancelarei do livro os seus pecados... Na casa onde houver uma lembrança de Ti, não entrará a doença e nem a morte improvisamente”.

A cena do “Transito de São José” está presente na iconografia no final do século XVI e se difundiu rapidamente, surgindo várias Confrarias para promover a “festa do Trânsito”. Uma das mais conhecidas é a “Pia União do Trânsito de São José para a salvação dos moribundos” instituída por Pio X em 1913 junto a Igreja de San Giuseppe Al Trionfale” em Roma. Também o papa Bento XV com o motu próprio “Bonum Sane” (25/7/1920), promoveu esta mesma devoção: “sendo que ele é tido merecidamente como o mais eficaz protetor dos moribundos, tendo expirado com a assistência de Jesus e de Maria”. O mesmo papa aprovou em 1920, das missas votivas de São José, um para os moribundos e outra para a boa morte. Na Ladainha de São José aprovada por São Pio X aos 18/3/1909 tem a invocação pelos moribundos.

Pio XI, em agosto de 1922, dispunha que no ritual Romano fosse colocado no rito do sacramento da unção dos enfermos, o nome de São José e as palavras: “São José, dulcíssimo protetor dos moribundos, fortaleça a tua esperança”, assim como a oração: “A ti recorro, São José, protetor dos moribundos; e a ti, em cujo bem-aventurado Trânsito te assistiram vigilantes Jesus e Maria, fervorosamente recomendo pelo precioso dom de ambos, a alma deste servo empenhado na luta extrema, a fim de que seja livre, pela tua proteção das insídias do diabo e da morte eterna, e mereça chegar às alegrias eternas”. Em vista disso, como já acenamos na consideração sobre a sua morte, ele tornou-se o patrono da boa morte.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Por que São José é o patrono da boa morte?

31. São José, Protetor e Presente na Vida da Igreja

O papa João Paulo II escreveu na Exortação Apostólica Redemptoris Custos, que a Igreja do nosso tempo tem numerosos motivos para rezar e pedir a proteção de São José (nº 31). Também o Papa VI afirmava que a Igreja queria a proteção de São José “pela indestrutível confiança naquele ao qual Cristo quis confiada a proteção de sua frágil infância, desejará continuar do céu a sua missão tutelar na guia e na defesa do próprio corpo místico de Cristo...” (Alocução 19/3/1965).

Na verdade, a busca da proteção de São José pode ser embasada em duas vertentes: Aquela da experiência vivida e aquela da doutrina. As duas se

completam, pois de fato, como afirma a *Lumen Gentium* no nº 12, antes que a teologia chegue a conhecer e a expor adequadamente a fé, o povo de Deus, graças ao senso de fé, suscitado e apoiado pelo Espírito da verdade, já penetrou sob a guia do sagrada magistério, na própria fé aplicando-a à vida.

É impossível enumerar quantos fiéis e Santos foram devotos de São José. Basta lembrar que até o final do século passado surgiram mais de duzentos Institutos de vida consagrada e Sociedades de vida apostólica que têm o nome de São José. São muitíssimas as Confrarias, as Associações, as Cidades, as Nações e as Dioceses que têm o nosso Santo como patrono. E o que dizer da devoção privada das famílias e das pessoas?

Sendo os Santos os nossos intercessores, mais eles estão unidos a Deus, mais as suas intercessões são eficazes, assim, o Patrocínio de São José só é inferior àquele da Mãe de Deus. Como disse João de Cartegena (+1618): “Certamente todos os santos são servos de Deus, mas a nenhum, senão São José, diz respeito àquelas palavras da Virgem: ‘Teu pai e eu ansiosos te procurávamos’. Se portanto Deus faz a vontade dos servos que o temem, quanto mais fará a vontade de José, ao qual ele escolheu como esposo de sua Mãe, seu pai legal e nutrício e sob a sua tutela e casa transcorreu muitíssimos anos da infância e a vida de sua juventude” (De cultu et devotione erga B. V. ac D. Joseph, 1 XVIII, Hom XIII).

Ainda João de Cartagena continua enfatizando o poder de intercessão de São José tendo a certeza de que Cristo em consideração ao que recebeu dele, não deixará de atender a sua intercessão em favor de seus devotos. A sua intercessão, pelo fato do liame forte que teve com ele na terra, jamais recebe uma negativa, e por isso esta supera a intercessão de qualquer outro Santo. Esta sua posição é também compartilhada por Santo Tomás, o qual afirma: “Alguns santos têm o poder de socorrer em alguns casos, mas ao santíssimo José é concedido de socorrer em cada necessidade e dificuldade e de defender, cuidar e seguir com paterno afeto, todos aqueles que a ele com piedade se dirigem”.

Diante de tão potente patrocínio é de supor em São José uma dignidade e mérito sem comparação, como condensa esta convicção a idéia descrita por Virgilius: Todos os Santos, dentre os quais os anjos e os serafins pedem ao Cristo Senhor suplicando, como servos, José ao contrário, com uma certa autoridade, pede como seu pai. Dado que enquanto estava na terra Cristo lhe obedecia, assim no céu, por nada esqueceu o que recebe dele, atendendo o seu pedido como ao pai, com filial afeto... E porque o Cristo Senhor nada lhe negará, qualquer que seja o seu pedido, José é justamente proclamado patrono e intercessor universal para todas as necessidades em que lhe recorreremos (Vigilius Seldmayer, *Theologia Mariana*, Dissertatioes de S. Joseph, Wessebrom 1758).

Vale também aqui o testemunho de Santa Tereza: “Para alguns santos parece que Deus concede de socorrer-nos nesta ou naquela necessidade, enquanto que experimentei que ao glorioso São José estende o seu patrocínio sobre todos. Com isso o Senhor quer dar-nos entender que naquele modo em que era-lhe submisso na terra, onde ele como pai putativo mandava, da mesma forma, é agora no céu em fazer tudo o que lhe pede”.

O senso da fé do povo e o estudo profundo dos teólogos encontraram o pleno consenso do Magistério da Igreja, basta lembrar o decreto *Quemadmodum Deus* de Pio IX de 1870 que declarava São José Patrono da Igreja Universal e também a Encíclica *Quamquam Pluries* de Leão XIII de 1889. Vale lembrar ainda a *Redemptoris Custos* de João Paulo II de 1989, a qual contempla a figura e a

missão de São José na vida de Cristo e da Igreja, fazendo assim uma declaração explícita da atualidade de São José, cuja missão não é apenas histórica, ou seja, limitada a um tempo e espaço, mas podemos dizer “meta-histórica” porque ligada ao mistério da encarnação do Filho de Deus e portanto da obra divina da Redenção e por isso se estende para sempre.

Paulo VI afirma que “José é esta luz que difunde os seus raios benéficos na casa de Deus”, ou seja, na Igreja. Ele é a luz que ilumina com seu incomparável exemplo, aquilo que caracteriza o santo, através do seu serviço a Cristo e da sua disponibilidade por amor. Podemos afirmar que o exemplo de José e as lições que jorram de sua vida são uma escola para toda a Igreja, justamente porque a sua missão é única e grandiosa, afinal é a missão de cuidar do Filho de Deus, Rei do mundo; missão de guardar a virgindade e santidade de Maria; missão de cooperar, sendo chamado para participar do grande mistério escondido nos séculos, da encarnação divina do Filho de Deus e da salvação da humanidade.

Toda a santidade de José está justamente no cumprimento fiel de sua missão tão grande, mas também tão humilde, tão alta, mas também tão escondida, tão luminosa, mas também tão envolvida na obscuridade. Desde o momento que José recebeu de Deus através do anjo, a sua vocação, ele colocou-se imediatamente à disposição dos desígnios de Deus com toda a sua liberdade, aceitando as condições, a responsabilidade, o peso desta missão e oferecendo com sacrifício toda a sua vida diante das exigências da vinda do Filho Deus em sua família.

José fez, portanto de sua vida, um sacrifício ao mistério da encarnação e da missão Redentora e tudo isso de uma maneira escondida, humilde, silenciosa e quase imperceptível. Por causa desta sua maneira de ser e aceitar os planos de Deus a seu respeito, ele é, como já lembramos na afirmação do Papa Paulo VI, “uma luz que difunde os seus raios benéficos para toda a Igreja. Ele é o tipo do evangelho que Jesus anunciará como programa para a redenção da humanidade, é o modelo dos humildes que o cristianismo eleva para grandes destinos, é a prova de que para ser bons e verdadeiros discípulos de Cristo, não é necessário fazer coisas extraordinárias, mas bastam a prática de virtudes comuns, humanas e simples, contanto que sejam autênticas” (Paulo VI Allocuzione de 19/3/1969).

São José, no exercício de seu ministério, fala pouco, mas vive intensamente, não se esquivando de qualquer responsabilidade que a vontade de Deus lhe impõe. Ele oferece um exemplo atraente de disponibilidade à sua divina vocação, um exemplo de calma em cada acontecimento, de plena confiança, permeado de uma vida de profunda fé e caridade e do grande meio da oração, como muito bem nos ensina o papa João XXIII.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Faça uma consideração sobre o poder de intercessão de São José.
2. Qual o documento pontifício que explicita a atualidade de São José?

32. Natureza e Razões da Presença de São José na Vida da Igreja

Se São José teve um relacionamento pessoal e direto com Cristo e com sua missão redentora, é evidente que também este deve estender-se para a Igreja

que é o prolongamento de Cristo no mundo. Justamente por isso os bispos e superiores de várias ordens religiosas pediram além de um culto especial na liturgia, que também “o Santo ecumênico Sínodo Vaticano decretasse que São José, ao qual Deus tinha confiado a guarda da Sagrada Família, fosse declarado Primeiro Patrono da Igreja depois da Virgem Santíssima” (Ci prien Macabiau – De cultu S. Josephi, Sponsi Virginis Mariae ac Christi Parentis amplificando Postulatum, Paris 1908 pg 3-15).

Na verdade este Concílio, devido às situações políticas, terminou abruptamente e não houve tempo para tratar deste pedido que fora firmado por 38 dos 42 cardeais presentes no Concílio, entre os quais, aquele que depois foi o papa Leão XIII e por 217 bispos. Mas aos 8 de dezembro de 1870 o Papa Pio IX com o Decreto Quemadmodum Deus proclamou São José como Patrono da Igreja Universal Católica. Neste Decreto o Papa lembra a eleição de São José como guarda dos tesouros mais preciosos de Deus, Jesus e Maria, e que ele como pai abraçou e beijou com afeto paterno, e nutriu com especialíssima solicitude a Jesus e que por tal sublime dignidade que Deus concedeu-lhe, a Igreja lhe rende honras somente inferiores a Maria. Lembra que muitos prelados e fiéis tinham pedido de que fosse declarado Patrono da Igreja durante o Concílio Vaticano I e o papa quis atender o desejo dos solicitantes declarando-o solenemente Patrono da Igreja Católica (ASS 6 [1870] 193-194).

Alguns anos depois, Leão XIII, aquele que no Concílio Vaticano I tinha assinado a petição para a declaração do patrocínio de São José na Igreja, publicou a Encíclica Quamquam Pluries, em 15 de agosto de 1889. Nela ele diz: “São José é com título próprio, Patrono da Igreja, a qual dele espera muitíssimo a defesa e o patrocínio, porque ele foi o esposo de Maria e pai, como era tido, de Jesus Cristo. Disso lhe advém dignidade e graça, santidade e glória... A casa divina, a qual São José preside com pátria potestade, contém o germe da incipiente Igreja. A Virgem Santíssima enquanto mãe de Cristo, é também mãe de todos os cristãos, porque os gerou sobre o Calvário entre as dores do Redentor; e Jesus é irmão como o primogênito de todos os cristãos, por adoção e redenção. Em tudo isso devemos ver a causa pela qual, com título singular, ao beatíssimo Patriarca é confiada a multidão da qual é composta a Igreja, o que quer dizer, esta família inumerável e presente em todo o mundo, sobre a qual, por ser ele esposo de Maria e pai de Cristo, exercita uma autoridade em certo sentido paterna. É portanto justo e muito conveniente para a dignidade de São José que como em tempos passados considerou sua função de defender santamente a família de Nazaré em todas as suas necessidades, que agora proteja a Igreja de Cristo com seu celeste patrocínio”. (ASS 22 [1889] 67).

Fundamentando-se nos documentos pontifícios é evidente que a maior razão para o Patrocínio de São José é devido ao fato de que ele foi o pai e Jesus aqui na terra e portanto é também o pai da Igreja, seu Patrono e Protetor, porque a Igreja é o corpo de Cristo, inseparável dele. Portanto, Leão XIII ao colocar o seu pontificado ao patrocínio de São José, não teve intenção simplesmente de dar-lhe uma honra, mas fazer um reconhecimento por aquilo que ele é.

São José não é simplesmente Patrono da Igreja, mas também de cada fiel; de fato, o papa no seu Decreto ensina que a sua proteção é para todos os fiéis. Isto ele exprimiu muito bem de outra forma na oração que compôs para que fosse rezada no mês de outubro depois da reza do terço, com estas palavras: “Protegei cada um de nós com vosso constante patrocínio, a fim de que ao vosso exemplo e

sustentados pelo vosso auxílio possamos viver virtuosamente, morrer piedosamente e obter no céu a eterna bem-aventurança” (ASS 22 [1889] 117-118).

Em decorrência disso, assim como chamamos Maria “Nossa mãe Celeste”, devemos também chamar São José “nosso pai”, como fazia Santa Tereza de Jesus que o chamava: “Meu pai e senhor São José”. Naturalmente face a esta sua prerrogativa, Pio IX com o Decreto Inclutus Patriarcha Joseph em 1847, tinha instituído a festa do Patrocínio para a Igreja e São Pio X a quis como festa de primeira classe. (cf. Manuele Decretorum Sanctae Rituum Congregationis, Ratsbonae 1873, 441 n° 2168 e também o Decreto da S.R.C. Evulgato motu próprio, 24 julho 1911 – ASS 3 [1911] pg 35-351). Mas a Congregação para os Ritos em abril de 1956 aboliu esta festa substituindo-a por aquela de São José Trabalhador e somente acrescentou na festa de 19 de março o título de São José Patrono da Igreja Universal, mas este título também hoje não existe mais nos calendários litúrgicos.

A presença de São José na vida da Igreja está ligada também ao seu poder de intercessão, pois na verdade sendo ele presente na vida da Igreja e dos cristãos, pode-se concluir conseqüentemente o seu poder de intercessão, mesmo porque a própria Igreja acredita na intercessão dos santos, ou seja, na eficácia poder de súplica deles diante de Deus e inclusive colocando a pessoa de Maria como “Onipotência suplicante”. Em vista disso, o Papa Pio XI numa mensagem aos casais aos 19 de março de 1938, intercede a São José para que “com a sua paterna providência e com a sua intercessão onipotente, seja de ajuda a vós e às vossas famílias”. Um exemplo de confiança no poder de intercessão de São José é-nos dado por Santa Tereza de Jesus quando afirma: “Parece que o Senhor tenha dado aos outros santos a graça de socorrer-nos em qualquer necessidade particular, mas o glorioso São José, sei por experiência que nos socorre em todas...”

Muitos escritores afirmam que sendo José o chefe da Sagrada Família e por vontade expressa de Deus, esposo e pai, Maria e Jesus o obedeceram na terra com espontaneidade e afetuosa submissão, e agora no céu ele continua a gozar destes títulos de esposo e pai, e por isso pode-se supor que Jesus e Maria continuam com a mesma atitude de consideração e respeito a ele como tinham aqui na terra Santa Tereza d’ Ávila compartilha desta idéia chegando a afirmar que “no céu se faz o que São José pede”.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Qual documento pontifício que contém a declaração de São José como Patrono da Igreja Católica? E por qual papa deu-se esta declaração?
2. Qual o papa que colocou o seu pontificado sob a proteção de São José?

33. A Dignidade, a Santidade e as Virtudes de São José

A Igreja nunca encontrou dificuldade em propor São José como exemplo e modelo para todos os cristãos. De fato, o Papa Leão XIII, afirma que “ Em São José

os pais de família têm o mais sublime modelo de paterna vigilância e prudência, os esposos um perfeito exemplo de amor, de concórdia e de fé conjugal, os virgens um tipo de defensor, juntamente com uma virgindade integral"... Os operários devem, por um direito que lhes é próprio, tomar dele o que devem imitar..." (Leão XIII, *Quanquam Pluries* 15, agosto 1889).

São José pertence à classe operária, experimentou o peso da pobreza, para si e para a sua família. Com uma vida de fidelíssimo cumprimento do seu dever, deixou o exemplo para todos os que devem ganhar o pão com o trabalho das próprias mãos.

Evidentemente que a santidade de São José tem sua origem e a sua expressão na singular união e intimidade que viveu com Maria e Jesus. Desta realidade deriva a extraordinariedade da sua vida. A sua adesão à vontade de Deus, como disse Paulo VI, "é o segredo da grande vida para cada pessoa. Fundamentalmente a espiritualidade de São José, como uma proposta da Igreja, é algo acessível a todos os cristãos porque supõe a grandeza da vida diária enquanto tal".

A dignidade e santidade de José é determinada pelo seu estreito relacionamento com Jesus e Maria e pelo seu grau de cooperação aos mistérios da Redenção. Também se a paternidade de José não foi física, contudo esta não é menor em dignidade. Por isso, José teve para com Jesus um relacionamento de pai para filho seja em nível de convivência, como de afeto, de comportamento, de autoridade, de educação... Consequentemente podemos dizer que a sua paternidade é densa de conteúdo e rica e esta lhe valeu uma dignidade superior àquela dos anjos, pois enquanto os anjos apenas serviram Jesus, José teve autoridade sobre ele. A sua dignidade é superior à de João Batista, pois enquanto João Batista dá testemunho de Cristo, inclusive com o seu sangue, José teve poder sobre ele. A grandeza de José é inclusive superior em relação aos apóstolos, posição esta confirmada por Suárez quando diz: "Admito que a missão do apóstolo constitui a maior função entre aquelas que existem na Igreja... não é improvável a opinião segundo a qual, a missão de José é ainda mais perfeita, enquanto esta é de ordem superior... Existem funções ou ministérios que são certamente próprios da graça santificante, e neste plano considero os apóstolos superiores em dignidade... Porém, existem também ministérios que estão ligados à ordem hipostática, os quais são por si mesmos mais perfeitos... justamente neste sentido, na minha opinião, está o ministério de São José, mesmo que esteja no último degrau..." (Mistérios de la vida de Cristo, vol I pg 271). Desta mesma opinião é São José Marelló, fundador da Congregação dos Oblatos de São José, o qual afirma que "Se, à semelhança do grande Patriarca São José, alguém tivesse que servir Jesus nos trabalhos modestos e inferiores aos de São Pedro, pensaria que o humilde Guarda de Jesus esta mais algo no céu que o grande apóstolo". O próprio João Paulo II afirmou que em confronto aos apóstolos e a João Batista, que José é um personagem singular e único, porque confrontando com estes os supera em um grau muito notável.

Ainda ao afirmar a dignidade de José não podemos esquecer que ele é o esposo de Maria, e que com ela teve um relacionamento profundo, e justamente porque Maria devia ter ao seu lado um esposo digno, Deus o elevou à altura de sua dignidade, também se ela, por ser a Mãe de Deus é superior em grandeza e dignidade a qualquer outra pessoa.

Portanto, José ao servir Jesus, serviu também a obra da redenção. Na verdade o Verbo de Deus ao encarnar-se quis precisar dos préstimos e da colaboração de

Maria para encarnar-se em seu seio virginal, como também de José, pelo período de alguns anos, para ajudá-lo em suas necessidades materiais e morais como homem. Nesta tarefa José empenhou-se com todo seu ser e sua liberdade, oferecendo-se a Deus como humilde oblação de sua vida.

Devido a dignidade e grandeza de sua missão conferida para Deus, não resta dúvida que sua santidade é menor somente em relação a Maria. Ele identificou sua vontade humana com a vontade divina de Deus e viveu uma união profunda com ele na comunhão com Jesus.

A santidade expressa-se também no amor a Deus, e neste sentido José amou Jesus como ninguém no mundo com exceção de Maria. Ele amou Deus na pessoa de Jesus como a seu próprio filho e assim atingiu o máximo amor depois daquele materno de Maria. Devemos lembrar que o evangelho define José como homem justo, o que significa que foi um homem que cumpriu de modo perfeito a vontade de Deus. Foi em razão desta justiça que Abraão, Isac, Jacó, Moisés, os profetas foram grandes santos, e que portanto tiveram uma grande dignidade porque participaram da história da salvação como colaboradores de Deus. Por isso podemos concluir que também José com a sua participação da história da salvação de uma maneira especial, como pai de Jesus, e pela convivência com ele, é o mais santo de todos os outros personagens do Antigo Testamento.

É preciso considerar que a fé é um elemento fundamental para a santidade, a qual supõe submissão absoluta à Palavra de Deus. Assim foi Abrão que acreditou nas palavras de Javé para sair de seu país e ir para uma terra desconhecida (Gn 12,1-3). Ele acreditou em Javé quando lhe foi dito que embora fosse velho e sua mulher fosse estéril, ele seria o pai de uma multidão (Gn 15,5). Acreditou igualmente quando lhe foi pedido de sacrificar seu único filho, por isso São Paulo diz: "Acreditou contra toda esperança" (Rm 4,18). Também a José foi pedido de ser pai de um filho que nasceria de uma virgem e ele acreditou, embora não pudesse comprovar com certeza a concepção virginal de sua esposa.

Da mesma forma a esperança uma virtude que consiste em colocar-se nas mãos de Deus e esta José a exercitou quando deparou-se com as dificuldades na eminência de sua esposa dar à luz em Belém sem um lugar apropriado; quando teve que partir fugindo para o Egito, ou quando o menino Jesus permaneceu no Templo sem que ele e sua mãe soubessem, e se limitaram a procurá-lo pacientemente.

Enfim, foram muitas as ocasiões fortes em que José manifestou e vivenciou a santidade, pois além do exercício destas três virtudes teologais, ele viveu também com intensidade as virtudes morais, tais como a prudência no exercício do seu ministério, seja no guardar para si o mistério da encarnação, onde Jesus fora concebido virginalmente, seja diante dos pastores, de Isabel, de Zacarias, do velho Simeão, dos Magos, todos que proclamavam a presença do Messias na terra, tanto é verdade que seja ele, seja Maria se maravilhavam do que diziam sobre Jesus (Lc 2,19.33.51). Ainda sempre com discrição e prudência se comportará quando fugiram para o Egito e depois de lá voltaram para Nazaré.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Em que nos baseamos ao afirmar a dignidade e santidade de São José?
2. Comente as virtudes teologais que São José vivenciou.

34. A Virgindade de São José

Podemos dizer que um esposo e uma esposa são castos vivendo moralmente o relacionamento conjugal (sexual) dentro do matrimônio, contudo, são virgens somente quando se abstém, por causa do Reino dos Céus, do exercício consciente do sexo. José assim como Maria foram virgens em vista do serviço à encarnação. Santo Agostinho afirma: “Como Maria foi mãe sem a concupiscência carnal, assim José foi pai sem ter relação sexual...”. Da mesma forma, São Beda enfatiza que: “não apenas a Mãe de Deus, mas também São José, testemunho beatíssimo e guarda de sua castidade, foi totalmente imune de qualquer ato conjugal”, Ainda São Pedro Damiano (+1072) diz: “É fé da Igreja que não apenas a mãe de Cristo foi virgem, mas também aquele que foi tido como seu pai” (De Coelibatu sacro, 3 ML 145,384).

Na verdade são inúmeros os autores antigos e também modernos que defendem a perpétua virgindade de São José, contudo não faltam também autores, inclusive católicos, que chegam a afirmar que o Cristo poderia inclusive ter sido concebido segundo as leis de todo matrimônio e que isto não ofuscaria o mistério da encarnação (Nuñoz Iglesias, La concepción virginal de Cristo en los evangelios de la infancia; “Estudios biblicos, 37 [1978] pg 213 – 241).

É claro que Santo Ambrósio e Santo Hilário negaram a virgindade de José, mas influenciados pela necessidade de explicar literalmente os textos do evangelho que falam dos “irmãos” e “irmãs” de Jesus, atribuindo estes a José como fruto de um matrimônio precedente àquele com Maria, como relataram alguns apócrifos (De Santos Otero, Los evangelios apócrifos, Madrid 1956 - Protoevangelio de Santiago, 9, 2 pg 162; Evangelio del pseudo - Matteo, 8,4, pg 212; História de José el Carpinteiro 2,pg 362). Já São Jerônimo nega que os irmãos do Senhor sejam filhos de José como frutos de um casamento anterior, mas sim que estes eram primos dos Senhor. Na verdade a língua hebraica não tinha uma palavra adequada para designar a parentela entre os primos. No Antigo Testamento a palavra “irmão” tem o mesmo significado de sangue e de afetos; basta dizer que São Paulo usa aproximadamente 130 vezes a palavra irmão para todos os cristãos. É natural portanto que Jesus em Nazaré tivesse parentes, primos, que eram chamados simplesmente de irmãos.

É necessário ainda salientarmos que em Mt 1,25 se lê: “E, sem que ele a tivesse conhecido, ela deu à luz o seu filho, que recebeu o nome de Jesus”. Ora, a palavra “conhecer” na bíblia tem significado de união sexual sempre que se refere ao relacionamento conjugal. Isto significa que José não teve relacionamento sexual com Maria. Contudo, Elvídio (século V) e alguns outros, concluíram com esta a afirmação de Mateus, que José “a conheceu depois do parto do primogênito”, posição esta negada por São Jerônimo e também São João Crisóstomo, o qual argumenta que: “sem que ele a conhecesse não indica de fato que a conheceu em seguida, mas simplesmente que a Virgem permaneceu intacta no parto” (Adv Helvidium 7 e 8: ML 23, 191 – 192). Alguns têm se baseado no texto de Lc 2,7 “E deu à luz seu filho primogênito, e envolvendo-o em faixas, reclinou-o num presépio; porque não havia lugar para eles na hospedaria”, para dizer que Maria teve outros filhos e que portanto José teve relações com ela, mas São Jerônimo explica: “Cada primogênito é primogênito... Este não é só apenas o primeiro entre

outros, mas simplesmente o primeiro". Primogênito é aquele que nasce por primeiro de sua mãe, tenha ou não outros filhos depois.

São José foi escolhido por Deus como esposo de Maria, Virgem e Mãe de Deus; portanto, a sua presença na vida de Maria não se deveu a um simples jogo de circunstâncias, mas foi resultado de uma preciosa intervenção de Deus. O matrimônio de José com Maria foi destinado para acolher e educar Jesus, assim comportava necessariamente a máxima expressão de união conjugal, ou seja, o grau supremo do dom de si. Em conseqüência, podemos aceitar que a virgindade dentro desse casamento não só não comprometeu a essência desse matrimônio e da paternidade, mas a evidência e a defende, segundo o dúplice axioma agostiniano "esposo tanto mais verdadeiro quanto mais casto, daí tanto mais verdadeiro quanto mais casto".

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Por que alguns negaram a virgindade de José?
2. O voto de virgindade de Maria e José comprometeu o matrimônio deles? Por quê?

35. São José, Mestre e o Seu Perfil de Vida Interior

Não é difícil de se ouvir a afirmação que São José, porque exerceu a sua profissão de carpinteiro em Nazaré para sustentar a sua família, tenha exercido conseqüentemente uma atividade exterior e por isso tenha tido pouco tempo para as atividades interiores. Na realidade não é assim, pois se tomarmos a idéia de São Gregório, que coloca a vida contemplativa na caridade, São José a viveu profundamente. Para Santo Tomás a relação da contemplação com o amor é um movimento contínuo, pois é da caridade que um é estimulado para a contemplação de Deus e a contemplação move para o amor.

Aceitando, portanto que a caridade é o início e o fim da vida contemplativa, podemos intuir a grandeza do grau de contemplação de São José, o qual pelo exercício de sua missão de pai de Jesus, encontrou-se ao lado de Maria, no exercício de um amor que lhe é próprio, ou seja, aquele paterno, e que foi correspondido igualmente por um amor singular; àquele filial de Jesus.

A humanidade de Cristo, conjuntamente com sua divindade, foi o instrumento assumido por Deus para a santificação dos homens. As ações humanas de Cristo foram salutares para nós, gerando em nós a graça de Cristo e por isso a humanidade de Cristo, conjuntamente com sua divindade, foi instrumento de nossa salvação. Diante disto, como podemos negar as inúmeras graças que São José recebeu durante a sua prolongada comunhão de vida e de trabalho com Jesus e Maria? Como podemos negar os benefícios que ele recebeu em comunhão com Jesus?

São José, pelo seu amor paterno e dedicado a Jesus, foi levado a consumir toda a sua vida para Jesus e Maria e a dividir com ambos todos os acontecimentos compreendidos na infância de Jesus. Assim sendo, dividiu também os benefícios do mistério contidos nestes acontecimentos, participando do amor de Jesus que dele provinha.

Toda a vida de São José em contato com Jesus e Maria era portanto pautada pela contemplação do mistério do Filho de Deus em sua casa, na qual palpitava de amor o coração de seu Filho, sempre em perfeita harmonia com os afetos de sua vontade humana e com o seu amor divino, quando em contato com sua mãe Maria na pequena casa de Nazaré, e com seu pai putativo José, ao qual obedecia ajudando-lhe como fiel colaborador, no trabalho da carpintaria, como afirmou Pio XII, em sua encíclica *Haurietes Aquas*, em maio de 1955.

No desenrolar desta sua vida contemplativa, como afirmou São Bernardo, “o Senhor encontrou José segundo o seu coração e lhe confiou com plena segurança o mais misterioso e sagrado segredo de seu coração. Para ele revelou a obscuridade e os segredos de sua sabedoria, possibilitando-lhe de conhecer o mistério desconhecido por todos...” (Hom Super Missus: Pl 183,70).

Portanto, se alguém duvida que em São José não houve a dimensão contemplativa, podemos afirmar que o amor que ele vivenciou e participou juntamente com Jesus e Maria, assegurou-lhe a união entre a sua vida contemplativa e ativa.

O amor de São José para Jesus era puro amor de contemplação desta verdade divina (Jesus) que se irradiava da própria humanidade de Jesus; era ao mesmo tempo, puro amor a serviço à própria humanidade de Jesus. Com esta preocupação e dedicação para amar e servir a Jesus, José procurou a amar e a ser amado com todas as suas forças e assim chegou ao cume supremo do amor, sendo que não se pode exprimi-lo de outro modo, senão concluindo que depois de Maria, José amou como José, como afirmou Jerônimo Graccían.

Encontramos em São José uma “religiosa escuta da Palavra de Deus” (RC 5). Esta exemplar escuta foi vivida num clima de silêncio que acompanhava os acontecimentos de sua vida, e que lhe dava o seu perfil interior. Os evangelhos falam que José “fez”, mas este fazer é envolvido num profundo clima de contemplação (RC 28). A contemplação é definida como a ciência do amor (São João da Cruz), é aquela atitude de alguém que se ilumina do amor de Deus ao considerar a sua beleza; é algo que faz com que a verdade divina não só seja vista, mas amada (Santo Tomás).

Em José esta experiência amorosa da presença de Jesus estava intimamente ligada à sua paternidade, pois com o poder paterno sobre Jesus, Deus comunicou a José o amor correspondente, aquele amor que tem sua fonte no Pai... (RC 27). São João de Catagena citando a frase de Provérbios 6,27: “Pode alguém carregar o fogo sem queimar a própria roupa?”, afirma igualmente que “José trazia em seu peito o fogo, isto é, Cristo, aliás, infinitas vezes o tocou com suas mãos, trocou suas roupas, vestiu-o abraçou-o, beijou-o e certamente ardia em si de modo fortíssimo a chama do seu amor” (J.Vives, *Summa Josephina*, Romae, 1907, nº. 673-675). Por isso José superou todos os santos na vida contemplativa em vista de ser tocado profundamente durante a sua missão pelo exemplo de Cristo e de Maria. É por causa desta sua profunda vida interior alimentada pelo amor, que Paulo VI vê nele “a lógica e a força própria das almas simples e límpidas, das grandes decisões, como aquela de colocar-se imediatamente à disposição aos desígnios divinos a sua liberdade, a sua legítima vocação humana, a sua fidelidade conjugal, aceitando da família a condição, a responsabilidade e o peso, e renunciando, por um incomparável virgíneo amor, ao natural amor conjugal que a constitui e a alimenta” (Homilia 19/03/1969).

Na verdade, São José experimentou o puro amor de contemplação da verdade divina que irradiava da humanidade de Cristo com o qual ele convivia, assim como também experimentou a exigência do amor, ou seja, o amor de serviço requerido aos cuidados de Jesus (RC 27). Portanto, o amor de São José para Jesus era um puro amor de contemplação da unidade divina que se irradiava mediante a humanidade de Jesus, e também era um amor de caridade, de puro serviço à pessoa de Jesus. Deste amor todo especial entre José e Jesus, não encontramos uma fácil analogia e por isso Gerolamo Gracián falando deste amor disse: “José amou como José” e por isto ele foi amado profundamente e chegou ao cume do amor, que foi tal que não se pode definir de outro modo, senão dizendo que depois de Maria, “José amou como José”.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Como São José viveu a sua dimensão contemplativa?
2. Além do amor dedicado a Jesus e Maria que favoreceu profundamente a sua contemplação, indique como a presença de Jesus e de Maria em sua vida fortaleceu a sua contemplação.

36. São José, Exemplo de Dedicção e de Disponibilidade aos Interesses de Jesus

Os Evangelhos, embora declaram explicitamente que Jesus foi concebido por obra do Espírito Santo, não deixam de chamar José de pai de Jesus (Lc 2,27.33.41.43.48); São Bernardo (+1150) afirma que José mereceu ser chamado “Pater Salvatoris”, aliás, mereceu de ser honrado por Deus em ser chamado Pater Dei” (PL 183,69). José, como declarou João Paulo II, “Possui plenamente a autenticidade da paternidade humana” (RC 21). Desde o momento que José recebeu o ministério de tomar consigo Maria e de impor o nome a Jesus (Mt 1,20-25), a sua vida não teve outra razão senão aquela do serviço ao mesmo e à sua mãe. Ele fez a partir de então, um serviço ao mistério da encarnação e à missão redentora, fazendo uso de sua autoridade legal sobre a Sagrada Família como um dom de si, de sua vida e de seu trabalho. Ele transformou a sua vocação humana ao amor doméstico, numa oblação completa de si, de seu coração, de suas capacidades, no amor colocado ao serviço do Messias germinado em sua casa, como disse Paulo VI (Homilia de 19/03/1966). Tudo isso numa disposição total de amor à Maria e com o alegre empenho na educação de Jesus (RC 1).

O Filho de Deus, feito carne e tornando-se igual a nós em tudo menos no pecado, entrou na história dos homens através de uma família, portanto, o mistério da encarnação do Verbo está em íntimo relacionamento com a família humana, e por conseguinte com cada homem; nesse sentido São José é o cooperador do mistério providencial de Deus.

Maria desde o primeiro de sua maternidade divina colocou-se ao serviço messiânico de Cristo (RC 20), mas isto ela realizou como esposa de José, ou seja, supondo a doação de São José, e disto ela não teve dúvida e por isso ela aceitou prontamente o anúncio do anjo, também se perguntando: “Como se dará isso, se não conheço homem?”, e isto porque naquele momento ela consagrou-se a Deus

juntamente com José, conforme afirma Santo Tomás. Na verdade, o casamento de ambos destinado a acolher e educar Jesus, exigia a máxima expressão de união conjugal, ou seja, um supremo grau de doação de ambos. Se Deus em seu amor pensou Maria como mãe do Redentor, não o fez independentemente do seu casamento virginal com José, e assim como Maria foi chamada para o consentimento em ser mãe de Jesus, José da mesma forma foi também chamado ao matrimônio com Maria. Justamente porque havia a necessidade deste matrimônio para que houvesse a honrada chegada do Verbo de Deus na família humana e para que este fosse reconhecido como Filho de Davi. Daqui deduzimos o exemplo de disponibilidade de José aos desígnios de Deus.

Servir a Jesus foi sua vida, e servi-o com dedicação completa, com amor e por amor. “Ele é o tipo de evangelho que Jesus anunciará para a redenção da humanidade... é a prova de que para ser bons e autênticos seguidores de Cristo não é preciso coisas grandes, mas bastam virtudes comuns, humanas, simples, que sejam verdadeiras e autênticas.” (Paulo VI – Homilia de 19/03/1969). É desta sua atitude e deste seu comportamento que podemos haurir a espiritualidade josefina, e se esta assim for compreendida, serve para todos os cristãos. De fato, Leão XIII diz: “Em São José, os pais de família têm o mais sublime modelo de paterna vigilância e providência, os casados um perfeito exemplo de amor, concórdia e fidelidade conjugal...” (Quamquam Pluries). São José oferece, nas palavras do Papa João XXIII, “um exemplo de atraente disponibilidade ao divino chamado, de calma em qualquer situação, de plena confiança, fortificada por uma vida de uma sobre-humana fé e caridade e pelo grande meio de oração” (Homília de 17/3/1963).

Os exemplos de vida de São José, uma realidade que compõe a espiritualidade josefina, servem para todos. De fato, a Exortação Apostólica de João Paulo II: “Redemptoris Custos”, a qual não é uma simples exortação voltada para os devotos de São José, mas uma exortação apostólica dirigida para toda a Igreja, o que compreende consequentemente os bispos, os sacerdotes, os diáconos, os religiosos e religiosas e todos os fiéis, é para que “todo o povo cristão não só recorrerá a São José com maior fervor e invocará confiadamente o seu patrocínio, mas também terá sempre diante dos olhos o seu modo humilde e amadurecido de servir e de participar na economia da salvação” (RC 1).

Toda a Igreja é chamada à religiosa escuta da Palavra de Deus, ou seja, a ter uma absoluta disponibilidade em servir fielmente a vontade de Deus revelada em Jesus. Diante deste imperativo para todos os cristãos, São José nos dá o exemplo, pois “Logo no princípio da Redenção humana, nós encontramos o modelo da obediência encarnado, depois de Maria, precisamente em José, aquele que se distingue pela execução fiel das ordens de Deus” (RC 30).

Disto concluímos que São José, como especial ministro na economia da salvação, é o nosso modelo, a fim de que dele aprendamos a servir a Deus. Desta forma queremos que “São José se torne para todos um mestre singular no serviço da missão salvífica de Cristo, que, na Igreja compete a cada um e a todos: aos esposos e aos pais, àqueles que vivem do trabalho das próprias mãos e de todo e qualquer outro trabalho, às pessoas chamadas para a vida contemplativa, e às que são chamadas ao apostolado” (RC 32).

Podemos dizer que enquanto os outros santos podem ser de interesse para esta ou para aquela categoria ou Instituição, a figura e o exemplo de São José dizem

respeito à toda a Igreja. É dever, portanto, de todos honrarem e promoverem o seu conhecimento, a sua devoção e a sua espiritualidade.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Explique as duas dimensões (oblação de si a Jesus e à Maria) na sua dedicação aos interesses de Jesus.
2. Qual o documento pontifício que afirma que José é por causa de sua especial missão, exemplo para todos os cristãos?

37. São José, Modelo para os Ministros Sagrados e para os Religiosos e Religiosas

Particularmente fazemos referência aos ministros sagrados pelo motivo de uma maior proximidade deles à figura à missão de São José.

Quando o Papa João XXIII introduziu o nome de São José no Cânon da missa, não foi por uma sua simples e pessoal devoção a ele, mas foi a concretização de uma esperança feita de petições há mais de um século. São José, como disse São Bernardo, “foi aquele que recebeu o pão vivo do céu para conservá-lo para si e para todo o mundo”. Pio IX em seu decreto “Quemadmodum Deus” de 08 de dezembro de 1870, afirma que São José: “nutriu aquele que os fiéis devem comer como Pão de vida eterna”. O Pe. Francisco Cirino ressalta que a relação de São José com o sacrifício eucarístico advém também do fato que durante a vida de Jesus, por ocasião dos ritos de sua circuncisão e da apresentação ao Templo, São José, também “se não fosse sacerdote, todavia exercitou de qualquer modo as funções para com o Santíssimo Corpo do Menino Jesus... No rito da circuncisão o Senhor deu ao mundo por meio das mãos de José, as primícias daquele Santíssimo Sangue que devia ser derramado para a remissão dos pecados, e ele o ofereceu devotissimamente a Deus Pai em oblação pura e hóstia agradável”. Também na apresentação ao Templo, toca a José, como pai, a parte mais importante deste cumprimento legal e por isso ele com suas mãos, não apenas de maneira cerimonial, mas com toda a sua convicção, apresentou o menino Jesus, verdadeira vítima de holocausto. São José ofereceu e o consagrou a Deus Pai sobre o altar do Templo”.

O Pe. Francisco Cirino não apenas acha justo que durante a eucaristia o nome de São José seja lembrado, mas também que ele seja proposto como “exemplo e especial patrono para os Sacerdotes”, pois como ele “mereceu cuidar respeitosamente com as suas mãos do Menino Jesus e de conduzi-lo, (assim devem os sacerdotes) servir o sagrado altar com pureza de coração e inocência de ação e dignamente oferecer e receber o Sacrossanto Corpo e Sangue de nosso Senhor” (F.M. Cirino, *amplificationis cultus Sancti Josephi B. Marae viriginis sponsi votum – Regnum Dei*, 10 [1954] pg 75-76).

Parece muito apto que São José, com os sentimentos que teve por Jesus, seja para os sacerdotes um modelo no exercício do próprio ministério; ele que teve em suas mãos Jesus criança com todo o respeito e afetividade, deve despertar estes mesmos sentimentos no momento em que o sacerdote toma em suas mãos sobre o altar o corpo de Jesus Sacramentado.

Na verdade, São José deve ser considerado o modelo perfeito para os sacerdotes, e não apenas para eles, mas também para os diáconos e ministros da eucaristia, ele que depois da Virgem Maria, como reza São José Marello, Fundador da Congregação dos Oblatos de São José, “foi o primeiro a apertar em seus braços o Divino Redentor, seja o nosso exemplar no nosso ministério que, como o teu, é ministério de relação íntima com o Verbo Divino”.

João Paulo II referindo-se a uma homilia de Paulo VI ensina na Exortação Apostólica “Redemptoris Custos” o primado da vida interior de São José afirmando que é na “sua insondável vida interior, da qual lhe provêm ordens e consolações singularíssimas; dela lhe decorrem também a lógica e a força, própria das almas simples e límpidas, das grandes decisões, como foi a de colocar imediatamente à disposição dos desígnios divino a própria liberdade, a sua legítima vocação humana e a felicidade conjugal, aceitando a condição, a responsabilidade e o peso da família e renunciando, por um incomparável amor virgíneo, ao natural amor conjugal que constituiu e alimenta a mesma família” (RC 26). São José fez o que o anjo lhe ordenou e assumiu todo o mistério da maternidade de Maria, assumindo igualmente o Filho que viria ao mundo por obra do Espírito Santo, demonstrando assim uma disponibilidade à vontade de Deus igual àquela de Maria em razão daquilo que lhe era pedido por meio do anjo.

O Consagrado é chamado a consagrar-se totalmente a Deus e ao seu desígnio de salvação, o qual é uma iniciativa de Deus que requer dos chamados uma resposta com dedicação total e exclusiva, fazendo-se total oferta de si. Neste sentido há um profundo relacionamento entre a pessoa de São José e a identidade da pessoa consagrada, para a qual houve um chamado de Deus e foi-lhe pedido uma dedicação total e exclusiva à qual este responde com dedicação incondicionada.

A comunhão de vida entre José e Jesus nos leva a considerar o mistério da encarnação, justamente sob o aspecto da humanidade de Cristo, instrumento eficaz da divindade para a salvação dos homens. Neste sentido São José ao lado de Maria, com sua paternidade teve um relacionamento íntimo com a humanidade de Jesus. Maria é por excelência o modelo de consagração e dedicação a Deus e ela próxima de Cristo e juntamente com José, no decorrer da vida escondida de Nazaré, tornou-se a mestre do seguimento incondicionado e do serviço assíduo a Deus. Por isso mesmo São José compartilhou plenamente a vida com Maria.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Indique as razões por que São José é modelo para os sacerdotes e para os religiosos e religiosas.
2. Onde e em qual documento pontifício tem uma referência sobre o primado da vida interior de José?

38. São José, Modelo para a Comunidade Cristã

Paulo VI, como já lembramos, afirma: “que São José é a prova que para ser bons e autênticos seguidores de Cristo não é necessário grandes coisas, mas bastam as virtudes comuns, humanas, simples, contanto que verdadeiras e autênticas”

(Homilia de 19/3/1969). Em vista desta sua grandeza a liturgia propõe a todos que São José seja o modelo de fidelidade e pureza de coração, de fidelidade às responsabilidades que Deus nos confia, de testemunho de amor a Deus, para caminhar nos caminhos da santidade e da justiça e cooperar fielmente na realização da obra da salvação.

Seguindo os exemplos de São José, Deus espera de cada cristão o que se deve esperar, ou seja, uma correspondência fiel e generosa à sua vontade, um empenho fiel com aqueles dons naturais e sobrenaturais que ele deu a cada um, como dizia Pio XI em sua homilia de 19 de março de 1928. De fato, São José é o modelo de uma vida autenticamente humana, verdadeira e simples, e na escola dele foram inumeráveis as gerações de santos que se formaram. Dos seus exemplos vêm para todos os cristãos os exemplos de amor, de paciência, de sacrifício, de trabalhador, de pai, de esposo, de silêncio, de cooperador aos desígnios de Deus, de santificação da vida quotidiana...

A espiritualidade de São José é o caminho para cada cristão porque supõe a grandeza da vida diária, ele é o “segredo da grande vida” como disse Paulo VI. Ele é, como ainda afirma o mesmo papa: “A luz que brilha de seu incomparável exemplo, aquele que caracteriza o Santo, entre todos afortunado por tanta comunhão de vida com Jesus e Maria”. O exemplo dele, os exemplos que brotam de sua vida, devem ser uma contínua escola para os cristãos.

A este ponto ocorre não esquecer o conselho de Santa Tereza (+1582), a qual tinha São José como seu pai, advogado e protetor e que sempre constatou ter recebido graças mediante sua intercessão e que portanto, por experiência própria, diz ela, aconselha a todos de serem devotos deste glorioso santo, “por grande experiência que tenho dos favores recebidos de São José”.

É impossível constatar hoje o número incatálogo de nomes e lugares que dizem respeito a São José, e também constatar as devoções pessoais e de famílias para com ele. “São José continua sendo aquele que socorre em todas as necessidades e dificuldades de seus devotos, cuidando e seguindo com paterno afeto todos aqueles que a ele piedosamente recorrem” (Santo Tomás – Summa Theologica, II, q. 83 a 11c).

A vivência da espiritualidade Josefina é portanto mais do que nunca atual e necessária José que é o Guarda do Redentor, fez com que a sua figura e a sua missão para a Igreja e para todos os cristãos seja de perene atualidade.

Seria útil também, que junto com a devoção mariana, os fiéis fossem incentivados igualmente a rezar a São José. A este respeito o Papa Leão XXIII recomenda: “Pensamos que seja sumamente conveniente que o povo cristão acostume a rezar com devoção e com confiança, juntamente com a Virgem Maria Mãe de Deus, ao seu castíssimo esposo São José, o que deverá à mesma Virgem ser aceito e caro” (Enc. *Quamquam Pluries*). Por fim, também a arte e as publicações que têm influência na formação religiosa do povo, deve-se enfatizar mais o matrimônio de Maria e José, a fim de que a beleza deste amor esponsal entre os dois seja ensinado e apreciado.

Por ocasião do centenário da Encíclica *Quamquam Pluries* do Papa Leão XIII, o próprio pontífice colocou para toda a Igreja a oração “A ti ó José” com a finalidade de que no mês de outubro, depois da reza do terço, esta fosse rezada para se implorar a proteção de São José para toda a Igreja, lembrando que assim como pelo vínculo da caridade ele se uniu à Virgem Imaculada, mãe de Deus, que também defendesse a Igreja de tantos perigos que a ameaçava, e que assim como

outrora ele salvara a vida ameaçada do Menino Jesus, que também defendesse a herança que Jesus Cristo conquistou com o seu sangue. O papa João Paulo II, lembrará depois, que há cem anos o papa Leão XIII exortava a Igreja católica para rezar, a fim de obter a proteção de São José, Patrono de toda a Igreja.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Com que palavras o papa Paulo VI indica a simplicidade da santidade de São José como exemplo para todos os cristãos?
2. Qual o papa que exorta aos fiéis rezar para obter a proteção de São José?

39. Pelo Matrimônio São José é o Protetor das Famílias

Mateus e Lucas explicitam o vínculo matrimonial que uniu Maria e José, coisa que Igreja Apostólica procurou sempre ensinar esta verdade, assim como a Igreja Pós Apostólica, a qual sempre designará São José com o título de “Esposo da Bem-aventurada Virgem Maria”, e Leão XIII na Encíclica *Quamquam Pluries* afirmará que entre a “beatíssima Virgem e São José houve um estreito vínculo conjugal”, o que dá-lhe o direito de uma participação à excelsa grandeza de Maria.

A Igreja coloca em ênfase o matrimônio de José e Maria, onde nele ambos viveram integralmente a experiência do dom partilhado, o sincero dom da própria pessoa e viveram de modo singular e em toda a plenitude, a própria liberdade do dom que está na base do significado esponsal do corpo, ou seja, a capacidade de exprimir o amor. Na verdade Santo Tomás ensina que o matrimônio é verdadeiro enquanto chega à perfeição e que uma coisa pode ter duas perfeições; a primeira perfeição consiste na essência própria da coisa, da qual se obtém a perfeição, a segunda perfeição consiste no seu agir, pelo qual a coisa chega ao seu fim. Ora, a essência do matrimônio consiste na união indivisível dos ânimos, que obriga a cada um dos cônjuges a manter-se perfeitamente fiéis ao outro. O fim do matrimônio é a geração e a educação da prole; a geração se obtém mediante a união sexual, a educação mediante aquela colaboração recíproca que o esposo e a esposa se prestam para educar a prole.

Afirmamos que o casamento de Maria e José constituiu-se como uma parte integrante do mistério da Redenção e que Jesus ao assumir a carne humana, assumiu “tudo aquilo que é humano e, em particular, a família, primeira dimensão da sua existência na terra”(RC 21). Jesus nasceu dentro de um casamento, também se não foi fruto do casamento de Maria e José. O papa Paulo VI afirma que “O Salvador iniciou a obra da salvação com a união virginal e santa de José e Maria, na qual se manifesta a sua onipotente vontade de purificar e de santificar a família, este santuário de amor e este berço de vida (Alocução ao Movimento “Equipes Notre-Dame, 4/5/1970).

Sendo o homem e a mulher chamados a viver uma comunhão de amor e refletir no mundo a comunhão do amor que é Deus, o matrimônio de José e Maria, refletiu melhor que qualquer outro esta comunhão de amor que é Deus, tendo em vista que este foi querido por Deus para a vinda ordenada no mundo do Verbo. O matrimônio de ambos renovou a história do “Amor bonito” iniciada com Adão e Eva. Como afirma João Paulo II, “No momento culminante da história

da salvação, quando Deus manifestou o seu amor para a humanidade, mediante o dom do Verbo, deu-se exatamente o matrimônio de Maria e José, em que se realizou com plena 'liberdade', o 'Dom sponsal de si', acolhendo e exprimindo um tal amor" (RC 7).

O matrimônio de ambos comportou a máxima expressão da união conjugal, ou seja, o grande supremo do dom de si. Sendo a virgindade um dom de Deus (1Cor 7,32) e se Deus quis o matrimônio virginal de ambos, foi para que fossem ajudados reciprocamente a doarem-se a Deus, e desta forma ambos, com o consenso da própria virgindade, se consagraram a Deus. A virgindade de ambos não comprometeu a essência do próprio matrimônio e nem a paternidade, mas a evidenciou segundo o axioma de Santo Agostinho: "Verdadeiro pai, quanto mais casto".

O evangelho evidencia a maternidade de Maria por obra do Espírito Santo tendo José como seu esposo. Neste matrimônio predisposto por Deus para o envio do seu Filho ao mundo, José esposo de Maria, não é supérfluo para o evangelho. Não é admissível que o consenso de José para o inserimento de Jesus, como Filho de Davi na família humana, pudesse faltar. A concepção de Jesus no seio de Maria, deu-se por obra do Espírito Santo, mas com o verdadeiro consentimento de José, também se interpretativo, pois sendo ele, homem justo, queria que em tudo fosse feita a vontade de Deus.

A pergunta de Maria ao anjo: "Como acontecerá isso? Não conheço homem?" não nega a realidade de sua união conjugal, mas revela o propósito de virgindade, cuja possibilidade naquele contexto só é explicável com o dom de si por parte de José. O fato de que Maria aceitou a divina maternidade sem pedir o seu consentimento, é a demonstração deste "dom de si" recebido de José, de tal forma a poder dispor-se livremente de si mesma. Maria "sabe que Deus tem sobre ela todo o direito e que é desejo profundo de José que ela seja toda de Deus. Agir desta maneira em relação a José não é falta de delicadeza, mas sinal de confiança. Deus deve sempre passar por primeiro, e esta é a própria vontade do coração de José, caso contrário ele não seria o esposo de Maria."

Como Maria foi pré-ordenada para o consenso da encarnação de Jesus em seu seio, assim José foi pré-ordenado para o matrimônio com Maria e a tudo quanto dizia respeito a ele como esposo. Ambos não foram predestinados separadamente, um foi predestinado para outro e ambos para Jesus. Se Deus pensou com tanto amor em Maria como mãe do Redentor, isto não foi independente do seu matrimônio com José. Desta forma, o matrimônio de José e Maria foi o mais bem realizado na história porque foi querido por Deus para a encarnação de seu Filho e com a máxima afinidade entre ambos. Em vista disso José participou da máxima grandeza de Maria, como afirma Leão XXIII "Se Deus deu José como esposo à Virgem, deu-lhe não apenas como companheiro de vida, testemunho de sua virgindade e tutor de sua honestidade, mas também para que participasse, por meio do pacto conjugal, de sua excelsa grandeza" (Enc. *Quamquam Pluries*, 15/8/1889).

Certamente porque José foi esposo digno de Maria, tanto a liturgia como as documentos pontifícios deram-lhe títulos que são seus atributos próprios como por exemplo: "puríssimo, imaculado e fiel esposo da Imaculada Virgem Maria".

A dedicação exclusiva de José por Maria é a prova cabal da gratuidade de seu dom a ela. O Espírito Santo ao qual é atribuído o grande prodígio da encarnação de Jesus (Mt 1,18-20; Lc 1,35), que opera em Maria "cheia de graça", (Lc 1,28)

não pôde também deixar de operar em José, desde o momento em que o liame sponsal existente entre ambos foi realizado. José obediente à vontade de Deus, encontrou desta forma a fonte do seu amor sponsal de homem e foi esse amor maior do que aquele que o “homem justo” podia ter na medida de seu próprio coração humano (RC 18).

Tudo o que diz respeito ao matrimônio de Maria e José deu-se por disposição do Espírito Santo, afirma São Boaventura, por isso, em Maria o fruto da sua concepção divina é expressamente definido pela obra do Espírito Santo (Mt 1,20; Lc 1,35). Então como não reconhecer que tudo aquilo a que esta concepção dizia respeito, particularmente o matrimônio, não recebeu a mesma influência? Juntamente com a Mãe de Deus o Espírito Santo predisps e chamou José, “o Justo”, unindo-os com o vínculo matrimonial.

O comportamento de Jesus e a sua pregação que enfocam a responsabilidade do homem em relação à mulher pela sua dignidade, pela maternidade e vocação, supõe e exprime uma experiência vivida na casa de Nazaré, onde José mostrou que Maria não lhe era apenas uma pessoa, mas sim alguém co-sujeito de sua existência.

Já afirmamos que a função de José e Maria dentro da dimensão do matrimônio está estritamente coligada com a encarnação de Jesus. Em vista disso, este aspecto precisa ser mais aprofundado, pois estamos diante de um mistério salvífico pouco conhecido porque pouco estudado. Paralelamente este aspecto do matrimônio de ambos, que não pode ser visto como um aspecto devocional para ilustrar a vida de Maria, e portanto deve haver maior espaço e importância na pastoral e na liturgia tanto da missa como do próprio matrimônio corroborado com uma apropriada ênfase catequética para os noivos e para os casais. Quanto à liturgia deveria haver uma ênfase especial para a festa litúrgica dos Santos Esposos Maria e José, a qual deveria ser inserida entre as “Missas da Bem-aventurada Virgem Maria”. Esta festa bem enfatizada contribuiria para aprofundar a doutrina cristã do matrimônio e o seu significado religioso.

Seria útil que junto com a devoção mariana, os fiéis fossem incentivados igualmente a rezar também a São José. A este respeito o Papa Leão XXIII recomenda: “Pensamos que seja sumamente conveniente que o povo cristão acostume a rezar com devoção e com confiança, juntamente com a Virgem Maria Mãe de Deus, ao seu castíssimo esposo São José, o que deverá à mesma Virgem ser aceito e caro” (Enc. *Quamquam Pluries*). Por fim, também a arte e as publicações que têm influência na formação religiosa do povo, devem focar mais o matrimônio de Maria e José, a fim de que a beleza deste amor sponsal entre os dois seja ensinado e apreciado pelos cristãos.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Por que São José é tido como o protetor das famílias?
2. Se o modelo do matrimônio de José e Maria não é difundido para as famílias cristãs, qual é a causa? O que se deve fazer para reverter esta situação?

40. Breve História da Teologia de São José

As primeiras notícias que temos desde o primeiro século do cristianismo sobre José nos vêm de Mateus e Lucas, o primeiro que endereçou mais à comunidade hebraica todas as informações de que dispomos sobre a origem, nascimento, infância e adolescência de Jesus e o segundo à comunidade grega. Ambos colocaram portanto claro, a colaboração de Maria e de José nos mistérios da encarnação e da redenção. Paralelamente aos dois evangelistas falaram também de São José os chamados evangelhos Apócrifos para da mesma forma explicitar aos primeiros cristãos e pagãos a dificuldade destes em aceitar os mistérios da concepção virginal de Maria e por isso recorreram a narrações imaginárias para preencher as lacunas dos evangelhos autênticos. Entre os principais Apócrifos estão o Proto-evangelho de Tiago (do fim do século II); Evangelho do Pseudo Mateus (século IV), a História de José, o Carpinteiro (século V), o Livro da Natividade de Maria (século IX).

Durante estes mesmos séculos de surgimento dos Apócrifos houve muitos autores que falaram de São José, dentre os quais Santo Inácio de Antioquia, São Justino e Santo Irineu (século II). Tertuliano, Clemente de Alexandria, Hipólito, Orígenes, Júlio o Africano (século III). Eusébio de Cesaréia, Santo Efrém, São Basílio, São Cirilo de Jerusalém, São Gregório Nazianzeno, São Gregório Nissenno, Santo Ambrósio, Santo Epifânio, São João Crisóstomo, Santo Agostinho, São Cirilo de Alexandria, São Pedro Crisólogo (Século IV -V). Santo Isidoro de Servilha (século VII).

Este carrossel de escritores desde os primeiros séculos demonstrou que São José não foi esquecido, se bem que só com São João Crisóstomo, Santo Agostinho e São Jerônimo, é que se começou a falar dele explicitamente. Contudo, isto tem uma explicação: Porque a preocupação dos estudos teológicos de então era os problemas cristológicos e as heresias.

Foi São Jerônimo que defendeu firmemente a virgindade de São José e Santo Agostinho que sustentou claramente a sua paternidade definindo-a como real, também se virginal, assim como a verdade sobre o seu matrimônio com Maria. Com Santo Agostinho pode-se vislumbrar uma certa teologia de São José que depois passou-se a desenvolver por toda a era medieval, sobretudo com São Beda, o venerável (+735), Alcuíno (+856), São Bernardo (+1153), Pedro Lombardo (+1160), Santo Alberto Magno (+1280), São Tomás de Aquino (+1270). Todos estes garantiram um autêntico progresso na teologia de São José. Depois destes doze primeiros séculos podemos apenas como um flash, pois não ocorre agora uma visão mais aprofundada, indicar que houve um caminho na teologia Josefina nos séculos seguintes a começar do século XIII até o século XVIII onde a partir daí foi com os Franciscanos, escritores e pregadores, que a doutrina sobre São José começou a ser defendida, tendo como um dos primeiros representantes São Boaventura e depois seus discípulos Pietro Giovanni Olivi (+1298) e Ubertino de Casale (+1305), os quais elaboram princípios que fundamentaram os estudos da Josefologia de São José até hoje.

Para se ter uma melhor idéia da influência dos Franciscanos na teologia Josefina e na propagação da devoção a São José, basta lembrar os nomes de três Bernardinos: São Bernardino de Sena (1380-1444), Bernardino Tomitano de Feltre (1439-1494) e Bernardino de Bustis (1450-1513).

Tivemos depois no século XV, João Gerson (1363-1429), o qual tornou-se um incansável divulgador da doutrina e da devoção a São José. Na sua obra "Josephina" e depois no seu discurso aos Padres do Concílio de Costanza, "Sermo de Nativitate Gloriosae V. Mariae", aos 08 de Setembro de 1416, ele exaltou a figura e a dignidade de São José, sobretudo como esposo de Maria. Continuou com vários outros escritos a exaltar os privilégios do Guarda do Redentor, esforçando-se para instituir a festa dos Santos Esposos. Gerson que tinha sido estudante na Universidade de Paris teve como professor, Pietro de Ailly, o qual depois tornou-se cardeal, e este tinha uma grande consideração por São José, inclusive com um escrito importante sobre ele, que naturalmente influenciou muito o amor de Gerson por São José.

Outro ponto referencial no desenvolvimento da teologia Josefina, teremos em 1522 com a obra "Summa de Donis S. Joseph", escrita por Isidoro Isolani, Dominicano e professor de Universidade de Bolonha. Esta obra representou um verdadeiro compêndio do quanto até então tinha sido escrito sobre São José. Neste mesmo período outros contribuíram com a teologia Josefina e dentre tantos temos Caetano (1468-1536) e Bernardino de Laredo, um leigo franciscano que em 1535 publicou "Josefina", um tratado sobre São José. Claro está que não podemos deixar de lembrar Santa Tereza D' Ávila (1515-1582) que contribuiu muito com a sua devoção, os seus escritos e a dedicação de onze de suas fundações a São José.

São muitos os nomes que neste período contribuíram para o desenvolvimento da teologia Josefina, contudo por questão de brevidade escolho apenas alguns para mencioná-los, tais como: Francisco Suárez (1548-1617), jesuíta que no plano teológico evidenciou com equilíbrio aspectos importantes da teologia Josefina; Gerolamo Gracián della Madre de Dios, Carmelitano descalço e discípulo de Santa Tereza que publicou em 1597 "Josefina", João de Cartagena (+1617), o qual escreveu muitas páginas sobre São José, São Francisco de Sales (1567-1622). Portanto, a teologia Josefina no século XVII teve um grande desenvolvimento, que contudo no século XVIII terá uma certa decadência, embora não faltaram alguns autores como Antonio Patrignani que em 1710 publicou "Il devoto di S. Giuseppe", Pietro de Torrus que em 1773 publicou "Eccellenze di S. Giuseppe", Antonio Paralta que em 1727 publicou "Dissertationes Scholasticae de S. Joseph", Trombelli que em 1767 escreveu "Vita e Culto de S. Giuseppe". Por fim, não podemos esquecer São Leonardo de Porto Maurizio (+1751) e Santo Alfonso M. de Ligori (1797).

Entre o século XIX até o princípio do século XXI, a teologia Josefina não deixou de receber ênfase, basta dizer que a partir do século XIX tivemos Manuel Maria de Sanlúcar, um capuchinho que escreveu "Nueva Josefina", Francisco Saverio Butiná que publicou em Barcelona em 1889 "Glorias de San Jose". Mais tarde Cipriano Macabiau (+1915), o qual esforçou-se muito para que o nome de São José fosse colocado logo depois do nome de Maria na liturgia e em outros momentos da missa, inclusive com um pedido assinado por 66 cardeais e 826 bispos, procurou apoiar sua ação com dois escritos: "De culto S. Joseph amplificando postutatum e Primauté de S. Joseph", o primeiro publicado pela primeira vez em 1887 e o segundo em 1897.

Ainda neste período alguns dos principais teólogos empenharam em produzir reflexões sobre São José, sobretudo antes do Concílio Vaticano II. Dentre os quais destacamos o teólogo Henri-Marie Lépiciér (1863-1936), o qual escreveu

“Tractatus de S. Joseph” em 1908; Eugenio Cantera, que publicou “São José en él plan Divino” em 1917; Urbano Holzmeister, com a publicação em 1945 “De Sancto Joseph quaestiones biblicae”; Bonifacio Llamera, que publicou a obra “Teologia de S. José” em 1953 e Roland Gauthier com “La paternité de S. Joseph” em 1953. Trinta anos depois o Pe. Tarcisio Stramare, professor de Teologia Bíblica na Pontifícia Universidade Laterahense em Roma, publicará “San Giuseppe nella Sacra Scrittura nella teologia e nel culto”.

Depois do Concílio Vaticano surgiram muitos escritores e comentadores que por meio de livros e revistas focalizaram a pessoa de São José e juntamente com eles surgiram Centros de Estudos Josefinos, Centros de Documentações e Investigações sobre São José e Revistas de estudos com cunhos científicos sobre este assunto. Além destes surgiram também os Simpósios Internacionais de Teologia realizados em diferentes países reunindo riquíssimos volumes de estudos Josefinos que abarcaram os 20 séculos de nossa história.

O certo é que de Pio IX em diante também os papas deram um grande impulso ao conhecimento, à doutrina e à devoção a São José através de Pronunciamentos, Homilias e Documentos, até chegar em 1989 com a mais completa publicação, a qual é como que uma síntese de toda a doutrina Josefina, com a Exortação Apostólica de João Paulo II, “São José, o Guarda do Redentor”, a “magna charta” da teologia de São José.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Dê uma breve panorâmica da história da teologia Josefina durante estes 20 séculos.
2. Qual é o último documento mais completo do magistério da Igreja sobre São José? Colha ao longo destas lições três pensamentos deste e comente-os.

Parte III

41. A Espiritualidade Josefina

Espiritualidade pode ser exprimida com alguns sinônimos, tais como: caminho de espiritualidade, método, modalidade, mentalidade, norma de vida, interpretação do ideal evangélico, estilo de vida religiosa... Tudo isso entendido num sentido de serviço a Deus.

A palavra espiritualidade não se encontra nos escritos patrísticos dos primeiros séculos e nem na antiga versão latina da bíblia, embora no século V esta passou a indicar uma vida segundo o espírito, a qual implica renúncia ao pecado e esforço para aproximar-se de Deus. Já no século XVII este termo vinha designar seja a vida espiritual enquanto experiência vivida, a qual implica sobretudo ascese, mística, como também a ciência da vida espiritual. (Dizionario degli Istituti di perfezione, ed Paoline, Roma 1997, col 6). No século XX a espiritualidade é definida como: “um conjunto de inspirações e de convicções que animam interiormente os cristãos na sua relação com Deus, como também o conjunto de reações e de expressões pessoais ou coletivas, de formas exteriores visíveis que concretizam tal relação” (Storia della Spiritualità, in Nuovo Dizionario di

Spiritualità, ed Paoline, 1985 pg 1543). Difere-se também espiritualidade como “experiência religiosa, entendida como presença vivida e encontro de comunhão com Deus”.

Seja como for, na espiritualidade está presente a fé como a abertura do homem a Deus. É crer nele e não na existência dele, ou seja, implica em “acolher com consciência, com liberdade e com gratuidade a obra de Deus realizada em Cristo” como afirma o Concílio Vaticano II. Isto implica uma fé operosa na caridade. Naturalmente é a luz do Espírito Santo que nos introduz no coração da espiritualidade, e é o Espírito Santo que faz o cristão agir sob a sua ação. Foi o Espírito Santo que honrou São José com o nome de pai, como disse Orígenes. Foi o Espírito Santo que o adornou de qualidades, pois houve, como afirma João de Cartagena, uma “simpatia entre o Espírito Santo e São José”. Deus procurou um homem conforme o Espírito Santo. Como o Espírito Santo foi o pedagogo de Cristo na terra, também ele o foi para São José em relação a Jesus. Como o Espírito Santo operou em Maria, também operou em José. José obediente ao Espírito Santo e nele encontrou a fonte de seu amor esponsal (Redemptoris Custus nº 18).

Portanto, São José chamado para ser o Guarda do Redentor, é guiado pelo Espírito Santo de um modo especial, a fim de que corresponda ao empenho de sua missão. Justamente com Maria, José percorre o mesmo caminho traçado pelo desígnio redentivo de Deus, que tem o seu fundamento no mistério da encarnação. Ele fez a “peregrinação da fé” como fez Maria (LG 58), um caminho que corresponde ao conceito de espiritualidade em relação a fé, que é a abertura do homem para Deus. Maria é bem-aventurada porque acreditou, José também é porque respondeu afirmativamente à Palavra de Deus. Portanto, na sua peregrinação de fé, Maria é acompanhada por José, seu esposo, pois ele é juntamente com Maria o singular depositário do mistério “escondido nos séculos na mente de Deus” (Ef 3,9), participando desta fase culminante da auto-revelação de Deus em Cristo.

Nele vemos uma estupenda docilidade e prontidão excepcional de obediência e de execução da Palavra de Deus, pois o seu comportamento ordinário era movido por um autêntico diálogo com o anjo que o indicava o que fazer: “José não temas, faça isso, parta, volte...”. Para São José o “Fiat voluntas tua” era o segredo de sua grande vida.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. O que você entende por espiritualidade Josefina?
2. Indique, a partir do que você conheceu até agora sobre São José, algumas inspirações e convicções que podem formar para você a plataforma de uma espiritualidade Josefina para a sua vida.

42. São José, na Liturgia

O culto público e litúrgico de São José é relativamente recente, enquanto a sua devoção e veneração são muito antigas. A Igreja Oriental precede, neste culto, a Ocidental. No Ocidente, o culto torna-se local a partir do século IX e por fim público e litúrgico só no século XV.

No Oriente, o primeiro indício encontra-se no Egito. A “História de José Marceneiro” (apócrifo do século IV) traz ao capítulo 26 a indicação do dia 20 de junho como dia comemorativo de São José, e o mesmo fazem os calendários captos.

Em seguida, as fontes calam-se até o século X. Aparece então o “Menológico de Basílio II” (976-1025), com o dia 25 de dezembro como festa de São José, juntamente com os Santos Reis, enquanto outros sinassários e calendários a comemoram no dia seguinte, 26/12, ou no domingo antes (ou depois) do Natal, sempre com outros santos (Davi, etc.) ligados ao nascimento de Jesus.

No Ocidente, os martirologios locais abreviados do século IX (por exemplo o de Reichenau, Rheirus e Trévici) anotam o nome de São José no dia 19 de março. O mesmo fazem os martirologios dos séculos posteriores (Stablo, Verdum, Mantova, Verona, Ratisbona...)

As Cruzadas favorecem a propagação do culto de São José. Em Nazaré os Cruzados construíram em sua honra uma basílica; outras Igrejas surgiram em Bolonha (Itália, 1129), Alcester (Inglaterra, 1140), Joinville (França, 1254).

O seu culto difundiu-se pelo esforço de grandes santos e teólogos, como Ruperto de Deutz (+1133) e São Bernardino de Clervô (+1153). Cresceu ainda mais nos séculos XIV e XV com Santa Brígida da Suécia (+1375); na Espanha com São Vicente Ferreri (+1419); na França com o Card. Pedro d’Ailly (+1425) e com o célebre chanceler João de Gerson (+1429); na Itália com São Bernardino de Sena (+1444), Bernardino de Feltre (+1429) e o Pe. Bernardino de Bústis (+1500); e finalmente de novo na Espanha, com Santa Tereza de Jesus (d’Ávilla, + 1582).

Nesta época, as várias Ordens Religiosas foram inserindo a Festa de São José em seus calendários: os Carmelitas, os Servos de Maria (1324), os Franciscanos (1399); vieram em seguida os Dominicanos e Premontatenses, ao passo que ela não se acha entre Cartuxos, Cistercenses e Cluniacenses.

Trata-se, porém sempre de culto privado. Mas sob Sisto IV (1471-84), a festa de São José finalmente inserida no Breviário Romano, impresso em Veneza em 1479, como de rito simples, a partir de 1482 já promovida a festa de rito duplo com 09 leituras. Enfim, o Breviário de 1499 contém o Ofício completo próprio.

Devagar, a festa de São José foi sendo celebrada na Igreja inteira, especialmente em consequência da Reforma Tridentina. Em 1621 (com decreto de 08 de maio) Gregário XV a incluiu entre os dias de guarda.

Clemente X (1670-76) decretou que fosse festa de rito duplo de 2ª classe, e Clemente XI (1700-21) mandou redigir (03/02/1714) um novo Ofício, o mesmo atualmente em uso; os três hinos (Te Joseph, Caelitum Joseph e Iste quem laeti) foram compostos pelo Carmelita espanhol João Escalar. E finalmente, com a proclamação do Santo como Padroeiro da Igreja Universal, a festa de 19 de março tornou-se festa de rito duplo de primeira classe por iniciativa de Pio IX (1870), e o Código de Direito Canônico (cân. 1247, 1) a inclui nos dias santos de guarda.

No século XVIII uma nova festa foi se propagando, aquela do Patrocínio de São José.

Já muitas Ordens Religiosas e muitas Irmandades, como por exemplo: os marceneiros, tinham eleito São José como padroeiro especial e há tempo pediam uma festa especial.

Os Carmelitas da Itália e das Espanha conseguiram-na em 1680, para ser celebrada no 3º domingo depois da Páscoa; pouco tempo depois, o mesmo conseguiram os Agostinianos. Em 1721, para os Dominicanos ela já é festa com direito à oitava.

Príncipes, imperadores e reis declaram São José, Padroeiro de seus territórios: Luís XIV na França, Fernando II e Leopoldo I na Boêmia (1655) e Áustria (1675), Carlos II (1665-1700) na Espanha e na Bélgica. O mesmo fizeram muitos Bispos- Príncipes em suas dioceses ou territórios.

Especial importância teve o culto de São José para as Missões Estrangeiras. Por exemplo: para o Canadá, Urbano VIII concedeu em 1637 que São José fosse o Padroeiro territorial e a sua festa tornou-se festa nacional; assim para os territórios de Madura, Paraguay, Ilhas Marianas, China, etc...

O século XIX foi um século de culto especial a São José. Pio VII concedeu a festa de Patrocínio ao clero romano, em 1809; Pio IX estendeu a festa do Patrocínio de São José a toda a Igreja (10/09/1847), e declarou São José “Padroeiro da Igreja Universal” (08/12/1870).

Em nosso século, Pio X (28/10/1913/ fixou a data da festa do patrocínio, com oitava, à quarta-feira do 2º domingo depois da Páscoa, tirando-a do domingo, depois de ter já substituído (24/07/1911) o termo “patrocínio” com aquele de “Solenidade de São José esposo da Bem-aventurada Virgem Maria, Padroeiro da Igreja Universal”).

Uma terceira festa em honra de São José é a Festa dos “Esponsais de Maria Santíssima e São José”, já celebrada em Chartres (França) no começo do século XV, recomendada por João de Gerson, adotada e difundida pelos Frades Menores (que lhe reservavam o dia 07 de março) e pelos Dominicanos (no dia 22 de janeiro). Com indulto de Bento XIII (22 agosto 1725), a festa foi definitivamente fixada para o dia 23 de janeiro.

O próprio Bento XIII inseriu o nome de São José na Ladainha dos Santos (19/12/1726); sob Pio VIII o seu nome foi acrescentado na oração “A cunctis” (17/09/1815); Pio X enriqueceu a Ladainha do Santo com muitas indulgências (18/03/1909); Bento XV deu-lhe um “prefácio” próprio (09/04/1919) e acrescentou a sua invocação na oração “Bendito seja Deus” (23/02/1921, para celebrar o 50º aniversário de sua proclamação como Padroeiro da Igreja Universal).

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Procure ter uma visão clara do início e do desenvolvimento da liturgia em honra a São José ao longo dos séculos.

43. São José, no Culto

Pio IX no decreto “Quemadmodum Deus, com o qual proclama São José “Patrono da Igreja Universal”, afirma que a “Igreja sempre venerou a São José com grandes honras e louvores”. Não se trata, é claro, de afirmações hiperbólicas, próprias do estilo dos documentos legais: trata-se, pelo contrário, da verdade de inúmeros testemunhos históricos ao longo dos séculos.

É necessário reconhecer, com certeza, que a Igreja primitiva enfrentou dificuldades não pequenas com relação ao patrimônio doutrinário, por ela possuído como semente ainda por desenvolver. A convivência de José no interior da Sagrada Família acabou absorvendo a memória do nosso santo na luz bem mais luminosa de Jesus e de Maria Santíssima. É por este motivo teológico que as lembranças de José são raras e genéricas até mesmo na Palestina, onde por outro aspecto existem basílicas desde o séc. IV (em Nazaré e Belém), que se tornaram centros de culto em honra do santo. Em Nazaré, na Basílica da Anunciação, acreditou-se até mesmo na descoberta do sepulcro de São José, quando debaixo da basílica foi achada uma pequena gruta. Hoje, porém, se supõe que seja o sepulcro de Conde José de Tiberíades, primeiro construtor da Basílica, ou do mártir S. Cono, que teria sido originário de Nazaré.

Na Europa, os mais antigos exemplos de construções em honra de São José pertencem à Itália. Junto da Catedral de Parma há um oratório a ele dedicado desde o ano de 1074. A primeira Igreja (conhecida) dedicada a São José é reivindicada por Bolonha desde o ano 1129. Ignoramos por quem e quando ela foi construída; sabemos, porém que pertenceu primeiro aos Beneditinos, passando em 1300 aos servos de Maria.

A Abadia Beneditina de Alcester (Warwickshire) em 1140 incluiu São José como padroeiro secundário de sua Igreja. Em 1254 uma capela foi construída por um ex-Cruzado, o senhor de Joinville, na Igreja de São Lourenço da mesma cidade (Joinville – sur – Marne), a fim de custodiar uma relíquia de São José por ele achada na Palestina.

Em Avinhão, na Igreja de São Nicolau, uma capela foi dedicada ao Santo pelos reis de 1375, como resulta pelo brasão de Gregório XI (1370-1378), que decora o altar da mesma.

Em Milão, o santuário de São José começou a ser construído em 1503.

Em Roma, desde 1540 a veneranda Arquiconfraria de São José dos Marceneiros construiu sobre o Cárcere Mamertino uma igreja de madeira, que em 1598 foi substituída por outra de alvenaria desenhada pelo arquiteto milanês João Batista Montani, e consagrada em 11 de novembro de 1663. Além da Igreja, havia ao seu lado amplo oratório reservado aos exercícios de culto dos membros da Irmandade.

Em 1541, o monge cistercense Desidério do Adjutório, Cônego de Nossa Senhora dos Mártires (Pantheon), conseguiu faculdade de erigir no mesmo templo um altar em honra de São José da Terra Santa”, título devido ao fato de ter sido colocada, no interior do altar, Terra trazida dos Santos Lugares.

Santuário Josefino muito celebrado é, ainda hoje, o de São José Vesuviano, perto de Nápoles, cujas origens remontam do ano 1622.

Em 1613, Maria de Médici deitou em Paris a primeira pedra da Igreja dos Carmelitas Descalços, considerada por todos a primeira Igreja dedicada a São José em terras de França, mas que divide esta honra com a Igreja dos Jesuítas de Lyon e com ela partilha o fato de ter sido fruto da devoção do Jesuíta Pedro Cotton (+1626). Ainda em Paris, há outra Igreja que um grupo de Cistercenses

Reformados (chamados “Feuillantes” dedicou a São José: nela, Bossuet em 1657 fez o seu primeiro panegírico do santo. Deve ser lembrado, também, o Santuário de São José em Cotignacvar de Provence: foi erigido em 1660, depois da aparição do santo e o aparecimento de uma fonte milagrosa. Outro Santuário famoso em terra de França é o Espaly.

Dois há na Bélgica, respectivamente em Bruxelas (dos Redentoristas; é de 1842), e em Luvaina (dos Pes. do Sagrado Coração; é de 1860).

A Holanda tem seu santuário Josefino em Smakt (Linburgo).

A Espanha edificou em Barcelona, no fim do século XIX, dois templos ao santo: o primeiro é dedicado a “São José da Montanha”; o segundo, à Sagrada Família, mas com intenção evidente de propagar a devoção a São José.

Em Londres (mill Hill), desde 1874 admira-se a bela Igreja dedicada a São José por vontade do Card. Vaughan.

O Canadá possui a Basílica de Montreal, Santuário Nacional de São José, fundado em 1904 pela fé e devoção de um Irmão leigo da Congregação de Santa Cruz, o Irmão André (do século, Alfred Bassette, (+ 1937)).

Na Itália existem outros santuários Josefinos em Roma (São José do Bairro Trionfale, Asti (Santuário dos Oblatos de São José), Veneza, Trento, etc.

O Brasil tem seu santuário Josefino em Barbacena (Minas Gerais) e em outros lugares como o Santuário de São José na cidade de Apucarana-PR.

O México, em Monterrey.

O Equador, em Salinas.

A Califórnia (USA), Em Santa Cruz, etc.

Nem é possível sequer lembrar todas as paróquias e capelas dedicadas ao santo no mundo inteiro. Seja suficiente dizer que no fim do séc. XVIII a ordem do Carmelo já tinha, sozinha, mais de 150.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Faça uma síntese dos principais lugares de culto Josefino surgidos ao longo dos séculos.

44. São José, nas Festas e Reconhecimentos

Começemos, mais uma vez, pelo Oriente. O teor da apócrifa “História de José Carpinteiro” e sua grande difusão a partir do séc. IV, comprovada pelas inúmeras traduções, levam a admitir o fato de um culto mais antigo nas regiões influenciadas pela mesma “História”, com a instituição de uma festa entre os Coptos Monofisitas egípcios que de fato comemoram a morte do santo a 20 de julho.

A “História” contém passagens que demonstram a sincera estima daquele povo para São José.

No “Sinaxário” medíceo da Igreja Copta de Alexandria, escrito pelo ano de 1425, ao dia 26 de abril (20 de julho) se lê: “Morte do Santo velho e justo José, marceneiro, esposo da Virgem Maria Mãe de Deus, que mereceu ser chamado pai de Jesus Cristo”.

Os calendários que lembram a festa de São José no Oriente são do séc. X e foram compilados no mosteiro palestinese de São Saba. Desta época, precisamente, é o primeiro testemunho certo de seu culto em Oriente, a saber: o “Menológico” de Basílio II. Este fixa a comemoração de São José para o mesmo dia de Natal e a comemoração da fuga para o gito no dia seguinte. Outros calendários marcam para o dia 26 de dezembro uma festa de Maria e de José, seu esposo; e celebram no domingo antes do Natal (chamado “Domingo dos Santos Pais”) a festa dos antepassados de Jesus “desde Abraão até José, esposo da Bem-aventurada Mãe de Deus”; e no domingo entre a oitava do Natal, a festa de São José, juntamente com o rei Davi e São Tiago Menor. Trata-se como vê, de festas não exclusivas do Santo; mesmo assim, todas bem perto do Natal, com o intuito de inserir também a José no mistério ao qual de direito ele pertence intimamente. Como prova disso, pode-se lembrar o fato que os católicos Ucrânicos, querendo introduzir uma nova festa de São José em obséquio à encíclica “Quoniam Pluries”, escolheram exatamente o dia depois do Natal, honrando de tal forma a São José em união (sináxis) com a Santíssima Mãe de Deus.

No Ocidente, os documentos são mais antigos dos orientais, de pelo menos um século.

O culto de São José é atestado pela primeira vez no manuscrito Rh 30,3 (do séc. VIII) da Biblioteca de Zurig: “José, esposo de Maria”. Trata-se de um calendário, ou estrato de martirologio, que fixa a comemoração de José a 20 de março (que será em seguida o “seu dia”). Provém da Abadia Beneditina de Rheinau (cantou Zugig), mas ignora-se ainda hoje o lugar de origem primitiva (provavelmente, o norte da França ou a Bélgica); como também se desconhece sua importância na tradição monástica.

Nos martirologios e calendários do séc. X em diante (Fulda, Verona, Ratisbona, Stovelot, Werden – sobre a Ruhr, Reichenau,...) a referência a São José aparece sempre a 19 de março: “Em Belém, (comemoração) de São José, nutrício do Senhor”.

Permanece, todavia, certa confusão de data entre 19 e 20 de março nos documentos de Saint-Rémi de Reins e Saint-Maximin de Trévir. A explicação mais provável da escolha e intercâmbio das duas datas talvez esteja na harmonia entre dois mártires: José de Antioquia e Joserus, que teriam sido comemorados em tais dias por antigas recensões do Martirologio Jeronimiano.

A Abadia Beneditina de Winchester reivindica para si a honra de ter sido a primeira a celebrar a festa de São José, pelos idos de 1030. A menção da primeira inserção do nome do nosso Santo nas Ladainhas encontra-se no “Missale Plebarium” (séc XII) da Biblioteca Vaticana. O primeiro ofício canônico completo, inclusive com notação musical, em honra de São José, é do séc. XIII e provém da Abadia Beneditina de São Lourenço de Liége. No mosteiro austríaco de São Floriano, um missal do final do séc. XIII traz uma “missa votiva do pai nutrício do Salvador”.

No séc. XIII, o culto particular de São José é comprovado pelo místico Hermann de Steinfeld (+1241), monge premoristratense que recebeu o nome de José numa visão de Nossa senhora; como também pelas Santas Margarida de Cortona (+1257) e Gertrude (+1302).

Pelos “Anais dos servos de Maria” (I, 248) acerca do Capítulo de 1324, resulta que eles celebravam com solenidade a festa de São José.

Os Franciscanos adotaram a mesma festa no Capítulo Geral de 1399, usando como texto litúrgico, na missa, o “Corumune Confessorum”. Mas Francisco Fiorentini, em seu livro: “O mais antigo Martirológio da Igreja Ocidental atribuído a São Jerônimo” (Lucca, 1668), seria testemunha de uma festa de São José em vigor na ordem desde o séc. XIII.

Os Carmelitas celebravam a festa de São José, no final do séc. XIV, em diversas localidades da Europa; no início do séc. XV, seu nome está em primeiro lugar entre os santos do dia 19 de março.

João de Gerson, em 1416, no Concílio de Constança, afirmava que a festa de São José (na época, já bastante difundida) era celebrada pelos Agostinianos de Milão a 19 de março e pelos ingleses a 09 de fevereiro, na oitava da Purificação de Maria.

Foi de João de Gerson a idéia de celebrar a liturgicamente “os Esponsais de Maria Santíssima como São José”: a festa foi realizada em 1537 pelos Franciscanos, que a adotaram em honra a Nossa senhora, seguidos depois por muitas outras Ordens Religiosas.

Inocente XI permitiu a celebração da mesma festa nos domínios do Imperador Leopoldo I e na Espanha. Foi suprimida por João XXIII com instrução da Sagrada Congregação dos Ritos de 14 de fevereiro de 1961.

A festa de 19 de março entrou no Breviário e no Missal Romano em 1479 por obra do franciscano Sisto IV, mas limitadamente à cidade de Roma. A pedido dos Menores Conventuais, o mesmo Pontífice aprovou uma missa de São José, de rito simples, que mais tarde o Papa Inocente VIII promoveu a festa de rito duplo. A 08 de maio de 1621, Gregário XV tornou obrigatória a festa na Igreja inteira, apesar de o decreto não ter sido executado plenamente e ter precisado por isso ser renovado em 1642, sob Urbano VIII. Clemente X declarou a festa de rito duplo de 2ª classe em 06 de dezembro de 1670; e Clemente XI concedeu a São José, no dia 19 de março, missa e ofício próprios (04/02/1714). Bento XIII inseriu o nome de José nas ladainhas dos santos de todos os livros litúrgicos, imediatamente após o nome de São João Batista (19/12/1726).

Pio VII acrescentou o nome de José na oração “A cunctis” (De todos os perigos...), logo após o nome da Virgem Maria. Pio IX, no dia 10/12/1847, estende à Igreja Universal a festa do Patrocínio de São José, fixando-a ao 3º Domingo da Páscoa com rito duplo de 2ª classe, a mesma festa, porém, já era celebrada pelos Carmelitas em 1680, pelos Agostinianos em 1700 e pelo Clero Secular de Roma desde 1809.

A 24/07/1911 a festa do Patrocínio se transformou em “Solenidade de São José, Esposo da Bem-aventurada Virgem Maria, Confessor e Patrono da Igreja Universal”.

A 28/10/1913 foi-lhe mudada, mais uma vez, a data: desta vez foi fixada para a 3ª quarta-feira depois da Páscoa, com rito duplo de 1ª classe com oitava.

A 24/10/1956 um decreto da S. Congregação dos Ritos aboliu esta solenidade, substituindo-a com aquela de São José Operário, a ser celebrada no dia 1º de maio. O título de Patrono da Igreja Universal foi acrescentado à festa principal, de 19 de março.

Pio IX multiplicou as provas de sua devoção a São José, concedendo indulgências a muitas práticas devotas em sua honra. A pedido dos Padres Conciliares do Vaticano I., no dia 08/12/1870, declarou São José Patrono da Igreja Universal e elevou a festa de 19 de março à solenidade de rito duplo de 1ª classe.

Leão XIII incluiu a invocação de São José entre as orações depois da Missa (06/01/1884) e em 1889 prescreveu uma prece especial em honra do Santo, a ser rezada no mês de outubro, depois do terço.

Pio X promulgou e indulgenciou a Ladainha do Santo para uso público.

Bento XV inseriu no Missal um Prefácio próprio de São José (09/04/1919) e na oração “Bendito seja Deus” mandou acrescentar a invocação do Santo (23/02/1921), em memória de sua proclamação como Padroeiro da Igreja.

Pio XI a 09/08/1922 quis inserir o nome de São José nas orações para os moribundos.

Pio XII instituiu a festa de São José Operário e compôs uma oração apropriada.

João XXIII, a 19/03/1961, declarou-o “Protetor do Concílio Ecumênico Vaticano II”, e a 13/11/1962 mandou inserir seu nome no Canôn da Missa, no “Communicantes” (“Em união com...”).

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Indique algumas das festas de São José instituídas ao longo dos séculos.

45. São José, nas Devoções

a) PIAS PRÁTICAS

Um capuchinho italiano, João de Fano (+1539) na sua “História de São José e de sua intercessão”, propôs a devoção das “Sete dores e alegrias de São José”, atribuindo sua autoria ao mesmo santo que, depois de ter salvado dois monges do naufrágio, teria-lhes pedido de rezar todo dia sete Pai Nosso e sete Ave - Maria em memória de suas dores e alegrias em vida. A devoção parece moldada sobre aquela correspondente de Nossa Senhora das Dores, então muito popular. A pia prática, aprovada pelos Sumos Pontífices, é hoje muito difundida e sua formulação (clássica) atual é atribuída ao Ven. Genuaro Sarnelli (+1744).

O “Cíngulo de São José” é devido a uma religiosa agostiniana de Antuérpia, que em 1659 foi sarada de alguma doença pela imposição de um cordão benzido em honra do Santo.

Outras práticas mais comuns: O Culto perpétuo, do qual já tivemos ocasião de falar; “O Manto Santo de José”; o “Escapulário de São José; Os sete domingos de São José”; “A escravidão do glorioso coração de São José”... (Como se vê, continua a preocupação de estabelecer devoções paralelas àquelas Marianas bem conhecidas...).

Tempos particulares dedicados ao Santo: “O mês de março” e toda quarta-feira. Na Bélgica, durante o séc. XVII, foram aprovadas as devoções das 07 ou 15 ou 19 quartas-feiras, que precedem a festa do Santo.

b) RELÍQUIAS

Perúgia (na Itália), desde 1477 gloria-se de possuir a aliança nupcial de São José, provinda de Chiusi, onde por sua vez teria chegado de Jerusalém no séc. XI. Infelizmente, há pelo menos mais seis entre mosteiros e igrejas reclamando a mesma honra.

Notre-Dame de Paris afirma possuir as 2 alianças do noivado entre José e Maria.

Em 1254, um dos Cruzados trouxe para a França a “cinta” de São José, que foi, porém destruída no incêndio da Capela onde estava guardada, pelo ano de 1668. Parte da relíquia, todavia, tinha sido doada em 1649 à Igreja da Ordem dos “Feuillants” em Paris e outra, em 1662, ao Bispo de Châlon para sua Catedral.

Aquisgrana possui faixas com as quais o Santo teria protegido as pernas ou, como outros pensam, protegido o Menino Jesus.

Outras Relíquias foram introduzidas nos séc. XIV e XV. A Igreja dos Carualdolenses em Florença (Santa Maria dos Anjos) guarda um bastão de São José, trazido de Constantinopla nos tempos do concílio Florentino. Fragmentos dele acham-se em Roma (nas Igrejas de Santa Cecília e Santa Anastácia), em Beauvais e Alhures...

As duas Igrejas romanas supramencionadas possuem também parte do manto ou da túnica, mas (como parece costume acontecer em tais casos) compartilham esta honra com duas Igrejas de Bolonha (São José do Mercado e São Domingos), com a Igreja dos Carmelitas Descalços de Antuérpia, e muitas outras mais...

Contrariando todas as tradições mais antigas, algumas Igrejas chegam a afirmar até mesmo de possuir relíquias ósseas.

Objetos vários, pertencidos ao Santo, são guardados em Roma (São Alécio; SS. João e Paulo), Orvieito, Fracati, Loreto e em muitos outros lugares.

Fragmentos do seu túmulo existem em Roma (S. Maria in Pórtico e S. Maria in Campitelli) e Alhures...

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Indique algumas Pias Práticas em honra a São José.

46. São José na Iconografia

São José é representado no arco triunfal da Basílica de Santa Maria Maior em Roma, em atitude varonil, com barba, túnica, e manto: é confortado pelo Anjo, segundo o texto de Mateus 1,19-22; está presente na cena da apresentação do Menino no Templo e no episódio (apócrifo) do encontro com o Rei Afrodísio.

Na cátedra de marfim que foi do imperador Maximiano, em Ravenna, São José aparece sempre com túnica e manto, tanto na prova das águas amargas, como no sonho e depois na viagem para Belém e na adoração dos Magos.

Era representado também no oratório Vaticano de João II (705-707), nas cenas da Natividade, Adoração dos Magos e Apresentação ao Templo.

No Oriente, São José é representado acompanhado por seus servos na representação do recenseamento de Quirino (mosaicos de Kahrié-djami, em Constantinopla, pertencentes ao mosteiro de Chora, do século XIV) Nos murais de Mistra Peribleptos (do século XIV), São José recebe do Sumo sacerdote o bastão florido.

Nas colunas do sacrário de São Marcos (Veneza) é representado como um velho que protege a Virgem e segura na mão o bastão florido.

Interesse especial têm as pinturas do Santo feita por Giotto em Pádua, Tadeu Galddi em Florença, Nicolau e João Pisano nos púlpitos de Sena, Pisa e Pistoia, e por Arnolfo no presépio de Santa Maria em Roma.

Na Catedral de Limburg (século XIII) São José é representado como jardineiro da vinha divina.

Somente no “Tondo (= redondo de) Doni”, de autoria do sumo Miguelângelo, pode ser encontrada uma representação potentemente expressiva de São José como Chefe de família, chamado por Deus a uma altíssima função.

Contemporaneamente, na Alemanha os entalhadores difundem as maravilhosas imagens do Santo devidas ao Dürer e aos escultores das estátuas de madeira do Santo, das cidades de Dottighofen e Brandemburg (1459).

No final do século XVIII, encontra-se na Espanha uma série de pinturas (o “Repouso no Egito” de Bartolomeu Gonzales, a “Circuncisão” de Roelos, a “Sagrada Família” de Zurbarán) em que São José é representado em veste de Patriarca do Novo Testamento, protegendo e educando o Menino Deus. Aparecem, neste mesmo tempo, os instrumentos típicos da sua profissão: a serra e o machado.

Este tipo de representação alcança a perfeição no quadro do Herrera (que mostra São José sentado, com Jesus Menino sobre os joelhos) e nas muitíssimas pinturas do Murillo (em que o Santo segura pela mão a Jesus)...

No grande quadro da Igreja dos Capuchinhos em Cádiz (Espanha), São José ampara o Menino já adolescente. No quadro de autoria de L.G. Carlier, São José é coroado por Jesus. Nas obras posteriores, como por exemplo do Tiépolo, o Santo mostra-se intercessor junto ao Redentor ou símbolo do trabalho humano santificado.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Indique alguns lugares que contribuíram para a Iconografia Josefina.

47. São José, no Folclore

Na tradição popular o Esposo da Virgem Maria, antes de mais nada, é o Santo protetor dos pobres.

O episódio que mais atingiu a fantasia popular é aquele do santo casal chegando em lugares estranhos e procurando abrigo na iminência do nascimento de Jesus, sem encontrar hospedagem de ninguém. Como reação psicológica encontra-se nas expressões de culto popular uma evocação dramática do episódio, com um final que visa aplacar o sentimento de caridade da alma popular.

Há muitas e lindas canções populares que evocam a figura de São José em episódios mais ou menos lendários, imaginários acerca da Sagrada Família. Pertence a este tipo de narrativa popular uma lenda que visa fazer ressaltar a grande força de patrocínio de São José: mas a maneira de demonstrá-lo (fazendo com que até mesmo um ladrão consiga alcançar o Paraíso) é um típico fruto da fantasia do povo. Esta lenda tem certa ligação com o “Debate em Paraíso”, peça do teatro popular entre as mais aplaudidas da Idade Média.

São José é também padroeiro dos marceneiros, e as corporações dos artesãos madeireiros dos séculos passados foram as que mais incentivaram e promoveram a sua festa.

Duas, especialmente, são as características mais recorrentes na festa do Santo: os fogos e os pastéis. Em muitos lugares a antiquíssima tradição dos fogos da primavera se faz coincidir com o dia 19 de março. Pilhas enormes de lenha são preparadas por devoção e incendiadas nas encruzilhadas e praças das cidades, por obra especialmente dos jovens; e quando o fogo vira brasa, eles pulam em cima, revivendo antigos ritos agrestes de purificação. A tradição dos pastéis é comum em quase todos os lugares onde se celebra a festa, mas em Roma apresenta traços de férvida originalidade: o interesse pelo produto comestível é avivado pelas mais variadas e originais iniciativas de tipo publicitário, como por exemplo, por meio dos conhecidos "sonetos", que tanto atraíram a atenção dos letrados no final do século passado e no começo do atual...

O amor e a piedade popular dos fiéis para com São José teve e continua a ter um matiz de gosto folclórico em muitos lugares. Por ocasião da festa de 19 de março, é costume na Sicília, Itália, as famílias organizarem o Banquete de São José, que consiste em convidar alguns pobres para um almoço. Este é servido pelo pai de família ou pelo sacerdote na igreja. Ainda na Sicília, é hábito vestir um velho de bons costumes com uma túnica e um manto carregando uma vara florida na mão, com a qual abençoa quem quiser. Neste dia, além de receber a hospitalidade das famílias, ele participa da missa e reza pela prosperidade da cidade. Em algumas localidades, neste dia são levados pães à Igreja para serem abençoados e depois distribuídos aos pobres ou comidos em família. Numa outra localidade da Itália denominada Gela existe o costume de no dia 1º de maio os devotos levarem para leilão na Igreja o Prato de São José, formado por vários gêneros alimentícios. Ele é leiloado e a renda revertida em obra de caridade. Ainda na Itália, na cidade de Riccia, os fiéis praticam a chamada Devoção a São José, que consiste em convidar para o almoço três pessoas: um casal e um jovem, representando José, Maria e Jesus. Na ocasião são oferecidos alguns doces especiais que trazem o nome do Santo, indicando assim seu compromisso de proteger os devotos.

Outra bela tradição é encontrada em Siracusa, onde doze devotos celebravam no dia 19 de cada mês o chamado "Dezenove". Cada devoto preparava para o dia três roscas grandes e várias outras pequenas e as levava diante da estátua do Santo na missa do dia. Depois as três grandes eram distribuídas a três pobres, normalmente a um idoso, a uma moça e a uma criança, e as roscas pequenas eram distribuídas aos amigos. Ainda no dia 19 de março, as pessoas que podiam levavam todo tipo de gêneros alimentícios à igreja, que depois da missa eram vendidos e aplicados na festa.

O uso da chamada Mesa de São José, como nos exemplos mencionados, ainda vigora em muitos lugares, nas mais variadas formas, como preparar uma farta mesa no dia 19 de março e convidar cinco pessoas representando Jesus, Maria, José, Santa Ana e São Joaquim. Ou preparar em plena praça pública, às 12 horas, uma longa mesa ou várias mesas para os mais pobres e idosos. Outro costume é oferecer um pão de forma arredondada ao acender fogueiras. Um hábito bonito é mandar benzer muitos confeitos no dia 23 de janeiro, festa dos esposais de São José com Maria, e depois distribuí-los entre os amigos e levá-los aos doentes. Em Bonn, na Alemanha, o arcebispo José Clemente (1688-1723) organizava na

mesma festa uma procissão do Santo que atravessava a cidade, e depois convidava três pobres a almoçar em sua casa. Em Iloilo, nas Filipinas, um almoço era oferecido na festa de São José a sete pobres, em memória de suas sete dores e alegrias. Em Malolos, no mesmo país, nos casamentos é executada uma dança religiosa chamada Panasahan, para lembrar o santo casamento de José e Maria.

Interessante ainda notar que em Nápoles, na Itália, por ocasião da festa do Santo é organizada a feira da "Violeta de São José". Os devotos compram as flores e as oferecem em homenagem ao Santo nas igrejas ou diante das imagens que cada um possui em sua casa. Na Província Italiana de Salerno, todos os anos são organizadas duas procissões que partem de duas igrejas diferentes com as estátuas de São José e de Nossa Senhora. Elas se encontram na praça principal, com o detalhe de que no dia 19 de março é Nossa Senhora quem oferece um maço de flores a São José, e no dia 08 de dezembro este retribui o dom. Quanto às flores, algumas delas receberam a denominação do Santo, como o conhecido "Lírio de São José", o "bastão de São José" e até a planta colombiana que traz o nome de "Varitas de São José".

Na Escócia, São José é o patrono do tempo, e sua estátua às vezes é colocada fora de casa coberta com um guarda-chuva para indicar o tempo que se deseja. O mesmo costume existe na Austrália, onde a imagem do Santo é colocada fora com um guarda-chuva aberto.

No Brasil, a população do Nordeste, que vive numa região de clima árido, tem São José como o Santo que envia chuva e é costume entre o povo dizer: "Chuva no dia de São José, inverno seguro", ou seja, se chove no dia 19 de março ou nas proximidades desde dia, será bom o tempo para a colheita. Neste dia, os fiéis fazem uma procissão com a imagem do Santo e soltam muitos fogos de artifício. Na Califórnia, nos Estados Unidos, mantém-se viva a tradição de que no dia de São José os pássaros retornam para a primavera.

Numa disputa com Santo Antônio, São José é invocado pelas moças casamenteiras para encontrar um bom marido. No Brasil, desde o século XVIII ele é invocado pelas mulheres grávidas, as quais, para ter um parto feliz, recorrem a Nossa Senhora do Bom Parto, mas com a participação de São José. Ele ainda é conhecido através de muitas lendas e canções que exaltam seu poder de intercessão. Entre as canções, lembro no Brasil o canto "Bendito São José" que o povo utiliza as procissões de penitência durante a seca, assim como no tempo do Natal, nas festas de São José e nos terços rezados em família. O canto se inicia com a estrofe: "Bendito louvado seja, Senhor São José, leva Deus Menino para Nazaré". Ainda no Brasil, em 1928 o Dr. José Rodrigues de Carvalho publicou, na Paraíba do Norte, uma Chácara com a finalidade catequética de difundir o culto a São José, invocado como protetor das famílias cristãs. O texto fala de uma moça que se livra de um casamento indesejado, implorando a proteção do Santo. O texto se inicia com esta estrofe: "Estava ela chorando. Viu São José chegar..." - Maria, minha afilhada, o que foi isso por cá? É meu pai, meu bom padrinho, que comigo quer casar?

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Indique três tradições populares que fazem parte do Folclore Josefino.

48. São José, na Arte

Vimos até aqui a teologia, o magistério da Igreja, a devoção popular e as diversas vertentes do culto a São José. Cabe-nos agora, em poucas palavras, ver o nosso Santo na arte, já que ela espelha de forma visível aquilo que foi pregado e ensinado aos fiéis ao longo dos séculos e nos diversos lugares, pois a arte testemunha a catequese.

"Na arte é possível comprovar como as extravagâncias dos relatos apócrifos e a sobriedade dos evangelhos, as reflexões da mente e o afeto do coração foram canalizados. A arte é o pulso onde se pode controlar objetivamente o estado de saúde da teologia". (100)

São José é pintado com o Menino Jesus nos braços, ou ao seu lado com um martelo, um bastão ou vara florida nas mãos, ou atento em sua oficina de trabalho, ou ainda com uma auréola na cabeça, jovem ou velho de barba branca, em adoração diante do Menino, com um livro na mão etc. Essa representação figurativa é um fato significativo, porque por trás dela existe um pressuposto lógico baseado nos relatos dos evangelhos, dos apócrifos, dos documentos da Igreja, dos costumes da liturgia, das devoções populares, das tradições, das literaturas religiosas, da oratória sacra e do folclore.

Em geral, as representações sacras tiveram início a partir do século X, relacionadas sobretudo com a liturgia do natal. São José foi focalizado na cena da Anunciação, na visita dos pastores à gruta de Belém, e na fuga ao Egito. Alguns séculos mais tarde, ele ganha as representações dos apócrifos que focalizam seu casamento com Maria, os magos, a apresentação no Templo, sua escolha por Deus, a vida em família na cidade de Nazaré... Sua figura, porém é pintada como um homem velho e com barba, devido à influência dos apócrifos. Entretanto, é interessante notar que, a partir do Renascimento (1450 -1600), ele começa a ser representado com certa frequência com um livro nas mãos. Naturalmente, isso está em perfeita consonância com os deveres do pai na tradição hebraica, a qual tinha, entre outras, a tarefa de instruir o filho na Torá. Esse novo "visual" do Santo não deixou de representar sua figura como um velho com um lírio na mão direita e um livro na esquerda, mas ao mesmo tempo foi aparecendo um São José jovem, com o bastão na mão direita e um livro fechado na esquerda. Outras vezes a figura desse São José "novo" é apresentada lendo um livro, ou ao lado da mesa de carpinteiro cheia de ferramentas à luz de uma vela lendo um livro.

Mais recentemente, o diretor de cinema Franco Zeffirelli, no seu filme "Jesus de Nazaré", apresentou um São José atraente, jovem e inserido numa família perfeitamente normal, como uma pessoa humanamente completa, exercendo a profissão de carpinteiro, como um hebreu profundamente religioso, dócil e aberto ao desígnio de Deus a seu respeito.

Concluindo, podemos afirmar que presença de São José na iconografia, na escultura, na pintura, em suma na arte, é bastante satisfatória, a tal ponto que possibilitou uma grande exposição sobre "São José na arte espanhola" em Madri, em 1972. Ela foi preparada pelo Centro Espanhol de Pesquisas Josefinas, que recolheu obras de arte dos museus nacionais, das coleções do Patrimônio

Nacional, de catedrais, igrejas e de colecionadores particulares de todas as partes da Espanha. Também na França foi feita uma exposição dedicada a "São José, o desconhecido", em 1977, que ofereceu uma panorâmica da arte Josefina nos séculos. Além destas, outras exposições menores de santinhos e imagens do nosso tempo foram organizadas em vários lugares. Uma das últimas foi realizada em 1989 na Cidade do México, por ocasião do V Simpósio Internacional de Josefologia.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Faça uma análise da evolução da Arte Josefina.

49. Os Patronatos de São José

Entendemos, com tal nome, reunir todas aquelas categorias e instituições que se puseram sob o patrocínio de São José, particularmente as Ordens, as Congregações e os Institutos.

São Bernardino de Sena (+1444) num dos Capítulos Gerais da sua Ordem já tinha colocado todas as casas reformadas sob o patrocínio do nosso santo. À nova Província tinha dado, além disso, um sinete apresentando José que segura o Menino Jesus nos braços, como resulta de documentos da época.

Do mesmo modo, depois da morte de Santa Tereza d'Ávila, o Capítulo Geral dos Carmelitas elegeu o Santo como Patrono da Ordem (1621), sendo imitado em 1632 pelos Agostinianos.

Mas são especialmente as Congregações masculinas e femininas nascidas com o nome de São José, as que mais reivindicam o seu Patrocínio.

Algumas delas já se extinguíram, por exemplo: os Missionários de São José, fundados em 1650 por José Cretenet em Lyon; e os Cavaleiros de São José, reorganizados na Toscana (Itália) em 1807, mas que provinham de uma Irmandade de São José existente em Florença desde 1514.

As Congregações e Sociedades masculinas atuais são as seguintes: sociedade de São José de Mill Hill para as missões estrangeiras ("Mill Hill Fathers"), fundada em 1866 pelo Card. H. Vaughan em Mill Hill (Inglaterra), perto de Londres, e aprovada em 1908; os Josefinos da Bélgica, fundados em 1817 em Gramont (Flandres) pelo Côn. Constant Van Grombrugge e aprovados em 1930; os Missionários de São José do México, fundados em 1872 por José M. Vilaseca e aprovados em 1903; a Pia Sociedade Turinense de São José (Josefinos do Murialdo) e aprovada em 1904; a Congregação dos Oblatos de São José (Josefinos de Asti), fundada em Asti pelo Bem-aventurado José Marelló em 1878 e aprovada em 1909; a Sociedade de São José do Sagrado Coração, fundada nos Estados Unidos da América (USA) pelos padres de Mill Hill em 1892 e aprovada em 1932...

Das Congregações femininas, pelo seu grande número, lembraremos somente o nome e a diocese onde reside o governo geral.

A Instituição mais antiga é das "Irmãs de São José", fundada em 1650 Le Puy-em-Velay por José Maria Médaille e H. Maupas. Depois da Revolução Francesa

dividiram-se em Congregações independentes: Armecy, Buenos Aires, Chambéry, Clermond-Ferrand, Concórdia, Filadélfia, Gap, Gerona, Goulbourn, Lausing, Lyon, São João de Moriana, Tarbes, Turim, Toronto, Tréviri, Bordeaux, Moûtiers, Saint-Vallier, Saint Louis...

Outras Congregações, com o mesmo nome, mas sem ligação alguma com as supramencionadas, têm sede principal em: Aôsta, Cúneo, Pinerolo, Lusa, Cluny, Bourg, Alost, Tarnow, Saint-Hyacinthe, Sault-Sainte-Marie, Pembroke, Petergorought, Londres, Pittsburg, Rochester, Nazaré, Orange, Newark, Wichita, Búffalo, Maitland, Buenos Aires,... sob o nome de “Filhas de São José” existem muitas Congregações, com sede em Veneza, Ribalta, Genoni, Santiago, Gerona...

Há, enfim, mais estes outros Institutos:

Filhas de São José Protetoras da Infância (Santiago); Irmãs Josefinas da Caridade (Vich); Irmãs Josefinas da Santíssima Trindade (Plasência); Pequenas Filhas de São José (Montreal e Verona); Pobres Irmãs Bonaerense de São José (Buenos Aires); Irmãs de São José da Aparição (Marselha), Irmãs de São José (México); Irmãs de São José do Sagrado Coração (Sydney); Irmãs do Patrocínio de São José (Sabina e Pággio Mirteto); Irmãs Franciscanas de São José (Búffao); Servas de São José (Madri); Irmãs Hospitaleiras de São José (Montreal); Mães dos Abandonados e de São José da Montanha (Valência); Irmãs Carmelitas de São José (Autun); Irmãs Terciárias Carmelitas Terezianas de São José (Barcelona); Irmãs Franciscanas Missionárias de São José (Birmingham); Irmãs da Caridade de São José (Emmetsburg); Irmãs Agostinianas de São José, Religiosas de São José e Religiosas Carmelitas de São José (Bélgica); Irmãs Terciárias Franciscanas de São José (Fort Wayne-South Bend).

Essa análise panorâmica nos permite verificar que, no século XVI, foi criado apenas um Instituto religioso "Josefino", na Europa. No século XVII surgiram 17 Institutos: 14 femininos e três masculinos. No século XVIII nasceu apenas um Instituto feminino na Europa. No século XIX apareceram 123 Institutos femininos e 15 masculinos. No século XX foram fundados 68 Institutos: 10 femininos e 28 masculinos. Concluímos que o século XIX foi o século do grande florescimento de Congregações e Institutos religiosos josefinos, e que o século XX foi aquele que teve mais Congregações religiosas Josefinas masculinas.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Indique o nome de algumas Ordens, Congregações e Institutos que têm São José como Patrono.

50. As Confrarias e Irmandades

Acredita-se ser do séc. XIV uma associação juvenil feminina, estabelecida em Avinhão (na França) sob o Patrocínio de São José. Em 1485, em Colônia (Alemanha), junto de um convento Carmelita foi instituída uma “Sociedade de São José”.

Em Florença (Itália), em 1514 já vimos existir uma Irmandade de São José, da qual surgiram posteriormente os “ Cavaleiros de São José”. Em Roma, sob o Papa

Paulo III, em 1539, 30 operários deram origem à Venerável Arquiconfraria de São José dos Carpinteiros (ou Marceneiros), que teve sua sede na cela superior do Cárcere Mamertino. No início do século XVII agregou-se a ela a “Universidade dos Carpinteiros”, instituída sob Clemente VII em 1525, na Igreja de São Gregário em localidade “Ripetta”. Este nome “Universidade dos Carpinteiros” compreendia uma verdadeira corporação de artes e profissões sob o patrocínio de São José. Pelos documentos de seu arquivo, pertenciam-lhe “fabricantes de carroças, barcos, molas, tambores, caixas de fuzis, caixas de todo tipo, tinas, barris, cadeiras, tamancos, material para fornos, foles... além de ebanistas, torneiros, entalhadores, escultores e serradores...” Desde 1922 a Arquiconfraria está confiada aos cuidados espirituais da Congregação dos Oblatos de Maria Virgem.

Ainda em Roma, em 1542, o já lembrado Cón. Desidério fundou em Santa Maria “ad Mártires” (Pantheon) a “Companhia de São José de Terra Santa” (hoje “Pontifícia Academia Artística dos Virtuosos, junto do Pantheon”), constituída por “homens excelentíssimos na arquitetura, escultura e pintura, e em qualquer outro ofício digno de alto engenho”.

No séc. XVII foi fundada em Valladolid (Espanha) a “Confraria de São José dos mestres entalhadores e em Bonn (Alemanha) a “Confraria da Corte do Príncipe Eleitor”, igualmente sob o patrocínio de São José.

Na França, no mesmo período, surgem Confrarias em todo lugar; na Bélgica, toda cidade tem a sua...

Entre as inúmeras Confrarias, merecem destaque: a “Associação do Culto Perpétuo de São José”, nascida em Milão em 1854 e aprovada por Pio IX com o breve “Jam alius”, de 05/07/1861; a União Missionária de São José, fundada em Aquisgrana, em 1862; a Arquiconfraria de Maria Santíssima da Saúde e dos Santos José e Camilo de Lellis, fundada em Roma por Pio IX em 1866, na Igreja de Santa Maria Madalena para o auxílio espiritual dos enfermos e em especial dos moribundos; a Pia União Primeira de Trânsito de São José para a Salvação dos moribundos, fundada em Roma, na Igreja de São José “al Trionfale”, pelo Bem-aventurado Pe. Guanella e instituída por Pio X a 17/02/1913.

Na França destacam-se as Irmandades de Beauvais, Angers, Seyssinet-Isère, Lyon, Paris. Na Alemanha, destaca-se a Sociedade de São José (de Colônia), para a assistência pública dos inválidos, fundada em 1804. E todos conhecem a Obra de A. Kolping (+1865), da qual São José é padroeiro. Na Espanha há a Confraria de São José de Tortora, a Associação de São José de Valladolid e a “Pia União de São José da Montanha”, de Barcelona. A Bélgica tem as Irmandades do “Culto Perpétuo de São José”, em Malines e Liège; a “Legião dos Filhos de São José”, em Liwaina e a “Associação de São José” em prol dos Sacerdotes falecidos, em Tournay.

Vale a pena, enfim lembrar que além dos patronos de São José indicados até aqui sobre organizações religiosas, categorias sociais e moribundos, no séc. XV o nosso santo foi invocado, por determinação do Concílio de Constança, “contra o flagelo da peste”, juntamente com São Roque e, pelos Franciscanos, “contra o flagelo da usura” e como “Padroeiro das Casas de Penhores”. Memória viva deste último fato é o nome que elas recebem no sul da Itália, onde são chamadas “Casas de São José”.

No Brasil, o Santo foi escolhido como patrono de diversas localidades, regiões e províncias, sobretudo a partir do século XVIII. Entre elas lembro apenas

algumas a título de ilustração: São José de Guaporé, na Província de Mato Grosso desde 1752, São José do Brejo na Paraíba, São José da Terra Firme na Província de Santa Catarina em 1750, São José do Rio Negro em 1755, hoje cidade de Manaus. Na Província do Rio Grande do Sul, desde 1762 temos São José da Barra. No Paraná encontramos a cidade de São José dos Pinhais, em São Paulo São José dos Campos, em Goiás São José de Tocantins. No Ceará, a cidade de Crato é consagrada a São José, e no Pará comarca de São José de Cerzedelo. Em suma, o nome de São José se espalhou e sua proteção foi escolhida em todo o Brasil, fazendo com que hoje haja em nosso país cerca de 90 municípios oficialmente catalogados com o seu nome, o mais difundido entre os mais de quatro mil municípios brasileiros.

São José foi proclamado patrono especial do Reino da Boêmia em 1665 por Ferdinando III. Em 1675 foi escolhido como patrono dos domínios austríacos e no seguinte dos territórios germânicos. O Ducado da Baviera foi consagrado a ele em 1664. Na Alemanha, é patrono de Osnabruck e de Trier.

Com São Francisco Xavier, tornou-se patrono da China. Em 1679, foi declarado patrono da Espanha e logo depois substituído por São Tiago. Ainda nesse país, é patrono das cidades de Segorbe e de Valor. Na Polônia, é patrono da cidade da Cracóvia desde 1715. Em El Salvador, da cidade de Quezaltepeque. É patrono da República do Peru desde 1828, reconfirmado em 1957 pelo Papa Pio XII.

Há também um grande número de dioceses dedicadas a São José. Lembro de passagem a diocese de Orvieto e a diocese de Noto, na Itália, da qual é co-patrono. Na França, é patrono da diocese de Paris. Na Canadá da Província eclesiástica de Quebec desde 1859, da diocese de Ottawa desde 1848, assim como de outras no mesmo país. Na China, é patrono das dioceses de Wuchang, Changsha e Hankow, e no Vietnã da diocese da Hanói. Na Bélgica, da diocese de Liège desde 1676. Na Polônia, da diocese de Wladislávia. Em Portugal, da diocese de Beja desde 1967. Na Grécia, da diocese de Chio. Na Inglaterra, de Westminster desde 1898 e de Liverpool. Nos Estados Unidos, São José é patrono da diocese de Saint Joseph em Kansas City, das dioceses da Província do Oregon e da arquidiocese de Hartford em Connecticut, da diocese de San José na Califórnia e da arquidiocese de Anchorage no Alasca. Foi eleito patrono da diocese de Tamatave em Madagáscar e co-patrono da diocese de Iringa, na Tanzânia.

São José é patrono de inúmeras escolas e colégios que trazem seu nome. No Líbano, na cidade de Beirute, existe a Universidade de São José. Ele é patrono da Associação Cristã dos Trabalhadores Italianos desde 1945 e da Tipografia Poliglota Vaticana. É patrono de inúmeras obras de assistência social, de seminários etc.

Na América Latina, é patrono da diocese de San José de Costa Rica desde 1850; da diocese de Mayo no Uruguai; da diocese de Caacupé no Paraguai; das dioceses de Temuco e Anfofagasta no Chile; das dioceses de Palmira, Duitama, Bucaramanga e Cúcuta na Colômbia; da diocese de Georgetown nas Guianas e da diocese de Maracaí na Venezuela. Na Argentina, é patrono da diocese de Santa Fé desde 1899 e de Reconquista e co-patrono de diversas outras. No México, é patrono da diocese de Tapachula, Autlán e Chihuahua, e co-patrono das dioceses de Texco, Toluca e Veracruz.

No Brasil, é o patrono principal das arquidioceses de Fortaleza e Mariana, das dioceses de Campo Mourão, Garanhuns, Itabuna, Macapá, Pesqueira, Rio

Preto e São José dos Campos. É padroeiro secundário da diocese de Oliveira e titular das igrejas metropolitanas de Fortaleza e Campo Grande e das catedrais de Araçuaí, Montes Claros e Rio Preto.

São José é também o Patrono de diversas cidades e nações dentre as quais lembramos que a “Nova Espanha” (México e Ilhas Filipinas) desde o primeiro Sínodo de 1555 escolheu a São José como padroeiro. Na República Mexicana os lugares que têm o nome do santo são 281. Os Agostinianos, chegados à Filipinas em 1565, deram o nome de São José a várias cidades (hoje, 20 mais ou menos). Os Jesuítas dedicaram-lhe o primeiro Seminário Apostólico, em 1602.

Na Itália se consagraram a São José: Nápoles (no ano de 1602), Frascati (1605), Palermo (1612).

Em 1624 foi-lhe consagrado o Canadá.

Fernando III, em 1655, fez proclamar São José especial padroeiro do reino da Boêmia (Tcheco-Eslováquia; e o filho dele, Leopoldo I, conseguiu de Clemente X, em 1675, que fosse declarado também padroeiro da Áustria, que então compreendia Trieste, Gorízia, toda a região do Tirol, Bolzano e Trento.

Em 1678 Inocente XI oficializou a escolha de São José como especial padroeiro das missões na China.

Carlos II obteve em 1679, do mesmo Papa, que o Santo fosse proclamado patrono da Espanha, mas tal patronato foi logo impugnado em favor de São Tiago: ele permaneceu, porém, sobre os outros domínios do Rei da Espanha, ou seja, sobre a Bélgica e as nações americanas que então lhes pertenciam à coroa espanhola.

Com Breve Apostólico de 19/03/1957, Pio XIII declarou São José Padroeiro do Peru, já em 1828 o congresso republicano havia posto a nova república sob o seu patrocínio, mas faltava-lhe o decreto oficial da Santa Sé.

A difusão do nome do esposo de Maria no mundo é facilmente controlável num índice geográfico. Limitando-nos propositalmente, à Itália, os topônimos em sua honra são 28. Número exíguo, se comparado com o de países de mais recente formação, passados ao Cristianismo depois que o culto do Santo já era em pleno desenvolvimento, mas número significativo, se considerarmos que ele ocupa o 17º lugar na escala dos topônimos de Santos onde, excluídos Nossa Senhora e São Pedro, o primeiro lugar pertence a São Martinho (de Tours, na França) com 160 topônimos.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Indique o nome de duas confrarias dedicadas a São José.
2. Indique o nome de três dioceses consagradas a São José.
3. Indique o nome de três nações que receberam o Patrocínio de São José.

51. Centros de Estudos e de Publicações Josefinas

Existe no mundo um amplo movimento de interesse religioso que tem a finalidade de aprofundar a teologia de São José, conhecida pelo termo técnico de josefologia. Aliás, o interesse pela teologia do Santo e por sua divulgação começou a sistematizar-se no século passado através de pequenos centros como

o de Modena, na Itália, que já em 1863 publicava uma revista denominada o Devoto de São José. Mas a primeira revista de pesquisa sobre São José surgiu em 1947 em Valladolid, na Espanha, com o nome de Estudos Josefinos, por iniciativa do Pe. José Antônio Carrasco, dos Carmelitas descalços. Dessa iniciativa tão boa surgiria em 1953 a "Sociedad Ibero-Americana de Josefologia", compreendendo a Espanha e Portugal e os países americanos de língua espanhola e portuguesa, com sede em Valladolid. A Iniciativa do Pe. Carrasco foi tão válida que outras semelhantes foram tomadas em outros países. Assim, em abril de 1952 foi fundado junto ao oratório de São José em Montreal, no Canadá, o "Centro de Pesquisa e Documentação", que no ano seguinte começou a publicar os Cahiers de Joséphologie. Como fruto de tudo isso, em maio de 1962 o Pe. Roland Gauthier, grande estudioso de São José, fundou a Sociéte Nord-Américaine de Joséphologie.

Outra iniciativa importante na promoção da teologia e do culto ao Santo Patriarca surgiu na Itália com o nome de Movimento Giuseppino, por iniciativa do Pe. Angelo Rainero. Tornou-se desde 1981, o organismo oficial da Congregação dos Oblatos de São José, fundada pelo Bem-aventurado José Marelo. Hoje possui uma publicação mensal com a revista Joseph, com sede em Asti, onde sob a direção de um dos maiores conhecedores da teologia Josefina, Pe. Tarcisio Stramare, funciona o "Meeting Point Redemptoris Custos", um centro de formação Josefina para sacerdotes, religiosos e leigos.

Ainda na Europa, surgiu em 1969 o "Centro de Estudo sobre São José da Polônia", com sede em Kalish, por iniciativa de João Zareba, bispo de Wladislávia.

Na América Latina os missionários de São José no México, fundados por J.M. Vilaseca, fundaram o "Centro de Estudos sobre São José do México" em 1959, com sua sede na cidade do México que em 1983 passou a ser chamado "Centro de Documentação e de estudos sobre São José do México". Ao mesmo tempo edita a revista "El Propagador de la Devoción a Senõr San José.

Existe a "Sociedade Centro Americana de Investigaçã e divulgaçã de São José", fundada em El Salvador no ano de 1985 com o periódico "El Divulgador Josefino".

Além destes Centros de Estudos Josefinos que procuram estudar, divulgar São José, existem mais de 8.000 volumes sobre São José publicados e coletados segundo o livro "Ensaio de bibliografias sobre São José" editado pelo Oratório São José de Montréal em 1968 de autoria de Aimé Trottier. Soma-se a estes as milhares revistas e outras publicações, tais como: Vita Geuseppina, Ite ad Joseph, Joseph, La Santa Crociata, Cahiers de Josephologie, Estudos Josefinos, Vida Josefina, Sant Joseph Blatt, St Joseph Missionary Advocate, Annales de Saint-Joseph et de la Sainte Famile...

Por fim, já foram realizados vários Congressos e Semanas Josefinas e periodicamente são organizadas jornadas e semanas de estudos Josefinos em várias partes do mundo tais como Roma, Madri, Salamanca, Kalisz, Montréal, Cidade do México, etc.

Além do mais, um número expressivo de teólogos e estudiosos sobre São José de várias partes do mundo reúnem-se há cada quatro anos para, através de conferências, partilhar as idéias e checar os resultados na teologia Josefina. Esta iniciativa deu vida aos "Simpósios Internacionais sobre São José".

O Primeiro Simpósio aconteceu em Roma em 1970 por ocasião do Centenário da Proclamação de São José como Patrono da Igreja Universal (1870 - 1970).

Promovido pela Société Nord Américaine de Joséphologie, pela Sociedad Ibero-Americana de Josefologia e pelos Centros de estudos de São José da Itália, México e Bélgica. Este Simpósio contou com a presença de 43 Superiores Gerais de Congregações Religiosas sob a proteção de São José, assim como cardeais, bispos, provinciais e leigos.

Nele, as atenções se voltaram para o estudo, análise e pesquisas sobre São José nos primeiros 15 séculos da Igreja, buscando assim a origem e os princípios fundamentais da teologia e do culto de São José. A internacionalidade do Simpósio, assim como a variada presença dos representantes religiosos, diocesanos e leigos não deixou dúvidas de que o interesse por São José é universal. O clima vivenciado indicou o desejo da Igreja e de seus representantes de estudar o Patrono da Igreja de modo mais aprofundado.

O Simpósio durou uma semana com conferências e discussões de temas variados dentre os quais menciono alguns: São José na Sagrada Escritura visto pelos vaticínios messiânicos, A historicidade dos dois primeiros capítulos de Mateus, A interpretação do termo " justo", A anunciação de José, seus sonhos , A figura de São José nas versões latinas dos apócrifos, Origens da Iconografia Josefina, formulação de uma teologia Josefina atual etc.

Todos os estudos apresentados neste Simpósio foram publicados em língua espanhola pelo "Centro Español de Investigaciones Josefinas" de Valladolid, pelo "Centre de Recherche et de documentacion " de Montréal e pelo "Centro Studi San Giuseppe" de Roma, através de um volume intitulado "São José nos primeiros quinze séculos da Igreja".

O Segundo Simpósio Internacional sobre São José aconteceu em Toledo, Espanha no ano de 1976. Desta vez além dos organizadores do 1º Simpósio, concorreram também o "Centro de Estudios Josefinos" do México e o "Studiun Jozefologii Kaliszu" da Polônia. A exemplo do anterior, também neste participaram estudiosos de vários países. O tema aprofundado foi "São José no renascimento (1450- 1600)."Os estudos apresentados giraram em torno do desenvolvimento da devoção Josefina entre os anos 1450-1600, detendo-se particularmente nas fontes bíblicas e litúrgicas, assim como no exame do pensamento dos pregadores, escritores e dos artistas do Renascimento.

O Terceiro Simpósio Internacional sobre São José foi realizado em Montréal, Canadá no ano de 1980 e teve a mesma concorrida participação dos estudiosos. Além dos Organizadores do 2º Simpósio, participou e dirigiu o evento o "Movimento Josefino de Roma "dos Oblatos de São José - Josefinos de Asti. O tema desenvolvido foi "São José no século XVII". Os temas apresentados, cerca de 50 conferências, foram de caráter bíblico , doutrinal, histórico, litúrgico, espiritual e literário.

O Quarto Simpósio Internacional sobre São José realizou-se em Kalisz, Polônia, onde encontra-se a sede do "Studium Josephologie". O tema foi "São José no Seiscentos". Entre os dias 23-28 de setembro foram apresentados 44 temas sob a responsabilidade dos cinco Centros Organizadores. Os participantes eram provenientes de 13 nações: Alemanha, Bélgica, Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos, El Salvador, França, Guatemala, Itália, México, Polônia e Zaire. Os assuntos tratados foram desde aqueles Bíblicos, até à teologia Espiritual litúrgica, homilética, devoções, literatura, confrarias, Congregações Religiosas,

Arte, poesia etc. Além dos intensos estudos, durante a semana aconteceram celebrações nas paróquias da cidade com pregações dos estudiosos. O encerramento do Simpósio no domingo 30 de setembro, reuniu cerca de 30 mil fiéis na grande praça da cidade com a celebração presidida pelo Cardeal de Cracóvia Francisco Macharski, participando 8 bispos e um grande número de sacerdotes.

O Quinto Simpósio Internacional sobre São José foi celebrado entre os dias 17 - 24 de setembro de 1989 na cidade do México e o tema desenvolvido foi "São José no século XVIII. Os organismos propulsores deste Simpósio foram os mesmos já presentes nos anteriores mais a "Sociedade Centro - Americana de Investigação e divulgação de São José de El Salvador". A inauguração o evento deu-se na Basílica de Nossa Senhora de Guadalupe com uma solene concelebração presidida pelo Arcebispo de Monterrey, Dom Adolfo Suárez Rivera.

Durante toda a semana foram apresentadas 50 conferências abrangendo diversos temas tais como: bíblico, teológico, histórico, literário, artístico e devocionais relacionados com São José no século XVIII.

O encerramento do Simpósio foi na Catedral Metropolitana do México, onde o Arcebispo primaz do México, Cardeal Ernesto Corripio Ahumada, presidiu a concelebração com a presença de vários bispos e inúmeros sacerdotes, para um grande número de fiéis que superlotou a catedral. Durante a Santa Missa foi renovada a Consagração da Diocese do México a São José.

O Sexto Simpósio Internacional sobre São José foi realizado em Roma nos dias 12 - 19 de setembro de 1993 com o tema "São José no século XIX" tendo como promotores os Centros de estudos já mencionados mais a "Pia União do Trânsito de São José" da Itália, num total de 08 Centros Promotores. Durante a semana foram apresentados 48 temas abordando assuntos bíblicos, teológicos, artísticos, históricos, devocionais, literários, etc.

A abertura do Simpósio deu-se no Santuário Romano de São José Al Trionfale, com a celebração eucarística presidida pelo Cardeal Ângelo Sodano, Secretário de Estado e com a participação de alguns bispos e de aproximadamente 50 sacerdotes. Pela ocasião, o Papa João Paulo II enviou uma carta aos participantes salientando São José como modelo de homem de fé, de trabalho e de esposo. Nesta, o Papa augurou que os trabalhos do Simpósio contribuíssem para colocar sempre mais em luz a atualidade de São José para o mundo, de modo a relevar sobretudo aquela sua típica sobrenatural "contemplação" silenciosa e operosa.

Todos os temas e estudos de cada Simpósio foram publicados em grossos volumes sob a direção das revistas, Estudos Josefinos e Cahiers de Joséphologie.

O sétimo Simpósio Internacional foi realizado na Ilha Republicana de Malta no Mar Mediterrâneo e tratou o tema "São José no século XX", no ano de 1997.

O oitavo Simpósio Internacional foi celebrado em El Salvador, na América Central no ano de 2001 e abordou temas teológicos e pastorais deduzidos da Exortação Apostólica "Redemptoris Custos" de João Paulo II.

Como percebemos, os argumentos que abraçam variados setores que tocam São José nos diversos aspectos, dão uma idéia da vastidão dos estudos e pesquisas já realizados ou ainda a serem realizados. Esta diversificada atenção para com a presença de São José ao longo dos séculos resulta numa preciosa coleção de material indispensável para uma teologia Josefina que pretende se apresentar como científica ao homem de hoje que é exigente e pouco disposto a aceitar aquilo que não é devidamente documentado.

A seriedade de todos estes estudos é garantida pela competência destes estudiosos que afeiçoados por São José, se interessaram diretamente de estudá-lo e de iluminá-lo com os raios benéficos da reflexão teológica, devocional, artística, espiritual, litúrgica, literária e poética que brilharam ao longo dos séculos.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Indique o nome de três Centros Internacionais de Estudos Josefinos.
2. Indique o lugar, o ano e o assunto de Josefologia estudado nos oito Simpósios Internacionais sobre São José.

Parte IV

52. Introdução

Em 1989 comemorou-se o centenário da publicação da Encíclica “Quamquam Pluries” do papa Leão XIII e o papa João Paulo II aproveitou-se desta ocasião para propor para toda a Igreja, à luz do Evangelho, dos Padres da Igreja e dos papas seus predecessores, a figura e a missão de São José, o Guarda do Redentor. Ele que na plenitude dos tempos participou como nenhum outro, com exceção de Maria, do mistério da encarnação e participou juntamente da fé de sua esposa, e desta dignidade ele se aproximou como nenhum outro servindo diretamente a pessoa e a missão de Jesus mediante o exercício de sua “autêntica” paternidade.

José se colocou com obediência para servir com amor e por amor o Messias que nasceu em sua casa e assim cooperou profundamente com grande mistério de nossa redenção. Com isso São José tornou-se exemplo para toda a Igreja manifestando o modo maduro de servir e de participar da economia da salvação.

A Exortação Apostólica “Redemptoris Custos” tornou-se desta forma uma fonte de riqueza doutrinal e espiritual para todos aqueles que desejam o aprofundamento da teologia Josefina, por isso, proporcionaremos na primeira parte desta abordagem o conteúdo deste precioso documento Josefino e na segunda parte algumas reflexões que têm a intenção de enriquecer o conteúdo do mesmo.

É importante que seja lido com atenção cada capítulo do documento e depois relacionado com as reflexões que lhe dizem respeito.

Leão XIII tornou-se papa aos 20 de fevereiro de 1878 herdando de Pio IX um difícil pontificado assinalado dos erros postulados com o racionalismo, o naturalismo e o ateísmo, os quais tinham gerado o socialismo e o comunismo. Neste contexto o papa sentia o poder das trevas causando danos para o cristianismo, sentia a luta contra o papado e as tentativas de desestabilizar os

fundamentos da religião, conforme vem reportado na Encíclica “Quamquam Pluries”.

Em seu discurso aos Cardeais em março de 1889 descrevia o quadro histórico daquele tempo com estas palavras: “As condições gerais da Europa e do mundo são bastante incertas e amedrontam e se repercutem dolorosamente na Santa Sé... nasce nos católicos do mundo inteiro apreensões, ansiedades e temores pela sorte de seu chefe... O exercício do ministério episcopal dos novos Pastores que nomeamos sofre adiamentos e impedimentos pelo Exaquatur... Lembramos a exclusão da Igreja do ensinamento público, as disposições do novo Código Penal contra o clero, o confisco de grande parte dos bens da Igreja, as ações causadas e outras que ameçam prejudicar as pias obras...”

Face a esta situação difícil e de perseguição da Igreja, o papa tomou a iniciativa de evidenciar São José para o povo católico incentivando desta forma a sua devoção popular, algo já iniciado pelo papa Pio IX, o qual tinha declarado São José Padroeiro da Igreja Universal. Para o papa Leão XIII a Igreja esperava muitíssimo da especial proteção de São José, sendo ele o Padroeiro Universal da Igreja e sobretudo porque esposo de Maria e Pai putativo de Jesus Cristo.

São José é partícipe da altíssima Mãe de Deus justamente porque entre ele e ela existiu um verdadeiro vínculo matrimonial e o matrimônio constitui desta forma “o meio mais nobre de sociedade e de amizade que traz consigo a comunhão dos bens”..

Para o papa a missão de São José não termina com sua vida terrena porque a sua autoridade de pai se estende por vontade de Deus para toda a Igreja. A Sagrada Família contém o início da Igreja nascente e nesta São José tem a autoridade de pai. Desta forma, o matrimônio de José com Maria e a sua paternidade em relação a Jesus não são portanto apenas títulos de grandeza, de graça, de santidade e de glória, mas são também a razão para que “defenda com seu patrocínio a Igreja de Deus”.

Por isso, o papa exorta aos cristãos de qualquer que seja a condição ou estado a confiar-se e abandonar-se confiantemente na amorosa proteção de São José, sejam os pais de família, sejam os casados, os consagrados, os ricos, os pobres, os operários...

Sendo que o objetivo da Encíclica de Leão XIII foi aquela de solicitar a ajuda divina por meio da oração, associando à intercessão de Maria também a de São José, o papa uniu à sua Encíclica uma oração especial a São José, decretando de rezá-la no final da reza do Rosário durante todo o mês de outubro. Eis a oração:

A vós, São José, recorreremos em nossa tribulação e [depois de ter implorado o auxílio de vossa santíssima Esposa,] cheios de confiança solicitamos [também] o vosso proteção.

Por esse laço sagrado de caridade que vos uniu à Virgem Imaculada Mãe de Deus, e pelo amor paternal que tivestes ao Menino Jesus, ardentemente vos suplicamos que lanceis um olhar benigno sobre a herança que Jesus Cristo conquistou com o seu sangue, e nos socorrais em nossas necessidades com o vosso auxílio e poder.

Protegei, guarda providente da divina Família, o povo eleito de Jesus Cristo.

Afastai para longe de nós, pai amantíssimo,

a peste do erro e do vício.
 Assisti-nos do alto do céu, nosso fortíssimo sustentáculo,
 na luta contra o poder das trevas,
 e assim como outrora salvastes da morte
 a vida ameaçada do Menino Jesus,
 assim também defendei agora a Santa Igreja de Deus
 das ciladas de seus inimigos e de toda a adversidade.
 Amparai a cada um de nós com o vosso constante patrocínio,
 a fim de que, a vosso exemplo
 e sustentados com o vosso auxílio,
 possamos viver virtuosamente, morrer piedosamente
 e obter no céu a eterna bem-aventurança.

Amém.

Esta oração continua há mais de um século ressonando muitas vezes nas casas de muitos cristãos e nas Igrejas, mantendo viva a devoção a São José. Este costume ainda que pouco lembrado entre os cristãos, tem respaldo no magistério da Igreja que não apenas acha “muito útil que o povo cristão se acostume a rezar com devoção e confiança, juntamente com a Virgem Mãe de Deus, também ao seu castíssimo esposo, São José”, mas exprime também nos fatos, os quais não foram meras coincidências, que o Patrocínio de São José foi proclamado aos 8 de dezembro de 1870, Sagrado dia da Imaculada Conceição de sua Esposa, e que a Encíclica “Quamquam Pluries” fosse lembrada pelo seu centenário com a Exortação Apostólica “Redemptoris Custos” também na data de 15 de agosto, Festa da Assunção e por fim que a colocação do nome de São José no Cânon da missa, teve o seu início com o papa João XXIII a partir do dia 8 de dezembro de 1962, ou seja, na Festa da Imaculada Conceição da Bem-aventurada Virgem Maria.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Por que o papa Leão XIII proclamou São José, Patrono da Igreja Universal e com qual documento?

53. Figura Insígnie

“Chamado a ser o Guarda do Redentor, José fez como lhe tinha ordenado o Anjo do Senhor e tomou consigo a sua esposa” (Mt 1,24). Temos aqui o compêndio daquilo que é São José e do quanto ele fez, ou seja, a descrição da figura e missão do Guarda de Jesus. Ele é o Guarda do Redentor, por isso São José é descrito pelo papa na linha da Redenção. De fato o papa explicita na sua Exortação que o seu objetivo é oferecer algumas reflexões sobre aquele ao qual Deus confiou a guarda dos seus tesouros mais preciosos, ou seja, Jesus e Maria. Com isso a Exortação não se afasta do cristocentrismo.

Esta colocação de São José numa linha cristocêntrica indica que o Santo Patriarca passou vinte séculos presente na vida da Igreja não obstante a literatura apócrifa existente a seu respeito e a colocação às vezes nem sempre correta na pregação

de sua pessoa e missão, a qual fora nutrida de uma escassa teologia, não reservando a ele o justo lugar no ensinamento da Cristologia, da Mariologia e da Espiritualidade.

É preciso aceitar que a veneração a São José tem suas origens no próprio Evangelho e foi inspirando-se justamente nos Evangelhos que os Padres da Igreja “desde os primeiros séculos, puseram em relevo que São José, cuidou com amor de Maria e se dedicou com empenho jubiloso à educação de Jesus Cristo”,

As reflexões que o documento papal nos apresenta se fundamentam sobretudo sobre os episódios evangélicos, sobriamente ilustrados pelos Padres da Igreja como Santo Irineu, São João Crisóstomo, São Bernardo, Santo Agostinho... Podemos dizer que a figura de São José não passou despercebida diante da inteligência penetrante de São Tomás de Aquino e nem diante do profundo sentimento de Santa Teresa D’Ávila e nem mesmo ao “sensus fidei” do povo de Deus que o reconheceu como padroeiro da Igreja Universal.

Aquilo que faz de São José uma figura insígnie é ter “participado como nenhuma outra pessoa humana, com exceção de Maria, a Mãe do Verbo Encarnado” do mistério da encarnação. Por isso na medida em que percebemos o significado do mistério da encarnação, compreendemos também a importância da figura de São José, o qual participou juntamente com Maria, envolvido na realidade do mesmo evento e foi depositário do mesmo amor, pelo qual a potência do eterno Pai “nos destinou a ser seus filhos adotivos por obra de Jesus Cristo”(Ef 1,5).

Na abertura da Encíclica, São José recebe a qualificação de “Guarda”, qualificação esta que à primeira vista parece conceder-lhe apenas uma função extrínseca, também se não marginal, mas no âmbito do desígnio de Deus para a redenção do homem, fica evidenciada a sua participação e o seu envolvimento de forma tão grande que “nenhuma outra pessoa, com exceção de Maria”, pode dizer de possuir, pois ele através do matrimônio com Maria se aproximou como nenhum outro daquela altíssima dignidade, pela qual a Mãe de Deus supera todas as criaturas. Além do mais a sua relação como pai de Jesus “o coloca mais próximo possível de Cristo, termo de toda eleição e predestinação”.

O exercício de seu ministério como “Guarda” de Jesus está portanto intimamente ligado ao mistério da encarnação, porque foi exercitado na instituição do matrimônio e no exercício da paternidade. Este aspecto salienta que São José não é estranho ao mistério de encarnação, aliás, este mistério o envolve e assim indica a absoluta soberania da ação divina à qual homem é chamado a colaborar sem nenhum protagonismo a não ser apenas aquele de Jesus, o Redentor, mas também sem nenhuma exclusão da colaboração humana.

São José no mistério da encarnação de Jesus foi um colaborador e Paulo VI lembrando a unidade da ação divina com aquela humana na economia da redenção, salienta que “a primeira, aquela divina é totalmente suficiente, mas a segunda, aquela humana, a nossa, se bem que em nada é capaz, não é jamais dispensada”. São José entrou portanto na economia da redenção no momento culminante respondendo a uma específica vocação, chamado a ser o Guarda do Redentor.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Explícite a qualificação de “Guarda” que São José recebeu em relação a Jesus dentro da Exortação Redemptoris Custos.

54. A Vocação de São José

Algumas edições do Evangelho põem como título “a vocação de José” (Mt 1,18-25) porque trata justamente deste assunto, e não de uma triste história de uma suspeita de infidelidade conjugal, também se tudo teve um fim feliz. Na verdade, a encarnação de Jesus exige a sua inserção na genealogia humana, algo que estava dentro das promessas de Deus feita a Davi por meio de Natã (2Sm 7) e aqui entra a presença de José.

No relato da vocação de José, no qual se espelha a esperança de Israel, Mateus por duas vezes lembra a transcendência divina e expressa seja na descrição do fato que Maria “se encontra grávida por obra do Espírito Santo” (v 18), seja na confirmação da autoridade do Anjo “Aquele que nela é gerado é obra do Espírito Santo” (v 21) e desta verdade o evangelista tem uma consideração quando na descrição da genealogia ao chegar em José interrompe a série dos “gerou” para afirmar que José é “esposo de Maria do qual nasceu Jesus, o Cristo” (v 16).

Mateus com isso não quer provar com a genealogia a descendência de Jesus, porque então diria: “José gerou Jesus” e se não renuncia a genealogia, mas insere a variante “esposo de Maria da qual nasceu Jesus”, é porque acha importante que a genealogia, também se modificada, é idônea para fazer reconhecer Jesus como Messias. É justamente a genealogia assim modificada que faz com que compreendamos a importância de José, cuja presença é tida como indispensável porque é dele denominado expressamente pelo Anjo como “Filho de Davi” (v 20) que é defendida a messianidade de Jesus.

No momento culminante da história sagrada, José é chamado expressamente de tomar consigo a sua esposa e a assumir a paternidade daquele que sua esposa tinha concebido por obra do Espírito Santo. O Anjo dirige-se a José como ao esposo de Maria àquele que depois devia impor o nome ao filho que nascerá da Virgem de Nazaré com ele esposada. Dirige-se a José confiando-lhe a tarefa de um pai em relação ao filho de Maria.

A José confuso diante da admirável maternidade de sua esposa o Anjo revela-lhe que não deve sentir-se estranho: “O mensageiro divino introduz José no mistério da maternidade de Maria” e assim, o filho daquela que juridicamente lhe pertence como esposa, lhe pertence de direito segundo a lei humana, como a genealogia comprova, mas lhe pertence também segundo a vontade divina, que o chama expressamente a compartilhar a paternidade com Aquele do qual “toma nome toda paternidade nos céus e na terra” (Ef 3,15).

Esta é a vocação de José e ninguém pode reivindicar uma honra tão grande.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Explique por que a paternidade de José está relacionada com a sua vocação.

55. José, o Esposo Fiel

Deus chama e o homem responde. O apóstolo Paulo interpreta esta obediência do homem como fé; de fato ele utiliza a expressão “obediência da fé” (Rm 1,5; 16,26). A constituição Dei Verbum, ensina: “A Deus que se revela é devida a obediência da fé com a qual o homem se abandona totalmente e deliberadamente em Deus, prestando-lhe o pleno obséquio do intelecto e da vontade e acolhendo voluntariamente a revelação feita por ele”. O documento do papa “Redemptoris Custos” referindo-se ao texto conciliar acima, considera a fé de José considerando-a como resposta à chamada divina “José fez como lhe havia ordenado o Anjo do Senhor e tomou consigo a sua esposa. Aquilo que ele fez é puríssima “obediência da fé”.

Justamente nesta fiel execução da ordem divina se estabelece o contato entre a fé de José e aquela de Maria “pode-se dizer que aquilo que José fez o uniu de modo todo especial a fé de Maria: ele aceitou como verdade proveniente de Deus aquilo que ela já tinha aceitado na anunciação’. Se Isabel disse à Mãe do Redentor: “Bem-aventurada aquela que acreditou”, pode-se em certo sentido se referir esta bem-aventurança também a José, porque respondeu afirmativamente à Palavra de Deus, quando esta lhe foi transmitida naquele momento decisivo.

A acolhida do mistério por parte de Maria “esposa de José” não podia ficar desligada, à acolhida de José, assim que, no início desta peregrinação da fé de Maria, a qual começou quando colocou-se em plena disponibilidade ao projeto de Deus dizendo: “Eis a serva do senhor”, se encontra portanto com a fé de José. José também começou a partir daí fazer a sua peregrinação na fé.

São José como esposo de Maria, não é um estranho ao mistério que se concretiza com maternidade de sua esposa, pois “deste mistério divino José é, juntamente com Maria o primeiro depositário” e juntamente com ela e em relação a ela, “ele participa desta fase culminante da auto-revelação de Deus em Cristo. Tendo diante dos olhos os textos de Mateus e de Lucas, podemos dizer que José é o primeiro a “participar da fé da Mãe de Deus” e assim agindo sustentou a sua esposa na fé da divina anunciação.

Portanto, Maria não se encontrou sozinha na sua maternidade, mas teve ao seu lado, por disposições divina, o seu esposo e “no decorrer de sua vida, que foi uma peregrinação na fé, José assim como Maria, permaneceu fiel até o fim ao chamado divino”.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Explique a expressão “obediência da fé em relação a José”.

56. O Matrimônio e Virgindade

O papa João Paulo II enfatiza a união de José com Maria dentro do mistério divino, José, diz o papa “participa desta fase culminante da auto-revelação de

Deus em Cristo e participa desde o início ";ele foi o primeiro a participar da fé da Mãe de Deus. Portanto, São José não está simplesmente ao lado de Maria como um mudo testemunho do mistério, mas participa deste juntamente com ela e participa de uma forma efetiva. Esta sua participação e união passam através do seu matrimônio.

José e Maria viveram verdadeiramente o próprio matrimônio como puro dom esponsal e por isso são dignos de representarem o mistério da igreja. Justamente por isso o papa Leão XIII afirma na Encíclica *Quamquam Pluries* que " em José os cônjuges têm um perfeito exemplo de amor, de concórdia e de fidelidade conjugal; e os virgens um tipo e um defensor da integridade virginal ".

A Igreja apostólica honra São José com o título de "esposo de Maria"; e os evangelhos afirmam corretamente que José é esposo de Maria e Maria é esposa de José (Mt 1,18-25). Portanto, se é importante professar a concepção virginal de Jesus, não menos importante é defender o matrimônio de Maria com José, porque juridicamente é deste que depende a paternidade de José. Daqui se pode compreender por que as gerações presentes na genealogia foram orientadas segundo a genealogia de José.

Questões para o aprofundamento pessoal

1. Qual foi o meio com que São José participou do mistério da encarnação de Jesus? Por quê?

57. A Imagem do Esposo e da Esposa

No momento culminante da história da salvação, quando Deus revela o seu amor para humanidade mediante o dom do Verbo, é justamente o matrimônio de Maria e José que realiza em plena liberdade, o dom esponsal de si, ao acolherem e exprimirem tal amor. Neste sentido não resta dúvida que a atividade do Espírito Santo encontrou em José e Maria os instrumentos mais aptos deste amor, pois conforme afirma Boaventura, " tudo aquilo que diz respeito a este matrimônio acontece por íntima disposição do Espírito Santo ".

Se em Maria o fruto da concepção é definido expressamente como obra do Espírito Santo (Mt 1,20) e, conseqüentemente tudo aquilo que a ele se referia, ou seja, o matrimônio, este também recebeu uma especial influencia.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Explique a afirmação de Boaventura sobre a ação do Espírito Santo no casamento de Maria e José.

58. A União dos Corações

"Mediante o sacrifício total de si próprio, José exprime o seu amor generoso para com a Mãe de Deus, fazendo-lhe 'dom esponsal de si'. Muito

embora decidido a afastar-se, para não ser obstáculo ao plano de Deus que nela estava para ser realizado, por ordem expressa do anjo ele manteve-a consigo e respeitou a sua condição de pertencer exclusivamente a Deus "

O virtuoso comportamento de José para com Maria nem sempre foi facilmente compreendido pois este matrimônio provocou desde tempos passados "delírios" dos escritores apócrifos o que levou Santo Agostinho a debates contra os Pelagianos e continua todavia a suscitar ainda algumas convulsões em alguns teólogos, quase que para dizer que se trata de um matrimônio "frágil", passível de uma anulação como se faz numa concessão dada pelo papa a um matrimônio "rato" e não "consumato".

Mas existe a afirmação explícita de Mateus e de Lucas a respeito da realidade do vínculo matrimonial que uniu Maria e José e isto é testemunhado pelo quanto a igreja apostólica ensina a respeito sobre este matrimônio, dando constantemente a José com preferência sobre outros títulos, aquele de "esposo da Bem-aventurada Virgem Maria". Leão XIII, depois de ter afirmado na Encíclica *Quamquam Pluries* que " entre a bem-aventurada Virgem Maria e São José houve um estreito vínculo conjugal", deixa claro que disto decorre a sua excelsa grandeza. Sobre esta realidade tanto Santo Tomás como Santo Agostinho enfatizaram em seus ensinamentos e justamente por isso a Encíclica papal faz constante de referências a estes ensinamentos. Da mesma forma esta faz igualmente referência aos ensinamentos do papa Paulo VI o qual afirma:" nesta grandiosa tarefa de renovação de todas as coisas em Cristo, o matrimônio, também ele renovado e purificado, torna-se uma realidade nova, o sacramento da nova aliança. E eis que no limiar do Novo Testamento, como já sucedera no princípio do antigo, há um casal. Mas, enquanto o casal formado por Adão e Eva tinha sido a fonte do mal que inundou o mundo, o casal formado por José e Maria constitui o vértice, do qual se expande por toda a terra a santidade. O Salvador deu início à obra da salvação com esta união virginal e santa, na qual se manifesta a sua vontade onipotente de purificar e de santificar a família, que é santuário do amor humano e berço da vida ".

Porque a essência do matrimônio consiste na "indivisível união dos ânimos", a validade do matrimônio de Maria e José é conseqüentemente garantida. Foi Santo Agostinho que defendeu contra o pelagiano Juliano, o qual negava a existência do matrimônio de Maria, porque este não fora consumado, que neste existiu a "união dos ânimos". Desta forma ele afirma que José é esposo de Maria na continência, não pela união carnal, mas pelo afeto, não pela união dos corpos, mas pela comunhão dos ânimos. "Assim com Maria era castamente cônjuge também José era castamente marido ".O vínculo matrimonial não é rompido com a decisão consensual de abster-se perpetuamente do uso do matrimônio. Maria é chamada de fato esposa de José desde o princípio do consentimento matrimonial; por isso Santo Agostinho afirma que não se deve negar que sejam marido e mulher aqueles que não se unem carnalmente, mas se unem com os corações.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Partindo das considerações acima expostas, explique por que o matrimônio de Maria e José é verdadeiro.

59. A Paternidade Messiânica

A davidicidade tornou-se a condição para o reconhecimento do Messias. Trata-se de uma tradição que reporta à promessa feita por Deus a Davi, através do profeta Natã " farei subsistir depois de ti a tua descendência...Tornarei estável o teu Reino" (2Sam 7,11-16). Mas como pode Jesus ser o filho de Davi, se Maria "encontrou-se grávida por obra do Espírito Santo?" (Mt 1,18) A encarnação do filho de Deus supera infinitamente em generosidade o limite de qualquer promessa, e conseqüentemente não pode ficar prendida aos laços da geração humana, por isso a corrente dos "gerou" se interrompe com José (V 16) e deixa lugar para a intervenção do Espírito Santo. As promessas, contudo, não podem ser anuladas, porque a sua realização constitui o sinal da "fidelidade" de Deus e da continuidade do seu plano salvífico.

As dúvidas de José diante da admirável maternidade de Maria refletem a dúvida dos crentes diante desta intervenção divina sob todos os aspectos; por isto o mensageiro angélico intervém para esclarecer-lhe a validade da promessa divina e para a iluminá-lo sobre a função que lhe compete. Não obstante a intervenção do Espírito Santo, o homem não é excluído da própria colaboração, assim, José deve cuidar de Maria e também deve dar o nome à criança. O anjo o chama oficialmente de "filho de Davi"(V 20), título que lhe compete por motivo de sua descendência, expressamente comprovada pela árvore genealógica, a qual Mateus apresenta para toda a comunidade na abertura solene do seu evangelho.

Porque José, é divinamente chamado para a tarefa de pai do Messias ele obedece ao comando do anjo e assim "fez como lhe tinha ordenado o anjo do Senhor e tomou consigo a sua esposa" (V 27).Desta forma, o filho de Maria é também filho de José em virtude do vínculo matrimonial que os unem. Graças a José, que transmite a descendência legal, Jesus, filho de Deus, torna também filho de Davi, e partícipe do título que lhe consente de ser reconhecido como Messias. De fato durante a sua vida pública, Jesus é o honrado, graças a José, com o título "filho de Davi". Na origem desta "honra" a comunidade judeu-cristã reconhece justamente a paternidade "messiânica" de José, o último dos Patriarcas em ordem do tempo, mas evidentemente o maior de todos, o "esplendor dos Patriarcas ", como é invocado nas suas ladainhas.

José não foi, portanto, uma figura secundária do grande acontecimento do nascimento de Jesus, mas teve uma função verdadeiramente importante. Se era necessário o "fiat" de Maria para a encarnação do Verbo, o "fez" de José era da mesma forma indispensável para que Jesus fosse reconhecido como o "sim" de todas as promessas de Deus.

Como o direito de Maria à maternidade vem da livre eleição divina, assim o direito de José vem do próprio Espírito Santo. Para aqueles que quiserem separar José de Maria, Santo Agostinho responde colocando as palavras na boca do próprio José:" Por que me separam? Não é através de mim que as gerações ascendem e descendem?". " Se lhe dissessem: " por que não gerastes por meio de tua carne ", ele responderia:" talvez ela deu à luz por obra da carne? ". Portanto,

foi o Espírito Santo que operou e operou para todos dois. O Espírito Santo deu um filho, Jesus, para todos os dois.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Considere por que o Filho de Maria é também Filho de José.

60. Uma Paternidade Humana e Autêntica

A importância da descendência davídica de Jesus evidencia o quanto foram importantes e indispensáveis a presença e o consentimento de São José na ordem da encarnação.

As palavras de Maria a Jesus junto ao templo quando ele tinha 12 anos: "teu pai e eu te procurávamos" (2,48), não é uma frase convencional, mas indicam toda a realidade da encarnação que pertenceu mistério da família de Nazaré. Trata-se de considerar a união hipostática em todas as suas conseqüências "a humanidade assumida à unidade da Pessoa divina do Verbo-Filho, Jesus Cristo". Juntamente com o assumir da humanidade, em Cristo é também assumido tudo aquilo que é o eu humano e, em particular, a família, como primeira dimensão de sua existência na terra. Neste contexto é também assumida a paternidade humana de José.

Evidentemente a paternidade de José para com Jesus existe em virtude do seu matrimônio com Maria. Visto que a instituição do matrimônio tem como efeito jurídico a legitimação dos filhos nascidos neste, não existe nenhuma dificuldade, sob este aspecto, em considerar Jesus como filho de José, enquanto ele nasceu de sua legítima esposa: José, de fato, é o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus (Mt 1,16). "José é pai de Jesus da mesma maneira como entendido esposo de Maria, sem a união da carne, mas por força da união conjugal: ou seja, muito mais unido do que se Jesus fosse adotado. Não por isto José não devia ser chamado pai de Jesus, porque não o havia gerado com a união sexual, do momento que um seria pai de um filho não gerado de sua mulher, mas adotado de fora" (S. Agostinho). A paternidade legal de José não vai, portanto, comparada e confundida com aquela de adoção, tanto mais porque Jesus não só foi gerado "de sua mulher" (a mulher de José), circunstância em que se poderia verificar também no caso de uma relação adúltera, mas "somente de sua mulher", com exclusão absoluta de qualquer infidelidade (Mt 1,18).

Para Santo Tomás, a prole não é bem do que teve matrimônio somente enquanto é gerada por este, mas enquanto no matrimônio é acolhida e educada. Nem também o nascido de adultério, nem o filho adotivo educado no matrimônio são bens do matrimônio, porque o matrimônio não é destinado à educação deles, como ao invés foi destinado especialmente este matrimônio para acolher em si mesmo esta prole e para educá-la.

Desta forma torna-se evidente que o matrimônio de Maria e José foi decretado por Deus em ordem ao nascimento "honrado e conveniente" de Jesus; nascimento que na mente de Deus precede ao próprio matrimônio. Por causa da união hipostática, Jesus é bem do matrimônio "não totalmente como são as outras crianças", enquanto foi acolhido no matrimônio, mas não por meio dele; o

assumir a humanidade exige, todavia, a educação do ser gerado, tarefa recíproca para a atividade do marido e da mulher enquanto são unidos pelo matrimônio . A atuação de São José como pai de Jesus fica esclarecida igualmente no pensamento de Santo Tomás para o qual “é claro que para a educação do homem é necessário não apenas o cuidado da mãe, da qual se nutre, mas muito mais do cuidado do pai, o qual deve instruí-lo, defendê-lo e aperfeiçoá-lo nos bens sejam interiores que exteriores ”.

Porque ao pai compete o dever de educar o filho no que diz respeito às perfeições da vida humana, devemos concluir disto a importância de José na vida de Jesus, o qual “ crescia e se fortificava, cheio de sabedoria ” (Lc 2,40) e era-lhe submisso.

José, desde o início aceitou mediante “ a obediência da fé ” a sua paternidade humana em relação a Jesus, seguindo a luz do Espírito Santo e por isso certamente descobria sempre mais amplamente o dom inefável de sua paternidade. Disto podemos ainda concluir que o intervento do Espírito Santo na concepção de Jesus não excluiu a parte de José, esvaziando desta forma a sua paternidade. Devemos ao invés considerar que a sua paternidade, não é aparente, ou somente substituta, mas que ele possui plenamente a autenticidade da paternidade humana, da missão paterna na família.

O título de “pai”, que o próprio Espírito Santo atribui a São José, fundamenta esta verdade, mesmo porque hoje a engenharia genética tem demonstrado o quanto uma paternidade puramente biológica é inadequada para satisfazer todas as exigências necessárias às quais estão ligadas uma paternidade verdadeiramente “ humana ”.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Por que São José deve ser considerado verdadeiramente, embora não o tenha gerado, pai de Jesus?

61. O Exercício da Paternidade

“São José foi chamado por Deus para servir diretamente a Pessoa e a missão de Jesus mediante o exercício de sua paternidade..”. e justamente dessa maneira coopera na plenitude dos tempos com o grande mistério da redenção, sendo verdadeiramente “ministro da salvação”. Na verdade conforme nos ensina a constituição “Dei Verbum”, Jesus, Verbo feito carne, foi enviado pelo Pai entre os homens para a nossa salvação e ele a cumpriu “sobretudo com a sua morte e ressurreição dentre os mortos e, com o envio do Espírito Santo”, mas também “com o próprio acontecimento de sua presença e com a manifestação de si próprio ”.

O período da vida de Jesus que compreende a paixão, a morte, a ressurreição, a ascensão, a sua glorificação e enfim o envio do Espírito Santo, é sumamente salvífico, por isso os evangelistas dedicam grande atenção no contexto da vida pública de Jesus que vai desde o seu batismo até a sua ascensão ao céu. Contudo este período precioso da vida de Jesus não tira o valor dos anos

precedentes que ele viveu e por isso não se pode deixar de levar em consideração também o período da sua infância; não se pode esquecer que o desígnio da redenção tem o seu fundamento no mistério da encarnação que não somente a supõe, mas também é a sua expressão concreta.

A humanidade de Cristo, ligada à divindade, foi justamente o instrumento que Deus assumiu para santificação dos homens. A salvação que passa através da humanidade de Jesus se realiza nos acontecimentos do cotidiano da vida familiar que Jesus viveu com os seus pais. Desta forma, as prescrições às quais Jesus se submeteu, como também as atividades humanas que ele compartilhou, não devem ser consideradas simplesmente como um exercício da sua virtude de obediência e de sua humildade.

A inscrição anagráfica de Jesus por ocasião do recenseamento romano (Lc 2,1-5), manifesta de modo claro a sua pertença ao gênero humano, homem entre os homens, cidadão deste mundo, sujeito às leis e às instituições civis, mas também a sua comunhão com todo o gênero humano. Com a sua circuncisão ele entra a fazer parte do povo da aliança, mas realiza também a verdadeira aliança entre Deus e os homens. O nome de Jesus, o qual ele o recebeu de José, não é uma pia invocação da ajuda divina, mas a programação de que esta criança salvará o mundo dos seus pecados. A sua apresentação ao templo assinala definitivamente a pertença da humanidade a Deus e Jesus não deixará de proclamar a sua total pertença ao Pai, quando aos 12 anos permanecendo no templo afirmará: "devo ocupar-me das coisas do meu pai".

Em todas estas observações da lei, seja civil que religiosa, nas quais Jesus é o autor principal, a figura que precede a observância é aquela de José, ao qual como pai compete a fiel execução do quanto Jesus não poderia automaticamente fazer.

José foi "o ordenador do nascimento do Senhor", o "ministro de toda a economia", o "minister salutis". A igreja reconhece oficialmente que foi confiado " aos cuidados primorosos de São José os inícios da nossa redenção " e faz memória disto no sacrifício eucarístico, memorial perpétuo da redenção, venerando-o juntamente e com a gloriosa sempre virgem Maria, antes dos Apóstolos, dos Sumos Pontífices e dos Mártires.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Por que o exercício da paternidade de São José foi necessário para o crescimento harmônico de Jesus?

62. O Banco do Carpinteiro

O trabalho humano e, em particular, o trabalho manual, encontram no evangelho um destaque especial. Juntamente com a humanidade do Filho de Deus, o trabalho foi acolhido no mistério da encarnação, e também foi de modo particular redimido. "Graças à mesa de trabalho junto a qual exercia a sua profissão juntamente com Jesus". Na verdade, "José aproximou o trabalho humano ao mistério da redenção".

Os evangelhos salientam expressamente o fato que aquele, o qual sendo Deus tornando-se semelhante a nós em tudo, dedicou a maior parte dos anos de sua vida sobre a terra ao trabalho manual, junto a uma mesa de carpintaria".

Uma teologia que se limitasse desconsiderar este aspecto da vida de Jesus, seria superficial. Através da encarnação, Jesus não se serviu da realidade terrena somente com o objetivo de manifestar-se, mas se uniu a esta para santificá-la com a sua humanidade. Devido ao fato de que o trabalho constitui uma fundamental dimensão da existência humana sobre a terra, conclui-se que Jesus escolheu não por acaso esta dimensão, ou seja, o trabalho, para santificar o seu estado social.

O plano da encarnação se encontra neste ponto com José, o qual foi querido por Deus para apresentar ao mundo o seu próprio filho feito homem. Além do título davídico indispensável para o reconhecimento do Messias, Jesus recebe de José, como qualquer outro filho recebia de seu pai, também aquela dimensão concreta que o caracteriza, ou seja: "o estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar, e a educação humana", como muito bem afirmou o papa Paulo VI.

Sendo considerado sensivelmente filho de José, Jesus pôde herdar o título real de "filho de Davi", mas também assumiu aquele título profissional, ou seja, a qualificação de "filho de carpinteiro" (13,55). Jesus não se envergonhou de revestir a sua excelsa dignidade com a humilde condição de operário. Embora Jesus pudesse exigir títulos mais elevados, escolheu, ao invés o título mais comum para si, aquele mais compartilhado com a condição humana, ou seja, aquele de operário.

A Constituição dogmática *Gaudium et spes* afirma que o Onipotente artífice do universo verdadeiramente "trabalhou com mãos de homem", santificando diretamente o trabalho humano. José foi perante a Providência divina o necessário instrumento de tal redenção, dada justamente na sua própria carpintaria, através de uma missão que ele não somente a exercitou ao lado de Jesus, mas inclusive acima de Jesus, o qual lhe era submisso (Lc 2,51).

Esta submissão, ou seja, a obediência de Jesus na casa de Nazaré, é entendida também como participação ao trabalho de José. Aquele que era chamado "filho do carpinteiro" tinha aprendido o trabalho do seu pai putativo. Se a família de Nazaré é na ordem da salvação e da santidade, o exemplo e o modelo para as famílias, é analogamente também o trabalho de Jesus ao lado de José carpinteiro. Colocando o exemplo de São José aos trabalhadores, o papa Pio XII salientava justamente que ele foi o santo em cuja vida tinha penetrado profundamente o espírito do evangelho. Se este espírito de fato provém do coração do Homem-Deus em todos homens, "é certo que nenhum trabalhador foi tão perfeitamente e profundamente penetrado quanto o pai putativo de Jesus, que viveu com ele na mais estreita intimidade e comunhão de família e de trabalho". Daqui veio o convite do mesmo papa: "se quereis estar perto de Cristo, "Ite ad Joseph", "Ide a José"! Este humilde carpinteiro de Nazaré, pobre de meios, mas certamente rico das mais autênticas virtudes, foi escolhido entre todos, inclusive entre os mais sábios, para educar o próprio filho Deus.

Na família de Nazaré, onde o trabalho não era considerado simplesmente como meio de ganho ou fonte de riqueza, mas como "expressão cotidiana de amor", Jesus crescia na escola de José, educado para a laboriosidade, virtude que

favorece o crescimento humano, fazendo o homem tornar-se "em certo sentido mais homem".

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Faça uma consideração sobre o valor do trabalho, o qual foi santificado por Jesus ao se tornar um carpinteiro como José.

63. A Contemplação da Verdade

Os evangelhos falam exclusivamente daquilo que José "fez"; todavia consentem de descobrir nas suas ações envolvidas de silêncio, um clima de profunda contemplação.

As circunstâncias que São José exercitou na sua vida o trabalho manual e se empenhou de mil maneiras para o sustento de sua família, poderia facilmente nos levar a considerá-lo, levando justamente em conta esta atividade exterior, como espiritualmente exercitante da vida ativa. A realidade contudo, não coincide com esta impressão e exige que nós consideremos, invés, São José como aquele que principalmente atendeu a contemplação da verdade. A prova disso é que José estava diariamente em contato com o mistério escondido nos séculos que habitou em sua casa.

É indubitável o alto grau de contemplação de São José, o qual, pelo motivo de sua eleição para ser o pai de Jesus, encontrou ao lado de Maria, no exercício de um amor que lhe é próprio, aquele paterno, a correspondência de um amor e igualmente singular, aquele filial de Jesus.

José, pelo amor paterno que tinha para com Jesus, foi levado a consumir toda a sua vida por ele e pela sua esposa e a participar dos acontecimentos do nascimento, da circuncisão, da apresentação ao templo, da fuga ao Egito e da vida escondida de Nazaré, mas da mesma forma compartilhou os benefícios do mistério destes acontecimentos, ou seja, participou do amor de Jesus, o qual era a própria fonte deles. Se este amor através da sua humanidade se irradiava para todos homens, eram certamente beneficiados em primeiro lugar aqueles que a vontade divina tinha colocado na mais íntima intimidade: Maria sua mãe e José o seu pai putativo.

Torna-se difícil para nós compreender a amplitude e a profundidade do conhecimento concedido a São José na contemplação da própria verdade que habitava em sua casa, o certo é que, conforme afirma São Bernardo, "o Senhor encontrou José segundo o seu coração e confiou-lhe com plena segurança o mais misterioso e sagrado segredo de seu coração. Para ele desvendou a obscuridade e os segredos de sua sabedoria, concedendo de conhecer o mistério desconhecido por todos os príncipes deste mundo".

Uma semelhante intimidade supõe uma particular familiaridade do Espírito Santo com Maria e José. De fato, o Espírito Santo, o qual honrou São José com o nome de pai, certamente não podia deixar de adorná-lo de uma maneira eminente com aquelas qualidades necessárias para o desenvolvimento de sua altíssima paternidade. João de Cartagena vê uma "simpatia" entre o Espírito Santo e José pelo fato que sendo "o Espírito Santo o coração de Deus, certamente afirmando que José era um homem segundo o coração de Deus, o Senhor

procurou um homem segundo o seu coração, é como se dissesse que procurou um homem conforme ao Espírito Santo e, se é permitido assim dizer, tendo de qualquer maneira uma certa simpatia com ele".

O cardeal Vives não tem receio em afirmar que "José representa a pessoa do Espírito Santo, porque como ele é o amor do pai e do filho, o esposo das almas, o Paráclito e o Consolador, assim o Bem-aventurado José amava ardentemente a mãe e o filho dela e era a consolação e a alegria de toda a sagrada família".

Compreende-se melhor agora como em São José a exigência do amor, ou seja, o seu empenho em manter e defender a sagrada família, não só a contemplação na sua vida, tornou-se expressão desta. Para José o "fez" como o anjo lhe tinha ordenado, era fruto de sua vida interior e as suas ações a revelação do clima de uma profunda contemplação no qual ele vivia, assim como a manifestação do seu perfil interior.

Justamente porque São José foi o educador de Jesus, a igreja não deixa de confiar a vida espiritual dos fiéis a ele, considerando que a vida cristã consiste justamente na reprodução e no crescimento em nós de Jesus com todos os seus sentimentos, e que em todo este procedimento José foi e continua a ser o formador insuperável.

Todos aqueles que desejam seriamente a perfeição cristã devem considerar São José como o mestre de vida interior, confiando a ele a própria vida espiritual e tomando-o como modelo do próprio agir, certos de que ele é o santo a torná-los filhos do Pai celeste.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Por que São José não foi apenas o homem da ação mas também da contemplação?

64. O Protetor da Santa Igreja

A liturgia reconhece de modo claro a função de protetor que São José exercitou na história da salvação, "a cuja primorosa custódia Deus quis confiar os inícios de nossa redenção", e considera tal proteção em relação a Cristo, pois "o colocou como chefe de tua família para guardar como pai o que o único filho", e também em relação à igreja, sobre a qual é invocado o seu patrocínio e: "continueis do céu a sua primorosa custódia para a Santa igreja que o venera como protetor" (Missal Romano).

Os ensinamentos dos Sumos Pontífices a este respeito se fundamentam em suas próprias convicções em recomendarem para toda a Igreja o Patrocínio de São José. Basta lembrar que o papa Pio IX proclamou São José Patrono da Igreja Universal, mas antes disso, no ano seguinte à sua eleição ao pontificado, ou seja, no dia 10 de setembro de 1847, através do decreto *Urbis et Orbis*, tinha estendido a festa do Patrocínio para toda a igreja, tornando-a festa de preceito.

Tal festa já era celebrada em várias Ordens e dioceses não apenas na Europa, mas também na América. Os Carmelitas da Espanha e da Itália em 1680, tinham recebido autorização de celebrá-la do papa Inocêncio XI, depois a diocese de

Roma conseguiu também a mesma autorização em 1809. A extensão dessa festa para toda a Igreja não tinha jamais sido concedida, não obstante o pedido do imperador Leopoldo I. em fevereiro de 1684, por causa de seu reconhecimento a São José pela libertação de Viena dos Turcos em 12 de setembro de 1683 e também pelo desejo do povo.

O Decreto (Urbis et orbis) que inicia com as palavras "o ínclito do patriarca José", lembra primeiramente os dons divinos que lhe foram concedidos e os méritos que ele conquistou, para depois afirmar que José assumiu no céu "uma nova tarefa". Ele deve "por meio dos seus abundantes méritos e com o apoio da sua oração trazer socorro para a mísera condição dos homens e com as suas valiosíssima intercessão impetrar para o mundo aquilo que a possibilidade humana não pode obter".

Depois deste documento será necessário esperar até 1870 para ter um outro análogo, mas não devemos esquecer de que durante todo o arco do pontificado de Pio IX é caracterizado por um crescente desenvolvimento da devoção a São José, que interessa também aos Concílios particulares e às contínuas intervenções da Santa Sé para promover e regular devidamente as devoções, as associações, as congregações e os movimentos na igreja.

O Patrocínio de São José sobre a Igreja universal foi proclamado aos 8 de dezembro de 1870 pelo mesmo pontífice por meio da Sagrada Congregação dos Ritos com o Decreto "Quemadmodum Deus". Trata-se de um Decreto que no dizer do papa João XXIII, "abriu um veio de riquíssimas e preciosas inspirações aos sucessores do nosso Pio".

O Decreto e evidencia a dignidade única de São José "constituído por Deus Senhor e Príncipe de sua casa e de sua possessão e escolhido como guarda dos divinos tesouros". Sendo que São José é o segundo em dignidade depois da Virgem, e sendo honrado por Deus de modo excepcional, era lógico que a Igreja recorresse a ele em suas dificuldades, entre os erros no campo filosófico, religioso, moral e social, que andavam concomitantemente com as turbulências políticas condenadas depois de alguns anos com o a Encíclica "Quanta cura" e depois na célebre lista das 80 proposições errôneas, denominada "Syllabus" de 1864.

A conflitiva situação daquele tempo persuadiu o papa Pio IX a "colocar a si próprio e a todos os fiéis sob o potentíssimo patrocínio do Santo patriarca José", pedindo de fazê-lo aos bispos do mundo católico em seus nomes e também em nome do "Sagrado Ecumênico Concílio Vaticano".

Aos 15 de agosto de 1889, Leão XIII publicou a Encíclica "Quamquam Pluries", também esta levada pelas circunstâncias difíceis que estava atravessando a igreja durante o seu pontificado. A exortação Apostólica de João Paulo II, que estamos tratando, justamente lembra o centenário desta Encíclica leonina. Mereceria também neste contexto lembrar o Motu Proprio "Bonum Sane" de Benedito XV lançado aos 25 de julho de 1920 por ocasião do 50º aniversário da proclamação do Patrocínio de São José assim como as freqüentes intervenções de Pio XI e depois de Pio XII que repropuseram São José como Patrono e modelo dos operários (11 de março 1945), assim como do papa Paulo VI. Devemos lembrar também o quanto João XXIII, que quis São José Patrono do Concílio Vaticano II, via a necessidade da proteção do Santo Patriarca; ele dizia "a este amigo solícito, que cuidou de Jesus nos dias de sua vida mortal e protege do céu o Corpo místico – Christi defensor sedit, familiarum columem, protector Sanctae

Ecclesiae, como o invocamos nas suas ladainhas. Nós entregamos com confiante oração as solitudes presentes e futuras do governo da igreja".

O papa João Paulo II acrescenta a estas considerações que nós ainda hoje temos motivos suficientes para recomendar a São José cada homem. Afirma ainda que o seu patrocínio " é necessário ainda para a igreja não somente para a defesa contra os perigos, mas também e sobretudo para confortá-la no seu renovado empenho de evangelização no mundo e de re- evangelização naquelas nações, onde a religião e a vida cristã são colocadas a duras provas".

Questão para o aprofundamento pessoal

1. Por que São José é o padroeiro da igreja?

65. O Tipo do Evangelho

Além de sua segura proteção, a Igreja confia também no insígnie exemplo de São José, um exemplo que supera os comuns estados de vida, e o propõe para todos os cristãos. É difícil imaginar com que dedicação, fidelidade e amor, São José cumpriu a sua missão em relação a Jesus através do exercício de sua autoridade paterna que é responsabilidade, dedicação e serviço. São José com amor e por amor consagrou totalmente a sua vida ao Messias e às exigências do seu reino, tornando-se o modelo insuperável para quem deseja estar sinceramente perto de Jesus. Por tal motivo a igreja pede na oração litúrgica de poder "colaborar finalmente com a obra da salvação, de poder doar a mesma fidelidade e pureza de coração que animou São José a servir o Verbo encarnado e de caminhar, sob o exemplo e pela intercessão dele, diante de Deus nos caminhos da santidade da justiça" (Missal Romano).

A igreja reconhece que a missão de São José foi aquela de "guardar e servir" Jesus. Em vista disso, da mesma maneira como São José se comportou diante da chamada divina, colocando-se totalmente à disposição do projeto divino em relação a encarnação de Jesus Cristo, assim também deve fazer a igreja, sendo que também ela foi convocada por um chamado divino e portanto deve ser fiel a essa vocação. Por isso João Paulo II afirma que "reconsiderar a participação do esposo de Maria permitirá a igreja, no caminho em direção ao futuro, juntamente com toda humanidade, de reencontrar continuamente a própria identidade no âmbito do desígnio redentivo, que tem o seu fundamento no mistério da encarnação".

Todo o povo cristão deve ter "sempre diante dos olhos, o seu humilde e maduro modo de servir e de participar da economia da salvação". De José Deus pediu incondicionalmente tudo, e ele respondeu com uma dedicação sem comparação, tornando-se o servidor de Jesus com amor de pai. Ele se colocou efetivamente ao serviço de Jesus com sacrifício total, fazendo desse próprio um holocausto à vontade de Deus, assumindo da família todos os empenhos e as responsabilidades e renunciando as mais legítimas aspirações humanas.

José tornou-se deste modo o tipo ideal do evangelho, ao qual Jesus nos seus ensinamentos fará freqüentemente alusões. José foi aquele que descobriu o Reino de Deus e deixou todas as coisas para possuí-lo. Ele é o protagonista da parábola do tesouro escondido, o qual vende tudo aquilo que possui e o compra.

É ainda o comerciante de pérolas, o qual, ao descobrir uma verdadeiramente preciosa, vende todas as pérolas que possui para comprá-la. Nem todos podem compreender a necessidade de deixar tudo por causa de Jesus, tal decisão exige e supõe, além da graça da vocação, uma decisão que leve a colocar Jesus acima de todos bens, sendo disposto a sacrificar tudo para obtê-lo. José foi o primeiro a reconhecer o Reino de Deus presente em Jesus e a deixar por ele todas as coisas. Afirmar que José é o "tipo do evangelho", ou seja, o tipo do homem que sabe acolher incondicionalmente o Reino de Deus, corresponde a um dado de fato. Não poderia haver para Jesus um modelo mais perfeito fora deste homem que ele chamava de pai e que o aceitava como educador e mestre. São José de fato, tinha se colocado exemplarmente na completa disposição da vontade de Deus tinha aceitado cumprir humildemente e fielmente o plano divino da encarnação e da redenção, tornando-se de tal maneira "o modelo dos humildes que o cristianismo eleva aos grandes destinos; São José é a prova de que para ser bons e autênticos seguidores de Cristo não se necessita de coisas grandiosas, mas bastam e necessitam virtudes comuns, humanas, simples mas verdadeiras e autênticas".

Paulo VI enfatiza que José "fez de sua vida um serviço, um sacrifício ao mistério da encarnação e à missão redentora; ele usou da autoridade legal que possuía sobre a sagrada família, fazendo-se total dom de si mesmo, de sua vida e de seu trabalho". O conceito de autoridade, oportunamente iluminado pelo Concílio Vaticano II como "serviço" e que consiste no dom de si e do próprio trabalho aos outros segundo a vontade de Deus, teve uma silenciosa repercussão e execução em São José, o qual fez "oblação de si, de seu coração e de toda sua capacidade no amor colocado ao serviço do Messias germinado na sua casa". Ele merece por isso, o título evangélico de "servo bom e fiel". Chamado por Deus para ser o pai de Jesus aqui na terra, José assumiu responsavelmente este serviço exercendo na sagrada família com a sua autoridade de maneira verdadeiramente exemplar, chegando a merecer de Pio XI o título de "pai da grande caridade".

Isto significa que José teve para com Deus um amor que não conheceu barreiras e que ao lado de Maria, exercitou a caridade em seu grau mais elevado, por que foi praticada não apenas para com o próximo, mas com o próprio Deus na pessoa do Verbo encarnado.

Se entre as figuras evangélicas se evidenciam pela própria particular missão aquelas de São João Batista e de São Pedro, um por ter sido o precursor de Jesus e outro por ter tido como herança o governo da Igreja, a pessoa e a missão de José, que passa despercebida, silenciosa e quase desconhecida na humildade e no silêncio, nos revelam o tipo de ministério tanto mais importante quanto mais escondido, tanto mais indispensável quanto menos evidenciado.

Tomando a comparação evangélica da lâmpada doméstica que difunde os seus raios modestos e tranquilos, mas firmes e íntimos dentro da casa, Paulo VI afirma que "José é esta luz, que difunde os seus raios benéficos na casa de Deus, que é a igreja. Ele e a luz que ilumina com seu incomparável exemplo aquilo que caracteriza o santo, dentre todos afortunado pela íntima comunhão de vida com Jesus e Maria...". Podemos portanto afirmar que o exemplo de São José e a lição que jorra de toda sua vida, tornou-se desde sempre uma escola na Igreja.

Nos exemplos de São José, como afirma Pio XI "Vê-se como Deus espera de cada um de nós aquilo que ele tem o sacrossanto direito de esperar, ou seja, a nossa correspondência fiel e generosa ao seu chamado, à sua vontade, ao seus desejos,

o empenho fiel e diligente daqueles muitos dons naturais e sobrenaturais que ele mesmo distribuiu a cada um segundo as diversas condições de vida, e segundo os diversos deveres do estado que cada um recebeu".

"São José fala pouco, mas vive intensamente, não subtraindo-se de qualquer responsabilidade que a vontade do Senhor lhe impõe. Ele oferece um exemplo de atraente disponibilidade ao divino chamado, de calma em qualquer acontecimento, de confiança plena, permeada de uma vida de sobre-humana fé e caridade e do grande meio da oração ", como afirmou João XXIII.

A Igreja não encontrou portanto, nenhuma dificuldade em propor o exemplo de São José com um modelo para todos." em José os pais de família têm o mais sublime modelo de paterna vigilância e providência, os casados um perfeito e exemplar modelo de amor, de concórdia e de fidelidade conjugal, os virgens um tipo e um defensor da integridade virginal...", conforme afirmou Leão XIII.

Naturalmente por causa da profissão que exerceu, São José é proposto especialmente com um modelo de santidade para a categoria que constituía a grande maioria dos homens:" com uma vida de fidelíssimo cumprimento ao dever de cada dia, deixou um exemplo a todos aqueles que devem ganhar o pão com o trabalho de suas mãos... ", conforme afirmou Pio XI.

São José é prova da grandeza para qualquer tipo de vida se esta se transforma em resposta de amor para com Deus. Paulo VI propõe justamente a adesão de São José à vontade de Deus como " o segredo da grande vida ", para cada homem sem nenhuma exceção.

De São José aprendemos a servir a economia da salvação e assim ele se torna para todos um exemplar mestre no serviço à missão salvífica de Cristo, tarefa que na Igreja diz respeito a cada um de nós e a todos. Aos esposos e aos pais, para aqueles que vivem do trabalho das próprias mãos ou de qualquer outro trabalho, para as pessoas chamadas à vida contemplativa como para aquelas chamadas para o apostolado.

À grandeza e a sublimidade da obra à qual São José foi chamado para dar a sua colaboração, ele correspondeu com humildade no escondimento, aceitando executar exatamente o desígnio de Deus. Ele nos ensina que nas obras de Deus o homem é tanto mais capaz de realizá-las quanto mais deixa emergir o próprio Deus.

A Igreja não podia ignorar o ministério deste excepcional " leigo ", ministério muito semelhante ao que lhe é próprio, que é igualmente de dedicação à pessoa e à obra de Jesus. São José, ao qual o Pai confiou todo o mistério da salvação justamente na fase mais delicada da sua realização histórica - na plenitude dos tempos- é a prova da ilimitada confiança que Deus coloca no homem, e do quanto é importante a resposta do homem, se desta Deus deixa depender o êxito de sua iniciativa

A Igreja, e cada cristão pertencente ela, ao qual é confiado hoje o crescimento do mistério de Deus e a sua transmissão às gerações deste novo milênio, não pode deixar de não olhar a São José para imitar-lhe na vida e invocar-lhe o Patrocínio. Eis porque São José é sem sombra de dúvidas, um Santo atualíssimo.

Questão para o aprofundamento pessoal

1. O que queremos dizer com a expressão " o tipo do evangelho" ao referir-nos a São José?